

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

KEILA MARA DOS REIS

**ENTRE O PÚBLICO E O RURAL: DOS GABINETES DE COMUNICAÇÃO
AO CAMPO DA FOLKCOMUNICAÇÃO**

Porto Alegre
2015

KEILA MARA DOS REIS

**ENTRE O PÚBLICO E O RURAL: DOS GABINETES DE COMUNICAÇÃO
AO CAMPO DA FOLKCOMUNICAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social (linha de pesquisa: Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na Comunicação das Organizações), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Orientador: Profa. Dra. Beatriz C. P. Dornelles

Porto Alegre
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R375e Reis, Keila Mara dos
Entre o público e o rural : dos gabinetes de comunicação ao
campo da folkcomunicação / Keila Mara dos Reis. – Porto Alegre,
2015.
235 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Comunicação Social, PUCRS.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz C. P. Dornelles

1. Comunicação Social. 2. Folkcomunicação. 3. Comunicação
Rural. 4. Assessoria de Comunicação. 5. Reforma Agrária.
I. Dornelles, Beatriz C. P. II. Título.

CDD 301.161

KEILA MARA DOS REIS

**ENTRE O PÚBLICO E O RURAL: DOS GABINETES DE COMUNICAÇÃO
AO CAMPO DA FOLKCOMUNICAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social (linha de pesquisa: Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na Comunicação das Organizações), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Aprovada em: 12 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Beatriz C. P. Dornelles
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Prof. Dra. Doris Fagundes Haussen
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Prof. Dra. Luíza Carraveta
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Aos cidadãos que, apesar das adversidades,
não se deixam abater pelo conformismo.

À amiga Simone Santa Helena, principal
incentivadora do meu retorno à vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Realmente, o Mestrado é uma viagem solitária. Despedimos-nos da família, dos amigos, dos bate-papos descompromissados, das horas de lazer, de alguns compromissos importantes e até do trabalho diário. Embarcamos cheios de sonhos, malas carregadas de expectativas, livros e incertezas. O caminho é instigante e árduo ao mesmo tempo: tem descobertas fantásticas, alegrias, conquistas, mas, também, dificuldades (muitas), dúvidas, prazos, choro, desafios. Aliás, superação é a palavra! E só foi possível superar porque ao meu lado estiveram – e conheci – “mãos” que me sustentaram e andaram comigo.

Então, o meu “muito obrigada” àqueles que são a base da minha vida: minha mãe Marinelva, ouvinte (a qualquer hora) dos dramas, medos e angústias; meu pai Elio, com quem não pude estar em suas crises de saúde; minha irmã Marina, para quem também não pude dar a devida atenção; meu irmão Dr. Joel, exemplo de disciplina, dedicação e sucesso, meu eterno “Prêmio Nobel” e à minha cunhada, Eloisa, igual exemplo de disciplina e persistência, uma aconselhadora (com conhecimento de causa) nos momentos de fraqueza.

À professora Beatriz Dornelles, pelo acolhimento e “sensibilidade etnográfica” de orientar um projeto de autorreflexão acerca das práticas profissionais, e pelos instantes compartilhados, principalmente os mais tensos e os mais divertidos.

Às professoras da Especialização Susana Azevedo e Cleusa Scroferneker, pelo incentivo ao processo de seleção, e à Neka Machado, quando me alertou, em 2012, “menina, você está pronta para um mestrado. Vai lá!”.

À amiga, veterana de UPF e colega exemplar de profissão, Eliege Fante, que me deu “as primeiras aulas” sobre o que é e como funciona um mestrado, revisando meu projeto e dando força para ir adiante.

Ao meu presente de estágio de docência, exemplo de caráter e profissionalismo, a amiga professora Fabiane Sgorla. Sem palavras para devolver todas aquelas de ajuda, de força e de apoio que tu me disseste.

À minha fisioterapeuta Mônica Falk Da Cas e ao médico Rômulo Viero, que cuidaram do meu corpo e da minha mente, facilitando a dura caminhada.

A duas pessoas muito importantes no trajeto final: a amiga professora Dra. Paula Sandrine Machado, que me ajudou a organizar ideias e a distanciar-me do projeto nas horas de crise e, ainda, apresentou-me o sociólogo Alex Arbarotti, que

apesar do breve contato, se dispôs a ler minha análise do campo, afinal, estudamos temas parecidos.

Aos amigos, às amigas e aos familiares que entenderam minha “frequência afetiva” nesses dois anos, e mesmo assim ficaram na torcida pelo meu sucesso.

Ao grupo *Janta Turma*, o “muito obrigada” é “muito pouco” perto de tudo o que vivenciamos. Nas primeiras semanas de aula, senti-me um tanto sozinha, confesso, estranha a pessoas que cursavam Comunicação e não se comunicavam. Conheci, então, o colega de orientação, Marcel Neves, sempre prestativo e atencioso, que me ajudou desde as primeiras dificuldades. Vieram as aulas de Economia Política da Comunicação, e a Márcia Briones, como uma autêntica RP, tratou de agregar o que, hoje, é nossa “pequena grande família”. E não economizamos na parceria! Desfrutamos momentos lindos, alegres, difíceis. Grupo de discussão, de desabafos, de carinho e de solidariedade, de manhã cedinho ou na madrugada dissertativa o *whatsapp* foi nosso oráculo, nosso calmante e terapeuta virtual. Assim como cada almoço, cada café, cada encontro, foram bálsamos para seguir firme o percurso. Também contei com o apoio da Fernanda Nascimento, em nossas loucuras intelectuais em busca da perfeição inatingível.

Por isso, palavras também me faltam para expressar toda gratidão a vocês, meus insubstituíveis e mais fantásticos companheiros de viagem: Fer, Marcel, Márcia, Alessandro Zadinello, Patrícia Strelow, Janaína Gamba (que, principalmente na última fase, segurou forte minha mão) e Ricardo Cunha (não por ser “parceiro de rural” e de trabalhos, mas meu “amor à primeira vista” e para sempre – adoro todos, sem ciúme, por favor!). Que deixemos de ser apenas colegas, para nos tornarmos amigos de uma vida inteira!

Ainda, um “muito obrigada”, com todo meu respeito e admiração, às famílias entrevistadas, que receberam essa pesquisa com tanta cordialidade e hospitalidade, deixando seus afazeres para, juntos, pensarmos uma comunicação melhor. Obrigada pelos cafés, pelo chimarrão, pelos almoços, pela festinha de aniversário, pelos ensinamentos. Vocês foram (e são) a razão deste trabalho existir!

Aos profissionais de assistência técnica da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de São Gabriel e ao supervisor do Incra que atua na região, por auxiliarem a pesquisa de campo, indicando rotas e fornecendo dados e contatos.

Aos meus colegas de Assessoria de Comunicação no Incra-RS: Milton Jardim, Sônia Fernandes, Maurem Fronza da Silva e Marja Pfeifer Coelho, que

apoiaram de forma incondicional minha empreitada. Obrigada pelas lágrimas partilhadas, Sônia, pelos abraços, Maurem, pelas palavras, Marja. Ao meu grande e querido companheiro de campo, Miltinho, fica o meu profundo carinho pela ajuda, pelas histórias, pelas risadas, pelo olhar atento ou repressor, pelas piadas, pelas discussões... Meu *anthropological blues* não teria o mesmo ritmo se não fosse você!

Ao superintendente Roberto Ramos e aos colegas dos setores da Superintendência do Incra-RS que contribuíram para essa missão intelectual: Gabinete, Serviço de Desenvolvimento Humano, Financeiro, Cartografia, Divisão Administrativa e Divisão de Desenvolvimento.

Por fim, o agradecimento mais que especial ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária, “seu” Incra, na pessoa da coordenadora nacional de Comunicação, Ivonete Motta, mais que chefe, uma amiga que admiro não só como profissional competente, mas como ser humano. Obrigada, Incra e Ivonete, por viabilizarem essa bela viagem chamada Mestrado, possibilitando minha qualificação profissional com o custeio integral do curso, os horários especiais concedidos para estudo, o financiamento de congressos e da pesquisa de campo e a licença no período final. Que eu continue retornando o investimento confiado em mim através do meu trabalho em prol da melhoria do serviço público, contribuindo para uma sociedade cada vez mais democrática e atuante.

Assim, mais que descobertas (frangos podem ser castrados!) e aprendizados, a viagem ensinou-me a conhecer meus limites e que, às vezes, é preciso parar, refletir e, então, continuar. Na escalada à Montanha Macchu Picchu (enquanto me preparava para o Alaic), eu pensava que não conseguiria chegar ao topo, pois a altitude e o cansaço me seduziam a desistir. Lá, aprendi a dar um passo de cada vez, sem olhar para o final. E na hora lembrei: “assim é a dissertação, não vou correr para o fim, vou aproveitar o caminho até lá”. Foi uma longa jornada de crescimento intelectual, profissional e, acima de tudo, pessoal, cujo “excesso” de bagagem levarei para a vida. Sigo em frente de alma renovada, mente cheia e coração aberto. Obrigada!

Ah, um último registro às duas maiores testemunhas dessa jornada: meus gatos Ariel e Lady! Não podia deixar de citá-los, pois foram noites e noites em claro ao meu lado (ou sobre o computador), livros e rascunhos jogados ao chão em protesto à falta de atenção e muitos marcadores coloridos engolidos.

“Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero” (FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 1987, p. 47).

“Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens, na criação de um mundo em que seja menos difícil amar” (Final dos manuscritos da *Pedagogia do Oprimido*. In: GADOTTI, 2008).

RESUMO

A presente pesquisa propõe um cruzamento teórico-reflexivo entre Comunicação Pública e Folkcomunicação, no intuito de compreender os processos dialógicos instaurados entre o Estado e assentados da reforma agrária. Enquanto a primeira centraliza o foco no atendimento das necessidades do cidadão, a teoria brasileira de comunicação, de Luiz Beltrão, valoriza metodologias de transmissão artesanais e horizontais, onde dados são codificados e repassados em linguagens e canais familiares à audiência. Nesse sentido, investiga-se o percurso da mensagem oficial de uma autarquia federal até comunidades rurais no interior do Rio Grande do Sul, bem como se descreve de que maneira esses agricultores recebem a informação da superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-RS) e qual o valor atribuem a ela. A interpretação baseia-se no pensamento conscientizador de Paulo Freire, reconhecendo a interação de práticas dialéticas com a realidade, e nas ideias de participação social e democrática de Juan Bordenave. Através de uma mirada socioantropológica, ancorada no método escolhido – a Etnografia de Winkin (1998), Angrosino (2009) e Geertz (1989) – trata-se a comunicação pelo olhar de quem a recebe. Como técnica de levantamento de dados utilizou-se a entrevista em profundidade, com um total de 19 participantes: 6 famílias do assentamento Guajuviras (em São Gabriel) e 9 do Novo Horizonte II (em Santa Margarida do Sul), 3 extensionistas que atendem essas localidades e um funcionário do Incra que atua na região. Constatou-se que a Comunicação Pública, entre a população investigada, é mediada por práticas folkcomunicacionais, amparadas, essencialmente, na oralidade, uma vez que, na maioria dos casos, os conteúdos oficiais não chegam por meios de comunicação convencionais, como o jornal, por exemplo. A televisão é o principal veículo usado pelos agricultores, tendo em vista a precariedade dos sinais de telefonia, de internet e de rádio, e os serviços de correio. Assim, a transmissão da informação é feita por diversos agentes externos, desenhando um trajeto não-linear entre emissor (Incra) e receptores (assentados), o qual demanda uma comunicação cada vez mais relacional e interativa com os públicos e adequada às especificidades do mundo rural.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Folkcomunicação. Assessoria de Comunicação. Comunicação Rural. Reforma Agrária.

ABSTRACT

This research proposes a theoretical and reflective crossing between Public Communication and Folk Communication in order to understand the dialogical processes established between the State and beneficiaries of land reform. While the first focus on meeting the needs of citizens, the Brazilian theory of communication, by Luiz Beltrão, values handcraft and horizontal broadcasting methodologies, in which data is encoded and transferred via family channels and languages to the audience. In this sense, we investigate the route of the official message from a federal agency to rural communities in Rio Grande do Sul's countryside, and describes how these land workers receive the information from the regional superintendence of the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-RS) and what values they assign to it. The interpretation is based on Paulo Freire's conscience-raising thought, recognizing the interaction of dialectical practices with reality, and Juan Bordenave's ideas of social and democratic participation. Through an anthropological gaze, anchored in the method chosen - Winkin (1998), Angrosino (2009) and Geertz's (1989) Ethnography – communication is shown through the eyes of the recipient. As data gathering technique, we used in-depth interviews with 19 participants: 6 families from Guajuviras settlement (in São Gabriel) and 9 from Novo Horizonte II (in Santa Margarida do Sul), 3 agricultural extension professionals that meet these locations and one employee from Incra-RS working in the region. We found out that the Public Communication among the investigated population is mediated by folk communicational practices, supported essentially in orality, since, in most cases, official contents do not reach the public through conventional media, such as newspapers, for example. Television is the main vehicle used by settlers, given the precariousness of phone, internet and radio signals, and mail services. Thus, the diffusion of information is done by several external agents, drawing a non-linear path between sender (Incra-RS) and receivers (settled families), which demand an increasingly relational and interactive communication with the public and appropriate to the specificities of the rural world.

Keywords: Public Communication. Folk Communication. Communications Department. Rural Communication. Land Reform.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.1 INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL: A JUSTIFICATIVA	15
1.2 ESPECIFICIDADES DO RURAL: O OBJETO-SUJEITO	25
2 PERCURSO METODOLÓGICO	41
2.1 TIPO DE PESQUISA: ASPECTOS QUALITATIVOS E DESCRITIVOS	47
2.2 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO: TRADICIONAIS E COMBINADAS	52
3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA TEORIA	63
3.1 O EMISSOR: A FONTE OFICIAL	67
3.2 INFORMAÇÃO: DIREITO BÁSICO	81
3.3 INTERESSE PÚBLICO: CIDADANIA	89
4 PROCESSOS COMUNICATIVOS NO MEIO RURAL	99
4.1 FOLKCOMUNICAÇÃO: AGENTES, MEIOS E ATALHOS	106
4.2 RECEPTORES: “GRUPOS RURAIS MARGINALIZADOS”	114
5 AS REALIDADES DO CAMPO	120
5.1 AS FAMÍLIAS ASSENTADAS	132
5.2 O TÉCNICO DE CAMPO	182
6 CONSIDERAÇÕES (NEM TÃO) FINAIS	204
REFERÊNCIAS	217
ENTREVISTAS	225
LEGISLAÇÕES E <i>SITES</i>	227
ANEXO A	231
ANEXO B	232
ANEXO C	233

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento da comunicação ocorreu – e ocorre – em paralelo ao da humanidade: do período ágrafo na pré-história às redes digitais e virtuais do terceiro milênio, o ato de “tornar comum” sempre esteve no bojo das transformações humanas. O principal marco divisório foi o surgimento da escrita, por volta de 3.500 a.C, e desde então a comunicação vem assumindo diferentes formas, que se complementam ao longo dos tempos, adequando-se à evolução do homem e da sociedade.

Nas sociedades agrárias da Grécia antiga, por exemplo, os processos comunicacionais, baseados nas artes, criaram os primeiros sentidos de identidade, unidade e comunidade. Durante o império romano, a oratória ganhou força e serviu, muitas vezes, para o controle social da civilização que passava a ser muito mais comercial do que agrária. Já na Renascença, entre os séculos XIV e XVI, a comunicação firmou-se como difusora de novidades no ciclo das grandes navegações e descobertas. Hoje, comunicar-se é principalmente relacionar-se, seja por meio da imprensa, das mídias audiovisuais ou de tecnologias digitais.

Assim, a cada novo momento da história, a comunicação se refaz, atualizando conceitos do passado e propondo novos desafios, que merecem ser analisados e contextualizados. À medida que a sociedade progride econômica, política e culturalmente, mudam também suas formas de relacionamento e de comunicação. Atualmente, assiste-se à passagem de uma comunicação de massa – preocupada com os processos de urbanização e massificação, focada na transmissão da informação – para uma comunicação efetivamente social, voltada à interligação do ser humano e à construção das coletividades.

Esse fenômeno pode ser observado na recente história do Brasil: de um país agrícola, com uma população predominantemente rural até 1960¹, a uma jovem nação urbana cinco décadas depois. Conseqüentemente, alteraram-se as mediações e as interlocuções, e ambos os povos – o rural e o urbano – reorganizam práticas comunicativas entre si e com as estruturas que os disciplinam enquanto sociedade. Essa inversão demográfica transferiu-se também para o foco de atuação

¹ Conforme dados do IBGE, em 1960 a população rural brasileira era de 38.987.526 habitantes e a urbana de 32.004.817 pessoas. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> > Acesso em: 12 nov. 2014.

das instituições oficiais, as quais veem-se desafiadas a estabelecer relações com os mais diversos públicos.

Se, por um lado, repara-se o aumento da politização dos cidadãos (ainda que de forma desigual, é verdade), os habitantes que permaneceram no campo precisam se reinventar constantemente para se tornarem parte da sociedade e para atraírem os olhares daqueles organismos responsáveis pela sua manutenção. Nessa lógica, a comunicação tem ingerência direta na sobrevivência dos camponeses, afinal, seu modo de vida e suas peculiaridades requerem olhares diferenciados. Em países de extensas dimensões territoriais e de grande diversidade cultural, é imprescindível visualizar os povos nativos, como aqueles que vivem na zona rural, pois eles integram o povo brasileiro não somente como mão-de-obra produtiva, mas como cidadãos.

Então, sob uma perspectiva dialógica de comunicação, esta pesquisa investiga a relação entre instituição pública federal – responsável pela reforma agrária – e seus públicos diretos: famílias assentadas em lotes reformados no interior do Rio Grande do Sul. Descrevem-se, aqui, como as informações produzidas pelo órgão governamental, por meio de sua Assessoria de Comunicação, são percebidas pelos seus principais interessados, apurando os caminhos, os agentes ou os entraves que levam (ou não) a mensagem até seu destino.

O **objetivo** desta dissertação é analisar, qualitativamente, o processo de comunicação estabelecido pela instituição federal com famílias assentadas em projetos de reforma agrária, as quais ainda dependem de políticas públicas para serem totalmente incluídas na sociedade. A ideia, também, é verificar se a informação governamental chega até as comunidades rurais, de que forma isso ocorre e, especialmente, que influência essa mensagem tem no cotidiano dos agricultores.

Nesse sentido, a investigação é movida pelos seguintes **questionamentos**:

- As famílias assentadas em projetos de reforma agrária no interior do Rio Grande do Sul recebem a informação da instituição federal?
- Que uso e aplicabilidade os assentados fazem das informações que recebem do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)?
- De que maneira a mensagem oficial chega até a zona rural?
- Com base nos conceitos de Comunicação Pública, ocorre comunicação entre órgão público federal e famílias assentadas rurais?

Diferentemente de inúmeros estudos de comunicação sobre o tratamento da mídia à reforma agrária ou aos sem-terra, sobre a relação do Movimento Sem Terra com a imprensa (e vice-versa), ou mesmo sobre os processos comunicacionais do próprio Movimento², entre outras tantas abordagens, este trabalho dedica-se à relação entre os agricultores que receberam a terra em projetos de reforma agrária e as estruturas governamentais com as quais eles mantêm vínculos. Não são consideradas, no entanto, as funcionalidades da comunicação para a extensão rural, ou as infindáveis formas de comunicação alternativa surgidas em assentamentos da reforma agrária³.

Assim, valorizando o leque de interpretações já apresentadas por outros pesquisadores, busca-se um prisma ainda pouco explorado (segundo levantamento bibliográfico⁴): o acesso à informação oficial por parte dos assentados da reforma agrária. A relevância deste estudo está na averiguação do elo comunicativo governo-grupos rurais, ofertando um olhar diferenciado daquele que estuda a relação entre os envolvidos com essa temática e a mídia⁵. O desafio é ampliar a noção de comunicação para além daquela que é manchete de jornal, notícia no rádio ou na televisão, ou a que repercute em aferições de mídia nas metas institucionais.

A preocupação está no percurso entre a emissão e a recepção, pois a comunicação só se efetiva quando se torna dialógica, isto é, quando a mensagem emitida encontra um receptor que lhe dê leitura, atenção e significado. O mesmo ocorre com uma assessoria de comunicação, que mais que zelar (por que não,

² Destaca-se a tese de doutorado de Christa Berger (USP, 1996), transformada no livro *Campos em confronto: a terra e o texto* (BERGER, 1998), onde ela analisa as relações do MST com o jornal Zero Hora. Ainda, para demonstrar os variados interesses que o tema suscita e a sua transdisciplinaridade, apontamos a tese de doutorado de Cristiane de Souza Reis (REIS, 2011): *Os bastidores da mídia e os movimentos sociais: o caso do MST*, defendida na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal), em que a autora comparou a abordagem da mídia convencional e alternativa sobre o MST com a que é dada pelos produtos de comunicação do próprio Movimento.

³ Podem ser citados como exemplos trabalhos apresentados no XI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, realizado em Viçosa (MG) de 02 a 07 de setembro de 1998: *A experiência de assentamento de famílias de agricultores em área da UFPEL; Alternativas de Comunicação Rural e Participação Popular: uma experiência em assentamento da reforma agrária; A importância de uma Teoria Interpretativa da Cultura da Extensão e Educação Rural; A extensão rural como processo educativo* (BRAGA; KUNSCH, 1993).

⁴ Em referência ao levantamento bibliográfico feito ao longo do curso de Mestrado, entre 2013 e 2014.

⁵ No estudo de caso sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de São Paulo, Marina Koçouski (2012) analisa a relação entre Estado e sociedade, a partir do relacionamento do setor de comunicação social do órgão e os *mídia*. A referida dissertação foi defendida na USP, em outubro de 2012.

construir) pelas imagens institucionais, realiza-se quando seus públicos tornam-se privilegiados receptores e participantes de suas informações.

Assim, conhecimento científico e empírico unem-se na descoberta de um campo rico em diversidades, expectativas e sabedorias. Para tanto, esta dissertação ancora-se em pilares conceituais como a Comunicação Pública, situada no cenário das organizações estatais; e a Folkcomunicação, representando os processos de mediação entre o público e o rural. No cruzamento entre eles, encontram-se sujeitos integrantes de uma sociedade dinâmica que ora renova suas práticas, ora retoma antigos saberes para a própria sobrevivência.

Por isso, o percurso metodológico, constante no segundo capítulo, converte a uma perspectiva socioantropológica, baseada na Etnografia e no reconhecimento do objeto de estudo como elemento vivo apresentado em entrevistas pessoais. Em seguida, a revisão teórica sobre Comunicação Pública (capítulo 3) aborda a fonte governamental como emissora de informações – direito básico dos cidadãos – e a noção de interesse público para a preservação da cidadania. Posteriormente, os processos de mediação empíricos são desenhados pelas linhas da Comunicação Rural e pela Folkcomunicação (capítulo 4), demonstrando a importância dos agentes e meios populares para a transmissão de mensagens aos camponeses. Por fim, as realidades do campo emergem no capítulo 5, a partir dos dados coletados junto às comunidades estudadas, proporcionando o cruzamento entre teoria e prática em uma análise qualitativa dos resultados.

Deste modo, compreende-se a relação entre o emissor (órgão oficial do governo) e o receptor (população rural), tantas vezes isolada em sua condição geográfica, econômica e social. Observar o homem do campo, seus hábitos, seus comportamentos, seu linguajar próprio e seu ritmo de vida, pode revelar pistas para um diálogo ainda mais próximo, que efetive a informação oficial como um bem simbólico e cultural, atendendo ao verdadeiro interesse público e contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

1.1 INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL: A JUSTIFICATIVA

A manutenção da sociedade não se faz apenas por meio do regramento em leis e constituições, mas também através da informação permanente sobre as

instituições que compõem a administração pública⁶. Por isso, as assessorias de comunicação tornaram-se peças fundamentais na engrenagem do sistema estatal, uma vez que são as responsáveis por abrir espaços tanto na mídia quanto junto aos públicos.

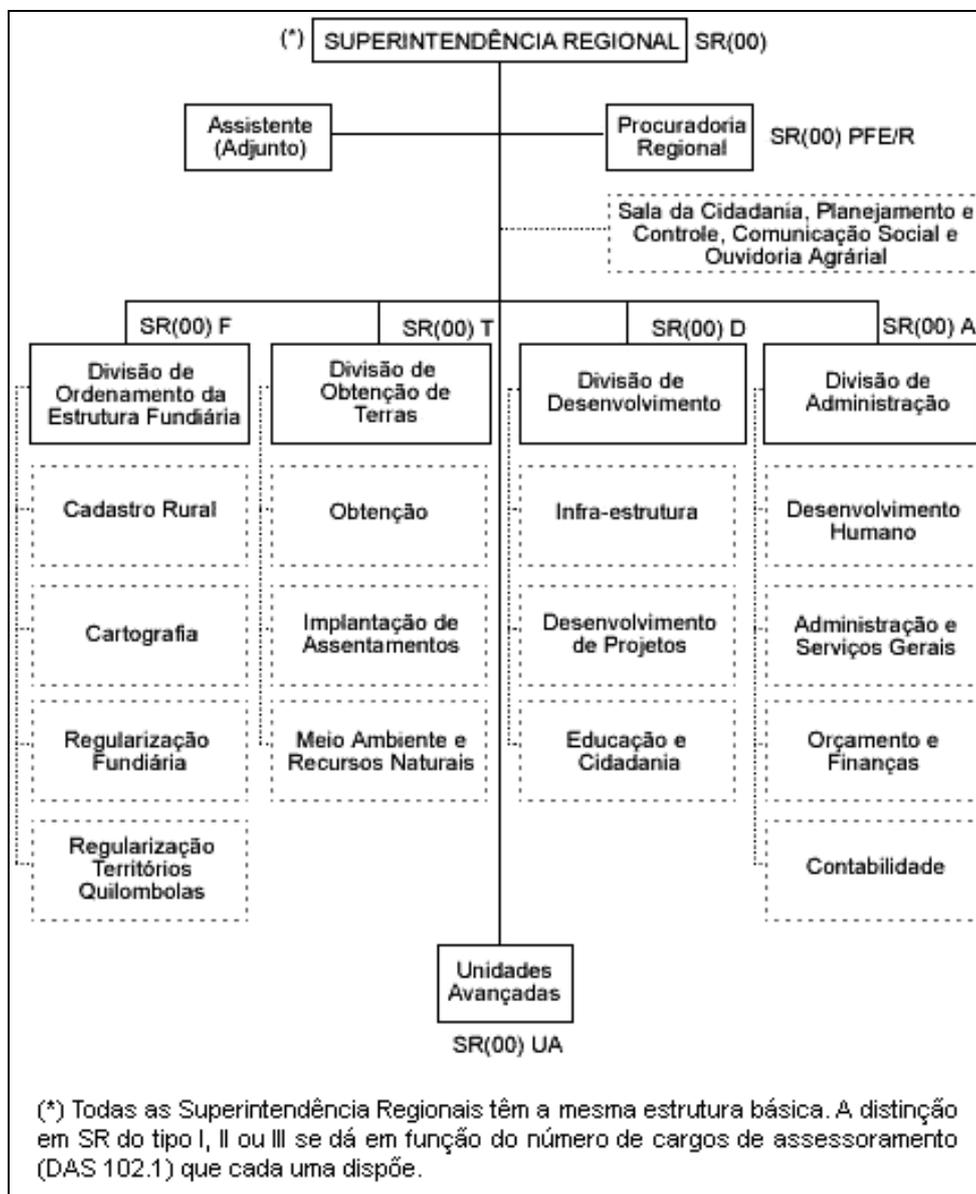
A opção por uma autarquia federal nesta pesquisa ocorre em função de que significativa parcela da população brasileira – especialmente aquela isolada social, econômica ou geograficamente – depende de políticas públicas para o atendimento de boa parte de suas necessidades básicas. Nesse sentido, a comunicação ultrapassa a responsabilidade de meramente divulgar ações governamentais para ocupar o lugar central de informar com vistas à construção da cidadania e à manutenção do bem-estar social.

Assim, apresenta-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), “uma autarquia federal, criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União” (INCRA, 2014a). Suas atribuições dividem-se em dois eixos: 1) o ordenamento da estrutura fundiária do país (CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO, 2014, p. 31), onde regulariza a malha de terras brasileiras, organiza o cadastro nacional de imóveis rurais de terras públicas, de arrendatários e parceiros, mantendo atualizado o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), controla a aquisição de terras por estrangeiros, e ainda, administra terras da União, bem como executa a delimitação, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos; 2) e a promoção e desenvolvimento da reforma agrária, a qual é prioridade nas cinco diretrizes estratégicas do Instituto, melhor explorada na seção seguinte.

Há mais de 10 anos, o Incra está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), embora possua autonomia política e financeira. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais (SR) – uma por estado, com exceção do Pará, com três, e de Pernambuco, com duas –, que se localizam nas capitais e nas cidades de Marabá, Santarém e Petrolina. As SRs são descentralizadas, cabendo a cada uma delas desempenhar atividades regionais de planejamento, programação, orçamento, informática, além de manter os dados do

⁶ Ao referir-se à “Administração Pública”, deve-se levar em conta a definição de Bobbio (1998, p. 10): “em seu sentido mais abrangente, a expressão Administração pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal”.

cadastro de imóveis rurais e outros sistemas de informações do Instituto. Todas seguem uma estrutura organizacional padrão, conforme organograma abaixo:



Estrutura funcional das Superintendências Regionais (INCRA, 2014b).

Então, a título de recorte, este estudo centraliza-se na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul (na estrutura nacional, responde pela sigla SR 11), sediada em Porto Alegre e com atuação em todo o Estado. Hoje, a Regional possui 115 servidores, 34 terceirizados e seis estagiários. Seu orçamento anual gira em

torno de R\$ 50 milhões⁷, empregados majoritariamente em ações de desenvolvimento de assentamentos (construção de casas e estradas vicinais), assistência técnica aos assentados, fomento à agroindustrialização da produção, além de regularizar territórios quilombolas, entre outras.

A SR 11 é responsável por 342 assentamentos da reforma agrária, em um total de 291.890 hectares de terra, atendendo 12.577 famílias⁸ de agricultores, através dos mais diferentes programas, tais como: assistência técnica e extensão rural, instalação e infraestrutura, fomento a agroindustrialização e comercialização de produtos oriundos de terras reformadas, educação no campo, entre outros. São essas famílias que representam o público direto da autarquia, devendo ser atendidas prioritariamente pelos produtos, mensagens e ações de comunicação da autarquia – não exclusivas, pois o princípio que rege a autarquia é de que a sociedade merece igual atenção e respeito de qualquer instituição governamental.

A Assessoria de Comunicação da SR 11 conta com cinco profissionais empossados através de concursos públicos e formados em Jornalismo, sendo que um também possui graduação em Relações Públicas. A autora desta dissertação também faz parte da equipe, atuando como jornalista do órgão há mais de 10 anos⁹. Por isso, um dos fatos que motivou esta pesquisa foi a vida profissional, uma vez que não há estudos aprofundados sobre os públicos atendidos pelo Incra, em especial, os da regional gaúcha. Apesar do contato rotineiro com assentados, técnicos e demais envolvidos com a reforma agrária, a lida diária nem sempre permite uma reflexão científica apropriada, sendo a academia o melhor espaço para tal debate.

As preocupações iniciaram-se ao detectar que, como jornalista, o assessor do Incra vai até as famílias, as entrevista, fotografa, relata seu modo de vida, conta a história para o jornal local, para o *site* nacional, mas os principais interessados nem sequer têm o retorno depois. Na maioria das vezes, eles não têm como acessar a internet nem recebem o jornal da cidade. Assim, a autora, como servidora pública federal, que deve honrar o compromisso de servir à sociedade, indagou-se: Os

⁷ Conforme Relatório de Execução Fiscal, a Superintendência Regional do Incra no RS empenhou um orçamento de R\$ 53,8 milhões em 2013. Informação obtida através de consulta pessoal ao Setor de Planejamento da SR 11.

⁸ Consulta formal ao relatório do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) em 20/01/2015.

⁹ A autora entrou em exercício no dia 27 de dezembro de 2004, em cargo efetivo, nomeada por concurso público, realizado em maio daquele ano.

assentados recebem a informação oficial? O que eles fazem com ela? Quando a safra de arroz orgânico, produzido nos assentamentos gaúchos¹⁰, é noticiada em âmbito nacional, a Assessoria do Incra procura incentivar que mais famílias se insiram no cultivo de espécies sem agrotóxicos e mostrar como a reforma agrária é uma alternativa rentável e saudável à agricultura? Contudo, que noção os agricultores têm dessas matérias jornalísticas?

Além disso, o Incra é um forte agente governamental em muitas cidades agrícolas do interior do Rio Grande do Sul, potencializando o investimento (através de parceiras públicas) em infraestrutura, como estradas e redes de abastecimento de água. Então, é preciso aumentar o foco nas relações estabelecidas com os assentados, uma vez que são eles os principais “atingidos” por políticas públicas de desenvolvimento no meio rural. Logo, em uma perspectiva democrática, deve-se possibilitar que eles próprios manifestem seus desejos quanto às formas de comunicação, normalmente estabelecidas verticalmente da administração estatal para o povo. E, ainda, após a elaboração de uma matéria pela Assessoria de Comunicação do órgão sobre liberação de créditos à divulgação e ao efetivo uso desses recursos, quais os agentes, os meios, os atalhos e as dificuldades que o agricultor encontra no caminho?

Assim, a experiência acumulada ao longo de uma década na autarquia se transferiu para os bancos acadêmicos no intuito de investigar – de forma científica – o relacionamento com os públicos diretos. Os questionamentos teóricos emanaram durante a especialização *Planejamento em Comunicação e em Gestão de Crises de Imagem*, realizada entre 2010 e 2012 na Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde a autora se reaproximou de conceitos como Comunicação Pública e Comunicação Organizacional. A partir de então, a inquietação do dia a dia passou a procurar respostas na academia para a ampliação e qualificação do diálogo comunicativo entre a instituição pública federal e os cidadãos que dela dependem.

Desta maneira, a presente pesquisa nasceu da necessidade profissional da autora em conhecer o público-alvo da autarquia federal na qual trabalha, com o intuito de aprimorar rotinas e práticas, contribuindo para o maior acesso às informações àqueles que vivem na zona rural, em um campo bem específico – a

¹⁰ Há, pelo menos, duas edições da abertura da colheita, o Canal Rural transmite o evento ao vivo, enfatizando o potencial produtivo das áreas reformadas.

reforma agrária. Isso porque estar familiarizado com o tema ou ser coadjuvante da cena estudada não significa conhecer, de fato, tal cenário. A proximidade com o objeto estudado nem sempre permite uma compreensão lógica de suas relações.

Nesse ponto, encontra-se amparo em Velho (1978) e Da Matta (1978), os quais defendem a subjetividade, implícita tanto no método quanto nas técnicas escolhidas, embora ressalvem a preservação da distância social e psicológica para uma boa análise. O primeiro lembra:

O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo, posso ter um mapa, mas não compreendendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam. O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico. Em princípio dispomos de mapas mais complexos e cristalizados para nossa vida cotidiana do que em relação a grupos ou sociedades, distantes ou afastados (VELHO, 1978, p. 41).

Sob a mesma perspectiva, Da Matta (1978) acrescenta que a experiência etnográfica e a coleta de dados em campo ocorrem a partir do deslocamento do pesquisador em relação à sua própria sociedade e seu próprio mundo. Ele argumenta que é preciso

aprender a realizar uma dupla tarefa que pode ser grosseiramente contida nas seguintes fórmulas: (a) *transformar o exótico no familiar* e/ou (b) *transformar o familiar em exótico*. E, em ambos os casos, é necessária a presença dos dois termos (que representam dois universos de significação) e, mais basicamente, uma vivência nos dois universos por um mesmo sujeito disposto a situá-los e apanhá-los (DA MATTA, 1978, p. 28).

Ao referendar o *anthropological blues*¹¹, o autor sinaliza, ainda, a sua importância como o ato de “incorporar no campo mesmo das rotinas oficiais, já legitimadas como parte do treinamento do antropólogo, aqueles aspectos extraordinários, sempre prontos a emergir em todo o relacionamento humano” (DA MATA, 1978, p. 27-28). Na visão de Da Matta, só existem “dados” quando há empatia de lado a lado, isto é, do pesquisador para o pesquisado e vice-versa, em um processo que permita dialogar com as formas hierárquicas com as quais se

¹¹ Artigo que se tornou uma referência na antropologia brasileira - "O ofício do etnólogo, ou como ter *anthropological blues*" (DA MATTA, 1978).

convivem. “O homem não se enxerga sozinho. Ele precisa do outro como seu espelho e seu guia” (DA MATTA, 1978, p. 35).

Travancas (2008) também reconhece a legitimidade do pesquisador que estuda seu próprio meio, desde que ele seja hábil o suficiente para distanciar-se e refletir sobre o significado dos dados que recolhe, em um constante movimento de idas e vindas. Para Clifford (1998, p. 34), “a experiência do pesquisador pode servir como uma fonte unificadora da autoridade de campo”, da mesma maneira que Travancas (2008) a defende:

Não creio que estar próximo do grupo investigado seja fundamental, mas acho sim que ter um enorme interesse, uma grande curiosidade em conhecê-lo melhor são fundamentais. Não se deve ‘brigar’ com o objeto. Pesquisa não é tarefa simples. Tem seus imprevistos, exige muita disciplina, um aprofundamento no tema (TRAVANCAS, 2008, p.106).

Para apreciar certas áreas ou dimensões sociais é necessária uma vivência mais aproximada, haja vista existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados e que exigem esforço detalhado de observação. Por isso, esta dissertação dedica atenção às famílias atendidas diretamente pelo Inca, visitando seu habitat para apreender suas práticas de comunicação relativas à instituição governamental.

Embora se suspeite de suas demandas, aspirações e costumes (por fazer parte do processo de emissão das mensagens oficiais), não é possível afirmar, com certeza, qual o comportamento dos assentados diante da informação que recebem da autarquia, nem mesmo se recebem esse dado com exatidão. Sendo assim, primeiro é preciso conhecer o objeto, para então diagnosticar maneiras eficientes e eficazes de comunicação, conforme orienta Velho (1978):

Posso estar acostumado [...] com uma certa paisagem social onde a disposição dos atores me é familiar, a hierarquia e a distribuição de poder permitem-me fixar, grosso modo, os indivíduos em categorias mais amplas. No entanto, isto não significa que eu compreenda a lógica de suas relações (VELHO, 1978, p. 41).

Para o autor, o trabalho de investigação e reflexão sobre a sociedade e a cultura leva ao questionamento e exame sistemático do próprio ambiente em que se está inserido. Ao concordar com Da Matta, Velho (1978) enfatiza:

O que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento e desconhecimento, respectivamente [sic] (VELHO, 1978, p. 39).

Todavia, é preciso fugir dos mecanismos classificadores que estão arraigados no cotidiano. E isso, segundo Velho (1978), faz parte da ciência social, cuja função também é suscitar dúvidas, rever premissas e questionar.

[...] Assim, em princípio, dispomos de um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isto, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema (VELHO, 1978, p. 40).

Em contrapartida, a natureza de descrição e interpretação do trabalho etnográfico e o processo de conhecimento da vida social implicam, inevitavelmente, em certo grau de subjetividade, inerente à pesquisa qualitativa. Velho (1978, p. 43) reconhece que por mais que tenha procurado reunir dados “verdadeiros” e “objetivos” sobre a vida daquele universo, a sua subjetividade está presente em todo o trabalho: da escolha do tema, do objeto às palavras que compõem a dissertação, carrega-se a bagagem biográfica da experiência e do repertório.

Mesmo assim, Velho (1978) revela que o estudo do familiar oferece vantagens, pois se tem a possibilidade de rever e enriquecer o resultado das pesquisas realizadas em campo. De acordo com o autor, é preciso ver o familiar como uma realidade bem mais complexa do que aquela que é apresentada por códigos, mapas e classes pelas quais foram socializados. Diz ele:

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. [...] O estudo do rompimento e rejeição do cotidiano por parte de grupos ou indivíduos desviantes ajuda-nos a iluminar, como casos limites, a rotina e os mecanismos de conservação e dominação existentes (VELHO, 1978, p. 45).

Nesse sentido, ao observar o familiar, Velho (1978) sugere que se ultrapassem as noções estereotipadas, através da análise minuciosa da realidade, seja ela próxima ou distante do pesquisador. Assim, o desenvolvimento da comunicação na esfera administrativa faz-se também com o entendimento cultural, social, político e antropológico daqueles que dão sentido à sua existência enquanto instituição.

De qualquer forma o familiar, com todas essas necessárias relativizações é cada vez mais objeto relevante de investigação para uma Antropologia [e por que não, de uma Comunicação?] preocupada em perceber a mudança social não apenas ao nível das grandes transformações históricas, mas como resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas (VELHO, 1978, p. 46).

Uma vez que o Estado democrático está imbuído de atender seus cidadãos, é passível que se observe o nível deste atendimento, seja através de serviços diretos ou por meio do diálogo que Ele mantém com a sociedade. Então, busca-se no estudo etnográfico um instrumento metodológico que auxilie na identificação e análise dos problemas sociais.

[...] Que os resultados da pesquisa – ou até mesmo o seu processo de realização – pudessem retornar ao grupo pesquisado e ser aplicados em seu benefício. Por exemplo, a pesquisa poderia se propor a contribuir para resolver problemas de comunicação e/ou ajudar na melhoria das condições de existência dos grupos pesquisados (PERUZZO, 2008, p. 131).

Cabe, ainda, ressaltar que esta pesquisa possui apoio integral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária¹², pois é de interesse absoluto da autarquia conhecer as práticas de seus principais receptores de comunicação. Também é um passo para a melhoria de vida das comunidades rurais, muitas vezes afastadas das facilidades dos centros urbanos. Por isso, escolheu-se a linha de pesquisa “Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na

¹² O Incra realizou o custeio integral das mensalidades do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, mediante processo interno nº 54220.000120 / 2013-74, bem como viabilizou a participação em congressos e atividades acadêmicas, com a liberação da autora de suas atividades e concessão de apoio financeiro, conforme ocorreu com o II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, cuja apresentação de artigo da autora foi autorizada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário em publicação no Diário Oficial da União de 24 de março de 2014.

Comunicação das Organizações” neste Programa de Pós-Graduação, pois ela contempla

investigações nas quais entrem em foco os modos pelos quais são percebidas as práticas sociopolíticas que ocorrem no meio social e as maneiras pelas quais esses fenômenos conjunturais ou estruturais incidem sobre esses meios e campos, alterando suas rotinas, perspectivas, modos de produção e resultados, tais como políticas de expansão, economia política dos meios, estratégias mercadológicas de comunicação em busca de hegemonia ou de novos espaços, políticas e reformulações editoriais ou de formatação dos produtos (PUCRS, 2014).

Peruzzo (2008, p. 130-131) garante que “extrapolando os muros da universidade e do debate puramente abstrato para o chão dos acontecimentos sociais que envolviam a criação de alternativas comunicacionais nas classes populares” pode colaborar para importantes mudanças sociais. Assim, ao direcionar o estudo não para o exame de um produto midiático específico, mas para uma relação comunicativa que se dá entre órgão público – através de sua assessoria de comunicação – e cidadãos, visa-se contribuir, cientificamente, para a construção de espaços mais democráticos e participativos de atuação da população.

Ao aprofundar o debate em torno da prática com o rigor da ciência, espera-se construir conhecimentos para aprimorar a rotina das organizações (neste caso específico, do Incra/RS) em prol do melhor compartilhamento de informações, embasando a adequação de formatos, linguagens e estratégias à realidade e ao anseio da população rural atendida. Os elementos apurados podem, ainda, proporcionar um melhor entendimento da comunicação autarquia-assentados da reforma agrária, levando em consideração as relações estabelecidas, os mediadores e as percepções do público.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa aplicada, com intenso trabalho de campo e de levantamento documental e bibliográfico, que visam estudar um dos públicos diretos da Assessoria de Comunicação do Incra/RS com o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados pelo órgão federal, e não julgar a eficiência e a eficácia da comunicação que vem sendo desempenhada. Os conceitos aqui discutidos vão ao encontro da preocupação profissional e cidadã em qualificar cada vez mais o atendimento estatal ao povo, priorizando o interesse coletivo no ato de informar e de comunicar.

Nesse sentido, deseja-se cumprir com a função social da ciência de responder às dificuldades do cotidiano e ratificar o *status* da comunicação como “ciência social aplicada”, partindo da realidade empírica para as reflexões teóricas. Espera-se, assim, retornar à realidade empírica essa *práxis* vivida em conhecimento científico, avalizado pela academia e útil à melhoria da sociedade.

1.2 ESPECIFICIDADES DO RURAL: O OBJETO-SUJEITO

A luta pela terra no Brasil está associada historicamente à sua colonização, quando, por volta de 1530, surgiram as capitanias hereditárias e, logo, em seguida, o sistema de sesmarias (grandes glebas distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção), originando os primeiros latifúndios do país. De lá para cá, a questão fundiária tornou-se, sobretudo, uma disputa política e ideológica, especialmente quando se inseriu no debate da sociedade entre 1950 e 1960, com o aparecimento das Ligas Camponesas no Nordeste (1945), que brigavam pela distribuição da terra e foram intensamente combatidas durante o período militar.

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que perseguia as Ligas Camponesas, o governo militar do general Humberto de Alencar Castello Branco deu o primeiro passo em direção à reforma agrária no Brasil, com a edição do Estatuto da Terra, em 1964, que regulamentou os “direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução de Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”¹³. Obra do regime ditatorial instalado pelo golpe de 31 de março de 1964, o documento (assinado por Castello Branco) foi uma resposta às lutas camponesas daquela época. Sua criação (oito meses depois do golpe) estava ligada ao clima de insatisfação no meio rural e ao temor do governo e da elite conservadora de uma revolução no campo.

No regime ditatorial (1964-1985), entretanto, os governos militares não tinham como objetivo implementar programas massivos

¹³ Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964: “dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências”. Essa legislação conceitua reforma agrária e inaugura a discussão sobre as funções sociais da propriedade da terra, que são: bem-estar dos proprietários e trabalhadores, manutenção dos índices de produtividade, conservação dos recursos naturais e observação das disposições legais trabalhistas. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm >. Acesso em 26 out. 2014.

de distribuição de terras, limitando-se, apenas, a implantar os fracassados projetos de 'Colonização Agrícola', cuja estratégia era mais de segurança nacional (ocupar todas as fronteiras do país), do que propriamente a implementação de programas que efetivamente reformulassem a estrutura agrária brasileira (MATTEI, 2005, p.170).

Todavia, o Estatuto influencia até hoje a legislação a respeito do tema, norteando o conceito de reforma agrária como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Art. 1º - § 1º, ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Com o fim do regime militar e início do processo de redemocratização do país, a partir de 1985, a temática da reforma agrária reapareceu na agenda pública. Durante a Nova República (1985-1989), a questão agrária esteve quase sempre no centro do debate político do país. De acordo com Mattei (2005), contribuíram para isso, de forma decisiva, o aparecimento de movimentos sociais organizados, tanto a favor da reforma agrária – caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) –, como os contrários – caso da União Democrática Ruralista (UDR) e das grandes cooperativas agropecuárias, as quais alimentavam o debate continuamente e, em muitas situações, provocavam confrontos; e a conjuntura política nacional que se estabelecia.

Segundo o autor,

do ponto de vista institucional, a elaboração da nova Constituição do país (1986-1988), aliada à promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), manteve viva parte das contradições da sociedade brasileira, as quais ganhavam grande expressão por meio dos segmentos sociais agrários (MATTEI, 2005, p. 170).

Assim, foi instituído o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985¹⁴, com a meta utópica de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhões de famílias até 1989. Porém, ao final do período somente 10,4% das terras foram destinadas à reforma agrária e 5,9% das famílias realmente beneficiadas, o que demonstra a complexidade deste processo desde os seus primórdios. Em 1988, a política agrária e fundiária e a reforma agrária do país

¹⁴ Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985: “aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária e dá outras providências”. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 26 out. 2014.

passaram a vigorar, também, na Constituição Federal, sendo normatizadas nos artigos 184 a 191¹⁵, entre outros. Nota-se que o assunto é tratado dentro da “ordem econômica e financeira” (Título VII da Constituição), reduzindo o potencial social e transformador da ação que modifica diretamente a vida de trabalhadores rurais sem acesso a terra.

Ainda, com relação ao tratamento dado pelos governos brasileiros à temática da reforma agrária, salienta-se a formação de diferentes ministérios no decorrer da história. O primeiro associado diretamente a essa problematização foi criado no governo de João Baptista Figueiredo, em 1982, como herança das ideias de Castello Branco. Então, foi instituído o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf), por meio do Decreto nº. 87.457, o qual também cuidava do Programa Nacional de Política Fundiária do país. Três anos depois, o presidente José Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) através do Decreto nº. 91.214 de abril de 1985. O Mirad era uma proposta que integrava o programa de governo de Tancredo Neves (morto antes de assumir a presidência da república, naquele mesmo ano), e funcionou até janeiro de 1989, quando a Medida Provisória nº 29 o extinguiu. No ano seguinte, durante o mandato do presidente Fernando Collor de Mello, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário foi incorporado ao Ministério da Agricultura.

Mas em 29 de abril de 1996, após o violento incidente no sudeste do Pará – “Massacre de Eldorado dos Carajás” – foi nomeado um novo ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, o qual se responsabilizou pelas pressões sociais e pela demanda dos movimentos sociais ligados à terra até final de 1999. Em janeiro de 2000, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelo Decreto nº 3.338 / 2000 (revogado em junho de 2003 pelo Decreto nº 4.723). Em agosto de 2001, as atribuições do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento relacionadas a agricultores familiares e assentados da reforma agrária passaram, então, para o MDA.

¹⁵ Constituição Federal de 1988 – Título VII: Da Ordem Econômica e Financeira – Capítulo III. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 26 fev. 2014. Neste sentido, também está em vigor a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal”. Esta é a principal normativa que rege o Incra, principalmente para a desapropriação de terras à reforma agrária. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm > Acesso em 26 out. 2014.

Assim, hoje, o Ministério do Desenvolvimento Agrário é um órgão integrante da administração direta, com as seguintes competências: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas. Em caráter extraordinário, atua, também, na regularização fundiária da Amazônia Legal (MDA, 2014).

Contudo, como visto anteriormente, cabe ao Incra implementar a reforma agrária e promover “a democratização do acesso a terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis [e] da regularização fundiária de terras públicas” (INCRA, 2014a). Em 2003, o II Plano Nacional da Reforma Agrária, – vigente há mais de uma década –, determinou a sua integração a um projeto nacional de desenvolvimento, devendo ela ser “massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos” (INCRA, 2014d). Ainda, conforme o Instituto, em seu portal,

o que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (INCRA, 2014d).

Assim, a reforma agrária vem se desenvolvendo ao longo dos anos no Brasil como uma bandeira ideológica e/ou política. Embora prioridade para alguns governos, para outros nem tanto, a reforma agrária é uma política pública assegurada pela Constituição, não como proposta partidária de governo, mas como dever do Estado. Incorporada às políticas estatais e nas disposições constitucionais, é sob esse cenário específico de terras e vidas reformadas que o rural é abordado neste trabalho, observando as famílias, que após a inserção em movimentos sociais e a luta contínua pelo pedaço de chão, hoje buscam a cidadania e a inclusão na sociedade por meio da produção agrícola e a sobrevivência no campo.

Não é exagero afirmar que a política agrária, isto é, o sistema oficial de atribuição de direitos reais sobre terras agrícolas, foi o principal fator de organização da sociedade brasileira até meados do século passado. Em razão dele, com efeito, desenvolveu-se quase toda a nossa vida política e econômica, e moldaram-se as classes sociais (COMPARATO, 2008).

Volta-se, então, à classe trabalhadora rural, formada por pequenos agricultores da reforma agrária. Ao serem assentadas pelo Incra, quando beneficiadas por um lote, essas famílias estabelecem vínculo direto com o poder público, dependendo, portanto, das “pontes” da comunicação para manter-lhes o contato e a devida informação. Este peculiar modo de vida e de organização social e produtiva, que são os projetos da reforma agrária¹⁶, são assim descritos na Instrução Normativa nº 15 de 2004, art. 3º, § IV:

Conjunto de ações [...] integradas ao desenvolvimento territorial e regional [...] para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do (a) trabalhador (a) rural e de seus familiares (INSTRUÇÃO NORMATIVA, 2004)¹⁷.

Além da aquisição ou da desapropriação de imóveis rurais para destinação à reforma agrária, após a criação do assentamento, o Incra responsabiliza-se pela liberação dos primeiros créditos, insumos de produção e construção de infraestrutura básica, como estradas e redes de água e de energia elétrica, unindo esforços entre os Executivos federais, estaduais e municipais. Além disso, presta assistência técnica, social e ambiental aos beneficiários, para que eles tenham as condições essenciais de iniciar sua nova vida na terra, que passa a estar sob seus cuidados¹⁸.

¹⁶ Projetos de reforma agrária e assentamentos são sinônimos.

¹⁷ Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004 – art. 3º - § IV. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/n_15_30032004.pdf> Acesso em 25 jan. 2015.

¹⁸ Sobre a propriedade do lote, “a Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, instrumentos que asseguram o acesso a terra. O contrato de concessão de uso transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso a terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do governo federal. O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o título

Sauer (2005, p. 59) explica que “a constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal [ou estadual] que estabelece condições legais de posse e uso da terra”, sendo, portanto, um espaço geograficamente delimitado para a produção agropecuária e extrativista, que abarca um grupo de famílias distintas, amparadas por programas governamentais. Por outro lado, ele lembra que o assentamento é “produto de conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso a terra”, que conjuga histórias humanas de persistência e resistência para afirmação constante deste território rural como parte da sociedade. Em resumo:

É o lugar onde diferentes biografias se encontram – ou ampliam os encontros iniciados nos acampamentos – e iniciam novos processos de interação e identidade sociais, gerando novos atores sociais e políticos. Esses atores terão como principais fatores de mediação real e simbólica (interna e externa) a terra, o trabalho e a produção (SAUER, 2005, p. 61).

Além disso, as relações sociais desses “novos atores” permeiam e são permeadas também pela estreita ligação com as diversas instituições governamentais (entre elas, o Incra), atuantes no processo de reforma agrária. Paralelo à instalação formal desses trabalhadores rurais em terras delimitadas, ocorre a construção e a consolidação de diferentes etnias, gêneros e grupos em novas comunidades, que passam a se relacionar entre si, com seus pares e, principalmente, com o Estado. Acrescenta-se, também, aos fatores de mediação apontados por Sauer (2005), a comunicação, pois dela depende não apenas a conscientização pública sobre o valor do assentamento, mas primordialmente a manutenção das famílias que habitam essas áreas.

A capacidade de “tornar comum” a complexidade da causa e a heterogeneidade das pessoas atingidas contribui para que a reforma seja na terra e na sua propriedade, e também no modo de vida desta “nova microssociedade” que se forma. Na opinião de Carvalho (1999), não é apenas uma infraestrutura produtiva e de uso social que se inicia com o assentamento; desencadeia-se uma nova estrutura política e ideológica, baseada em ajustes e adaptações de experiências

anteriores, onde a comunicação é vital para a preservação da vida em comunidade.

Nesse espaço físico, uma parcela do território rural, plasmarse-á uma nova organização social, um microcosmos social, quando o conjunto de famílias de trabalhadores rurais sem terra passar a apossar-se formalmente dessa terra. Esse espaço físico transformase, mais uma vez na sua história, num espaço econômico, político e social (CARVALHO, 1999, p. 06).

Este “novo ambiente” reúne famílias estranhas umas às outras, mas que têm em comum as raízes camponesas. Nesse sentido, Carvalho (1999) traz uma interessante descrição daqueles identificados pela expressão genérica de “trabalhadores rurais”, ou mais particularmente, “trabalhadores rurais sem terra” (em alusão à sua condição anterior ao recebimento de um lote)¹⁹. Segundo o autor, por mais diferente que seja a origem ou a vivência, essas pessoas carregam características muito semelhantes entre si, tais como: a imagem do proletariado rural, onde viam explorado o seu trabalho e negado os seus direitos; sentimento de inexistência civil; cotidiano submetido a estratégias de sobrevivência; sucessões familiares sugeridas ao sofrimento no campo; e, por fim, submissão “a um código ideológico dominante no qual eram considerados como margens sociais toleradas pela sociedade envolvente” (CARVALHO, 1999, p. 07).

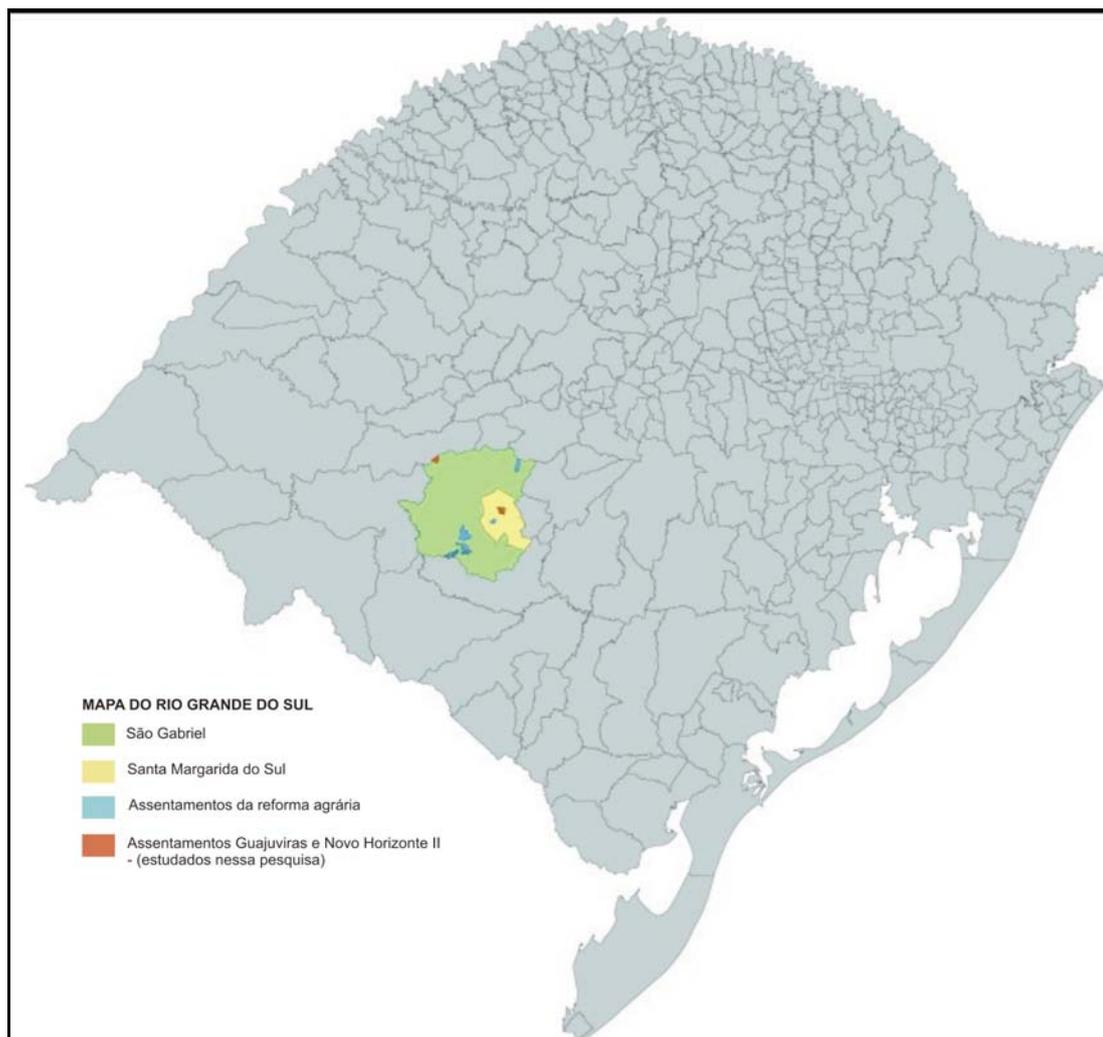
É neste cenário, portanto, que está localizado o objeto dessa pesquisa. Diante da diversidade política, cultural, social e humana que os assentamentos da reforma agrária oferecem, a investigação foca-se em dois projetos do Rio Grande do Sul, localizados na região de São Gabriel, a qual é composta por extensões territoriais rurais que, ao longo dos anos, foram sendo “reformadas” por um processo de redistribuição de terras a famílias de agricultores sem-terra, caracterizando uma disputa emblemática entre latifundiários e o movimento social dos camponeses.

Os assentamentos foram escolhidos em dois municípios limítrofes para preservar características regionais, tanto de geografia, história e composição étnica, racial e social, como as culturais e econômicas. Do mesmo modo, foram eleitos dois

¹⁹ Neste item, é necessário esclarecer um equívoco conceitual clássico no senso comum: *acampamentos* são organizados por movimentos sociais, geralmente quando almejam determinada área de terra, como forma de pressionar o Estado para sua aquisição ou desapropriação. *Assentamentos* são, de fato, extensões territoriais adquiridas ou desapropriadas pelo governo para produção e sobrevivência de famílias participantes do programa de reforma agrária. Logo, *acampados* também são diferentes de *assentados*.

projetos, instituídos exclusivamente pelo governo federal, porque o relacionamento com os públicos e a comunicação ocorre desde as negociações da área (quando o movimento social a reivindica, por exemplo) à criação do projeto e o seu desenvolvimento e consolidação. Esclarece-se que, além dos 191 projetos federais, o Incra também incorpora em seu programa de reforma agrária assentamentos estaduais (141), municipais (2) e reassentamentos de barragens (8), nos quais as relações estabelecidas com as famílias são mais pontuais, em atividades específicas (como assistência técnica), interferindo, portanto, na análise dos processos comunicativos.

Assim, a pesquisa de campo foi realizada em dois assentamentos: o Guajuviras (localizado em São Gabriel) e o Novo Horizonte II (situado em Santa Margarida do Sul), a fim de oferecer uma abordagem comparativa entre um projeto criado há 18 anos pelo Incra, e o outro implantado há 7 anos, e que ainda demanda as principais ações da autarquia. Por isso, foi possível também traçar uma análise histórica da percepção dos assentados quanto à comunicação realizada pela autarquia federal, pois a instalação das famílias ocorreu em períodos distintos, com mais de uma década de diferença. O referido campo de estudo pode ser visualizado no mapa do Rio Grande do Sul a seguir:



Fonte: Setor de Cartografia – Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – Incra/RS (2014).

A região localiza-se na metade sul do Rio Grande do Sul, historicamente marcada pela constituição de latifúndios e disputa pela terra. A história de São Gabriel remonta os anos de 1800 (IBGE, 2014b), com a chegada dos primeiros espanhóis, e confunde-se com a memória da própria Campanha Gaúcha. Em 1846, já em sua atual localização, a antiga Sesmaria da Trilha foi elevada à categoria de vila, “com a instalação da Câmara de Vereadores, sendo considerada a data de aniversário de emancipação” do município.

Ocupada no início do século XVIII, por portugueses, militares e pessoas de prestígio da Coroa Portuguesa através de doações de sesmarias, a região fronteira gaúcha foi composta por imensos latifúndios que chegavam a medir cerca de 13.000 hectares cada um. No início do século XIX, a metade sul já estava totalmente ocupada por aproximadamente 500 proprietários, que detinham terra, poder e capital (COSTA, 1988; BRUM, 1987; PESAVENTO, 1997 apud ALVES; SILVEIRA; FERREIRA, 2007, p. 84).

Chamada de “Terra dos Marechais” (em função de líderes militares e personagens históricos que lá nasceram)²⁰, a cidade cresceu a partir da agricultura e da pecuária, tendo forte vinculação com o meio rural. Chegou a ser composta essencialmente por propriedades rurais com pecuária extensiva, monocultura de arroz e áreas de reflorestamento de eucalipto, ocasionado por imensos vazios demográficos, e concentração de terra e renda (ALVES; SILVEIRA; FERREIRA, 2007, p. 83), tornando-se, assim, alvo de cobranças do Movimento Sem Terra ao governo federal para desapropriações de latifúndios improdutivos.

Alves; Silveira e Ferreira (2007, p. 84) registram que, na década de 1960, a expansão do plantio de soja no norte do Rio Grande do Sul provocou, além do crescimento econômico, a mecanização da lavoura, causando problemas sociais na região, como o êxodo rural e a falência de pequenos agricultores, os quais se inseriram no MST "em busca da reconquista de um pedaço de terra para voltar a produzir e restabelecer uma vida camponesa". Então, o cenário da metade sul gaúcha foi ganhando novos contornos, incrementados pela agricultura familiar e pela reforma agrária.

Navarro e outros (1999, p. 27) enfatizam que entre 1970 e 1990 os conflitos fundiários assumiram novas características, impulsionados pelas transformações sociais do campo brasileiro. Os autores atribuem aos movimentos sociais, em especial ao MST, a "principal força propulsora dos processos sociopolíticos que resultaram na constituição dos assentamentos rurais e seus impactos". E confirmam o deslocamento geográfico dos camponeses em busca de melhores condições de vida e de produção.

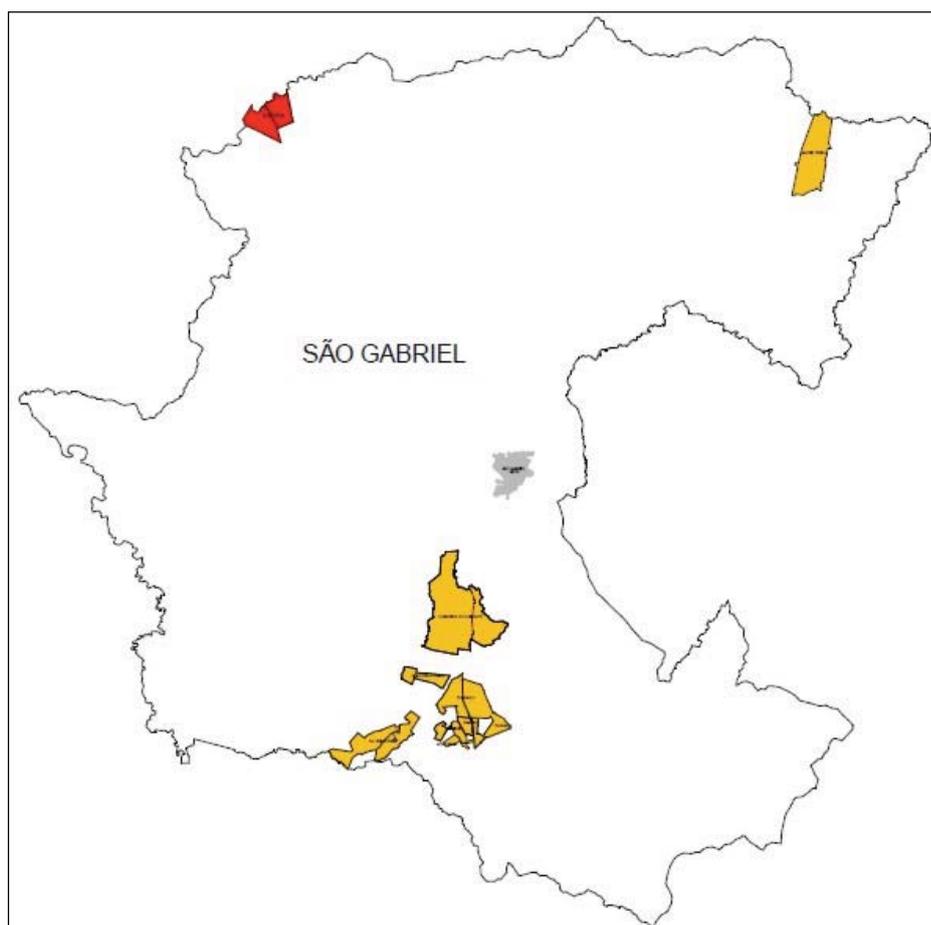
O agravamento das condições sociais de ocupação e emprego rural, a elevação dos preços das terras, a intensa mecanização dos processos produtivos, entre outros impactos da 'modernização conservadora', contribuíram para a formação de uma 'população sobranse' em áreas rurais, alvo dos esforços de organização e mobilização dos nascentes movimentos sociais rurais, especialmente na região norte (NAVARRO et al., 1999, p. 21).

²⁰ Nasceram em São Gabriel os marechais João Propício Menna Barreto e Fábio Patrício de Azambuja; o presidente da República, Hermes Rodrigues da Fonseca; e o comandante da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, durante as batalhas na Itália, João Batista Mascarenhas de Moraes. Outros militares gabrielenses fizeram parte da história nacional, como o coronel José Plácido de Castro, desbravador que conquistou o Acre (Fonte: IBGE, 2014b).

Dessa maneira, os assentamentos impactaram, aos poucos, a região de São Gabriel. Para Chelotti (2007), a produção camponesa exerceu um papel secundário e complementar ao espaço latifundiário, ao contrário de outras regiões do Estado, onde foi e é destaque na economia local. O autor lembra que a Campanha sofreu um "empobrecimento" em 1980, levando o governo a uma atuação mais incisiva na democratização pela terra.

A década de 1990 foi marcada pelas vitórias realizadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em propriedades consideradas improdutivas. Nesse sentido, acentuou-se a luta pela terra na região, promovida pelas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que reivindicava novas áreas para assentar famílias. Devido a esses embates, algumas áreas foram conquistadas e transformadas em assentamentos rurais, provocando a migração de milhares de pessoas para os campos dessa região (CHELOTTI, 2007, p. 95).

Assim, existem hoje, em São Gabriel, oito assentamentos, indicados no mapa a seguir (na cor laranja). Juntos, eles somam uma área de 14.098 hectares, onde vivem 613 famílias de trabalhadores rurais. O primeiro projeto de reforma agrária criado no município foi o Guajuviras, em setembro de 1996 - eleito para a presente pesquisa (destacado em vermelho). O último assentamento, o Cristo Rei, foi criado pelo Incra em março de 2010. A população do município em 2013 foi estimada em 62.594 habitantes. Pelo Censo Demográfico de 2010, foram identificadas 60.425 pessoas, sendo 6.650 residentes no meio rural e 53.775 pessoas na zona urbana (IBGE, 2014b).



Fonte: Setor de Cartografia – Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – Incra/RS (2014).

A reforma nos latifúndios alavancou a transformação social e espacial também em outros municípios da região, como em Santa Margarida do Sul, uma pequena cidade que faz divisa com São Gabriel, onde também ocorreu a pesquisa. O território foi emancipado de São Gabriel em 1996, e o próprio nome faz alusão ao sistema de concentração fundiária da região.

O nome Santa Margarida, segundo a história oral, originou-se da homenagem feita a dona de uma *grande fazenda de gado existente na região*. A extensão desta estância abarcava quase todo o distrito de Santa Margarida, porém, através da evolução histórica as terras pertencentes à Estância de Santa Margarida foram sendo divididas, passando a pertencer a vários proprietários (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA DO SUL, 2014, grifo nosso).

A agropecuária é a principal fonte econômica do município. O setor primário é constituído pela agricultura, com o cultivo de soja, arroz, trigo, cevada e painço (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARGARIDA DO SUL, 2014). A produção

de soja é de 24 mil toneladas por ano, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2014a) e a de trigo, de 2,3 mil toneladas. Na pecuária, destacam-se o rebanho bovino de aproximadamente 40 mil cabeças, e o de ovelhas, com 22,8 mil unidades.

A área de lavoura permanente chega a 25,8 mil hectares (cerca de 27% do território do município), enquanto o espaço preservado com pastagens naturais é de 19 mil hectares (20% do total). Assim, observa-se a essência rural desse município agrícola, situado às margens da rodovia BR 290. Tanto, que a população de Santa Margarida do Sul estimada para 2013 era de 2.469 habitantes, sendo que 1.800 pessoas viviam no campo e apenas 552 formavam a zona urbana da cidade (Censo Demográfico 2010, IBGE, 2014a).

Mas desde 2008, com a implantação do primeiro assentamento da reforma agrária - Novo Horizonte II, outro objeto deste estudo -, parcerias governamentais entre o Executivo federal (por meio do Incra/RS) e o municipal vêm aplicando recursos públicos no desenvolvimento da área rural. Recentemente, o Incra criou mais um assentamento na cidade, o Santa Verônica, formalizado em junho de 2014, com capacidade para 34 famílias, em fase inicial de instalação. No mapa a seguir estão os projetos, destacando-se o Novo Horizonte II em vermelho.



Fonte: Setor de Cartografia – Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – Incra/RS (2014).

"Assim, além de representarem transformações econômicas, sociais e políticas, os assentamentos promovem redefinições territoriais muito significativas, tanto local como regionalmente" (CHELOTTI, 2007, p. 116). Reconfiguram cenários contraditórios e reinventam sociedades, ao conciliar o pluralismo de costumes, hábitos e culturas, estabelecido com a chegada de famílias oriundas de outras partes do Estado.

O novo perfil sociocultural instaurado no espaço agrário da metade sul, por meio dos assentamentos rurais é de um dinamismo das reproduções sociais e econômicas. O povoamento dos espaços que pertenciam aos latifundiários é traço importante nessa conquista do território, a cultura camponesa se traduz nas atividades econômicas, na diversificação da produção agrícola e força de trabalho familiar (ALVES; SILVEIRA; FERREIRA, 2007, p. 94).

Portanto, é relevante explorar suas formas de comunicação, uma vez que ao modificarem os territórios geográficos ocupados, os agricultores também demandam novos relacionamentos, especialmente com as esferas governamentais, das quais, ainda, muitas vezes, são dependentes.

A criação dos assentamentos rurais redistribuiu a terra e dinamiza a economia, criando novos atores que alteram o espaço. Com a implementação de um assentamento rural não se conclui a reforma agrária, pois se deve dar as condições iniciais necessárias e suficientes para que se efetive a função social da terra (ALVES; SILVEIRA; FERREIRA, 2007, p. 91).

Por isso, foram visitados os projetos que inauguraram a reforma agrária tanto em São Gabriel quanto em Santa Margarida do Sul, em épocas distintas. O assentamento Guajuviras foi criado em 19 de setembro de 1996, com capacidade para 55 famílias, alojadas em uma área de 1.474,34 hectares (INCRA, 2014e); enquanto o assentamento Novo Horizonte II é bem mais recente, criado pelo Incra-RS em 5 de dezembro de 2008, com capacidade para 86 famílias²¹, que passaram a viver em um espaço de 1.615,31 hectares (INCRA, 2014e). Porém, ambos trazem consigo as características e as impressões teóricas apontadas anteriormente, além das dicotomias e variações inerentes aos projetos dessa natureza. A realidade e a constituição, própria de cada um deles, é descrita no capítulo 5, dedicado inteiramente aos resultados do levantamento de campo.

Ainda, para desvendar o percurso da informação entre a fonte oficial (Incra/RS) e os destinatários (famílias assentadas), foi preciso “mergulhar” na trama de relações institucionais tecida junto a outros importantes agentes que operam nos assentamentos. Buscou-se, então, os profissionais contratados pela autarquia para o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural²². Eles trabalham diretamente com os assentados, prestando o acompanhamento técnico, produtivo, ambiental e social às atividades desenvolvidas no lote. Em virtude da aproximação – muitas vezes até familiar – que têm com os agricultores, esses técnicos (que não fazem

²¹ A capacidade de famílias corresponde à divisão de lotes realizadas pelo Incra na implantação do assentamento. Porém, em função da rotatividade normal observada em qualquer microssociedade, o número pode variar, sendo, atualmente, 48 famílias moradoras no Guajuviras e 86 no Novo Horizonte, de acordo com a Relação de Beneficiários atualizada do Incra/RS, em consulta formal em 28 jan. 2015.

²² Regulamentado pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a qual “institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PRONATER [...]”, onde também encontramos a definição legal de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: “Serviço de Educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm > Acesso em 06 dez. 2014.

parte do quadro funcional da autarquia) desempenham uma importante função de conectar o trabalhador rural com os órgãos governamentais, como o Incra.

Em inúmeras situações, o principal informante é o extensionista rural²³, que convive mais de perto e de forma mais periódica com as famílias. Por isso, ele também mereceu atenção, afinal, a mensagem oficial raramente percorre uma “linha reta” entre emissor e receptor, sem desvios ou sem o suporte de outros atores. Conhecer essa parte específica do processo comunicativo foi fundamental para desvelar as peças da emissão, mediação e recepção.

Como o estudo concentra-se na região de São Gabriel, atém-se também à equipe que cuida dos assentamentos desse município e de Santa Margarida do Sul. Pela distribuição do Incra, os assentamentos são assistidos por um Núcleo Operacional de Assistência Técnica (nesse caso, o Núcleo São Gabriel), onde a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. (Coptec) assiste os oito assentamentos de São Gabriel mais os dois em Santa Margarida do Sul. No total, 11 extensionistas rurais contratados pelo Incra assessoram 741 famílias assentadas.

Assim, com base nesses três elementos (os dois assentamentos mais a equipe técnica), exploram-se os processos de comunicação existentes entre o Incra/RS e o público assentado da reforma agrária. A intenção não é apurar dados estatísticos ou mesmo promover uma “pesquisa de opinião e satisfação” com os serviços prestados pela Assessoria de Comunicação estatal, mas perseguir informações qualitativas que, com o devido tratamento teórico-científico, possam contribuir para a compreensão da realidade e para o conhecimento através de outros olhares.

Dessa maneira, os objetos de estudo convertem-se em sujeitos da ação, pois o *corpus* é formado pela heterogeneidade dos povos camponeses, onde a trajetória individual e as expectativas pessoais convergem para a legitimação de um espaço de autonomia e de cidadania. Logo, a comunicação – enquanto criadora do sentido de *comunidade, unidade e identidade* – é essencial para a emancipação do meio rural.

²³ A partir de agora, os termos “extensionistas rurais, técnicos de campo e profissionais de assistência técnica rural” serão utilizados como sinônimos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Pesquisar comunicação requer compreender o vasto universo das relações sociais, onde indivíduos e organismos institucionalizados convivem a partir de trocas constantes de experiências, culturas, histórias, práticas. Para torná-las comuns é preciso explorar um caminho muito mais amplo que apenas aquele previsto no modelo “transmissional” de emissão e recepção de mensagens/informações, pois o ato de comunicar prevê um intercâmbio multidirecional de ações.

Diferentemente das ciências exatas, a comunicação interage com “objetos” que não são estáticos, que lhe respondem, que são os seres humanos. Bauman (2013, p. 203) destaca que físicos, biólogos, geólogos ou astrônomos “não precisam fazer nada” para assim se assegurarem, pois suas moléculas, suas células, seus átomos, não irão discordar do seu discurso. No máximo, reagirão ao contrário das expectativas, mesmo assim, o cientista detém o poder de representá-los. São objetos mudos por natureza. Em contrapartida, sociólogos, cientistas sociais ou pesquisadores em comunicação “fazem ciência” dialogando com seus “objetos”, que são o homem e a sociedade.

Logo, para atender os objetivos desta pesquisa – compreender a relação entre o público e o rural, entre outros – é necessária uma metodologia adequada à dinamicidade e à complexidade que envolve as relações humanas. Winkin (1998, p. 205) propõe “*uma antropologia da comunicação*”²⁴ no sentido perspectivista, “porque nela a comunicação já não é um objeto, mas, sim, uma grade de leitura, uma forma simbólica, uma matriz paradigmática”. Para ele, a comunicação deve ser concebida não como um ato individual, mas sim uma instituição social, onde os atores participam não apenas com palavras e gestos, mas também com olhares e silêncios.

Encarada como ‘*performance* da cultura’, a comunicação é menos a soma das falas, dos gestos, das ‘mensagens’ de todo o gênero que os homens podem produzir do que a visão que permite percebê-los em sua contribuição para a realização permanente da sociedade. A comunicação torna-se um quadro primário, como diria

²⁴ Winkin (1998, p. 203) baseia-se no conceito do antropólogo e lingüista Dell Hymes (1967), o qual sugere que “se invista etnograficamente os comportamentos, as situações, os objetos que são percebidos no interior de uma dada comunidade como portadores de um valor comunicativo”. Contudo, Winkin prefere tratar por *uma antropologia da comunicação*, pois a antropologia da comunicação de Hymes, segundo o autor, é uma “antropologia temática (que tem como objeto os fatos da comunicação, definidos de maneira muito ampla)” (WINKIN, 1998, p. 205).

Goffman (1974), um quadro primário *analítico*, ou seja, uma maneira científica, explicitamente construída, em luta constante contra o senso comum, de observar o mundo social. A vida em sociedade é encarada como um conjunto de estruturas em processo perpétuo, cujos movimentos são mais ou menos rápidos, mais ou menos longos [...] (WINKIN, 1998, p. 205).

Nesse sentido, o autor convida a uma “leitura comunicacional do mundo social”, composta permanentemente por questionamentos, a começar pela universalidade do modelo ocidental de comunicação (emissor-receptor), que impõe sempre a transmissão intencional de mensagens por parte dos emissores. Ao se apropriar de princípios *goffmanianos*, Winkin (1998) defende que trabalhar sobre as interações é trabalhar sobre a sociedade inteira, oferecendo uma visão orquestral integrativa da comunicação. Declara ele:

[...] Aprendi a *ver* a comunicação, nas múltiplas falas, gestos e olhares da vida cotidiana. O procedimento etnográfico parece-me a via real para uma operacionalização dos princípios que subjazem à nova comunicação: a vida social baseia-se em *patterns*, ou seja, em recorrências regulares de comportamentos no interior de contextos encaixados. A observação participante no interior de um ambiente de vida, quer se trate de um lugar público, quer de uma organização complexa, quer de uma família, permite ver surgirem do caos, pouco a pouco, impressões fugidias, regularidades, acontecimentos previsíveis, em suma, ‘regras’ (WINKIN, 1998, p. 16).

Portanto, com base na “nova comunicação” de Winkin (1998), toma-se emprestado um método de investigação e análise típico das ciências sociais, mais especificamente da Antropologia, que é a Etnografia, indicada para a compreensão das culturas, dos modos de vida e do comportamento dos mais variados grupos. Vinculada a um paradigma interpretativista – segundo o qual o real não é apreensível, mas é uma construção dos sujeitos que entram em relação com ele – essa modalidade de pesquisa valoriza as relações influenciadas por fatores subjetivos que marcam a composição de significados que emergem ao longo de seu desenvolvimento.

De acordo com a “teoria interpretativa da cultura”, de Geertz (1989), as formas da sociedade são a substância da cultura, logo, ao observá-las e/ou “experienciá-las”, pode-se inferir no padrão das relações sociais, impulsionadas por um processo hermenêutico de consolidação e apropriação de significados. Ele defende um conceito de cultura “semiótico”, onde a cultura é a teia que o próprio

homem tece e suas análises; uma ciência interpretativa em busca de significados, não uma ciência experimental à caça de leis. Assim, o autor procura construir “expressões sociais enigmáticas” na sua superfície.

Para tanto, ele recomenda

olhar as dimensões simbólicas da ação social - arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum - não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não-emocionalizadas; é mergulhar no meio delas. A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram [...] e assim incluí-las no registro de consultas sobre o que o homem falou (GEERTZ, 1989, p. 40-41).

Por isso, cada vez mais difundida entre outras áreas do conhecimento – como a Sociologia, a História e a Comunicação – a pesquisa etnográfica serve tanto à compreensão de sociedades “primitivas” e agrárias quanto às formas sociais contemporâneas de fenômenos urbanos e/ou organizacionais. Ela contempla o “todo” nas “partes”, não a fim de uma generalização como nas ciências exatas, mas de entender aquele dado momento daquele grupo estudado. Até porque, como ensina Geertz (1989), a cultura está continuamente se transformando, fazendo dos “objetos” de estudo seres em constante mutação.

Winkin (1998) concorda que no coração do particular está o universal, sendo possível extrair da “mirada etnográfica” regularidades que fundam o conjunto, e que oras pertencem à determinada comunidade, ora à sociedade global. Segundo ele,

a etnografia hoje é ao mesmo tempo uma arte e uma disciplina científica, que consiste em primeiro lugar *saber ver*. É em seguida uma disciplina que exige *saber estar com*, com outros e consigo mesmo, quando você se encontra perante outras pessoas. Enfim, é uma arte que exige que se saiba retraduzir para um público terceiro (terceiro em relação àquele que você estudou) e, portanto, que se *saiba escrever*. Arte de ver, arte de ser, arte de escrever. São estas três competências que a etnografia convoca (WINKIN, 1998, p. 132).

Além disso, o crescente uso da etnografia nos estudos da mídia aponta para uma “ruptura com práticas empíricas de coleta de dados, incentivando pesquisadores a introduzir práticas subjetivas na análise das relações entre textos e audiências e a adotar uma postura mais auto-reflexiva” (LA PASTINA, 2006, p. 27). Isso porque, assim como a comunicação e a cultura, a sociedade não é estática, e

essa dinamicidade pode ser observada através de métodos qualitativos e subjetivos que levem em conta o protagonismo dos sujeitos que compõem o campo.

La Pastina (2006) defende que este viés teórico-metodológico é um “modo de pensar e de fazer pesquisa”, que permite maior compreensão da comunidade no seu dia a dia e maior nível de autorreflexão sobre os fenômenos e sujeitos estudados. Em sua opinião, “a etnografia da mídia (e da audiência) pode ser um projeto aprofundado e de longo termo que permite a obtenção de conhecimentos sólidos sobre o consumo de mídia” (LA PASTINA, 2006, p. 28).

Assim, a força da etnografia está na profundidade e na proximidade com o objeto estudado, trazendo à tona o cotidiano de diferentes grupos sociais e/ou comunidades e suas relações, a fim de entender-se o campo pesquisado.

A etnografia permite, assim, que avaliemos diversos elementos no processo de recepção e como estes interagem em um contexto local onde as observações e interações acontecem, ao mesmo tempo em que avaliamos essas informações em relação à cultura e à identidade dos membros da comunidade (LA PASTINA, 2006, p. 31).

Por isso, esse recurso metodológico foi selecionado para compreender a relação das famílias assentadas rurais com o Incra e o consumo das informações oficiais. La Pastina (2006, p. 32) salienta que “a compreensão de práticas individuais e comunitárias de consumo de mídia auxilia o projeto mais amplo de investigar o papel dos produtos culturais em um contexto global”. Ou seja, partindo do estudo de dois assentamentos criados em tempos distintos, e na mesma região, mais os técnicos que se envolvem neste processo, almejou-se traduzir a experiência de campo para o relato textual, promovendo um conhecimento científico que possa também servir à prática rotineira da comunicação pública.

Do mesmo modo que os telespectadores da novela *O Rei do Gado*²⁵, pesquisados por La Pastina (2006), se envolveram no processo de recepção e promoveram uma interação complexa, multidimensional e estratificada, os públicos assistidos por uma assessoria de comunicação governamental também respondem às mensagens a que são submetidos. À procura de um campo sem estruturas

²⁵ La Pastina (2006) apresenta um estudo de caso de envolvimento com a mídia, a partir da Etnografia realizada entre os moradores de uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Norte (a qual denominou Macambira), como telespectadores da telenovela *O Rei do Gado*, transmitida pela Rede Globo, entre 1996 e 1997.

unificadas, o autor discute um “ponto de transição”, onde texto e realidade se atravessam mutuamente. Segundo ele,

o texto torna-se parte de uma rotina; [...]; seu significado é negociado com familiares e outros membros da comunidade interpretativa da qual o sujeito faz parte; [...] o texto é inserido em um contexto que também media o processo; e este processo se desenvolve continuamente por conta de interações sociais e mudanças culturais (LA PASTINA, 2006, p. 34).

Nesta mesma linha, ao discutir as pesquisas de recepção, Lopes (1993) argumenta que há uma confluência teórica da pesquisa de comunicação, articulada com importantes mudanças nas Ciências Sociais e nas Humanidades em geral. Conforme a autora, a relação dos receptores com os meios é cada vez mais considerada um processo perceptivo, cognitivo e relacional, com base na intencionalidade, visando produzir significações e sentidos para suas ações.

A recepção, portanto, não é um processo redutível ao psicológico e ao cotidiano, mas é profundamente cultural e político. Isto é, os processos de recepção devem ser vistos como parte integrante das práticas culturais que articulam processos tanto subjetivos como objetivos, tanto micros (ambiente imediato controlado pelo sujeito) como macros (estrutura social que escapa a esse controle). A recepção é então um contexto complexo e contraditório, multidimensional em que as pessoas vivem o seu cotidiano. Ao mesmo tempo, ao viverem este cotidiano, as pessoas se inscrevem em relações de poder estruturais e históricas, as quais extrapolam as suas práticas (LOPES, 1993, p. 85).

Assim, no intuito de conhecer as práticas das comunidades rurais diante dos produtos comunicacionais do Incra/RS, focalizou-se a atenção nos receptores e para além deles, isto é, para o seu entorno social, político e geográfico, pois é preciso “abrir a lente” para enxergar além do simples ato de receber (ou não) a informação oficial. Nesse sentido, Lopes (1993) justifica que a incorporação metódica da Etnografia permite e possibilita

uma problematização mais elaborada da recepção em que as características sócio-culturais dos usuários são integradas na análise não mais de uma difusão, mas de uma circulação de mensagens no seio de uma dinâmica cultural. O polo da reflexão é deslocado dos próprios meios para os grupos sociais que estão integrados em práticas sociais e culturais mais amplas (LOPES, 1993, p. 81).

Angrosino (2009) esclarece que, apesar do método ter sido desenvolvido para estudar sociedades de pequena escala, mais isoladas, tradicionais ou iletradas, hoje ele pode ser aplicado a todos os tipos de condições sociais. “A etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009, p. 30).

O autor indica o método para o estudo de questões ou comportamentos que ainda não são claramente compreendidos – como, neste caso, a maneira que as famílias assentadas rurais recebem a informação oficial. A etnografia também é aplicável para “conhecer a perspectiva das próprias pessoas” (ANGROSINO, 2009, p. 36), indo ao encontro do objetivo deste trabalho, que é entender o comportamento dos públicos atendidos pela instituição governamental, mediante os processos comunicativos adotados por ela.

A pesquisa etnográfica pode ser realizada onde quer que haja pessoas interagindo em cenários ‘naturalmente’ coletivos. Reunir pessoas para um propósito específico em experimentos de laboratório é uma técnica válida para a pesquisa experimental, mas não é etnografia. A verdadeira etnografia depende da capacidade de um pesquisador observar e interagir com as pessoas enquanto elas essencialmente executam suas rotinas do dia a dia (ANGROSINO, 2009, p. 43).

Então, justifica-se a escolha deste percurso metodológico, unindo dois dos focos de pesquisa, os quais são: “o resultado de experiência pessoal e seu desejo de juntar informação mais abrangente sobre algo que lhe afeta diretamente; e “uma intenção de trabalhar por uma causa social ou política coletando informação que possa apoiar essa posição” (ANGROSINO, 2009, p. 47).

Desse modo, o autor revela que o potencial de contribuição da pesquisa etnográfica depende da capacidade do pesquisador em reconhecer a comunidade que vai estudar, e alinha o método à área que pertence à comunicação, isto é, às ciências sociais aplicadas.

Quando um pesquisador quer usar os resultados do seu trabalho de campo para subsidiar políticas públicas, ou para contribuir com a formação e manutenção de organizações ou agências que servem à comunidade estudada, diz-se que estão fazendo [*sic*] etnografia aplicada (ANGROSINO, 2009, p. 55).

Tal pensamento conduz ao propósito de unir teoria e prática para a contribuição à qualificação dos processos comunicativos realizados entre uma instituição federal e habitantes do meio rural. Meio esse tão rico em complexidades e metamorfoses, as quais se refletem em seus sujeitos. Com base no microcosmo apontado por uma amostragem de pesquisados, pretendeu-se levantar hipóteses sobre os usos e as percepções da informação oficial governamental junto aos assentados da reforma agrária.

Nesse sentido, a Etnografia veio ao encontro dos anseios do presente trabalho, pois, buscou-se conhecer e entender a “microssociedade” rural, com regras e viveres próprios. A ideia da vida social como uma “negociação de sentidos” e as “culturas como sistemas de significação” (GEERTZ, 1989), alia-se ao intuito de apreender a vida cotidiana dos agricultores e suas práticas particulares, para então identificar como ocorre a relação dialógica (ou não) com o poder público. Em outras palavras, a partir da etnografia dos assentados da reforma agrária foi possível compreender sua relação com o órgão governamental que lhe atende, conforme se traduz na literatura de Geertz (1989).

Um repertório de conceitos muito gerais, feitos-na-academia [sic] e sistemas de conceitos (...) se entrelaçam no corpo da etnografia de descrição minuciosa na esperança de tornar cientificamente eloquentes as simples ocorrências. O objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas (GEERTZ, 1989, p. 38).

Isso porque se acredita que a ciência não se faz dentro de quatro paredes, nem a administração governamental se efetiva no escritório, no frescor do ar-condicionado. Ambos se consolidam no campo, na rua, na sociedade, junto aos cidadãos.

2.1 TIPO DE PESQUISA: ASPECTOS QUALITATIVOS E DESCRITIVOS

Ao estudar a relação de famílias assentadas rurais e autarquia federal, mediante os processos comunicativos, esta pesquisa, **quanto à sua abordagem**, é do **tipo qualitativa**, tendo em vista que o trabalho salienta aspectos dinâmicos, coletivos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no

contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno, principalmente no papel de receptores ativos da informação oficial.

Optou-se por este tipo de pesquisa porque ele é o mais indicado para o estudo de aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ao discutir a cientificidade da pesquisa qualitativa, e suas implicações metodológicas, Demo (2000) ressalta que a realidade tem faces qualitativas, que nem sempre são mensuráveis em dados estatísticos. Segundo ele, “qualitas, do latim, significa essência. Designaria a parte mais relevante e central das coisas, o que ainda é vago, pois essência não se vê, se toca, sem falar que para a ciência positivista não se mensura” (DEMO, 2000, p. 146). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa rejeita toda resposta fechada e dicotômica, caracterizando-se pela abertura das perguntas e pela interação entre o pesquisador e os pesquisados.

Demo (2000, p. 159) lembra que “mais que o aprofundamento por análise, a pesquisa qualitativa busca o aprofundamento por familiaridade, convivência, comunicação”, uma vez que ela abrange estudos elaborados com a finalidade de investigar empiricamente as sociedades em que os pesquisadores estão inseridos. Explica ele:

Os dados empíricos não resolvem a hipótese, porque a indução não é capaz de tal façanha, mas corroboram-na, trazendo-lhe ademais o sabor de coisa concreta. É importante levar em conta que o dado é, ele mesmo, já produto teórico, porque, sendo indicador da realidade, indica a parte da realidade considerada importante em sua coleta e tratamento. Será mister evitar dois extremos: credulidade sobre o dado e fuga obsessiva, como se o dado já fosse recaída no empirismo. Tratando-se de dados qualitativos, será tanto mais cuidadosa sua devida formalização de teor não-linear, permitindo a necessária abertura crítica para quem duvide deles ou os quer refazer (DEMO, 2000, p. 165).

O autor sinaliza, também, que a qualidade está relacionada com a politicidade da vida e da natureza. "Essa dimensão aponta para o sujeito capaz de fazer história própria, sugerindo o horizonte fundamental da capacidade de 'se fazer', dentro das

circunstâncias dadas" (DEMO, 2000, p. 148). Por isso, os objetos são tratados como sujeitos, conforme salientado no capítulo anterior, onde eles fazem parte da realidade observada, tanto quanto quem o está investigando. Em outra reflexão, Demo (1995) diz:

Considera-se uma violência contra a realidade social tratá-la como mero 'objeto', imaginando que entre sujeito e objeto somente possa existir relação formal. Ao lado da relação formal, existe em qualquer relação social a polarização política. Assim, entre sujeito e objeto nas ciências sociais trava-se um relacionamento do estilo do diálogo, em sentido estrito [...] De um lado, não pode haver diálogo sem forma comunicativa, sem linguagem lógica. De outro, trata-se de uma relação viva, unidade de contrários, onde um influencia o outro e vice-versa, até porque no fundo sujeito e 'objeto' coincidem (DEMO, 1995, p. 232 – 233).

Dessa maneira, Demo (1995) garante que a avaliação qualitativa é participativa, sendo, no fim, uma espécie de autoavaliação também. Constitui-se, portanto, através do diálogo entre o pesquisador e seu objeto. "É conhecimento inspirado e comprovado na prática, teoricamente exigente, mas comprometido com a vida concreta que não pede apenas estudo, mas igualmente solução" (DEMO, 1995, p. 245).

Logo, a comunicação dialógica investigada entre as famílias assentadas rurais e o Incra reflete-se também na postura dialética enquanto pesquisadora. Tenciona-se, aqui, uma "conversa" permanente entre as observações próprias, a partir dos sujeitos estudados, e as noções teóricas reveladas pelos autores estudados. É nessa sintonia entre prática e teoria – sob uma vertente qualitativa – que, **quanto aos objetivos**, essa pesquisa classifica-se como **descritiva analítica**, indo ao encontro do que propõe a visão etnográfica de Geertz (1989).

Com base nos dados empíricos evidenciados no levantamento de campo junto aos dois assentamentos da região de São Gabriel, mais os relatos dos profissionais de assistência técnica que acompanham as famílias, descrevem-se as relações dos agricultores com o Incra, analisando-as e interpretando-as através de conceitos científicos da comunicação. Ao confrontar teorias como a Comunicação Pública com a Folkcomunicação, verifica-se que elas se concretizam na realidade estudada e que podem colaborar para a melhoria da comunicação entre o Estado e o povo.

Nesse sentido, **quanto aos objetivos**, tem-se uma **pesquisa descritiva analítica** porque é o tipo de pesquisa que visa descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, a fim de promover conhecimento sobre ela. De acordo com Lopes (2010, p. 152), “a análise descritiva visa à reconstrução da realidade do fenômeno por meio de operações técnico-analíticas que convertem os dados de fato em dados científicos”.

Gil (2008a) também indica a pesquisa descritiva para estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes ou o índice de criminalidade de determinada localidade, por exemplo. No presente trabalho, a pesquisa descritiva serve para averiguar a utilidade da informação disponibilizada pelo órgão governamental a seus públicos, com ênfase ao comportamento e práticas da população.

Assim, ao analisar usos e percepções dos agricultores sobre a comunicação realizada pelo Incra, também se apurou os possíveis processos de mediação que ocorrem no caminho da emissão à recepção da mensagem oficial. Aproximou-se, então, da “descrição densa” de Geertz (1989) – a qual deve narrar detalhadamente os fatos observados, indo além da análise da sua análise – à medida que, ao levantar dados em campo, suscitou-se conhecimento e informação a respeito das práticas adotadas pelas famílias assentadas rurais.

Nesse sentido, a pesquisa descritiva é condizente com o método adotado, pois ele requer exatamente essa profundidade na descrição e análise dos fatos da realidade. Geertz (1989, p. 15) ressalta que,

segundo a opinião de livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’ (GEERTZ, 1989, p. 15).

Por isso, o autor alerta para os cuidados com o estudo descritivo, pois “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, [...] escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamentos modelados” (GEERTZ, 1989, p. 20). É necessário

traçar a curva de um discurso social, fixando-o numa forma inspecionável, para que se tenha conhecimento sobre ele.

Procurar o comum em locais onde existem formas não-usuais ressalta não, como se alega tantas vezes, a arbitrariedade do comportamento humano [...], mas o grau no qual o seu significado varia de acordo com o padrão de vida através do qual ele é informado. Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. [...] Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade (GEERTZ, 1989, p. 24).

Então, para Geertz (1989, p.24) a descrição densa contida na Etnografia é “ver as coisas do ponto de vista do ator”, ou seja, daquele que atua em seu próprio contexto. Seguindo esse pensamento, Clifford (1998) também admite que o ato de compreender os outros deriva da coexistência em um mundo que é partilhado. Ele concorda com Geertz quando entende a Etnografia como um “campo articulado” por tensões, ambigüidades e indeterminações, inerentes à existência humana. Na opinião de Clifford (1998),

a experiência etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências. Essa atividade faz uso de pistas, traços, gestos e restos de sentido antes de desenvolver interpretações estáveis. [...] (CLIFFORD, 1998, p. 36).

Contudo, tem-se a consciência de que a “descrição densa” acarreta críticas ao procedimento etnográfico, uma vez que muitos teóricos a consideram apenas como um relato antropológico. Mas Winkin (1998) alega que tal posicionamento é injusto, porque em sua perspectiva comunicacional, a maioria dos movimentos da sociedade é tão lenta que não aparece a “olho nu”, sendo, portanto, necessária a cientificidade etnográfica para contemplá-los. Ele sugere que se deve “romper com a evidência, criar a diferença, renovar o olhar” (WINKIN, 1998, p. 208), porque os mecanismos cotidianos de reprodução da ordem social reproduzem-se sempre, sendo, então, passíveis de estudos científicos.

A ordem social continua sendo um fenômeno misterioso, que tentam explicar, cada um à sua maneira, numerosíssimos trabalhos de ciência política, de história ou de sociologia. Proponho que se estude a questão ‘por baixo’, à maneira de Goffman: como se

engendra a ordem social no cotidiano, no cumprimento de regras 'conhecidas por ninguém, entendidas por todos' [...] (WINKIN, 1998, p. 208).

Dessa maneira, a pesquisa qualitativa e descritiva ganha cada vez mais espaço nos estudos de Comunicação Social. Ao referendar métodos qualitativos de pesquisa, Lopes (2010) anuncia que o crescimento de um campo científico (a Comunicação, no caso) só se dá mediante o permanente confronto entre a teoria e os fatos concretos. De acordo com a autora, os dados empíricos devem ser criteriosamente colhidos e transformados em objetos científicos por meio da manipulação e elaboração intelectuais. Caso contrário, condenariam as Ciências Sociais a eternas "ciências exploratórias", se as primeiras não se dispusessem a testar continuamente suas hipóteses com ênfase no real vivido.

Isso torna-se mais necessário no campo recém-delimitado da Comunicação. É evidente a crescente exigência que temos de levantar dados empíricos a respeito dos fenômenos comunicacionais, assim como a necessidade de sua 'descrição', que vem a ser o nível de elaboração mais próximo da manifestação concreta desses fenômenos (LOPES, 2010, p. 141).

Trata-se, então, de uma pesquisa qualitativa e descritiva que, conforme explicitado no capítulo anterior, visa entender – a partir de uma "descrição densa" – de que forma o Instituto de Colonização e Reforma Agrária, no Rio Grande do Sul, dialoga (ou não) com a comunidade por ele atendida.

2.2 TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO: TRADICIONAIS E COMBINADAS

Utilizada tradicionalmente para a descrição dos elementos de uma cultura específica, tais como percepções, crenças e valores, a Etnografia é baseada em informações coletadas durante extenso trabalho de campo. Tem como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente, mediante a combinação de técnicas usuais (análise documental e bibliográfica) e variadas, e o uso de procedimentos como entrevistas em profundidade.

Gil (2008a) argumenta que, também as pesquisas descritivas, cujo objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno,

exigem a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática.

A identificação do universo vivido pela população implica compreender, numa perspectiva interna, o ponto de vista dos indivíduos e dos grupos acerca das situações que vivem. Para tanto, os pesquisadores devem adotar preferencialmente técnicas qualitativas de dados e também uma atitude positiva de escuta e de empatia [...] (GIL, 2008a, p. 150).

Travancas (2008, p. 100) explica que o pesquisador precisa se deslocar dentro da sua própria sociedade para “olhá-la com outros olhos, com olhos de um estrangeiro em busca de significados”, que não se dissocia do “real” para interpretá-lo. A autora aproxima a Etnografia ao mundo da comunicação, pois ele já não pode mais se divorciar dos fenômenos sociais.

Mais particularmente do significado do mundo da comunicação de massa e da indústria cultural com tudo que lhe envolve e diz respeito. Seus produtos, seus produtores, seus receptores, suas mensagens, lembrando que não é mais possível pensar e estudar nossas sociedades contemporâneas de maneira dicotômica em relação ao universo da comunicação de massa, como se ainda fosse possível separá-los (TRAVANCAS, 2008, p. 100).

Por isso, a Etnografia é entendida como um método de pesquisa qualitativa e empírica, que apresenta características específicas, marcadas pelo trabalho de campo e por instrumentos que permitam, principalmente, escutar o “outro” a procura de significados e significantes, que dêem sentido à comunicação. De acordo com Travancas (2008, p. 106), no estudo etnográfico já está implícito o contato com o outro, a proximidade com o pesquisado, pois, “a busca não é pelos números, mas pelos significados. E a recorrência nos discursos é um indicativo”.

Todavia, a autora ressalva que,

[...] o pesquisador não é apenas um transmissor de falas ouvidas. Para isso bastaria um gravador e alguém que transcrevesse as fitas. Seu papel fundamental é interpretar. Interpretar o que está sendo dito, observado e sentido. O trabalho final do antropólogo – seu texto - é fruto de muitas vozes. Das vozes nativas, das vozes dos autores com quem dialoga e da sua voz. E sabe-se que o texto produzido pelo pesquisador não pode ser visto como algo separado da sua pesquisa de campo (TRAVANCAS, 2008, p. 103-104).

Nesse sentido, Angrosino (2009, p. 31) alerta que “o método etnográfico é diferente de outros modos de fazer pesquisa em ciência social” e, por isso, suporta várias técnicas de investigação, que em conjunto nos conduzem a uma visão amplificada da realidade estudada. Segundo ele, o método

é multifatorial, conduzido pelo uso de duas ou mais técnicas de coleta de dados – os quais podem ser de natureza qualitativa ou quantitativa – para triangular uma conclusão, que pode ser considerada fortalecida pelas múltiplas vias com que foi alcançada (ANGROSINO, 2009, p. 31).

O autor destaca, ainda, que a “boa etnografia” geralmente resulta da triangulação de diferentes técnicas, que podem ser usadas em conjunto, pois “nenhuma delas sozinha é capaz de pintar o retrato inteiro de uma comunidade viva” (ANGROSINO, 2009, p. 54). Por isso, o percurso metodológico desta pesquisa é traçado pelas seguintes técnicas:

- Pesquisa bibliográfica e documental: tanto a primeira quanto a segunda constituem-se de materiais preexistentes, sejam eles científicos (livros), acadêmicos (artigos) ou oficiais (relatórios, memorandos, ofícios, publicações em geral). A bibliografia de uma pesquisa fornece o itinerário ou roteiro intelectual percorrido por seu autor (LOPES, 2010).

Conforme Gil (2008b),

enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008b, p. 51).

A construção do respectivo referencial teórico iniciou-se ainda em 2013, no decorrer das disciplinas cursadas, quando esse projeto começou a ser desenhado pelas curvas da folkcomunicação (uma das teorias da Comunicação estudada), entrelaçadas com a Comunicação Pública que se aplica ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. No entanto, foi necessário ampliar as referências a fim de contextualizar o campo a ser pesquisado, retomando estudos também sobre reforma agrária, campesinato e comunicação rural. Dedicou-se boa parte das leituras ao entendimento do método e das técnicas de pesquisa aqui escolhidas.

Do mesmo modo, observaram-se jornais (a última edição), boletins eletrônicos (cerca de 40 edições publicadas em 2012), comunicados, notas, e-mails (em torno de 25 referentes ao boletim), matérias e todo tipo de comunicação produzida pelo Incra/RS para informar seus cidadãos. Tais materiais compuseram o que se pode chamar de pesquisa documental, configurando-se nos “produtos oficiais” divulgados pela autarquia. Eles serviram como “instrumentos didáticos” discutidos durante o levantamento de campo, conforme apreciado no capítulo 5.

Entre os principais materiais abordados (imagens ilustrativas abaixo), estão as versões mais recentes do jornal Notícias da Terra e do boletim eletrônico Notícias da Terra Digital, ambos produzidos pela equipe da Assessoria de Comunicação do Incra-RS.



Capa e contracapa da edição número 13, de maio de 2014, do jornal Notícias da Terra.



Notícias da TERRA Digital

Boletim Informativo de Superintendência Regional de Inércia no Rio Grande do Sul - Ano 17 nº 242 - 23 de agosto 2014

Cactáceas encantam assentado de Hulha Negra

O agricultor Cleiton Tronco destaca-se no assentamento Consolidação da Fronteira, em Hulha Negra, por seu viveiro de cactos, uma atividade inovadora na região. A novidade surgiu a partir de uma aula sobre plantas ornamentais na Escola Técnica Estadual de Camargo, em 2003, na qual a nutrição e o cuidado das flores despertaram a atenção do estudante sobre estas vegetais. Empolgado, levou três mudas para casa.

Aos poucos, o interesse transformou-se em hobby. Cleiton consultou uma espécie de estudo com paisões de bota e começou a produzir espécies. "Começou a trocar com conhecidos", lembra. Viagens também ajudaram a diversificar a coleção. "No campo, em Camargo, conheci três ou quatro variedades raras que não conhecia."

Em 2011, o jovem passou no vestibular e matriculou-se para Práticas, onde cursa agronomia na universidade federal. Entro sempre especializado em fruticultura, **aproveita o ambiente acadêmico para ampliar os conhecimentos, trocar informações e manter contatos com professores, colegas e que permitiu na prática, cactáceas pressionar de pouco água e luz solar.**

Foto: Silvana Frazee de Silva

Devido ao afazimento, a família de Cleiton assumiu o manejo diário das plantas, uma vez que o tempo do filho no assentamento ficou limitado aos finais de semana e férias. Expediente em casa, Silvana Jones, ajudou a família para adquirir e cuidar das plantas e cuidar que ajudou a cultivar. É ela quem apresenta o fruto da produção: família em visitas, ressaltando detalhes que podem causar dependências.

De quase 200 variedades (com cerca de 30 variedades) que não cabem mais no viveiro. A solução para criar espaços foi comercializar o excedente. Apesar de primeira mão com a participação dos cactos, foram vendidas 40 unidades.

A família da Fronteira que acompanha as demais produções do site, Suzane Xavier, vê potencial para um novo fôlego econômico. "Trabalha no mercado. Foi possível dar um jeito na vida, não conseguiu ninguém com essa atividade no município".



Foto: Copel/Flávia Miguel de Mouton

DA DE CAMARGO - 13 agricultores de assentamentos das

municípios de São Miguel das Missões, Caballá e Roserona participaram, no dia 14, de dia de campo sobre manejo de inóculos. A atividade, organizada pela Copel em parceria com a Empresa Trigo, aconteceu no assentamento Novo São Miguel, em São Miguel das Missões, no sítio da família Kutzler. Manejo de cereais da inóculo, de acordo com o plano de conservação de solo, melhoraram entre os pontos tratados. Para o técnico da Copel Eduardo Mendes, os inóculos são fundamentais para o dia a dia das famílias assentadas na região – os cereais de inverno proporcionam um aumento no período de pastagem, beneficiando a produção leiteira. Além disso, o técnico ressaltou as vantagens do tipo de trigo proposto: "pode gerar o gado de leite ou de corte para pastagem e ainda colher 40 a 45 sacos por hectare de trigo para o plantio. Então, além da produção de leite, que não é suficiente para atender a produção de grãos para fazer o pão". O técnico também lembra das benéficas para o solo – onde a palha fica depositada, ajudando em sua conservação.

Foto: Copel/ Flávia Leticia Gomez

APICULTURA- Famílias do assentamento Campos do Pôrto, em São Luis Gonzaga, participaram no último sábado (23) de uma orientação no manejo de apicultura, atividade que vem sendo incentivada pela equipe de assistência técnica local. Foram discutidas as potencialidades de produção para as famílias, técnicas utilizadas em apicultura, além das espécies disponíveis na região. Conforme o técnico, André Moraes, o assentamento possui uma área de preservação da fauna e de flora muito rica, que pode ser explorado para a atividade. "É muito importante que as famílias percebam que essa atividade, naturalmente, pode ser feita em uma área de reserva. Mas é preciso que as pessoas adquiram conhecimentos sobre essa atividade, e é nesse sentido que a assistência técnica está auxiliando". A iniciativa foi promovida pela Copel. Após a reunião, foi realizado uma demonstração entre as famílias, seguida por pagamento de taxa. Foto: Copel/ Flávia Leticia Gomez CAPACITAÇÃO I – O servidor César Ferreira participou, de 21 a 22 de agosto na Escola de Administração Fazendeira (EAF), em Porto Alegre, de cursos sobre: "Técnicas de Criação Especializada". CAPACITAÇÃO II – Os servidores Cláudio da Silva, César Alberto Rauer, Antônio Azeite e Nelson Guimarães estiveram presentes no curso "Fundamentos de Geodésia e Topografia", promovido pela Escola e Livraria Luanza Ltda – que publica a revista A Terra Agrícola e Cartografia, Dimensionado a engenharia, o treinamento foi realizado de 18 a 21 de agosto, no Hotel Continental, em Porto Alegre. O engenheiro agrônomo Luiz Carlos da Silveira, professor da Universidade do Sul do Catarinense (UNESC), de Criciúma-SC, foi o ministrante das aulas. CENSADE DE UNO – O Instituto vai receber uma área de 1,5 hectares do assentamento Santa Rosa, em Tapera, para a implantação de um viveiro agrícola. O viveiro (CenSAde) no área será instalado à noite, sendo realizado em parceria com a prefeitura. A autorização para o viveiro foi encaminhada ao município de São José do Bonferrim por decisão do CDF em reunião no dia 13, com a presença do representante municipal no Comitê CDF do último encontro CDF. Boletim produzido pela Assessoria de Comunicação de SR-11. Esta edição: Flávia Leticia Gomez, Silvana Frazee de Silva e Silvana Frazee de Silva Contatos: inpc@inpc.gov.br / Desarquivar@inpc.gov.br / inpc@inpc.gov.br

Versão impressa do boletim semanal Notícias da Terra Digital.

O jornal impresso é publicado anualmente, desde novembro/dezembro de 2003, totalizando 13 edições até o momento (em 2005 e 2006 foram produzidas duas edições em cada ano, números 3, 4, 5 e 6, respectivamente). Com tiragem que varia entre 5 mil e 10 mil exemplares, o jornal reúne matérias jornalísticas sobre ações do Inbra e fatos ocorridos nos assentamentos, com o objetivo de divulgar a reforma agrária e estimular o desenvolvimento das famílias assentadas. A distribuição é feita via correios para universidades, cooperativas, sindicatos, associações de agricultores, escolas, prefeituras, câmaras de vereadores, administração estadual e federal, parlamentares e demais instituições políticas e da sociedade civil.

O produto também é enviado para os escritórios de assistência técnica que acompanham os assentados para que as equipes entreguem o jornal às famílias, uma vez que possuem maior aproximação com os agricultores devido ao seu trabalho de campo. A quantidade de exemplares remetida a cada equipe varia conforme o número de famílias assentadas em sua respectiva região de atuação. No caso de São Gabriel, estudado aqui, a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos recebeu cerca de 400 jornais.

O informativo semanal Notícias da Terra Digital foi criado pelos jornalistas da SR 11, em fevereiro de 2008. A proposta inicial era criar uma espécie de *newsletter* eletrônica para o público interno, publicada quinzenalmente. Com o objetivo de facilitar o acesso e a leitura, ela foi formatada em *html*²⁶ especificamente para o programa de *e-mail* utilizado na Superintendência. O material reunia informações das principais ações da instituição, resumindo os *releases* produzidos pela assessoria.

Entretanto, a iniciativa foi alcançando visibilidade quando os supervisores de campo passaram a comentar sua existência com os envolvidos nas matérias – normalmente famílias assentadas na zona rural – e solicitar cópias impressas para divulgar fora da autarquia. Foram necessárias, então, adaptações de periodicidade (atualmente é semanal), linguagem, estilo e formatação para atender a demanda externa, mantendo-se a configuração eletrônica, mas ofertando os arquivos em extensão *pdf* (formato de leitura universal), a fim de remetê-los (por *e-mail*) também às equipes terceirizadas que prestam assistência técnica aos agricultores e ao grupo de assessores nacionais do Inca (das 30 regionais no país, a do RS é uma das poucas que mantém produção semanal de algum tipo de publicação).

Além desses produtos, o portal do Instituto (www.inca.gov.br) também é uma ferramenta de comunicação utilizada para a divulgação de notícias e informações sobre a autarquia. Nele estão contidos dados a respeito da ação do Inca, documentos e normativas oficiais e matérias produzidas pelas regionais de todo o país; muitas das quais são replicadas à mídia local de cada estado. O uso ou conhecimento do *site* também foi questionado junto aos entrevistados.

Assim, tanto a pesquisa bibliográfica quanto a documental formaram um elo entre a teoria e o objeto empírico, possibilitando resgatar nos autores consagrados,

²⁶ “*Hipertext Markup Language*: texto que os motores de busca leem para mostrarem páginas na web” (GILLMOR, 2005, p. 247).

explicações para a elaboração da própria observação. Lopes (2010, p. 151) ensina que “o quadro teórico de referência fornece *métodos interpretativos* de análise pelos quais os dados são explicados por meio de caracteres ou propriedades inerentes ao sistema inclusivo”.

Sob essa mesma ótica, Demo (2000) frisa que a teoria oferece condições explicativas e racionais aos fenômenos estudados. Segundo ele, é preciso “acertar o espaço teórico”, ajustando o fluxo de ideias e de argumentos do pesquisador aos dos autores já consagrados, e favorecendo a interlocução e a reconstrução própria dos ensinamentos aprendidos. O autor sublinha que

como nenhum dado fala por si, mas pela ‘boca’ da teoria nele implicada, é preciso sempre manter claro o vínculo da base empírica com a teoria em jogo; esse será o critério fundamental para selecionarmos dados primários ou secundários, para não se cair em tiroteio paralelo ou totalmente lateral; nesse sentido, nunca é mais importante a acumulação de dados do que a pertinência teórica; bons analistas saem-se bem com poucos dados, enquanto outros precisam esconder-se atrás deles (DEMO, 2000, p. 172).

Nesse sentido, as realidades do campo, apresentadas no capítulo 5, foram confrontadas com a documentação oficial apurada – que representa a emissão de informações por parte da autarquia federal –, atravessando e sendo atravessadas pela leitura de autores tanto da Comunicação Pública quanto da Folkcomunicação.

- **Entrevistas em profundidade:** o método etnográfico requer um meticuloso trabalho de campo, o qual consiste no levantamento das percepções, atitudes e representações sociais e simbólicas das comunidades estudadas. Então, com vistas a desenvolver um diálogo aberto e participativo com os sujeitos pesquisados, realizou-se entrevistas em profundidade, com questões semiestruturadas (que seguiram um roteiro prévio), porque a visão “do outro” é essencial quando se pretende entender e descrever processos receptivos e cognitivos de comunicação.

Especialmente quando se lida com um contexto bem específico, que é o público rural, diferenciado em seu habitat, em suas rotinas e no acesso aos bens culturais e informativos, Angrosino (2009) orienta a tratar o outro como “locutor”, transformando-o em uma relação de diálogo a fim de que se deixe conhecer. “As entrevistas são uma extensão lógica da observação” (ANGROSINO, 2009, p. 61). Por isso, elas prestam-se neste trabalho para desvendar a realidade pretendida,

expondo os costumes dos agricultores diante da relação com o Incra e identificando o papel dos extensionistas (técnicos terceirizados pelo Incra para atender as famílias assentadas) na transmissão das informações oficiais.

A entrevista etnográfica também é feita *em profundidade*. Ela não é uma mera versão oral de um questionário. Ao contrário, seu objetivo é sondar significados, explorar nuances, capturar as áreas obscuras que podem escapar às questões de múltipla escolha que meramente se aproximam da superfície de um problema (ANGROSINO, 2009, p. 62).

Duarte (2008) define a entrevista em profundidade como um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Desta maneira, “[...] os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade” (DUARTE, 2008, p. 62-63).

Para o autor, uma das vantagens da entrevista individual em profundidade é a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da reposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. “Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística” (DUARTE, 2008, p.62). Ou seja, através de depoimentos voluntários, os entrevistadores subsidiam o pesquisador com fatos, relatos e apontamentos que exprimem a visão “local” – ou, como prefere Geertz (1989), o “ponto de vista dos nativos”.

Assim, partilhando do método e do tipo de pesquisa adotados, as entrevistas pessoais permitem a imersão no universo estudado, uma vez que subsidiam a exploração de informações, percepções e experiências de fontes estratégicas do processo que é investigado. “Por meio da entrevista em profundidade, é possível, por exemplo, entender como produtos de comunicação estão sendo percebidos, [...] conhecer as condições para uma assessoria de imprensa ser considerada eficiente [...]” (DUARTE, 2008, p. 63).

Nesse sentido, a pesquisa contempla 19 entrevistas em profundidade, totalizando 18 horas e 45 minutos de gravação de áudio²⁷. A amostra é composta

²⁷ Entre os agricultores pesquisados, a maior entrevista durou 2h07min, fornecida pelo único assentado com ensino superior completo, seguida pela do líder comunitário com 1h25min. Já as duas

por 15 famílias de agricultores (6 do assentamento Guajuviras e 9 do assentamento Novo Horizonte II, representando 10% do total de assentados em cada assentamento), 3 profissionais da equipe de assistência técnica e extensão rural e um servidor do Incra que atua na região de São Gabriel.

Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, respeitando quesitos como: gênero, faixa etária e grau de instrução, não sendo esses exclusivos. Conforme descrito anteriormente por Carvalho (1999) e no II Plano Nacional de Reforma Agrária (2005), a reforma agrária contempla um vasto público²⁸, e, para fins de recorte metodológico, esta dissertação considerou agricultores instalados em áreas federais de reforma agrária, devidamente cadastrados na Relação de Beneficiários do Incra. Quanto aos extensionistas, o fator preponderante na escolha foi a formação profissional, tendo em conta que isso influencia no tipo de trabalho que ele desenvolve em campo.

Enfatiza-se que a dinamicidade do campo levou a dois personagens (um em cada assentamento) que, inicialmente, não estavam planejados, mas em função das diversas menções recebidas no decorrer das entrevistas se tornaram importantes fontes. Além disso, conversas informais com diferentes atores que agem (ou já agiram) nas comunidades – como professora da escola do assentamento Guajuviras, estudantes, padre, funcionários da prefeitura e servidores do Incra que conhecem as localidades²⁹ – também enriqueceram a análise com observações pontuais. "Existe o interesse em apanhar também o lado subjetivo dos fenômenos, buscando depoimentos que se transformam em dados relevantes, também oriundos de pessoas simples" (DEMO, 2000, p. 152).

mais rápidas levaram 24 minutos uma e 38 minutos a outra, ambas com homens que cursaram apenas as séries iniciais. Já, entre os profissionais que atuam no campo, as entrevistas tiveram, em média, o mesmo tempo (cerca de 50 minutos cada), retornando em dados mais técnicos relacionados à rotina de cada um deles. Observa-se, portanto, que a facilidade de comunicação e de expressão está intimamente ligada à educação, demonstrando que os estudos em comunicação não podem dissociar-se das pesquisas de ensino e de cidadania.

²⁸ Este público é formado por: "trabalhadores rurais sem terra, público potencial de novos assentamentos; atuais assentados, que necessitam de infraestrutura e apoio à produção; um imenso setor da agricultura familiar que ainda não acessa os mecanismos do Plano Safra; posseiros, marcados pela insegurança jurídica em relação ao domínio da terra que lhes restringe o acesso às políticas agrícolas e os expõe a ameaças de despejo; populações ribeirinhas; comunidades quilombolas, que demandam o reconhecimento e a titulação de suas áreas; agricultores que ocupam terras indígenas, que precisam ser reassentados; extrativistas, que lutam pela criação e reconhecimento de reservas extrativistas; agricultores atingidos por barragens; juventude rural; mulheres trabalhadoras rurais; entre outros pobres do campo" (II PNRA, 2005, p. 17).

²⁹ Em alguns casos, ao verem o carro do Incra, os vizinhos se aproximavam dos entrevistados "por curiosidade" e acabavam participando da conversa, especialmente quando eram mostrados materiais como o jornal e o boletim produzido pelo Incra-RS.

Todos os entrevistados participaram de forma voluntária (não houve nenhuma negação ou desistência), sendo informados, mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (constante no Anexo A), sobre a natureza do trabalho. Todas as entrevistas foram registradas com gravador de voz e, assim como o uso das imagens, foram autorizadas pelos participantes. A preservação da identidade e a confidencialidade dos dados foram asseguradas aos entrevistados, seguindo os padrões éticos da pesquisa científica. Acrescenta-se, ainda, que a pesquisa foi avaliada pela Comissão Científica da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, conforme parecer inserido no Anexo B.

Entretanto, conforme destacado desde a introdução, a presente pesquisa preocupa-se com os sujeitos e, por isso, primou pelo protagonismo dos entrevistados, dando-lhes voz para contar “as realidades do campo” (capítulo 5). Trechos dos depoimentos são reproduzidos na íntegra com a intenção não apenas de promover a “descrição densa” da Etnografia *geertziana* (GEERTZ, 1989), mas principalmente de traduzir as vivências e os olhares do público estudado. Assim, foram preservadas a linguagem, as expressões e os regionalismos típicos dos homens e mulheres da zona rural, realçando as características folkcomunicacionais do campo e sua relevância para a transmissão da comunicação pública.

Ainda, em uma proposta participativa e democrática, os códigos de identificação (pseudônimos) foram escolhidos, livremente, pelos próprios entrevistados, demonstrando temas de interesse ou de preocupação de cada um. Novamente, os sujeitos não são objetos para serem designados por letras do alfabeto ou números, mas são pessoas com histórias, saberes e expectativas, que se refletem nas palavras escolhidas para se autodefinirem³⁰: Dália, Rosa Branca, Jasmim, Pinheiro, Butiá, Arroz, Fonte de Água, Gatinho, Gavião, Pardal, Carro, Tecnologia, Vitória, Guerreira, Esperança, Xiru, Encruzilhada, EGJ e Cláudio.

A entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. [...] Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que

³⁰ Em determinadas situações, a autora desta dissertação decidiu omitir o código escolhido a fim de evitar constrangimentos às pessoas envolvidas e/ou a terceiros.

ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas (DUARTE, 2008, p. 63).

Outro aspecto importante foi a realização das entrevistas *in loco*: na casa dos assentados nos respectivos lotes, no escritório da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos e na unidade do Incra, em São Gabriel. Os teóricos da Etnografia lembram que, quanto mais próximos da real condição do grupo estudado, mais elementos se têm desse ambiente. Favoreceu-se, assim, a participação dos agricultores, evitando deslocamentos e assegurando-lhes o conforto de seu habitat natural³¹.

Dessa maneira, as declarações dos entrevistados possibilitaram mapear suas percepções, opiniões, atitudes e representações, finamente tratadas pelo viés das teorias refletidas nos próximos capítulos. Para Duarte (2008), tal estratégia metodológica assume uma visão não-objetiva do tema, mas nem por isso menos válida. “Saber como e por que as coisas acontecem é, muitas vezes, mais útil do que obter precisão sobre o que está ocorrendo” (DUARTE, 2008, p. 64). Segundo o autor,

nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas. Possibilitam ainda identificar problemas, microintenções, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada (DUARTE, 2008, p. 63).

Portanto, as entrevistas foram “lentes de aumento” para uma realidade que, parece familiar ao cotidiano do Incra, mas que têm especificidades próprias que fogem ao alcance diário, e demandam, por isso, a atenção acadêmico-científica.

³¹ A realização das entrevistas/levantamento de campo (deslocamento entre Porto Alegre, São Gabriel e Santa Margarida do Sul; hospedagem e alimentação da pesquisadora e do assistente) foi subsidiada pela Coordenação Nacional de Comunicação do Incra, que apoiou a iniciativa por entender a pertinência do estudo à administração federal.

3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA TEORIA

A evolução tecnológica e a politização da sociedade reformulam as práticas comunicacionais e ditam novos padrões de comportamento e, principalmente, de relacionamento. Cada vez mais conectados por avançadas redes digitais e cientes de seu poder de transformação social, os cidadãos demandam novos serviços, novas técnicas e novas formas de se relacionarem, tanto entre si, entre eles e organizações, ou entre elas e seus públicos. Muito além de saber, a sociedade hoje busca participar, e, por isso, a sua ligação com o mundo organizacional é bem mais estreita do que há 20 anos, por exemplo.

Tais mudanças no cenário contemporâneo se refletem diretamente na conduta do Estado e na maneira que suas instituições lidam com os mais variados públicos. A incessante construção de espaços de autonomia e de interesse coletivo incentiva uma maior intervenção do povo em decisões políticas, no funcionamento e no monitoramento das ações de governo, bem como estimula a fiscalização e o controle sobre a chamada *res publica*³². Em contrapartida, entidades e órgãos que fazem parte desse sistema são obrigados a se adequarem às novas exigências e qualificarem seus processos de aproximação e interação com a sociedade.

Assim, a complexidade dos tempos atuais reproduz-se na complexidade da própria comunicação, a qual está no centro das transformações que vêm ocorrendo simultaneamente. Inverteu-se a lógica da comunicação: informar não é o “mais importante”, mas sim “construir cidadania”. A era da informação foi ultrapassada pela *era dos relacionamentos*, o que consiste, talvez, na maior disputa no campo estatal.

A comunicação, então, torna-se essencial na mediação entre o Estado e o povo, e, para tanto, assume, seu sentido original de “tornar comum” ideias e pensamentos, almejando o bom entendimento entre as pessoas e ao diálogo que possibilita o homem viver em sociedade. Essa troca permanente de informações entre Estado e cidadãos também é vital para a manutenção da democracia, devendo ser estendida a todas as parcelas da população, desde as mais letradas àquelas isoladas geograficamente.

Aos governantes cumpre o papel de promoverem a ampla divulgação da informação pública, de interesse coletivo, que

³² *Res publica* é uma expressão latina que significa “coisa do povo”, “coisa pública”.

contribua para a interação entre os cidadãos e o Estado. Desse modo, a utilização correta da publicidade de ações oficiais torna-se uma ferramenta indispensável para a extensão do direito à informação a todas às camadas da população, proporcionando a redução das desigualdades sociais existentes em cada país (DUARTE, 2008a, p. 19).

Portanto, o ato de comunicar não se resume mais em dar visibilidade e/ou zelar pela imagem e reputação institucional, ele adquire, hoje, inúmeras aplicabilidades, geralmente com vistas ao desenvolvimento da sociedade. Ao lado de instâncias econômicas, políticas e sociais, a comunicação converte-se em insumo indispensável para o andamento da vida pública e requer maior compreensão de suas práticas e do ambiente onde está inserida.

Neste início de milênio, a sociedade organizada – em quase todas as partes do mundo – procura fazer valer, por todos os meios e maneiras, seus interesses e pontos de vista junto aos Poderes Públicos. Afinal de contas, é ela, sociedade, que transfere a eles, mandatários de funções públicas, o seu poder. E as organizações, tanto privadas quanto públicas, finalmente se descobrem como integrantes da sociedade, como entes sociais que também precisam ter voz e vez na democracia. Dessa forma, descobrem na comunicação a ferramenta para se comunicar com a sociedade, dando informações exigidas pelos cidadãos e auscultando permanentemente seus anseios (REGO, 2004, p. 09).

No Brasil – onde a cidadania busca seu fortalecimento em meio à consolidação de uma democracia ainda recente – o papel da comunicação nas instituições estatais se ajusta entre formatos antigos e metodologias modernas. Por isso, visitam-se aqui conceitos ainda incipientes no país, como o de Comunicação Pública, a fim de situar o contexto onde está inserido o objeto deste estudo. É por este viés que se observam como ocorrem os processos de comunicação entre o Incra/RS e os assentados dos dois projetos da reforma agrária na região de São Gabriel.

Nesse sentido, recorre-se a um dos precursores da discussão sobre comunicação pública, o francês Pierre Zémor (1995), a quem a conceituação está na legitimidade do interesse geral, localizado no espaço público e na perspectiva do cidadão.

[...] A Comunicação Pública é a comunicação formal que diz respeito à troca e à partilha de informações de utilidade pública,

assim como à manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas.

O desenvolvimento da comunicação, notadamente a do serviço público, é uma resposta à complexidade crescente das nossas sociedades; ela facilita a busca do interesse geral que resulta de uma arbitragem difícil entre interesses singulares e categorias. A Comunicação Pública responde a uma busca de significação, bem como a uma necessidade de *relação* (ZÉMOR, 1995, p. 1).

E é essa necessidade de aproximação com a sociedade que faz com que as instituições interajam cada vez mais com seus públicos, recorrendo à comunicação. Brandão (2009, p. 09) concorda que é “um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania”. Segundo ela, esse é exatamente o ponto comum entre os pesquisadores da área, uma vez que

a comunicação pública está inserida no âmbito das discussões que dizem respeito à gestão das questões públicas e pretende influir na mudança de hábitos de segmentos de população, bem como na tomada de decisão política, a respeito de assuntos da ciência que influenciam diretamente a vida do cidadão (BRANDÃO, 2009, p. 04).

No intuito de aprofundar essa noção, Zémor (1995) categoriza a comunicação pública em cinco formas, que podem, inclusive, representar as determinações de uma assessoria em organizações estatais. São elas: obrigação de levar informação a seus públicos (comunicar e difundir informações); atender às necessidades do cidadão; apresentar e promover serviços; tornar as instituições conhecidas; e desenvolver campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral. Soma-se também, aquela de natureza mais política – a do debate público – o qual acompanha os processos decisórios.

Em uma perspectiva semelhante, Duarte (2009) também discute a atuação da comunicação pública sob cinco aspectos:

[...] (a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; (b) centralizar o processo no cidadão; (c) tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação; (d) adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; (e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo *uno* (DUARTE, 2009, p.59).

Então, esse foco no coletivo e nas expectativas comuns expande os horizontes da comunicação pública para a comunicação governamental, isto é, aquela praticada substancialmente para e por um governo (algumas vezes até mais voltada para a linha político-partidária). Ao mesmo tempo, ambas confundem-se com atividades comunicacionais políticas, as quais podem até denotar conotações eleitoreiras e partidárias. Duarte (2009, p.59) explica que a comunicação governamental “trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o Poder Executivo e a sociedade, enquanto comunicação política trata do discurso e da ação na conquista da opinião pública”.

Assim, as interpretações do autor são complementadas por Brandão (2003):

A comunicação governamental é a praticada por um determinado governo, visando à prestação de contas, ao estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas e o reconhecimento das ações promovidas nos campos político, econômico e social. [...] Quanto à comunicação política ou marketing político, que é a expressão mais usual nos últimos anos, carece da indispensável legitimidade para ser pública, respeitando-se o sentido estrito do conceito. Ambas buscam atingir a opinião pública, quase sempre com métodos publicitários, buscando respostas rápidas e efeitos imediatos que podem ser auferidos nas pesquisas e que sempre se mostram efêmeros. [...] A comunicação pública, ao contrário, se faz no espaço público, sobre tema de interesse público. É a informação cívica e que inclui a *accountability*³³ (BRANDÃO, 2003, p. 06).

Matos (2006) também verifica que a comunicação pública contém a comunicação política; não o contrário como muitos concebem. Ela assinala que

a atualização dos estudos de Comunicação Política privilegia, de forma evidente, as mensagens políticas de comunicação governamental, as campanhas eleitorais e as mídias envolvidas neste processo (em especial a televisão e, mais tarde, a Internet). O conceito de ‘Comunicação Pública’ incorporou-se ao vocabulário de comunicação, apoiado talvez pelas referências dominantes à

³³ *Accountability* diz respeito à prestação de contas e à responsabilidade social. É a obrigação de membros de órgãos administrativos ou representativos prestarem contas aos seus controladores e à sociedade. “Não existe tradução para o português. O conceito [...] surgiu em meados dos anos 80, em países de língua inglesa, e não é definido de modo uniforme. Alguns enfatizam o dever de prestar contas, outros pontuam o dever de transparência e ainda como o dever de eficiência daqueles responsáveis pela realização da atividade financeira do Estado” (ALBUQUERQUE, 2014).

comunicação governamental, ao marketing político e ao e-governo³⁴ (MATOS, 2006, p. 61).

De acordo com a autora, a comunicação antes era sustentada por conceitos de propaganda política, comunicação governamental, comunicação institucional, marketing político e eleitoral (notadamente no período 1964-1985, da ditadura militar, a ser visto mais adiante), mas que, a partir da consolidação democrática, a comunicação pública passou a se desvincular do papel exclusivo de comunicação entre governo e cidadãos, repercutindo as transformações políticas, sociais e econômicas no Brasil das três últimas décadas.

Assim, a comunicação, hoje, “veste-se” com novas roupagens, as quais destacam mais o papel dos cidadãos do que o das instituições por eles mantidas. Logo, a concepção de comunicação pública influencia diretamente na construção de assessorias mais especializadas, eficientes e eficazes, ágeis no atendimento dos públicos e no planejamento de ações estratégicas para cada um deles.

3.1 O EMISSOR: A FONTE OFICIAL

As assessorias de comunicação começam a vislumbrar horizontes muito além do jornalismo, da publicidade e propaganda e das relações públicas. Lutam, nos últimos tempos, pelo *status* de “estratégicas” e se deparam com desafios que vão desde vencer a famosa burocracia do Estado e a imagem nem sempre positiva da administração pública, até a efetivação de atitudes integradas entre suas diversas áreas. Da mesma maneira que as organizações privadas enfrentam uma verdadeira avalanche de mudanças, na iniciativa estatal elas são ainda mais profundas, pois estão ligadas ao *welfare state*³⁵ e à renovação de valores como democracia e cidadania.

[...] Nos últimos tempos, a comunicação se fortaleceu no âmbito das administrações públicas – nos níveis municipal, estadual

³⁴ Governo eletrônico, cuja concepção não está restrita à informática, mas incorpora também a TV. “Aliada a esses dois fatores – TV e internet – a reforma do Estado e da administração pública, no início dos anos 90, trouxe o tema e-gov para as agendas, como forma de tornar mais eficiente a máquina estatal” (TAVARES, Isabella in DUARTE, 2008a, p.22).

³⁵ “O Welfare State é uma transformação do próprio Estado a partir das suas estruturas, funções e legitimidade. Ele é uma resposta à demanda por serviços de segurança sócio-econômica” (WIECZYNSKI, p. 1).

e federal – e na área política. O avanço ocorre na esteira do fortalecimento de um novo espírito de cidadania, nascido de uma sociedade civil mais organizada e consciente de direitos e deveres (REGO, 2004, p. 09).

Recapitulando a cronologia da comunicação na esfera estatal, Brandão (2009) expõe que as

assessorias de comunicação existem na área governamental desde a década de 70, mas nos últimos anos tiveram uma expansão espantosa, cuja marca principal foram as mudanças nas atividades de responsabilidade das assessorias e a formação de um segmento profissional que exige conhecimentos especializados para dar conta de seu novo papel no complexo burocrático do Estado. O crescimento das assessorias pode ser apontado como um dos fatores motivacionais para o desenvolvimento do conceito de comunicação pública (BRANDÃO, 2009, p.12).

Novelli (2009) e Monteiro (2009) acrescentam que a comunicação pública presume a troca de informações com um receptor que, em parte, também é emissor, pois o usuário explora e nutre o sistema ao mesmo tempo. Ele é cliente, consumidor, contribuinte, eleitor, voluntário, enfim, cidadão. Constitui, portanto, um público muito peculiar para as assessorias de comunicação da esfera estatal.

Para o campo da comunicação, esse é um dos principais diferenciais que se pratica no setor público: o cidadão é um receptor ambivalente. Ao mesmo tempo em que ele é usuário do serviço público, é o eleitor de seus dirigentes e o contribuinte de seu orçamento. Nessa perspectiva, a população não desempenha o papel de cliente do serviço público, e sim de cidadã. Ela compreende que é corresponsável pelo desempenho das instituições públicas e sua participação passa a ser um pré-requisito para o sucesso e legitimidade das políticas públicas a serem implantadas (NOVELLI, 2009, p. 486).

A teoria pode ser constatada no Mapa da Comunicação Brasileira (MELLO; CAETANO, 2011), uma pesquisa sobre comunicação organizacional que reuniu 30 dos 100 principais órgãos públicos do Brasil, além de uma amostra das maiores empresas nacionais e estrangeiras com atuação no país. Foram entrevistados gestores de comunicação sobre o posicionamento das instituições e o cotidiano das assessorias. Entre os 100 principais órgãos públicos, o Mapa considerou: os 37 Ministérios, Secretarias e órgãos nos quais o titular tem posto de Ministro (como a Advocacia Geral da União e o Banco Central do Brasil) do Governo Federal e as

Secretarias de Comunicação das 27 Unidades da Federação, das 26 capitais de Estados e das 10 agências reguladoras federais. A seleção foi feita por sorteio aleatório.

Entre as descrições de seu dia a dia na assessoria, as mais citadas no setor governamental foram “desafio/muito trabalho” e “diálogo público/sociedade”, em contrapartida aos substantivos: “agilidade, imagem e estratégia” nas empresas nacionais e “desafio, compromisso, criatividade” para os gestores de comunicação de empresas internacionais.

No setor público, o cotidiano do trabalho dos gestores da Comunicação representa, em primeiro lugar, desafio. Em segundo lugar, o dia a dia tem a ver com tornar público ‘a coisa pública’. [...] esses gestores são, em sua grande maioria, jornalistas. Deles, 67% começaram a trabalhar antes de 1997, ou seja, iniciaram suas carreiras antes do surgimento da internet para a população em geral, e agora precisam lidar com uma Comunicação Pública que, efetivamente, precisa se tornar pública com os desafios da interatividade, com uma democracia que, enfim, amadurece no Brasil (MELLO; CAETANO, 2011, p. 14).

Em outras palavras, enquanto na iniciativa privada a comunicação já é vista como fundamental para as organizações, na administração pública brasileira ela ainda busca sua inclusão como setor estratégico no organograma das instituições, precisamente como julga Matos (2006, p. 71): “O que o governo brasileiro mostra atualmente pode ser visto como comunicação governamental, marketing público, político ou e-governo, mas com certeza não é comunicação pública”.

O Mapa exhibe, ainda, entre os principais desafios da comunicação no setor estatal, “o diálogo e a transparência”, citados nove vezes pelos entrevistados, e seguidos por metas como “posicionamento” e “redes sociais/interatividade” (cada uma com cinco citações).

As responsabilidades encontram-se, tocam-se, chocam-se, complementam-se. O verdadeiro desafio é se reinventar.

Para os gestores da Comunicação dos órgãos públicos, o principal desafio é dialogar com a população, ser transparente. É preciso dar publicidade ao fazer público, informar ao cidadão como estão sendo investidos os recursos provenientes dos impostos que ele paga. Dá-se, assim, início a um ciclo: abrir-se à sociedade demanda posicionamento e interação que, por sua vez, pedem transparência, mais diálogo, mais integração (MELLO; CAETANO, 2011, p. 18).

As respostas traduzem a opinião de Duarte (2009):

A boa novidade que os mais recentes debates sobre CP [Comunicação Pública] trazem é a tentativa de viabilizar a mudança do foco da comunicação, tradicionalmente voltado para o atendimento dos interesses da organização e de seus gestores (coalizão dominante, corporação, políticos) para ser direcionado prioritariamente para o atendimento dos interesses do conjunto da sociedade de uma forma consciente, responsável e estratégica (DUARTE, 2009, p. 61).

Esses princípios também podem ser conferidos no Relatório de Gestão 2011 da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que listou os seguintes públicos externos como “estratégicos na consecução das ações projetadas”: mulher, criança, juventude, pessoa com deficiência; público-alvo de programas do governo federal (Erradicação da Pobreza Extrema, Minha Casa Minha Vida, etc.); nova classe média e também a tradicional; sociedade civil organizada e empresarial; gestores de governo; governos estaduais e municipais; parlamentares; imprensa regional, nacional e internacional (SECOM, 2012). Nota-se, então, mais uma vez, a ênfase ao cidadão, e não ao governo; comportamento bem diferente das assessorias nas épocas militares³⁶.

Porém, os resultados trazidos pelo Mapa da Comunicação Brasileira confrontam-se, em parte, com o Relatório da Secom: enquanto a imprensa foi o último público a ser descrito pela Secretaria, 83% dos gestores entrevistados pelo Instituto FSB indicaram a “assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia” (MELLO; CAETANO, 2011, p. 36) como a “atividade prioritária” em seus ambientes de trabalho e também como “as atividades mais presentes no rol de responsabilidades” (97% das respostas), além de ser a mais valorizada internamente (para 89% dos pesquisados em órgãos públicos). Ou seja, entre os órgãos e entidades estatais, ainda, procura-se atingir o cidadão por meio de notícias veiculadas na mídia, enfatizando essa, que é apenas uma das diversas frentes de atuação da assessoria de comunicação.

³⁶ Uma observação sobre a Secom: Jorge Duarte – um dos autores pesquisados neste trabalho, e profissional reconhecido no meio acadêmico e institucional – ocupou o cargo de Assessor Especial e Diretor do Núcleo de Comunicação Pública da Secretaria-Executiva da Secom da Presidência da República, entre 2004 e 2012. Atualmente, é professor em diversas instituições de ensino e analista na Embrapa. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4746621U9>> Acesso em 02 jan. 2015.

Dentre os vários espaços por onde transita a comunicação pública, é a imprensa o mais valorizado pelas instituições, segundo a máxima de que 'o que existe é o que está na mídia'. Ali circulam informações consideradas importantes e interessantes para a formação da opinião do público sobre acontecimentos e problemáticas que fazem parte da agenda pública, bem como interpretações sobre esses acontecimentos e problemáticas. Algumas dessas informações dizem respeito ao que certos autores chamam de questões públicas. [...] que dizem respeito à coletividade e, em geral, envolvem tomadas de decisão, transitando, por isso, da agenda pública para as agendas midiática e política (e vice-versa) (MONTEIRO, 2009, p. 41).

Por conseguinte, o termo assessoria de imprensa, inúmeras vezes, é utilizado como sinônimo de assessoria de comunicação. Eid (2003, p. 01) esclarece que “a principal missão da assessoria de imprensa no governo é contribuir para que a sociedade, por meio da mídia jornalística, tenha acesso às informações de seu interesse”. Defende que, em ações pró-ativas, a assessoria deve apurar e distribuir informações de interesse da sociedade que, normalmente, não são cobertas pelos veículos de comunicação, beneficiando assim, uma parcela da mídia que não possui acesso a fontes. Em síntese, é uma “microárea” da assessoria voltada ao atendimento de jornalistas, repórteres, produtores e demais profissionais ligados a todo tipo de veículo de comunicação.

Assessoria de imprensa no governo também – e sobretudo – deve ser considerada uma atividade de prestação de serviços de transmissão de notícias à mídia e, portanto, à sociedade. Ambas – a primeira como veículo e a segunda como destinatária – têm direito às informações geradas nos organismos públicos.

O cumprimento adequado dessa responsabilidade implica um princípio básico e fundamental: a distribuição de notícias, de forma simultânea e sem privilégios, para toda a imprensa, sem distinção. Assim, a assessoria de imprensa do Governo Federal tem o compromisso de atender todos os veículos do País, suprindo-os com noticiário direto; em cada Estado e município, as assessorias de imprensa dos respectivos governos têm idêntico compromisso (EID, 2003, p. 56).

Ao examinar a imprensa e o interesse público (assunto a ser ampliado na seção 3.3), Faria (2009, p. 178) argumenta que “a imprensa tradicional tem sido a vitrine de exibição dos temas da agenda pública”. Segundo ele, os novos paradigmas anunciados pela internet e pelas tecnologias – “fim da passividade do

receptor, conceito de comunidades, menor poder para o emissor, etc.” – não excluíram os jornais e revistas, os quais continuam “insubstituíveis para que os assuntos (ou informações) sejam reconhecidos e valorizados na esfera pública”. Assim, a assessoria de imprensa destaca-se como reforço das ações estatais.

Em resumo, Estado e atores privados disparam estrategicamente suas mensagens para que a imprensa, na última instância do processo e ao mesmo tempo parte interessada, possa não somente difundir a informação, mas, quem sabe, assumi-la sob a ótica do interesse público. Quando a mídia é permeável a determinada mensagem, a diferença é significativa, pois implica reverberação, impacto e difusão em grande escala (FARIA, 2009, p. 178).

Buarque (2003, p. 21) aconselha que “sem uma boa assessoria de imprensa, raro órgão público ou político sobrevive muitos anos na atividade pública”, pois o assessoramento possibilita desvendar uma realidade que a mídia nem sempre “consegue ver sozinha”. E ele vai além, ratificando que

as assessorias de imprensa inserem-se num conjunto mais amplo de atividades, geralmente naquilo que tem sido chamado de comunicação organizacional, integrado por processos e atividades que se cruzam, sobrepõem-se, integram-se e podem, muitas vezes, ser indistintas devido a linhas demarcatórias fluidas que envolvem ações de publicidade, Internet, marketing, relações públicas, comunicação interna, relacionamento com consumidores (BUARQUE, 2003, p. 24).

Chega-se, então, a outra particularidade das assessorias de comunicação: integração. Embora a proposta inicial (debatida na próxima seção) tenha sido focada nas relações públicas e na propaganda e publicidade, as assessorias que atendem a administração governamental, atualmente, podem ser consideradas um verdadeiro *mix* de responsabilidades, que vão desde os afazeres básicos de cada área³⁷ até noções de administração e gestão. O trabalho deixou de ser de divulgação e manutenção da imagem organizacional e “banha-se” em uma visão político-administrativa, onde a comunicação desfila como conjunto estratégico às instituições. O “boletimzinho” e o “jornalzinho” ainda preservam sua serventia, mas o

³⁷ Grosso modo: jornalismo prepara textos e *releases* para divulgação; relações públicas são mais direcionadas para organização de eventos e cerimonial, planejamento estratégico e gerenciamento da imagem; e publicidade e propaganda (normalmente realizadas por empresas terceirizadas) tratam de “vender” e cuidar da imagem da instituição ou de seus programas/produtos.

grande mote é a conexão dos valores e da missão das organizações com a sociedade.

Atualmente, a comunicação está cada vez mais complexa e mais integrada. Assiste-se ao fim entre as suas fronteiras e à ampliação das interfaces com os públicos. Com isso, as assessorias multiplicam seus objetivos – interação, transparência, posicionamento – e procuram consolidar identidades. Para tanto, especialistas no assunto indicam que é necessário sofisticar discursos, estratégias, repertórios e ferramentas, tornando o dia a dia dos comunicadores/assessores cada vez mais desafiador.

As tarefas não se substituem, se sobrepõem e reclamam integração — Assessoria de Imprensa e Relações com a Mídia, Comunicação Interna, Gerenciamento de Crises, Marketing, Redes Sociais, Eventos. É fundamental ser mais consistente em mensagens e imagens, afinal as organizações definem seus comportamentos, buscam construir reputação. As velocidades se multiplicam, assim como os públicos e as atenções. Cidadãos-consumidores não querem mais apenas informação. Eles demandam, opinam e querem compartilhar o que pensam.

A Comunicação responde, assumindo seu significado original: é preciso tornar comum, dialogar (MELLO; CAETANO, 2011, p. 04).

Baseando-se nisso, a comunicação insere-se nas instituições bem mais que mera célula acessória, pois tem sido parte valiosa do organograma funcional, auxiliando decisões políticas e estratégicas, uma vez que tem de estar em constante estado de observação e análise dos ambientes interno e externo da organização e de seus relacionamentos. De acordo com Rego (2004, p. 87), a comunicação “precisa estar sempre procurando fazer leituras adequadas dos comportamentos sociais, a fim de estabelecer estratégias compatíveis com demandas e circunstâncias”. Sendo assim, os profissionais são chamados também a planejar as ações de comunicação com vistas à programação geral das instituições.

As estruturas de comunicação na administração pública federal não de se reorganizar em função da evolução dos conceitos e das novas demandas sociais. Os profissionais precisam ser especialistas nas respectivas áreas e setores, devendo, mesmo assim, ter noção completa de todas as atividades e programas. Os modelos burocráticos de gestão estão ultrapassados. O dinamismo, a mobilidade, a agilidade, a disposição são os valores que deverão balizar as estruturas (REGO, 2004, p. 121).

Um fato curioso é que no quesito “Tomada de Decisões”, apurado pelo Mapa da Comunicação Brasileira, 73% dos 30 representantes dos órgãos públicos afirmaram que a comunicação é levada em conta nas decisões de níveis hierárquicos mais altos. Na opinião dos organizadores da pesquisa, a comunicação pode ser mais decisiva nesses setores porque “o compromisso do gestor público passa mais diretamente por suas relações com a mídia. As decisões são tomadas, na prática, em diálogos do gestor da Comunicação com os ministros, governadores, prefeitos, presidentes de agências, praticamente sem mediação” (MELLO; CAETANO, 2011, p. 23).

Lara (2007)³⁸ corrobora com essa análise, declarando que a “boa comunicação” depende do acesso que as assessorias e os profissionais têm ao poder, às informações e aos recursos. Segundo ele,

a forma de assessoria, também, dá a ideia de uma espécie de apêndice do poder central.

Essa opção pela assessoria em vez de secretaria ou diretoria não pode interferir no *status* do cargo. É função de primeiro escalão: tem de ter autonomia financeira e administrativa e não pode haver intermediários na relação do assessor de comunicação com o núcleo principal de decisão da instituição.

Assessoria de comunicação não é mais nem menos do que uma diretoria ou secretaria, é apenas diferente (LARA, 2007, p.132-133).

Ainda, em relação às organizações estatais, o autor constata:

Estamos em um novo tempo em que a comunicação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário não pode ser mais sinônimo de propaganda. A comunicação pública excelente só é alcançada a partir da administração profissional – operada de forma integrada por jornalistas, relações públicas, publicitários e designers – do mundo simbólico, referenciado em obras, programas e, principalmente, pelo apoio e pelas atitudes de seus gestores e dos milhares de funcionários que também representam uma gestão (LARA, 2007, p. 10).

Possivelmente, a associação da assessoria de comunicação à quase totalidade dos departamentos das instituições tenha sido a alteração mais radical dos últimos tempos, haja vista a cobrança intensa de qualidades como

³⁸ O autor Maurício Lara Camargos utiliza tanto o sobrenome Camargos (2004), quanto Lara (2007). Optamos por seguir a nomenclatura conforme está referenciada em cada obra.

transparência, agilidade e eficiência. Nessa linha de raciocínio, Peruzzo (2009) menciona que

passa-se a reconhecer as contribuições da comunicação tanto para atingir os objetivos-fins de cada atividade (superação de carências, modificação de situações opressivas), como na criação de condições para o funcionamento das entidades (conquista de parceiros, de voluntários, captação de recursos, entre outras), e no relacionamento com os meios de comunicação de massa como forma de dar visibilidade pública e difundir propostas de transformação social (PERUZZO, 2009, p. 167).

Além disso, o direito à informação clama por criatividade. Muitas assessorias de comunicação assumiram-se, em determinadas épocas, como propagandas de governo. Contudo, o campo publicitário, hoje, serve para apoiar e divulgar iniciativas em conjunto com as demais ações de comunicação. Frequentemente, o Estado lança mão da propaganda para oferecer esclarecimentos à população. A Secom, por exemplo, utiliza campanhas de Publicidade de Utilidade Pública (PUP) para “propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida” (SECOM, 2012, p. 38).

Verifica-se, então, que há uma tentativa, por parte das instituições estatais, de direcionar a publicidade e a propaganda mais aos interesses do cidadão, dando-lhes um cunho mais educativo e informativo do que de divulgação. Porém, à sombra de informar o povo, não deixa de enaltecer a imagem de um governo. Incorre-se em equívoco pensar que as correntes de relacionamento com o cidadão se mantêm exclusivamente através desses tipos de recursos, pois é preciso coerência e coesão em todo o discurso, da comunicação à administração. A propaganda adequada esteticamente nem sempre atinge seu objetivo; prova disso é que, apesar de belas campanhas na televisão, milhares de brasileiros ainda não possuem sua certidão de nascimento.

Há três décadas, Andrade (1982, p. 113) já avaliava o emprego da publicidade e da propaganda como “justo e oportuno, para garantir a popularização e o alcance das informações governamentais”, uma vez que a simples divulgação de fatos governamentais nem sempre é suficiente para atrair a atenção dos públicos. Todavia, “essa publicidade precisa ter um caráter verídico”. Caso contrário, Novelli

(2009) sublinha que muitas ações de comunicação ainda aproximam-se de técnicas de marketing político:

[...] Rica em estratégias e manobras para convencer o eleitorado a votar no candidato, essa forma de comunicação não tem a preocupação de fomentar o debate, incluir posições contrárias e buscar a formação de uma opinião pública independente. Seu público-alvo, o eleitor, é considerado consumidor do mercado eleitoral, e não cidadão. Essa é uma transposição que se mostra frequente entre os governos brasileiros (NOVELLI, 2009, p. 500).

Matos (2009, p. 56), quando estuda os usos da comunicação pelo Estado brasileiro, também critica que “os governos a entendem como propaganda, publicidade institucional, como marketing, como relações públicas”, sem dar a sua devida importância. As ações são direcionadas muito mais para fins pontuais e eleitores do que para informação contínua da sociedade.

Com a redemocratização do país, os governos civis pareceram pensar a comunicação como uma tarefa exclusiva da comunicação política, visando ao convencimento, ao impacto junto à opinião pública e à busca de resultados imediatos. Para a autora, o Executivo não entendia a comunicação como processo, apenas “reciclava” discursos conforme o momento, sem vislumbrar, no entanto, o ato comunicacional como um processo de reconstrução da cidadania.

Outro fator é a produção excessiva de material informativo, especialmente nas instituições estatais. A todo instante, é confeccionado um volume considerável de elementos estatísticos, divulgados em massivos comunicados, em grandes campanhas ou em discursos políticos, mas pouco se afere sobre o impacto desses números na vida cotidiana da população.

O Mapa da Comunicação (MELLO; CAETANO, 2011, p. 55) mostra que o planejamento de comunicação contempla, em 54% dos casos, a “análise de ambiente interno” e “definição de ações prioritárias”, porém a “definição de ferramentas de avaliação e indicadores” é levada em conta em apenas 42% das respostas. Ou seja, as estatísticas ainda não são usadas como estratégia organizacional para alcance dos diferentes públicos.

Por isso, ao zelar pela imagem e identidade da administração estatal – outra tarefa das assessorias de comunicação – deve-se compreender que ambas são construídas ao longo de ações diárias (aproveitadas, ou não, pela mídia),

complementadas por campanhas publicitárias, mas, primordialmente, certificadas pelo atendimento correto e ágil aos cidadãos. De nada adianta uma manchete de jornal positiva sobre a liberação de linhas de crédito a atingidos pela estiagem, se essas pessoas, quando forem procurar o departamento responsável, não conseguirem acessar o benefício devido à morosidade do próprio Estado. É o conjunto de posicionamentos da instituição que demarca as opiniões dos seus públicos, como revela Nassar (2007):

A administração pública está sempre '24 horas no ar'. Quando giramos a torneira de água, ligamos a luz, abrimos a porta da rua, respiramos o ar poluído das cidades, estamos nos relacionando com a gestão pública. A imagem de uma administração pública é sempre construída a partir dos pequenos e grandes fatos do cotidiano que, na maioria das vezes, não acontecem na sala do presidente, do governador, do prefeito, do juiz (NASSAR, 2007, p. 9-10).

Convém ressaltar que, no Brasil, lidar com a imagem da administração pública seria um estudo à parte. Ordena-se que as assessorias recuperem um sentimento há muito perdido pelos cidadãos: o de confiança no Estado. Não existem notícias boas ou positivas que reconquistem valores éticos e morais, muitas vezes, abandonados. A comunicação não age sozinha, é preciso haver vontade e determinação política verdadeiramente séria para ganhar a simpatia do povo. Lara (2007, p. 114) justifica muito bem que “a comunicação mostra o que existe. Mostrar o que não existe é, de fato, tarefa para milagreiro e não consta que o assessor de comunicação, seu pessoal e as agências, por mais criativas que sejam, dêem conta de fazer milagres”. Ele salienta que a comunicação deve corresponder ao que o cidadão enxerga concretamente, vê quando anda pela cidade ou constata na conversa com seus pares.

Sob o mesmo ponto de vista, Rego (2004) assevera que

[...] as instituições públicas são máquinas burocráticas, frequentemente inertes, paquidérmicas, sofrendo a comunicação com os efeitos das estruturas obsoletas. O desafio da comunicação na instituição pública é aproximar seus serviços da sociedade. Ocorre que a comunicação sozinha não faz milagres. Se o serviço público é ruim, a comunicação não vai consertar a imagem da administração (REGO, 2004, p. 84).

Ao contrário do que creem administradores e diretores equivocados, a comunicação estratégica não é um “grupamento de bombeiros” para apagar incêndios provocados por ações impensadas que resultaram inexitas. Já advertia Bueno (2009, p. 312): “Não confundam a comunicação com a mera execução de tarefas, mas a percebam efetivamente como um processo”, o qual garante, ao mesmo tempo, confiança (entre seus públicos) e estabilidade (fortalecimento da imagem) às organizações.

Nesse sentido, as assessorias vêm mudando não só porque a sociedade está em evolução, mas também porque a própria administração pública está começando a entender que “a comunicação não é um processo exterior à ação pública, pois, com a adoção de canais apropriados para cada público específico, ela é capaz de se transformar em parte constitutiva da própria ação pública, tornando-a mais participativa e eficiente” (NOVELLI, 2009, p. 508). Para completar esse pensamento, as palavras de Andrade (1965), expressas há mais de quatro décadas, tornam-se atuais:

[...] Hoje, dominará o mundo aquele que for capaz de contar com a opinião pública internacional. A força, representada pelos grandes exércitos e melhores máquinas de destruição, não constitui o exato meio para a conquista da humanidade. Só quem possuir os melhores meios de comunicação – inclusive novos veículos de comunicação ainda não inventados pela mente humana – é que poderá dirigir os destinos dos povos. Está fadado ao desaparecimento do exército de guerreiros, pois em seu lugar irá surgir o exército de agentes da comunicação (ANDRADE, 1965, p. 22-23).

Comunicar, então, não se restringe exclusivamente a publicar fatos ocasionais ou oportunistas, mas estar, sistematicamente, de portas abertas para receber todos os seus públicos, do cidadão ao empresário concorrente de licitações, ao deputado do partido opositor. Como proposta estratégica, Novelli (2009) sugere que a comunicação entre governo e sociedade não sofra interrupções, nem seja inconstante. A regularidade e a estabilidade transmitem segurança à população de que a informação será sempre emitida, mesmo em momentos de crise, possibilitando a transparência e “publicização” das ações de governo. A autora reitera que a volatilidade das informações, hoje, exige que o governo mantenha seu fluxo de informações atualizado, para que não se rompa o “contrato social” com os cidadãos.

Por isso, as assessorias devem abastecer permanentemente a sociedade com os fatos que lhe dizem respeito, afinal,

se o povo desconhece o que está sendo feito e o porquê, bem como por que não se faz, ele não poderá entender a dinâmica das atividades governamentais e nem mesmo poderá agir, com efetividade, no seu papel natural de indicador de rumos e de fiscal dos atos governamentais (ANDRADE, 1982, p. 87).

Segundo já mencionado, os pares do Estado estão se consolidando como agentes ativos, não mais atores passivos ou simples receptores. Logo, o assessor torna-se um “gestor de relacionamentos” com os públicos, com a mídia, com a administração, com todos. Ou ainda, como prefere Simões (2001, p. 80-81), um “hábil estrategista político na comunicação”. Rego (2006) também concorda que o comunicador não é tarefeiro. Há vinte anos, ele já previa que o assessor de imprensa deveria ser estrategista e pensador, não um “fazedor de jornal, de *website*, de televisão”. Porém, conforme o autor, a comunicação organizacional no Brasil é composta por 95% de “fazedores” e apenas 5% de pensadores.

[...] O que acho é que deveríamos trabalhar com o conceito de estratégia. Antes de fazer uma coisa, é necessário saber qual é o foco dessa comunicação, quais são os públicos-alvo, quais as estratégias, quais são as diretrizes, quais são mesmo os recursos e então definir a linha de ação. Falta aos comunicadores no Brasil uma visão histórica, uma visão de opinião pública, de antropologia, de sociologia, de economia e política. Se o comunicador não entender um pouco dessas áreas, vai apenas ser um codificador de mensagens (REGO, 2006, p. 174).

Por isso, Camargos (2004) também situa o comunicador público “entre o mar e o rochedo”, porque lida com cenários paradoxais o tempo todo, sem poder esquecer que a sociedade está em seu horizonte. A permanente reflexão faz parte do seu trabalho, uma vez que ele reflete diretamente na vida em sociedade.

Quem lida com a comunicação na área governamental tem que tomar consciência de seu papel e desde já é preciso ficar claro que esse papel não pode ser o do marisco que tenta sobreviver entre o mar e o rochedo. Esse profissional, de fato, está entre o mar e o rochedo, mas não pode vestir a carapuça de um marisco. É parte ativa no processo por cujas conseqüências e resultados vai ser responsabilizado, seja por ação ou por omissão (CAMARGOS, 2004, p. 150).

Assim, aliando-se a essas constatações, as alterações observadas nas assessorias de comunicação podem ser comparadas às especulações do jornalismo cívico, uma vez que ambas enfrentam as mesmas provocações identificadas por Traquina (2005):

[...] 1) Ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção do ‘observador desprendido’ e assumir o papel de ‘participante justo’; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores, mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos (TRAQUINA, 2005, p. 178-179).

As assessorias têm de dar conta, então, de produzir matérias jornalísticas, distribuir pautas, atender a mídia, preparar eventos, organizar agendas, cuidar de campanhas publicitárias, elaborar relatórios, bem como transpor empecilhos muito mais complicados: vencer a burocracia e a “imagem arranhada” do serviço público, inovar em métodos de proximidade com o público, lidar com as disputas de poder e política – especialmente a cada eleição – integrar suas áreas com as demais da organização, em suma, manter vínculo com seus públicos e cuidar da “gestão de relacionamentos”, como sintetiza Lara (2007):

Há que se relacionar com a imprensa, mas há também que atender ao departamento comercial dos veículos de massa. Há que investir os recursos da publicidade, mas não sem antes decidir onde e de que forma. Há que saber o que dizer à sociedade em cada anúncio, em cada entrevista, em cada situação, mas há que saber também como e o que dizer ao público interno e como se relacionar com a comunidade em torno da instituição. Há que atender à demanda que vem de dentro, mas há, principalmente, que entender a força e a ansiedade das pessoas que apresentam essa demanda interna e a pressão que elas fazem sobre a assessoria de comunicação. Há, finalmente, que conviver com o poder e tudo que o cerca ou que dele se acerca (LARA, 2007, p. 11).

Portanto, o esforço cotidiano dos profissionais que atuam em assessorias de comunicação está em alcançar a excelência das demandas geradas pelas instituições estatais que representam e pela sociedade a qual serve. A dicotomia não está na matéria de divulgação a ser lançada para a mídia sobre um programa

de governo inédito, mas em estar apto para receber as devidas cobranças caso os cidadãos não obtenham exatamente o que foi anunciado.

Sendo assim, pelo prisma da comunicação pública, essa pesquisa enfatiza a relevância da assessoria de comunicação em instituições estatais na consolidação dos espaços democráticos e da cidadania, uma vez que as fontes oficiais se tornam (ou deveriam se tornar) canal de diálogo entre o Estado e o povo.

3.2 INFORMAÇÃO: DIREITO BÁSICO

O desenvolvimento de um povo ocorre pela educação, pelo acesso igualitário a políticas públicas e sociais e também à informação. Quanto mais informados, mais participativos e atuantes podem ser os cidadãos, o que faz da informação um direito civil básico como educação e saúde. Por isso, a comunicação pública deveria ser a viga mestra de todas as instituições estatais, uma vez que coloca a sociedade no centro de todo e qualquer processo informativo.

Porém, para entender o atual cenário brasileiro, é preciso voltar no tempo, fazendo um breve resgate histórico do surgimento das assessorias de comunicação em órgãos e entidades governamentais no país.

A comunicação política no Brasil ainda deixa marcas profundas dos repressivos períodos militares, onde a vontade política e dominante reprimia os interesses do povo. Por isso, nesse tipo de comunicação, venciam determinações de governo não de Estado, como se os anseios partidários e de gestores fossem superiores aos interesses públicos, justamente na contramão da “revolução” atualmente experimentada. Assim, as assessorias de comunicação a serviço das estatais deparam-se com um histórico de obstáculos e barreiras à sua atuação, herdado de governos autoritários e regimes ditatoriais que, por muito tempo, oprimiram a comunicação no serviço público.

Basta lembrar que o primeiro órgão oficial de divulgação no país foi o Serviço de Informação e Divulgação do Ministério da Agricultura, em 1911, que originou o Serviço de Informações Agrícolas, em 1940, o qual marcou o aparecimento das relações públicas no país. Destaca-se que o setor que primeiro se utilizou da comunicação para relacionar-se com os públicos foi o rural, exatamente como estudado nesta dissertação.

Porém, durante o Estado Novo, a comunicação de governo se restringiu à publicidade da Era Vargas e à censura a seus contrários: em 1939, Getúlio criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), extinto em 1945 com a formação do Departamento Nacional de Informações (DNI), esse responsável pelo “fim da propaganda oficial e o início de um serviço de informação” (ANDRADE, 1982, p. 101). O DNI também foi fechado no ano seguinte. Nem mesmo a redemocratização, modificou a tendência “político-publicitária” daquela época e, nos governos militares que se sucederam, a tônica era idêntica. Em 1968, o presidente Arthur Costa e Silva “inovou” com um órgão planejador de divulgação do Poder Executivo: a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), que mais assessorava “a pessoa” do presidente do que propriamente divulgava o governo.

Em sua análise sobre a atuação da comunicação, Schaun (1986) reforça que

no Brasil, a comunicação social do governo foi criada, não como instrumento de aperfeiçoamento democrático para o governo se integrar a seu povo, motivando-o e possibilitando-o assumir, cada vez mais o seu destino; em vez disso, sempre foi melhor para o governo controlar a Opinião Pública no interesse pessoal, ou estatal dos titulares do Poder Executivo (SCHAUN, 1986, p. 43).

Percebe-se, então, a dificuldade de implementar a comunicação como ação efetiva no Estado brasileiro. Inicialmente, as assessorias em âmbito estatal surgiram em escala decrescente, ou seja, “de cima para baixo” – do governo para o povo – para atenderem única e exclusivamente aos pressupostos do poder político. Entretanto, na década de 1960, o pioneiro Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1965) anunciava a importância das relações públicas governamentais não à mercê de ideologias particulares, mas sim destinadas aos “públicos”³⁹ e à formação de suas opiniões, constituindo a delicada “opinião pública”. Para ele,

as informações modelam assim as ideias e atitudes, desenvolvendo, de certa maneira, atitudes comuns frente a certas situações. Quando se conseguir informar suficientemente a um grande número de pessoas, far-se-á com que elas tenham muitas ideias em comum. Formar-se-á, desse modo, uma área de entendimento comum, que se revelará através da opinião pública. A eficácia da discussão

³⁹ Conforme o Glossário de Comunicação e Cidadania, públicos “são agrupamentos [amplos ou reduzidos] espontâneos de pessoas ou de grupos sociais organizados que durante um período de tempo, que pode ser curto ou longo, ‘pensam e sentem de modo semelhante a respeito de problemas, interesses, gostos ou movimentos de opiniões’” (DUARTE, 2008a, p. 50).

desempenha, pois, papel importante na formação de atitudes grupais. A discussão pode harmonizar a ação dos grupos e dos indivíduos humanos, identificando e integrando ideias e atitudes. A troca de informações, através da discussão pública, é uma espécie de fertilização cruzada, da qual resulta, fatalmente, uma atitude nova e espontânea, que constitui a chave do progresso humano (ANDRADE, 1965, p. 24).

Andrade (1965) já antevia que as instituições alcançariam prestígio e simpatia através da informação e do diálogo, pois o apoio ao governo só pode vingar quando seus usuários têm conhecimento desse governo. Conforme o autor, a separação entre governantes e governados é consequência, principalmente, da falta de informações. A administração pública não pode funcionar sem a compreensão popular de suas atividades e processos, pois o poder público depende do consentimento do povo às políticas governamentais. Contudo, os governos em geral, como se não precisassem dos cidadãos, nem sempre cuidam de estabelecer um aparelhamento de informações, capaz de permitir o esclarecimento do povo a respeito da motivação e dinâmica administrativas.

A sobrevivência e o aprimoramento de nossas condições dependem da constante vigilância da liberdade de informação e da oportunidade da criação de autênticos públicos. O progresso de nossas instituições, a renovação de valores humanos e o direito inalienável da opinião pública não podem descansar na simples e perigosa transformação das multidões em massas. A era da opinião pública está na dependência direta da existência do público e de sua soberania (ANDRADE, 1965, p. 25-26).

Sendo assim, a legitimação do regime democrático depende dos níveis de comunicação entre governo e seus públicos. A existência de ambos está entrelaçada: para que um se desenvolva, o outro tem de avaliar, em um processo horizontal de duas vias. Logo, os procedimentos do Estado devem ser de total conhecimento de sua nação, uma vez que a democracia pressupõe a participação do povo. E os cidadãos, para que consigam influir nas decisões oficiais, devem estar cientes das atitudes políticas e governamentais. Nesse enfoque, Bobbio (2000) recomenda que

[...] a maior ou menor relevância da opinião pública como opinião relativa aos atos públicos, isto é, aos atos próprios do poder público que é por excelência o poder exercido pelos supremos órgãos decisórios do Estado, da 'res publica', depende da maior ou menor

oferta ao público, entendida esta exatamente como visibilidade, cognoscibilidade, acessibilidade e, portanto, controlabilidade dos atos de quem detém o supremo poder (BOBBIO, 2000, p. 103).

O autor enxerga o ideal da democracia como “governo do poder visível” (BOBBIO, 2000, p. 114), isto é, o Estado está sob severa vigilância e ele próprio deve oferecer meios que possibilitem o olhar de todos os interessados. Então, retomando Andrade (1982), depreende-se a relevância da comunicação para o desenvolvimento da sociedade e do Estado:

[...] O governo precisa, além de educar, esclarecer para que seus planos e programas obtenham, primeiramente, compreensão e depois apoio. A crescente complexidade dos processos governamentais, tanto em dimensão, como em atividades, aumenta a dificuldade da compreensão pública. Muitas vezes, medidas e projetos oficiais, justos e imprescindíveis, são mal compreendidos pelo povo em razão da falta de comunicação. As entidades públicas precisam reconhecer a obrigação que têm de esclarecer, permanentemente, o povo quanto ao seu funcionamento, suas realizações e seus programas, reduzindo assim as ‘áreas de ignorância’ (ANDRADE, 1982, p. 86-87).

Por isso, os programas de comunicação nas instituições estatais vêm ganhando força, principalmente depois da Constituição Federal de 1988 e da Reforma do Estado na década seguinte. Em 1997, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, denominou seu plano de comunicação como “Comunicação Institucional”, anunciando, em 2002, que “a Comunicação Pública é um tema indissociável do funcionamento da democracia” (BRANDÃO, 2011, p. 47). No ano seguinte, o secretário de comunicação do governo Lula sustentava no documento “A Política de Comunicação de Governo”, que era importante desenvolver diálogo com a sociedade através de agentes capacitados. Um seminário com Pierre Zémor, em 2009, organizado pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) e pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), estimulou uma comunicação mais comprometida com a construção da cidadania.

Neste sentido, em junho de 2011, a Instrução Normativa número 5 da Secom⁴⁰ consagrou, no Art. 2º - inciso II, a comunicação pública como

⁴⁰ Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências (BRASIL, 2011).

a ação de comunicação que se realiza por meio da articulação de diferentes ferramentas capazes de criar, integrar, interagir e fomentar conteúdos de comunicação destinados a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e informações de interesse público, a transparência das políticas públicas e a prestação de contas do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2011).

Assim, a valorização da comunicação pública – entendida como aquela que ocorre entre as instituições estatais e a sociedade – demonstra a preocupação em reduzir o “vácuo” entre representantes e representados e aumentar o compartilhamento de informações de interesse público, bem como facilitar o acesso a essas informações. Acompanhando a sofisticação administrativa e tecnológica das organizações e da sociedade, a gestão estatal vem reconhecendo – ainda em ritmo lento – o potencial das assessorias de comunicação, investindo, sobretudo, em processos transparentes e no trato com os cidadãos. Essa distinção vai ao encontro da “boa governança” e auxilia a retomada do conceito de “serviço” público como um verdadeiro “bem” público a serviço do povo.

Novelli (2009) frisa que

o aspecto público da comunicação tem sucumbido, ao longo do tempo, a seu pressuposto político. No entanto, o caráter estratégico da comunicação pública brasileira tem se tornado cada vez maior, principalmente após o restabelecimento dos direitos democráticos do cidadão. É a comunicação entre instituições públicas, seus servidores e os usuários externos que promove a integração entre esses agentes. Ao mesmo tempo em que a comunicação eleva o grau de informação e participação dos usuários em relação às instituições públicas, possibilita um maior controle da sociedade, motivando o usuário do serviço público a se portar como cidadão responsável por esse serviço (NOVELLI, 2009, p. 492-493).

Portanto, como bem diz Brandão (2011, p. 46), é preciso “reinterpretar a Comunicação para os múltiplos espaços públicos da sociedade atual”, uma vez que a pluralidade de sujeitos em ação constitui redes heterogêneas e complexas de relacionamento. Ela acrescenta que

a fraca capacidade de resposta do Estado às necessidades e anseios dos cidadãos está produzindo, mundo afora, um vazio ético nas sociedades e, no seu rastro, surgem novas formas de expressão política e novos canais de legitimação da vontade popular. A histórica liberdade de expressão escapou dos limites das instituições criadas

para representá-la e foi parar na praça pública virtual. Esse é novo território da Comunicação Pública, cada dia mais pública e menos institucional (BRANDÃO, 2011, p. 46-47).

Nesse sentido, duas questões simbolizam o sentimento das recentes modificações, ricas em expectativas, e também permeadas de incertezas: qual a função (ou funções) da assessoria de comunicação na administração estatal? Como atingir a eficiência e a eficácia desse serviço? Defronta-se, então, com o que Studart (2009, p. 123) denomina de o “trinômio direito-dever de informar, direito-poder de ser informado e direito-poder conhecer”. É o conciliar de interesses sociais, políticos e econômicos e de novas atribuições da comunicação que angustia boa parte dos atores envolvidos nesta tarefa.

Inicialmente, a inquietação surge na tentativa de corresponder plenamente ao direito de informação. Garantia fundamental dos cidadãos há pelo menos dois séculos – quando os artigos 1º, 2º e 4º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 (STUDART, 2009), ecoavam mensagens de liberdade de opinião e de prestação de contas de sua administração como dever de todo agente público (esse último verificado no artigo 15) – o direito à informação é peça chave para o progresso da humanidade.

Ressalta-se que prerrogativa semelhante consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948, pela Organização das Nações Unidas: “Artigo 19º - Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” (UNITED NATIONS, 2012).

Da mesma forma, em seu artigo 5º, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), reitera: “XIV - é assegurado a todos o acesso à informação [...]”, admitindo o direito à informação como direito fundamental do povo, conforme fixado em inciso mais adiante:

XXXIII - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Sob essa ótica, Bezzon (2004) comenta que a socialização da informação pode fornecer aos membros da sociedade civil a cidadania integral, por isso é tão essencial.

O acesso e o direito à informação tornam-se requisito básico para o exercício da cidadania. Isso exige transparência e fidedignidade nas informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa para que a opinião pública possa formar-se democraticamente.

De acordo com Laifer (1991), o direito à informação é uma liberdade democrática destinada a permitir uma autônoma e igualitária participação dos indivíduos na esfera pública (BEZZON, 2004, p. 23).

O assunto também foi abordado por Andrade (1982, p. 83-84) em seu artigo sobre relações públicas governamentais, quando ele citou Thomaz Jefferson (terceiro presidente norte-americano) ao argumentar que se evitam rebeliões ao dar ao povo plena informação de seus negócios: “A chave de qualquer regime está na informação dada ao cidadão, não como um ato de liberdade, mas como cumprimento de uma incumbência sagrada de prestar contas a quem deve ser parte ativa da gestão da coisa pública”.

Entretanto, o significado de informação tomou dimensões muito maiores com a ascensão da comunicação pública e transferiu às assessorias o papel de alimentar as relações entre o Estado e os públicos. Reproduz-se a capacidade não apenas de transmitir ideias, mas também de trocá-las em prol do coletivo e não mais do individual. De acordo com Duarte (2009), a

comunicação pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável. Portanto, é um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito a aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, às empresas privadas.

O uso da expressão está associado ao esforço de melhorar a vida das pessoas pela comunicação. Para conseguir isto, os instrumentos de comunicação são utilizados a partir do ponto de vista do cidadão em sua plenitude e não apenas em suas faces de consumidor, eleitor, usuário. Praticar comunicação pública implica assumir espírito público e privilegiar o interesse coletivo em

detrimento de perspectivas pessoais e corporativas (DUARTE, 2009, p. 61).

De qualquer modo, a universalização do direito da sociedade à informação ainda é um desafio, especialmente em países ricos em diversidade como o Brasil. Na opinião de Camargos (2004), essa universalização deve estar inserida nas políticas de inclusão social, uma vez que a desigualdade ao acesso à informação é só mais uma entre tantas outras. Para ele, o analfabetismo, as dificuldades geográficas (dadas as extensões territoriais e diferenças regionais do Brasil) e a centralização do poder da mídia, muitas vezes, impedem a expansão da informação para a população. Os governos devem preencher tais lacunas, facilitando a divulgação de dados interessantes à vida pública.

Então, além de oferecer informação – e aqui não estamos discutindo mais o conteúdo da informação e, sim, a possibilidade de acesso a ela –, os governos têm que se preocupar com a lubrificação de canais existentes e com a criação de novos canais que permitam ao cidadão ter acesso ao noticiário (CAMARGOS, 2004, p. 152).

O autor acrescenta, ainda, que a comunicação governamental, nesse caso, deve “se libertar das amarras da conveniência política e da sobrevivência dos políticos” (CAMARGOS, 2004, p. 151), pois a politização da população cresce à medida que se ampliam as tecnologias da informação e da comunicação. Camargos (2004) espera da sociedade brasileira um aumento gradativo de demanda por informação qualificada, já que a tendência é que o povo esteja cada vez mais atento à concretude e à transparência dos fatos a ele oferecidos. Essa reação vem acompanhada da respectiva consciência do fortalecimento da democracia e do avanço da democracia.

Uma boa comunicação é fundamental para a continuidade e sobrevivência de governos, mas o que muitos governantes não conseguem captar é que na outra ponta da linha está o cidadão e, do ponto de vista dele, o que importa não é a imagem boa ou ruim da administração, mas a transparência, a possibilidade de fiscalização, a existência de meios que permitam o julgamento de uma ação administrativa. Em outras palavras, para o cidadão o que deveria prevalecer é a informação como um direito inalienável, fundamental, básico. Em última instância, a verdade dos fatos (CAMARGOS, 2004, p. 149).

Enfim, o direito à informação “configura-se como um fundamento para o acesso dos cidadãos ao conhecimento necessário à garantia de uma qualidade de vida digna, tanto por meio da imprensa, como por livros, panfletos e quaisquer veículos informativos” (DUARTE, 2008a, p. 19). É considerado como um relevante direito social, formador da cultura de um povo e determinante do seu nível de desenvolvimento, tornando-se, na democracia, uma premissa para a formação integral do indivíduo, possibilitando-lhe o discernimento intelectual e consciente na tomada de decisões pautadas pelo livre arbítrio.

Portanto, a comunicação acompanha, ao longo dos anos, as reformas da sociedade e da própria administração pública brasileira. À medida que as instituições estatais ganham espaço na rotina do povo, elas passam a ser alvo de uma população cada vez mais influente, que pergunta e opina constantemente, exigindo qualidade e transparência. Por consequência, as assessorias deixam de ser instrumentais para posicionarem-se como base fundamental do relacionamento entre Estado e cidadãos.

3.3 INTERESSE PÚBLICO: CIDADANIA

Ao abordar comunicação pública – como aquela praticada essencialmente por órgãos e entidades da administração estatal – é imperioso mencionar a relevância dos interesses coletivos que movem uma nação. Nesse sentido, a comunicação deve ser pensada como possibilidade de adotar a perspectiva do outro, devendo resgatar a preocupação com o bem público e a noção de coletividade. Principalmente as informações oriundas do Estado democrático são as molas propulsoras para a cidadania.

Considerando público como um conjunto da sociedade o qual se deve informar, cativar e persuadir, seja para que for o objetivo, Hohlfeldt (2011, p. 231) esclarece que “o interesse público traduz, em última análise, uma abrangência, a mais larga e variada possível, para incluir o maior número de interessados ou que venham a se interessar (ou estar envolvidos, ou sofrer) as consequências de uma determinada decisão ou ação”.

O autor argumenta que a comunicação será sempre uma instrumentalidade, pois ela não serve para si mesma; ela ajuda a organização da sociedade. “No caso do Estado, o maior interesse público é a democracia. Este é o valor maior da

organização política a que chamamos nação, concretizada por meio da simbiose entre o estado e a sociedade” (HOHLFELDT, 2011, p. 238), para a qual a comunicação garante melhorias efetivas à maioria dos seus membros. Nesse sentido, a informação é vital às organizações sociais, pois possibilita que elas decidam seus próprios caminhos e participem democraticamente das ações de governo.

Assim, o Estado, por meio dos governos, tem a obrigação de informar, isto é, prestar contas, garantindo a transparência e o que contemporaneamente denominamos *accountability* -, além de explicar, talvez persuadindo, assim, os descontentes. Aliás, nenhuma das duas funções do Estado aqui lembradas são recentes. Elas já foram mencionadas por Aristóteles, o qual chamava a atenção para o fato de que os dirigentes, além de fazerem bem o que faziam, deveriam ser capazes de explicá-lo e defendê-lo diante do areópago, o conjunto de cidadãos que decidia a vida da pólis grega (HOHLFELDT, 2011, p. 235).

Mas Maia (2011) reconhece a dificuldade em definir conceitualmente “interesse público”, pois o termo é atravessado por ambigüidades tanto da teoria política, quanto da teoria democrática, envolvendo polêmicas acerca dos interesses individuais e coletivos e perpassando a política e a natureza do governo democrático. Por isso, segundo ela, não há consenso sobre o que constitui, de fato, o interesse público.

Não se pode candidamente esperar que o reino público seja definido por meio de uma solidariedade compartilhada, nem que os sujeitos possuam sempre as motivações para a reciprocidade e a confiança, a fim de estipularem o ‘interesse público’. Assim sendo, não há como promover distinções objetivas sobre demandas e reivindicações de grupos diversos da esfera civil (MAIA, 2011, p. 260).

Porém, o senso comum pressupõe “interesse público” como aquilo que é concernente ao interesse coletivo, grupal, ao “bem comum” ou à “vontade geral”. A discussão, contudo, amplia-se num horizonte infinito quando o que entra em jogo é de “quais interesses estão tratando”, ou, “dos interesses comuns a quem”, pois conforme os princípios da matriz aristotélica, “o todo vem antes das partes” (BOBBIO, 2000, p. 25). Seria, então, o interesse de todos, de uma maioria ou de uma minoria articulada, que, de algum modo, consegue conferir aos seus próprios interesses um caráter de universalidade? Essas questões são levantadas por

Baldissera, Sartor e Schneider (2013) quando eles revelam que os temas de interesse público motivam intensos embates discursivos, protagonizados por agentes do Estado e da sociedade civil, no âmbito da esfera pública.

Para os autores, a ideia de interesse público implica permanente tensão entre uma dimensão conceitual (dificuldade de exatidão), normativa, fática e empírica (relacionada às condições e experiências concretas pelas quais o interesse público se constrói numa dada sociedade). A noção de “interesse público” estabelece o dilema em se saber quais as temáticas e acontecimentos assumem um caráter coletivo e de que modo adquirem esse atributo.

Podem ser de interesse “do” público todos aqueles problemas e acontecimentos pertencentes ao Estado, que afetem (direta ou indiretamente) a vida cotidiana do povo; ou também aqueles interesses que emergem da esfera privada por força da atuação política de grupos sociais específicos, que ganham relevância ao atingir um conjunto maior de pessoas. É o caso do Movimento Sem Terra, quando ao reivindicar direitos comuns a seus membros – assentamento de famílias, por exemplo –, interfere na rotina de outros cidadãos alheios à causa com o bloqueio de rodovias ou protestos em prédios administrativos.

Com efeito, os meios de comunicação e o jornalismo – mas também o Estado, as organizações públicas e privadas, os movimentos sociais e grupos articulados da sociedade civil – não atuam meramente como divulgadores neutros de fatos e questões que são naturalmente de interesse público, mas, antes, como participantes ativos no processo de constituição do caráter público de certos temas e acontecimentos, na medida em que os tornam visíveis no espaço público, segundo, entre outras motivações, seus próprios valores e interesses. [...] a construção de um interesse comum sobre determinado aspecto da realidade social tende a reclamar não apenas percepções e demandas coletivas, mas igualmente pretensões de caráter pessoal e/ou organizacional, necessidades privadas de lucro, obtenção de apoio político e/ou construção de imagem (BALDISSERA, SARTOR e SCHNEIDER, 2013, p. 9).

Desta maneira, concorda-se que os temas de interesse público resultam de um processo permanente de construção social, pois, assim como a sociedade se refaz continuamente, suas necessidades, seus anseios e suas expectativas também se reconfiguram. Valores que ontem não eram mencionados, hoje ganham relevância a partir do cotidiano social. Isso se reflete na instabilidade e na

dinamicidade dos processos comunicacionais. “A comunicação da mídia, do Estado, das organizações privadas e das demais organizações e movimentos da sociedade civil atuam na construção da visibilidade de certos aspectos da realidade social, constituindo, reforçando ou enfraquecendo seu caráter público” (BALDISSERA, SARTOR e SCHNEIDER, 2013, p. 9).

Todavia, no âmbito da comunicação pública, os interesses públicos, especialmente aqueles voltados à cidadania, assumem a centralidade dos atos comunicativos, pois é acerca desses interesses que ocorrem esclarecimento, crítica e debate na esfera pública, os quais poderão se reverter em políticas públicas ou distintas formas de intervenção coletiva na realidade social (BALDISSERA, SARTOR e SCHNEIDER, 2013). Por esse prisma, o interesse público possui não apenas um “significado valorativo positivo”, como também uma posição hierarquicamente superior aos interesses privados como referência e valor para a vida pública, tornando-se, simultaneamente, origem e finalidade dos processos comunicacionais da esfera pública.

Seguindo esse mesmo pensamento, Kunsch (2011) trata a comunicação pública como aquela que possui vinculação com o interesse público, isto é, com os fatos que interferem direta ou indiretamente na organização dos indivíduos enquanto povo. Por isso, “os poderes executivo, legislativo e judiciário, que constituem o Estado, também se valem de estruturas profissionais capazes de informar e estabelecer comunicação pública como a própria tradução de democracia” (KUNSCH, 2011, p. 15). A autora observa que

as tecnologias de informação surgiram e se desenvolvem para favorecer a comunicação, o relacionamento e a participação dos cidadãos nas questões de interesse coletivo. Mas podem simplesmente ser meras promotoras de maior rapidez de circulação da informação e oferecer serviços de má qualidade. Isto se não vierem acompanhadas de uma profunda reestruturação administrativa no setor público e de um olhar mais atento das organizações para a ascensão da sociedade civil na vida política dos países, se não estiverem sustentadas por estratégias apropriadas de comunicação (KUNSCH, 2011, p. 16).

Portanto, a comunicação pública possui uma função institucional para o que Novelli (2006) chama de “sucesso da boa governança”, uma vez que pode promover a interação entre o “poder público”, na figura da administração estatal, e os cidadãos. Segundo ela, as formas de governança instituídas pela Constituição de

1988 e pela Reforma do Estado, na década seguinte, demandaram um serviço de comunicação cada vez mais público e menos político, a fim de contribuir para a participação política e para a cidadania.

Cabe à comunicação pública, nesse contexto, extrapolar a esfera da divulgação de informações do governo e da assessoria de imprensa como mecanismo de autopromoção dos governantes e de suas ações para colocar-se como instrumento facilitador do relacionamento entre o cidadão e o Estado (NOVELLI, 2006, p. 77).

Isso porque, hoje, os cidadãos não podem mais ser tratados pela administração pública como meros “clientes” ou “consumidores de serviços públicos”. Ao mesmo tempo em que demandam serviços, eles pagam esses serviços, através de impostos, e, principalmente, agem ativamente enquanto sujeitos que participam da formulação de políticas públicas, por meio da democracia, e da implementação e gestão de serviços que atendam aos seus anseios coletivos.

Uma das transformações apontadas por Novelli (2006) diz respeito ao retorno do cidadão às informações oficiais. O Estado é tão mais eficiente quanto mais democrática e participativa for sua administração. “A administração pública deve considerar as informações prestadas por seus ‘clientes’ e deve ser descentralizada para estar mais próxima de seu destinatário, o que faz com que os próprios consumidores dos serviços prestados colaborem diretamente na sua fiscalização” (NOVELLI, 2006, p. 80). Ou seja, o Estado, por meio de suas assessorias de comunicação, deve estar preparado para não somente emitir informações, mas também recolhê-las junto a seus públicos, em uma rede interativa de relacionamento.

Hoje, quem define a agenda temática dos assuntos a serem discutidos é o governo, e não o cidadão. Mas Novelli (2006) alerta que conhecer a opinião da população deve ser um elemento a ser considerado na definição de políticas públicas, uma vez que o povo é o maior interessado nelas, sendo, portanto, também seu principal indicador. “O modelo de participação ativa do cidadão pressupõe um processo de comunicação horizontal baseado na parceria e no estímulo ao engajamento da sociedade na formulação de políticas públicas” (NOVELLI, 2006, p. 87). Por isso, a autora ressalta que o maior desafio da comunicação pública é interferir diretamente na formação de “um novo modelo de esfera pública, mais democrática, e participativa”.

Portanto, o cidadão é o “juiz” da administração pública, pois ao pertencer à sociedade ele está apto a interpretar e interpelar, mesmo que não participe diretamente das ações, mas exigir qualidade e julgar os representantes eleitos pela maioria é, como já foi dito, um direito inalienável do cidadão, cuja manutenção depende dos níveis de comunicação entre representantes e representados. Assim, “é preciso fortalecer as relações com os cidadãos e estimular sua participação para aumentar a confiança pública no governo, melhorar a qualidade da democracia e a capacidade cívica da população” (NOVELLI, 2006, p. 85).

Faria (2009) lembra, ainda, que o interesse público é o “capital simbólico” que sustenta a imprensa. Logo, o Estado é um grande “produtor” de capital simbólico, uma vez que sua missão é salvaguardar os interesses públicos, convertendo-se, portanto, em excelente fonte de notícias.

Vale lembrar que o interesse público, como capital simbólico, também tem sido apropriado pelas fontes. Algumas mantêm o estoque sempre em alta (Ministério Público, Polícia Federal, ONGs, CPIs nos momentos iniciais), outras sofrem mais desgastes (Congresso e órgãos do Poder Executivo Federal), uma vez que são diariamente confrontadas com questionamentos sobre, justamente, se há interesse público em tal ação ou nas decisões tomadas. Existe, de forma discreta ou mesmo espalhafatosa, uma batalha cotidiana entre os atores que detêm capital simbólico (FARIA, 2009, p. 176).

Rolando (2011) percorre uma trajetória interessante ao investigar a evolução da comunicação pública enquanto caminho para os interesses coletivos. Ele divide a comunicação em “três eras”: a primeira, chamada “comunicação anagráfica”, limita-se ao uso da palavra, especialmente legitimado pelo interesse político; a próxima é a “comunicação de serviço”, centrada na emissão de normas e no atendimento da demanda dos seus usuários, sendo, o mais comum entre as assessorias de instituições estatais, exatamente como ocorre com o Incra; e a terceira fase é a da “comunicação para a identidade competitiva e solidária”, onde está a utilidade pública das informações repassadas pela administração governamental.

O autor destaca que a redescoberta da comunicação na organização moderna dos estados e das instituições pode ser atribuída a três razões fundamentais: não depender totalmente da mídia para se comunicar com os cidadãos, ou seja, criar seus próprios mecanismos de “conversa direta” com os públicos, pois a mídia exerce uma mediação crítica ou parcial dos fatos; dar

conotação à necessidade de identidade e de pertencimento aos cidadãos, garantindo-lhes, portanto, o direito à informação e à participação; e, por fim, fortalecer-se como o que o autor denomina “sistema-país”, que deve representar a si mesmo para competir.

Como discutido na seção anterior, a comunicação das instituições estatais, no curso da história, esteve a serviço de aspectos negativos ou personalistas, que agrediam a democracia com propagandas enganosas de governos, manipulação política partidária, excitação das massas, poder social, criação de leis injustas, entre outros. Por isso, ao pensar, contemporaneamente, em comunicação pública deve-se imediatamente lembrar do seu caráter de “utilidade pública”, voltada às necessidades úteis do grupo, do coletivo, das pessoas, enfim, úteis à democracia.

De acordo com Rolando (2011), a comunicação na administração pública deve ser gerada em torno das leis e de suas aplicações práticas, do acesso a serviços e estruturas e da promoção dos interesses coletivos.

A estética da democracia, se assim se pode dizer, tem o seu próprio pluralismo semiótico, mas depende da comunicação pública. Essa é gerida por instituições, administrações públicas, empresas de serviços públicos, indivíduos que representam interesses coletivos e orientados em função do mandato conferido pelo eleitorado e da política que o rege pro-tempore. Trata-se de uma tarefa quase sempre claramente identificada no plano social: *diminuir a distância entre instituições e cidadãos* na vida cotidiana [...] (ROLANDO, 2011, p. 27).

Em Matos (2011) também são encontradas análises importantes que conduzem ao objeto dessa pesquisa. A autora investiga a trajetória dos excluídos no espaço público brasileiro, observando não somente sua atuação visível, como o que ela chama de “presença-ausência”, ou seja, os silêncios daqueles que querem ser ouvidos. Esse silêncio também é uma forma de agir e exigir medidas efetivas de reconhecimento social, econômico, político. Por isso, “o crescente envolvimento de novos atores na esfera pública contribui para a emergência de um novo conceito de comunicação pública – que passa a incluir as demandas de segmentos sociais antes ‘inexistentes’, porque não reconhecidos” (MATOS, 2011, p. 41).

Logo, os grupos minoritários, por vezes organizados em movimentos sociais – como são os assentados rurais – passam a constituir um público distinto, que também merece atenção nos estudos de comunicação. Assim como a sociedade

urbana, a rural também exige lugar e por isso precisa ser reconhecida. O “reconhecimento” implica “estar sujeito à reciprocidade”, referindo-se “à identificação da realidade, o que possibilita exercer um controle sobre a sociedade na qual vivemos” (MATOS, 2011, p. 41). Então, se as instituições públicas responsáveis pela manutenção desta distinta camada da sociedade brasileira querem o seu reconhecimento, é necessário abrirem-se às interações comunicativas que integram a vida social.

O reconhecimento requer o outro para constituir sua identidade, assim, uma coletividade, ao tomar consciência de injustiças, por exemplo, ou de serviços mal prestados, pode iniciar questionamentos que alteram padrões de julgamentos e de valorização dos indivíduos e grupos. Matos (2011) considera que a luta pela “estima social”, muitas vezes, se dá pela mídia, ou por ferramentas midiáticas, que fazem parte de um embate simbólico. Segundo ela, grupos sociais incapazes de se organizarem ficam incapazes de serem visíveis e reconhecidos. É nesse sentido, portanto, que deve atuar a comunicação pública, no intuito de dar visibilidade às expectativas comuns da sociedade.

A autora revela, ainda, que é preciso compreender como os cidadãos às margens do sistema instituído se envolvem em associações ou grupos para superarem sua exclusão e demarcarem uma posição diante das políticas públicas e dos atores administrativos. Isso pode ser visto na auto-organização das famílias assentadas, que não apenas fazem parte de um movimento social consolidado (o Movimento Sem Terra), como formam grupos de produção, cooperativas e associações em cada comunidade para disputarem recursos e visibilidade junto aos governos. Logo, é necessário entender como tais demandas vão ser representadas e articuladas na comunicação governo-cidadão.

Por isso, Matos (2011, p. 45) propõe que a comunicação pública seja entendida como “o processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, como um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país”. Assim, o interesse coletivo supera as ansiedades individuais e se torna objetivo principal da informação gerada e fornecida pela administração governamental. Para a autora,

a determinação do conteúdo da comunicação pública, seja ela local ou não, é orientada pelo ideal normativo de referências convencionais, tais como: o interesse público, o direito à informação,

a busca da verdade e da responsabilidade social pelos meios de comunicação. Isso leva a refletir sobre as práticas comunicacionais dos atores envolvidos e os princípios que lhes servem de orientação (MATOS, 2011, p.46).

Na esteira dessa concepção, Haswani (2011) reafirma a comunicação como pública aquela que tem por objeto os “negócios de interesse geral”, isto é, que levam em conta o *welfare community* (cuja responsabilidade pelo bem-estar da nação é dividida entre Estado e sociedade civil) e as causas coletivas. Segundo ela, esse tipo de prática

não se refere, portanto, somente ao âmbito dos atos normativos, mas também às iniciativas voltadas a favorecer a relação entre os cidadãos e instituições, a promover as iniciativas e os serviços oferecidos, assim como os valores e imagens de interesse geral. Essa interpretação inclui, no campo da comunicação pública, a promoção dos valores e das ideias que pertencem à sociedade inteira (HASWANI, 2011, p. 86).

Da mesma maneira, Weber (2011, p. 105-106) acrescenta que “toda a construção argumentativa das democracias está sediada na defesa do *bem público, do interesse geral, do interesse público*, princípio das instituições e justificativa do Estado republicano”. A autora defende a comunicação pública como uma categoria de análise necessária ao exame das ações comunicativas do Estado democrático determinadas pelo interesse público. Os temas a serem explorados privilegiam os saberes e a práxis do ente social, devendo conciliar os diferentes serviços realizados por uma assessoria de comunicação para além da função institucional, associando-os ao ato de informar.

O Estado cumpre os princípios da comunicação pública regida pelo interesse público ao informar, explicar, disponibilizar, treinar, habilitar, ouvir e contribuir para o exercício da cidadania. Diferentemente da informação produzida pelas mídias, pelo jornalismo, a comunicação do Estado sempre é necessariamente estratégica, pois a política e a criação e circulação de produtos e discursos obedecem aos legítimos interesses das instituições do Estado e devem alcançar objetivos. Isso não significa dizer que a ética ou a verdade estejam sendo burladas (WEBER, 2011, p. 105-106).

Cabe, então, aos comunicadores públicos – ou como prefere Rolando (2011), “arquitetos sociais” – colocarem-se à disposição da sociedade, tornando mediadores

entre ela e o governo. O debate público, por exemplo, conforme Weber (2011), representa o mais avançado nível da comunicação pública, pois a partir dele temas de interesse público são colocados em discussão para obter informações e aferir repercussão, ou obter dados para deliberar. Em outras palavras, a criação de espaços de opiniões populares é uma excelente oportunidade de aproximar o governo da sociedade. “A produção de comunicação do Estado o fortalece à medida que é ampliado e facilitado o processo de acesso aos cidadãos e à sociedade e, como tal, passa a ser reconhecido em suas ações e discursos” (WEBER, 2011, p. 111).

Sendo assim, o interesse público é reconhecido nas ações do Estado que influenciam a vida da sociedade, em especial, das comunidades rurais. O “público de cidadãos precisa ser convencido mediante contribuições, compreensíveis e dotadas de interesse para todos, das questões que ele sente que são relevantes” (HABERMAS, 1997, p. 140). Seja em anúncio de investimentos financeiros, ou na regulamentação de normas que preservem a autonomia dos cidadãos, a informação oficial, além de um direito básico, garante a emancipação política, econômica e social de uma parcela do povo, às vezes, ainda excluída.

4 PROCESSOS COMUNICATIVOS NO MEIO RURAL

Com o propósito de visualizar a concretização (ou não) da comunicação pública – como aquela focada no atendimento aos cidadãos e realizada por órgãos e entidades governamentais – é necessário aprofundar-se no complexo campo onde ela se instala, verificando, principalmente, as práticas comunicativas dos usuários da informação oficial.

Os sujeitos aqui representados situam-se em um espaço geográfico bem delimitado, marcado não apenas pela sua cartografia, mas também por uma conjuntura histórica de disputa pela terra. Por isso, cabe investigar suas formas primárias de comunicação, isto é, aquelas a que eles realmente têm acesso e dão significados. Parte-se do pressuposto que elas se baseiam na oralidade, na simplicidade campesina e na necessidade de intermediação, tendo em vista as barreiras geográficas, sociais e tecnológicas.

Nesse sentido, a diversidade do meio rural e dos costumes de seus habitantes leva a estudar o trajeto da comunicação pública pelas vias da Folkcomunicação – teoria brasileira da comunicação, criada por Luiz Beltrão no final da década de 1960 – onde se verifica, por meio de entrevistas em profundidade, como chega a mensagem oficial e quem são seus agentes mediadores ou canais de transmissão. Recorre-se à Folkcomunicação por ela ser muito presente⁴¹ entre os assentados da reforma agrária, seja através do encontro mensal com extensionistas, de atividades coletivas (grupo de mulheres, de jovens, feiras, festividades, etc.) ou reuniões com técnicos do Incra. Ou, ainda, como visto mais adiante, por ela estar intimamente ligada aos "grupos rurais marginalizados".

Contudo, antes de explorar a teoria folkcomunicacional, destaca-se uma vertente dos estudos em comunicação, que teve amplo debate até meados dos anos de 1990, e se vincula ao presente objeto de estudo: a comunicação rural⁴², pois a

⁴¹ Constatação baseada na rotina profissional desta pesquisadora.

⁴² Conforme Braga e Kunsch (1993), a comunicação rural ganhou força na década de 1980, como mostra o Intercom de 1988, dedicado a essa temática. Em 1982, a Unesco também resolveu outorgar, a cada dois anos, um prêmio mundial em Comunicação Rural para chamar atenção para a prática. Melo (1993, p.73) lembra que "o resgate da comunicação processada no mundo rural para motivar as novas gerações de jornalistas para programas e objetos de desenvolvimento é devido, inegavelmente, a Luiz Beltrão", quando ele promoveu no Recife, em 1965, o I Curso Nacional de Ciências da Informação, incorporando a problemática do desenvolvimento e da informação rural e propondo a sua discussão pelos participantes daquele evento que projetou nacionalmente o Instituto de Ciências da Informação da Universidade Católica de Pernambuco.

população rural concentra sua vida e seus comportamentos ao redor da agricultura e do campesinato. "Os homens e as comunidades resultam da ocupação agrícola e do habitat rural, pensam, sentem e agem de maneira diferente da dos habitantes das cidades, comunicando-se também através de códigos e meios próprios" (BORDENAVE, 1988, p. 10-11).

Inicialmente, a comunicação rural voltou-se à difusão da tecnologia nas áreas agrícolas do país e, conseqüentemente, ao desenvolvimento rural como investimento econômico. Muito mais ligada ao serviço de extensão (assistência técnica), a comunicação tinha por objetivo a transmissão de conhecimento técnico e produtivo.

Comunicação rural é o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural (BORDENAVE, 1988, p. 7).

Com a origem dos serviços de extensão rural viabilizados pelo governo na década de 1940 (transformados depois no sistema Embrater, em 1974), a comunicação rural assumiu um caráter marcadamente funcionalista, com o predomínio da difusão tecnológica e mecanicista para a agricultura. Assim, os chamados "comunicadores rurais", tanto das universidades quanto das agências de assistência técnica, eram formados para uma atitude tecnicista e pouco crítica.

Conforme Quesada (1983), os comunicadores eram provenientes de uma formação em ciências rurais com aspirações de entender o "problema do homem", ou da comunicação social com alguma ascendência rural, mas sem pretensão de compreender as ciências agrárias. Ocorria o que autor denominou de "agronomização do jornalista", preocupado mais em transmitir tecnologia do que participar da vida do homem do campo.

Um dos estudiosos do tema, Juan E. D. Bordenave (2011), relembra que, entre 1950 e 1960, a "informação agrícola" era prioridade em toda a América Latina e ele ingressou em programas internacionais de cooperação por ser "um agrônomo que gostava de escrever". Naquela época, ele se considerava um produtor de matérias para atender aos anseios do Ministério da Agricultura local sem a preocupação com o receptor. Os comunicadores, segundo o autor, eram fabricantes

de “informações agrícolas”, as quais consistiam na difusão unilateral de informações, normas e recomendações técnicas do governo para os agricultores.

Entretanto, ao elaborar seu primeiro folheto como extensionista rural, Bordenave (2011) descobriu que o papel aceitava tudo, mas a prática estava distante: ao ensinar castrar frangos utilizando uma caixa de madeira, ele desconsiderou que o principal instrumento – a caixa – não existia na Argentina (onde estava), somente em sua terra natal, o Paraguai. “Esta foi a minha primeira lição como um comunicador para o desenvolvimento: nunca criar uma demanda que não pode ser cumprida. A comunicação não deve agir por conta própria ou antecipar o programa técnico, do qual deve ser um fiel assistente” (BORDENAVE, 2011, p. 231, tradução nossa)⁴³.

Foi então que, no início de 1960, Bordenave (2011) assumiu as ideias do educador brasileiro Paulo Freire sobre diálogo e participação com os agricultores, em contrapartida à orientação vertical e linear da informação agrícola. O autor “descobriu” que o desenvolvimento dos povos rurais só seria possível mediante a união entre comunicação e educação, essa última raramente considerada nos programas de assistência técnica. A comunicação rural como ferramenta de difusão de inovações cedeu espaço à conscientização do valor humano dos seres envolvidos, contribuindo para a transformação social a partir da educação.

Eu aprendi que a participação pode ser vista de duas formas diferentes: ou como um método para alcançar os objetivos de forma mais eficiente, ou como uma necessidade humana universal, isto é, como um direito de todos. O primeiro conceito, de natureza instrumental, é frequentemente utilizado por executivos para fazer as pessoas trabalharem voluntariamente em seus projetos. Isso muitas vezes leva a uma 'ilusão de participação' e manipulação de participantes. O segundo conceito fornece a base para uma verdadeira participação, que, se levada a sério, pode levar a uma democracia participativa a nível nacional (BORDENAVE, 2011, p. 233, tradução nossa)⁴⁴.

⁴³ Citação original: “*Esta fue mi primera lección como comunicador para el desarrollo: nunca crear una demanda que no se puede satisfacer. La comunicación no debe actuar por su cuenta ni adelantarse al programa técnico, del cual debe ser un fiel auxiliar*”.

⁴⁴ Citação original: “*Aprendí que la participación puede ser vista de dos maneras muy diferentes: sea como método para alcanzar objetivos más eficientemente, o bien como una necesidad humana universal, es decir, como un derecho de todos. El primer concepto, de carácter instrumental, es frecuentemente utilizado por los ejecutivos para hacer que la gente trabaje voluntariamente en sus proyectos. Esto suele llevar a una “ilusión de participación” y a la manipulación de los participantes. El segundo concepto sirve de fundamento para una participación genuina, que, si se la toma en serio, podrá conducir eventualmente a una democracia participativa al nivel nacional*”.

Ele passou a conceber a comunicação como relacionamento, e não apenas transmissão de dados técnicos, postura igualmente adotada nesta pesquisa. Para Bordenave (2011), a comunicação está no centro das interrelações entre a linguagem (que inclui meios e códigos), o contexto (se refere ao lugar, momento e circunstâncias que cercam o ato comunicativo) e a relação (que indica a qualidade do vínculo humano que une ou separa os atores).

Estes profissionais [extensionistas] usam uma linguagem muito técnica, que as pessoas com pouca educação não compreendem. A solução seria então simplificar a linguagem? Não, porque o problema fundamental não está na linguagem, mas na relação entre os atores. Se essa relação de superioridade-inferioridade não mudar, a falta de comunicação continua (BORDENAVE, 2011, p. 234-235, tradução nossa)⁴⁵.

Bordenave (1993, p. 13) recupera, ainda, a conceituação de comunicação apresentada no relatório da reunião-oficina “A Comunicação como Fator de Desenvolvimento Rural” (realizada pela FAO em Santiago do Chile, em julho de 1986): “Parte de um processo educativo e como um fluxo programado e sistemático de informação entre os diversos interlocutores ou setores sociais envolvidos no desenvolvimento, com a finalidade de fazer mais consciente, plena e efetiva sua participação”.

Na mesma linha, este trabalho inspira-se em Paulo Freire (2011), pois a “informação agrícola” - ou oficial, governamental, no caso - não deve ser imposta como regra, mas sim apreendida em sua real interferência naquele meio. Em outras palavras, de nada adianta um comunicado oficial se ele não for interpretado pelos seus principais interessados. A comunicação proposta por Freire (2011) vai além da extensão técnica (duramente criticada pelo autor), uma vez que até hoje as pequenas propriedades rurais carecem não somente de tecnologia, mas de políticas públicas direcionadas a suas especificidades.

Dessa maneira, adere-se à perspectiva sociológica de Freire (2011) para contemplar o sujeito aqui estudado como protagonista na transformação de seu

⁴⁵ Citação original: “Estos profesionales usan un lenguaje muy técnico, que la gente con poca educación no comprende. ¿La solución estaría entonces en simplificar el lenguaje? No, porque el problema básico no está en el lenguaje sino en la relación entre los actores. Si esta relación de superioridad-inferioridad no cambia, la incomunicación continúa”.

próprio mundo, suscetível à extensão rural e outros meios e agentes que interferem na relação com o Estado, mas capaz de (re)elaborar sua realidade, a partir de suas vivências, hábitos e costumes. "O conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações" (FREIRE, 2011, p. 42-43).

O mesmo ocorre nos processos comunicacionais entre Estado e agricultores da reforma agrária: matérias, reportagens, entrevistas, notas e tantos outros materiais jornalísticos chegam até as fontes interessadas, isto é, aos assentados? Que tipo de relação se constrói entre eles e o ente federativo? Na opinião de Freire (2011), qualquer esforço de educação e comunicação popular deve ter um objetivo fundamental, que é possibilitar ao homem, a partir de suas relações entre si e com o mundo, aprofundar sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão.

Ao não perceber a realidade como totalidade, na qual se encontram as partes em processo de interação, se perde o homem na visão 'focalista' da mesma. A percepção parcializada da realidade rouba ao homem a possibilidade de uma ação autêntica sobre ela (FREIRE, 2011, p. 39-40).

Por isso, a informação oficial emitida pela comunicação pública influencia e é influenciada por aqueles que estão no caminho do órgão governamental - receptores diretos. Até o seu "destino final", a mensagem pode ser reinterpretada diversas vezes, vindo a sofrer alterações ou distorções. De todo modo, a aproximação e o conhecimento dos seus públicos reduzem ruídos e facilita a participação e o diálogo, conforme propõe Freire (2011). Portanto, a valorização da cultura e das práticas camponesas pode ser uma forma de "estreitar relações", permitindo um diálogo autêntico e esclarecedor. Afinal, "o diálogo problematizador *não* [grifo nosso] depende do conteúdo que vai ser problematizado" (FREIRE, 2011, p. 67), mas da leitura dialógica que auxilie na organização de um pensamento correto entre emissor e receptor da informação.

Cabe ressaltar que os reflexos da modernização no campo, iniciada nos anos 1960 e com seu apogeu na década seguinte, e do êxodo rural entre 1980 e 1990, impulsionaram uma nova conformação do meio rural brasileiro e geraram novas relações. De acordo com Magalhães (2009), surgiram "novos personagens": os neorurais, os ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo e os assentados

(ex-sem-terra), divididos agora em setores como o *agrobusiness*, neorural, agricultura familiar e reforma agrária (sem contar os povos nativos, extrativistas, ribeirinhos, entre outros, que também vivem fora dos centros urbanos). Esses novos personagens, em suas novas posições, passaram a demandar diferentes formas de comércio de mercadorias, de atividades econômicas, de transporte e de comunicação.

Para atender estes novos consumidores rurais foi criado todo um mecanismo sofisticado de comunicação rural, envolvendo marketing específico para o setor; demandas cada vez mais estratégicas de serviços, fidelização e relacionamento contínuo. A comunicação rural passa a ser cada vez mais multidisciplinar envolvendo propaganda, promoção de vendas, merchandising, serviço de mala direta além de feiras, convenções e congressos. A agricultura passa a ser agronegócio ou agroexportação e a comunicação do campo com a cidade ganha outros conteúdos (MAGALHÃES, 2009).

Por isso, é necessária uma releitura dos processos comunicacionais instaurados entre os moradores da zona rural, em especial das áreas reformadas por políticas públicas, porque, conforme Bordenave (1993), alguns fluxos programados e sistemáticos ainda carregam o modelo de informação agrícola oficial. Segundo o autor, dentro do “novo conceito” de comunicação rural, o processo pode ser também reivindicatório, como quando os agricultores promovem algum tipo de protesto (as manifestações de assentados por liberação de recursos que ocorrem no Incra, por exemplo).

Bordenave (1993) ressalva que é preciso desmistificar o discurso e observar a prática de modo realista e dialético, pois a comunicação rural oficial se localiza em uma arena de luta onde interesses e necessidades, às vezes antagônicos, outras complementares, procuram a sua satisfação. Por isso, ele resgata um conjunto de fluxos típicos que se criaram no decorrer dos anos, dos quais foram selecionados os dois primeiros por se aplicarem a esta pesquisa:

1) "Articulação de necessidades e problemas entre os agricultores e apresentação dos mesmos para instituições que possam ajudá-los na solução" (BORDENAVE, 1993, p. 14): o que pode ser constatado diariamente nas demandas dos assentados que chegam até o Incra seja por documento oficial, por recado através dos técnicos, telefonemas e até mesmo em matérias publicadas nos meios

de comunicação locais exigindo respostas. Vislumbra-se, então, a relação dialógica proposta por Freire (2011) e postulada pelos conceitos de comunicação pública (vistos no capítulo anterior), onde o cidadão procura relacionar-se com o órgão governamental em busca de resolução de seus problemas.

2) "Aquele que ocorre entre os agricultores e os serviços de apoio, tais como os de pesquisa agropecuária, extensão rural, crédito agrícola, reforma agrária, etc." (BORDENAVE, 1993, p. 14), e que inclui a sinalização de necessidades e de transferência de tecnologia pelos agricultores; a obtenção de insumos; a demanda de terras, entre outras. Ou seja, via comunicação, os agricultores almejam transformar seus "pedidos" em realidades que melhorem sua condição de vida.

Nesse sentido, Bordenave (1993, p. 14) argumenta que "a Comunicação Rural não compreende somente diálogo técnico-administrativo referente à agricultura, mas também diálogos políticos". E que diálogos são esses? Como eles ocorrem? Quais as conexões entre a comunicação pública emitida de escritórios urbanos e oficiais e a folkcomunicação mantida pelos camponeses? Busca-se, portanto, respostas práticas que se ancorem nas teorias, pois,

[...] se não priorizarmos a produção de conhecimento brasileiro sobre os processos de comunicação rural continuaremos reproduzindo na sala de aula modelos importados acriticamente das bibliografias estrangeiras ou realizando estudos marginais sobre fenômenos típicos da vida rural, mas que não aprofundam as relações simbólicas ou as mediações culturais (MELO, 1993, p.77).

Os estudos em comunicação vêm acompanhando a evolução tecnológica da sociedade e voltam-se, em boa parte, para a análise das chamadas "redes sociais", das conexões digitais, das comunidades virtuais. A possibilidade de interação e a ampla oportunidade de informação via internet são inquestionáveis. Contudo, os cabos de fibra óptica facilitadores do diálogo entre indivíduos "conectados" não são os mesmos meios alternativos – e por que não, criativos – que ligam milhares de pessoas que vivem na zona rural do país.

Sendo assim, é imprescindível refletir acerca das formas mais rústicas de comunicação, encontrando nelas a essência do homem enquanto ser social e do ser humano como ser comunicante, que depende da vida em sociedade para sobreviver. O valor simbólico atribuído à informação emitida por uma instituição

governamental compara-se à oportunidade de ascensão social, econômica, política e cultural, que facilita ao agricultor continuar no campo, mas não mais isolado.

4.1 FOLKCOMUNICAÇÃO: AGENTES, MEIOS E ATALHOS

O fato de apenas 15,7% da população brasileira⁴⁶ residir fora das áreas urbanas não significa que esses cidadãos ficam à margem dos processos comunicacionais, ou mesmo alheios às notícias do mundo globalizado. Pelo contrário, nos rincões, onde muitas vezes até o acesso à energia elétrica é precário, eles reinventam suas práticas e configuram, à sua maneira, verdadeiras “redes sociais” não digitalizadas. É no interior do Brasil continental que a *Folkcomunicação* de Luiz Beltrão torna-se cada vez mais atual.

Os “dois brasis”⁴⁷ tão paradoxais que o autor identificava na década de 60 – “o do litoral e dos centros altamente industrializados [...] e o da *hinterlândia*, mergulhado num quase isolacionismo” (BELTRÃO, 2001, p. 256) – ainda se apresentam no século XXI: de um lado, uma sociedade urbana com maior disponibilidade às mídias digitais (bem superior a de 1960, quando 38,9 milhões de pessoas moravam no campo, enquanto 32 milhões habitavam as cidades, segundo dados do IBGE); e de outro, comunidades rurais que, em sua maioria, continuam utilizando meios originais de comunicação.

Além disso, o afastamento geográfico dos centros urbanos não apresenta apenas limitações estruturais, como locomoção ou infraestrutura, traz consigo a dificuldade de acesso a bens culturais, como a informação. A sociedade aparece às comunidades rurais mediada, muitas vezes, pela televisão ou pelo rádio. Porém, a mídia convencional (de mercado) oferece uma realidade diferente daquela onde vivem homens e mulheres do campo, desprezando necessidades, desejos, hábitos e costumes que lhes são peculiares, submetendo-os a um universo que nem sempre lhes pertence.

⁴⁶ De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 29.830.007 pessoas residiam no meio rural, enquanto 160.925.792 pessoas moravam na zona urbana. Dados disponíveis em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> > Acesso em 20 nov. 2014.

⁴⁷ Neste termo, Beltrão se apropriou da expressão cunhada pelo sociólogo francês Roger Bastide no livro “Brasil: Terra de Contrastes”, publicado no final dos anos 1950.

[...] Do ponto de vista das sociedades tradicionais, além de uma estratégia de comunicação, elas se transformam em estratégias alternativas que serão contestadoras, contextualizadoras ou reinterpretadoras das próprias estratégias comunicativas das sociedades envolventes. Por outro lado, para essas sociedades envolventes, aquelas estratégias se colocam, em primeiro, como algo *demodé*, ultrapassado e até mesmo ridículo, mas, eventualmente, também como realidade curiosa, porque atípica, apropriável eventualmente enquanto objeto de estudo (HOHLFELDT, 2006, p. 65).

Assim, através da expressão de ideias e do compartilhamento de conhecimentos os indivíduos se organizam em comunidade. Contudo, o acesso aos meios de informação não é universal nem tão pouco igualitário, devido a interferências econômicas, políticas e/ou culturais inerentes à sociedade. Neste intervalo simbólico, então, emana a folkcomunicação, oriunda das vivências e expectativas do povo.

A folkcomunicação não é, pois, o estudo da cultura popular ou do folclore, é bom que se destaque com clareza. A folkcomunicação é o estudo dos procedimentos comunicacionais pelos quais as manifestações da cultura popular ou do folclore se expandem, se sociabilizam, convivem com outras cadeias comunicacionais, sofrem modificações por influência da comunicação massificada e industrializada ou se modificam quando apropriadas por tais complexos. A folkcomunicação, portanto, é um campo extremamente complexo, interdisciplinar - necessariamente - que engloba em seu fazer saberes vários, às vezes até contraditórios, para atingir seus objetivos e dar conta de seu objeto de estudo (HOHLFELDT, 2002).

A respectiva teoria consiste no “processo de intercâmbio de mensagens através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore e, entre as suas manifestações, algumas possuem caráter e conteúdo jornalístico, constituindo-se em veículos adequados à promoção de mudança social” (BELTRÃO, 2001, p. 73). As primeiras pesquisas do gênero, promovidas por Luiz Beltrão, privilegiaram as decodificações da cultura de massa feitas pelos veículos rudimentares nos quais se abastecem simbolicamente os segmentos populares da sociedade.

Entretanto, as investigações não se limitaram aos fenômenos da recodificação popular de mensagens da cultura massiva. De acordo com Melo (2004), elas rastrearam os processos inversos, onde a indústria cultural também se apropria de bens da cultura popular. Por isso, ele enfatiza que a “*folkcomunicação*

adquire cada vez mais importância pela sua natureza de instância mediadora entre a cultura de massa e a cultura popular, protagonizando fluxos bidirecionais e sedimentando processos de hibridação simbólica” (MELO, 2004, p. 13).

Logo, aplica-se o conceito na análise das relações criadas (ou impostas) pela Assessoria de Comunicação do Incra/RS e seus públicos diretos, representados por famílias assentadas na região de São Gabriel, porque, devido às especificidades do meio rural, é através da folkcomunicação que os agricultores mais se expressam e, muitas vezes, acessam a informação oficial. Em outras palavras, a comunicação pública pode ser mediada pela leitura popular camponesa, pois Schmidt (2006, p. 89) lembra a folkcomunicação como um processo de negociação entre práticas comunicacionais e culturais, constituindo-se como "interações mediadas - em que os bens culturais são midiatisados pelo massivo, pelo erudito e pelo popular".

Os grupos marginalizados acabam adaptando seus saberes e suas vivências a uma realidade mediada pelas suas formas originais de comunicação em contrapartida à lacuna deixada pelos meios convencionais, sejam impressos, audiovisuais ou produtos de uma assessoria de comunicação. "A partir das condições ofertadas pela natureza e adequadas pela cultura, cada grupo social se manifesta de modo a criar referências, estabelecer diálogos e conquistar espaços sociais que lhes proporcionem uma vida melhor" (SCHMIDT, 2006, p. 90).

Além disso, em uma sociedade composta de uma imensa variedade de grupos que vivem separados pela heterogeneidade e diversidade cultural, étnica, espacial e social, a comunicação, torna-se problema fundamental. Beltrão (2004) sublinha que

os grupos acham-se, assim, vinculados a uma ordem semelhante de ideias e a um propósito comum: adquirir sabedoria e experiência para sobreviver e aperfeiçoar a espécie e a sociedade. Sabedoria e experiência, sobrevivência e aperfeiçoamento que só se consegue mediante a comunicação, o processo mínimo, verbal e gráfico pelo qual os seres humanos intercambiam sentimentos, informação e ideias (BELTRÃO, 2004, p. 27-28).

Beltrão (2004; 1986) explica, ainda, que a função da comunicação não está “tão somente em informar ou orientar”, mas está, também, na educação, na atividade lúdica/diversional e na ação promocional. Por isso, o ato de comunicar representa mais que a mera transmissão de notícias e de informações realizada pela

assessoria do Incra/RS; simboliza um canal de abertura para a participação de classes renegadas a sua conjuntura histórica, política, cultural e social, oportunizando a ascensão delas na própria sociedade.

Voltando ao educador brasileiro Paulo Freire, “a dificuldade em dialogar dos camponeses não tem sua razão neles mesmos, enquanto homens camponeses, mas na estrutura social, enquanto ‘fechada’ e opressora” (FREIRE, 2011, p. 61). Esta organização se propaga em um modelo historicamente vertical de comunicação, onde a participação popular é vedada, ainda mais às populações rurais, restritas a uma mera recepção passiva.

Todavia, Freire (2011) retomou o homem como o centro das transformações sociais, desde que fossem examinadas suas relações com a natureza e não fossem desmerecidos os condicionamentos histórico-culturais a que está submetida a sua forma de atuar. Isto é, abre-se ao ser humano em seu meio ambiente para possibilitá-lo a libertação pelo conhecimento, como preconizava o pensamento *freireano*:

[...] O homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um ‘ser-em-situação’, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da ‘práxis’; da ação e da reflexão.

Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação (FREIRE, 2011, p. 30).

Para o autor, a educação libertadora não está divorciada da vivência e da experiência do indivíduo. Pelo contrário, “o conhecimento [...] exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção” (FREIRE, 2011, p.28-29), exatamente como dispõe a teoria da folkcomunicação, onde a redescoberta dos meios tradicionais do povo recria a oportunidade de aprendizado e de crescimento individual e coletivo.

Do mesmo modo, Bordenave (1988) aproxima-se da folkcomunicação quando assegura que a comunicação rural possui “sua verdadeira identidade como expressão da *cultura popular* e, em lugar de reduzir-se a códigos instrumentalizados por meios mecânicos ou eletrônicos, utiliza todos os meios que a cultura popular sempre usou para se manifestar [...]” (BORDENAVE, 1988, p. 43). Segundo ele, os

agricultores reformulam formatos, técnicas e conteúdos dos canais já existentes, ajustando-os para sua posição mais “conscientizadora-participativa”.

Por isso, a teoria de Beltrão (2004; 2001) incorpora a do Duplo Fluxo (*Two-Step-Flow-of-communication*), de Paul Lazarsfeld. Pelo conceito de um fluxo comunicacional em duas etapas, e, mais tarde, reconhecido em múltiplos estágios (como exemplificado no capítulo 5), as interações com indivíduos próximos de seu entorno social influenciam na recepção das mensagens dos meios de comunicação. Ou seja, a informação que sai da fonte (Assessoria de Comunicação do Incra/RS) passa pela interpretação de terceiros (influência coletiva de agentes simbólicos - líderes comunitários, do movimento social etc.) até chegar à audiência. Assim, Beltrão (1980) argumenta que

excluídos do sistema de comunicação social, e não podendo – pela própria condição humana – dispensar o intercâmbio de mensagens culturais, integrariam sem dúvida um outro complexo de procedimentos, modalidades, meios e agentes elaboradores e emissores de mensagens, ao nível de sua vivência, experiência e necessidades, e expressivas de sua ideologia, aspirações e opiniões. Seria através desse outro sistema que as camadas sociais identificadas como carentes intercambiariam elementos de informação, educação, incentivo à melhora material e espiritual de sua vida, e, afinal, de entretenimento e sonho adequado às condições sócio-econômicas do seu dia-a-dia (BELTRÃO, 1980, p. 23).

Normalmente, as mensagens chegam até as camadas populares conduzidas por figuras que o autor identificou, em 1960 (e que podem ser vistas até hoje), como “líderes de opinião” e “agentes *folk*” - pessoas reconhecidas pela comunidade que passam a ser o “elo” entre o *hinterland*⁴⁸ e o mundo exterior, capazes de traduzir o cenário “lá de fora” e harmonizar o pensamento daquela coletividade. Para Beltrão (2004), o líder de opinião exerce função primordial para completar o ciclo comunicacional entre os grupos marginalizados. Ele destaca que

essa conquista de liderança está intimamente ligada à credibilidade que merece no seu ambiente e à habilidade do agente comunicador de codificar a mensagem ao nível de entendimento dos seus receptores. Em função da estrutura social discriminatória mantida em nações como a nossa, a massa camponesa [...se comunica] por

⁴⁸ Termo emprestado de Beltrão, que, traduzido do inglês, significa “interior de um país, região distante”, conforme o Michaelis Moderno Dicionário. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=hinterland>> Acesso em 04 dez. 2014.

meio de um vocabulário escasso e organizado dentro de grupos de significados funcionais próprios. Quando se pretende transmitir uma mensagem a essas porções de indivíduos – e, especialmente, quando a mensagem insere um novo sistema de valores e conceitos [...] – é preciso ‘traduzir-lhes’ a ideia, adequando-a aos seus esquemas habituais de valoração (BELTRÃO, 2004, p.38-39).

À “decodificação” feita por esses atores, cabe ressaltar o linguajar camponês, as gírias regionais do gaúcho, seu sotaque e suas expressões típicas, que os aproxima ainda mais da comunidade da qual também fazem parte e promove novos vínculos de identificação, conforme prevê a teoria de Beltrão (2004):

No sistema da folkcomunicação, [...] as manifestações são sobretudo resultado de uma atividade artesanal do agente-comunicador, enquanto seu processo de difusão se desenvolve horizontalmente, tendo-se em conta que os usuários característicos recebem as mensagens através de um intermediário próprio em um dos múltiplos estágios de sua difusão. A recepção sem este intermediário só ocorre quando o destinatário domina seu código e sua técnica, tendo capacidade e possibilidade de usá-lo, por sua vez, em resposta ou na emissão de mensagens originais (BELTRÃO, 2004, p. 73-74)⁴⁹.

Assim, os agentes *folk* se tornam líderes quando passam a ser referência no grupo ao qual pertencem, pois são a principal fonte de informação entre os meios massivos e os receptores heterogêneos de determinadas realidades. De acordo com Beltrão (2004), a personalidade do líder de opinião caracteriza-se por: prestígio na comunidade, independente de posição social ou situação econômica; exposição às mensagens dos sistemas tradicionais de comunicação, mas com capacidade para crivar ideias, princípios e normas de seu grupo; frequente contato com fontes externas; mobilidade; arraigadas convicções filosóficas, à base de suas crenças e costumes, com vistas a alterações que considere benéficas ao seu coletivo.

A proximidade é um dos fatores de formação de uma audiência participativa, pois o “líder” facilita a interpretação das mensagens e concatena informações pertinentes ao ambiente onde atua, sendo, portanto, um elemento estratégico para as ações de comunicação pública. “É que a mensagem cultural se propõe a atender às necessidades básicas da cultura do receptor, relativas ao conhecimento e uso

⁴⁹ A mesma citação também é encontrada em BELTRÃO, 1980, p. 27.

dos bens que a inteligência criadora, a ação construtiva do homem e a dinâmica da vida social lhe podem proporcionar” (BELTRÃO e QUIRINO, 1986, p. 103).

Por isso, Hohlfeldt (2006) diz que a folkcomunicação se consolidou como uma prática comunicacional entre as camadas populares marginalizadas, pois elas se utilizam até hoje de canais alternativos e criativos para tornarem comuns seus ideais. A teoria abarca a dimensão de sociabilidade e de reafirmação de autoimagem, significativas para a constituição das identidades dos excluídos das sociedades envolventes. Sendo assim,

[...] a folkcomunicação auxilia na compreensão dos fenômenos como controle social, socialização ou reintegração social que tais práticas promovem e propiciam, porque as práticas comunicacionais populares permitem que os agentes comunitários da comunicação estejam muito mais próximos de suas bases do que nas práticas da comunicação mediatizada da sociedade urbana industrializada (HOHLFELDT, 2006, p. 67).

A teoria de Luiz Beltrão garante, ainda, que a influência da comunicação de massa é “secundária”, pois decorre da discussão da mensagem no grupo. “A influência dos meios de comunicação de massa se exerce não diretamente, mas por intermédio de grupos compreendidos dentre n receptores que constituem a audiência, por sua natureza *dispersa e desorganizada*” (BELTRÃO, 2004, p. 75). O autor considera também a heterogeneidade do público receptor das mensagens, o qual nem sempre possui condições de captar a comunicação massiva, mas a encontra na sintonia com o comunicador que lhe é familiar.

Melo (2004) acredita que a *folk mídia* e a *mass mídia* coexistem em harmonia, pois o cenário “polifacético e multicultural” do mundo globalizado acolhe a aldeia global e a aldeia local como institui o pensamento *beltraneano*. Segundo ele, Beltrão “reconheceu o universal que subsiste na produção simbólica dos grupos populares, percebendo ao mesmo tempo que os dois sistemas comunicacionais continuarão a se articular numa espécie de *feedback* dialético, contínuo, criativo” (MELO, 2004, p. 20).

Este fenômeno já era anunciado por Beltrão, quando ele examinava o “Homem do Brasil em sua normalidade”, detectando a força do interesse coletivo como motor das interações entre emissor e receptor no esquema de comunicação de Lazarsfeld. Então, Melo reflete que

[...] a re-interpretação das mensagens não se fazia apenas em função da 'leitura' individual e diferenciada das lideranças comunitárias. Mesmo sintonizadas com as 'normas de conduta' do grupo social, ela continha fortemente o sentido da 'coesão' grupal, captando os signos da 'mudança social', típico de sociedades que sofrem as agruras do meio ambiente e necessitam transformar-se para sobreviver (MELO, 2004, p. 16).

Portanto, esse caminho teórico oportuniza examinar como as famílias assentadas se apropriam da informação oficial, porque a folkcomunicação explora os processos comunicacionais que desvendam a vitalidade da sociedade e os fenômenos culturais, levando em consideração a comunicação e os seres humanos em seus contextos sociais. Beltrão (2004) ensinou que

[...] a *Folkcomunicação* é, por natureza e estrutura, *um processo artesanal e horizontal*, semelhante em essência aos tipos de comunicação interpessoal *já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa* (BELTRÃO, 2004, p. 74 - grifos do autor)⁵⁰.

Outro fato é o caráter acolhedor desta teoria de comunicação, que permite ampliar as visões da comunicação pública para o lado humano do receptor-cidadão (que também é usuário das informações oficiais). Essa perspectiva, até mais sociológica do que mediática, abre um leque de oportunidades que poderão ser exploradas para o planejamento de ações mais focadas em cada realidade. Assim, outra potencialidade da folkcomunicação, segundo Hohlfeldt (2006),

[...] é a respeito da dinâmica excepcional de que o campo se alimenta, na medida em que, justamente, como todos reconhecemos com facilidade, é interdisciplinar, por exigir simultaneamente apelo a diferentes áreas não só das ciências sociais, em aproximações horizontais e equitativas, quanto multidisciplinar, indo da etnografia à sociologia, passando pela antropologia, o folclore, a comunicação social, a linguística, a literatura, a semiótica, a música, etc. (HOHLFELDT, 2006, p. 63).

Salienta-se, ainda, que "os processos folkcomunicacionais não são nem realidades autônomas, independentes da vida econômica-social, nem meros

⁵⁰ A mesma citação também é encontrada em BELTRÃO, 1980, p. 28.

reflexos desta. A folkcomunicação é a possibilidade de um diálogo entre agentes *folk* e mercado, uma mediação de interesses” (SCHMIDT, 2006, p. 89).

Por isso, percebe-se sua relevância para as comunidades do *hinterland* da reforma agrária, onde as manifestações populares não podem ser apreciadas somente em seus aspectos artísticos, mas principalmente em seu caráter libertador e emancipador nesta sociedade tão dicotômica quanto a brasileira. Paralelo ao avanço tecnológico e às mediações via satélite ou computador, as formas primitivas de comunicação ainda resguardam o homem como sujeito das relações humanas.

4.2 RECEPTORES: "GRUPOS RURAIS MARGINALIZADOS"

Na folkcomunicação, os agricultores da reforma agrária situam-se no que Beltrão nomeou, em 1965, de "grupos rurais marginalizados". Embora se considere forte o termo "marginalizados", a exclusão faz (ou já fez) parte da rotina destes trabalhadores rurais ex-sem-terra. Seu vínculo estreito com o movimento social, sua interdependência de órgãos governamentais e a sua organização enquanto comunidade autônoma dentro de uma sociedade midiaticizada são características que também podem influenciar na reconstrução dos processos comunicacionais.

Beltrão (1980) desenhava os "grupos rurais marginalizados" como aqueles deixados de lado pela mídia convencional:

Os grupos rurais marginalizados são constituídos de habitantes de áreas isoladas (carentes de energia elétrica, vias de transporte eficientes e meios de comunicação industrializados), sub-informados, desassistidos ou precariamente contatados pelas instituições propulsoras da evolução social e, em consequência, alheios às metas de desenvolvimento perseguidas pelas classes dirigentes do país (BELTRÃO, 1980, p. 41).

Porém, “os grupos rurais marginalizados, sem acesso aos meios de massa (seja como comunicadores, seja como receptores), dado as características do seu existir, nem por isso deixam de informar-se e manifestar sua opinião e/ou suas aspirações” (BELTRÃO, 1980, p. 42). Eles criam mecanismos próprios para vencer as barreiras geográficas, técnicas, econômicas e culturais. Valem-se de canais interpessoais, conversas informais, reuniões e encontros para se comunicarem entre si, através de mensagens e linguajar que lhes são peculiares ao seu modo de vida.

Visualizam-se, então, nos “grupos rurais marginalizados” de Beltrão, os agricultores da reforma agrária, estigmatizados em sua condição de camponês e em seu posicionamento ideológico de luta contra o latifúndio. “Marginalidade significa ficar de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir” (BORDENAVE, 2013, p.18). Especialmente em regiões conservadoras, como a de São Gabriel, na campanha gaúcha, os assentamentos, inicialmente, foram alvo de duras críticas da sociedade, que os isolava em seu campo distante da cidade. Assim, as comunidades assentadas passaram a se fortalecer por meio da organização de associações, cooperativas e pequenos grupos (de mulheres, de jovens, de produção agrícola, conforme a aptidão) para que, entre si, desenvolvessem o diálogo e a comunicação. As reuniões com a equipe de assistência técnica também eram ocasiões de intercâmbio de informações.

Semelhante às condições descritas por Beltrão (1980), os assentados também enfrentaram (e alguns enfrentam até hoje) dificuldades de acesso aos meios convencionais de comunicação, pois quando chegavam às áreas indicadas pelo governo não havia nem energia elétrica. A oralidade e a transmissão informal de informações eram (e continuam sendo) as principais formas de se comunicarem. Portanto,

[...] a folkcomunicação preenche o hiato quando não o vazio, não só da informação jornalística como de todas as demais funções da comunicação: educação, promoção e diversão, refletindo o viver, o querer e o sonhar das massas populares excluídas por diversas razões e circunstâncias do processo civilizatório, e exprimindo-se em linguagem e códigos [...] (BELTRÃO, 1980, p. 26).

Hohlfeldt (2006) explica que Luiz Beltrão pensou a folkcomunicação como "uma comunicação de resistência", mais do que alternativa ou de marginalizados. O teórico brasileiro entendeu que a marginalização não dizia respeito somente a segmentos populares, como os grupos rurais, mas estava no cerne de sua exclusão social. Esses grupos não se valem de estratégias de comunicação apenas por não ter acesso aos meios tradicionais, mas principalmente por não se sentirem atendidos por esses meios, ou, muitas vezes, até negados por eles.

Logo, a folkcomunicação permanece firme na essência dos grupos rurais marginalizados e do movimento social, conforme atesta Beltrão (2001):

É que a semente da informação germinou no espírito das analfabetas, semi-analfabetas e, de toda maneira, rudes e tardas gentes do povo. E, de repente, floresce como a rosa da opinião nas manifestações artísticas e folclóricas, ou frutifica – pomo de ação – nos movimentos insopitáveis de massa, que concretizam a vontade popular (BELTRÃO, 2001, p. 220).

Nesse sentido, Berger (1998) também debate a questão da cultura popular despertada no bojo dos movimentos sociais. A cultura popular circula por entre o massivo, o tradicional, o moderno, o local, o nacional e o global e reconstitui um jogo de interações entre classes, visualizado nos movimentos sociais e, pode-se dizer, também na folkcomunicação. Para ela,

já o último resquício do popular engajado no tecido social para transformá-lo, encontra-se nos movimentos populares. Nestes, através da organização para a sobrevivência e da busca por um sentido para a vida, expressa-se a cultura popular. Os movimentos sociais existem em razão da distribuição desigual dos bens produzidos socialmente, que demanda um tipo de organização cujo objetivo é reivindicar. No seu interior configura-se a expressão cultural da desigualdade social. A cultura dos movimentos sociais é do conflito e da solidariedade; da carência, da escassez e da falta, e é ela quem subsidia a possibilidade da reunião e a capacidade da rebelião (BERGER, 1998, p. 85).

Vale destacar que o Movimento Sem Terra (ao qual pertence a maioria dos assentados gaúchos) incentiva o contato entre a população rural e institui a capacidade conscientizadora de resistência frente às elites dominantes. Consoante às diversas formas de luta (manifestações em locais públicos, ocupações de terras e/ou pontos simbólicos, romarias, etc.), o MST investe em ferramentas próprias de comunicação, já que os canais tradicionais não lhe cedem espaço, como descreve Berger (1998):

O MST sabe, com mais ou menos certeza, que a luta pela terra e a questão da reforma agrária não são em si notícia no Brasil. Por um lado, porque ela é a mesma há muitos anos e, assim, não corresponde ao critério de novidade para ser notícia; por outro, porque não vai ao encontro dos interesses dos que detêm o poder político e de seus representantes na mídia.

Por isso, o MST precisa 'reinventar' sua luta. Se a questão da terra não é notícia, os modos de reivindicá-la podem vir a ser (BERGER, 1998, 109).

O mesmo serve para a atuação dos assentados que, depois de obterem a terra desejada, seguem lutando por políticas públicas e por mais investimento no desenvolvimento dos projetos de reforma agrária. Organizam-se, então, em comunidades, que se fortalecem na medida em que acessam bens de consumo e de informação. Por isso, a interação permanente com o chamado "poder público" os leva a diferentes sentimentos de pertença ao grupo e ao povo e, assim, "falar em comunidade significa falar de fortes laços, de reciprocidades, de sentido coletivo dos relacionamentos" (PERUZZO, 2002, p. 277).

Fichter (1973, p. 155) complementa essa noção, revelando que as relações de proximidade ou de vizinhança são típicas "das comunidades na sociedade rural, de 'folk' e agrícola", onde os indivíduos estão mais dispostos a cooperar em todas as funções importantes da vida social, especialmente naquelas com fins econômicos, estabelecendo relações recíprocas para lograr conquistas comuns. Maciver e Page (1973) também concordam que "comunidade" significa "vida em comum" e compartilhamento de modos de sobrevivência.

Contudo, os autores argumentam que os laços de solidariedade que movem as comunidades tradicionais, como as rurais, se "perdem" entre a midiaticização atual.

Até certo ponto esse laço local tem-se enfraquecido no mundo moderno em virtude de se estenderem os meios de comunicação; isso é particularmente evidente através da penetração de padrões urbanos dominantes em áreas rurais. Mas a extensão da comunicação é, em si própria, condição de uma comunidade maior, se bem que ainda territorial (MACIVER E PAGE, 1973, p. 123).

Por isso, "comunidade" também é um conceito relevante na abordagem folkcomunicacional, pois é nela que se formam as identidades coletivas que dão significado à comunicação popular. É também na comunidade que acontece o processo tradicional de aprendizado entre gerações, onde são transmitidas as formas de comunicação peculiares dos grupos. "Junto com outros processos de relações sociais mais generalizantes, globais, efêmeros, agregativos, etc. em nível da cidade ou da sociedade, comunidades continuam sendo portadoras de especificidades marcadas pelos laços que as tornam comunidades" (PERUZZO, 2002, p. 295).

Ainda, Wirth (1973) acrescenta que

nas comunidades humanas [...] não só lidamos com espaço e relações de subsistência, como também encontramos essas relações elementares invariavelmente complicadas pelos fatores econômicos, políticos e culturais. O espaço e o tempo são traduzidos em custo; a luta pela vida passa a ser uma luta pela subsistência, e a cooperação competitiva torna-se conflito e colaboração consciente para um fim comum (WIRTH, 1973, p. 91).

Em outro aspecto, Bordenave (2001) avalia que as relações humanas se comportam de acordo com o interesse de cada indivíduo. Para ele, existem três níveis de participação: *fazer parte; tomar parte; e ter parte*. O primeiro diz respeito a uma situação involuntária, enquanto que o segundo está relacionado a ações mais passageiras e descomprometidas, e o terceiro vinculado a funções mais permanentes. Então, ao reverenciar a folkcomunicação, o autor contempla as redes dialógicas e multilaterais de informação, licenciadas pela maior participação dos atores.

Na Comunicação Participatória todos os interlocutores exercem livremente seu direito à auto-expressão, como uma função social permanente e inalienável; geral e intercambiam seus próprios temas e mensagens; solidariamente criam conceito e saber, e compartilham sentimentos; organizam-se e adquirem poder coletivo; resolvem seus problemas comuns e contribuem para a transformação da estrutura social de modo que ela se torne livre, justa e participativa (BORDENAVE, 2001, p. 91).

É importante salientar que, no âmbito da sociologia rural, já na década de 1980, Schneider (1983, p.161) exaltava as mudanças no tratamento dado ao sujeito rural, pois "o agricultor não seria mais um mero adotador, ou rejeitador, e o técnico rural não um mero transferidor, difusor, mas co-participantes tanto do processo de produção, como distribuição e decisão sobre assuntos de natureza agrícola". Fato que pode ser constatado hoje, ao lidar com as famílias assentadas, que ora são fontes de informação, ora são demandadores de dados, em uma rede contínua de intercâmbios.

Isso leva de volta à Beltrão (2004), quando ele comparava os grupos marginalizados a "unidades subatômicas" divorciados do núcleo do átomo. Porém, seu *status* periférico não lhes diminuiu a capacidade de movimentação e mobilização dentro do sistema e nem por isso eles "se furtam à participação na atividade essencial da recepção e transmissão de mensagens culturais, de formas

de saber e esquemas de conduta, de opiniões, atitudes e experiências, sem as quais até a sobrevivência estaria em risco” (BELTRÃO, 2004, p. 58).

Portanto, reconhecer as iniciativas criadas pelas comunidades é reconhecê-las como cidadãos integrantes da nação, ou, nas palavras de Wirth (1973):

Na comunidade humana [...] nunca chegamos a esgotar completamente nosso poder de análise enquanto não tivermos também compreendido a participação dos indivíduos em empreendimentos comuns e no mecanismo de comunicação e de interação social, os quais não estão embutidos no organismo, mas existem na linguagem, nos símbolos coletivos, nas leis e costumes, em suma, numa herança social (WIRTH, 1973, p. 85).

Isso porque a folkcomunicação, assim como a própria comunidade, é o lugar das coletividades, onde a afirmação identitária de grupos dissociados de um sistema massivo transcende os muros da marginalização através da auto-organização e do desenvolvimento de instrumentos originais de comunicação e de diálogo. A preservação da identidade e o acesso à cidadania requerem, permanentemente, espaços participativos de comunicação, onde os sujeitos se tornem agentes ativos na troca de informações, ideias e opiniões. Para tanto, a folkcomunicação ainda é um caminho para a livre expressão a grupos marginalizados, especialmente às populações camponesas.

A especificidade da zona rural faz com que o cunho comunitário e popular também seja forte, pois a carência de informações, em algumas situações, é muito maior que a disponibilidade delas. Por isso, é preciso reconhecer as vias alternativas que conectam os agricultores com os órgãos governamentais. A reinterpretção dos elementos oriundos “de fora do assentamento” ocorre no seio de práticas folkcomunicacionais, quando agentes legitimados pelo grupo passam a fazer a ligação entre o *hinterland* da reforma agrária e o “poder” administrativo estatal.

“A falta de informação [...] tornaria o ser humano excluído do mundo que o cerca, daí a importância atribuída à busca de informação e ao acesso a ela como instrumentos de formação da cidadania” (DUARTE, 2008 p. 29). Resta, portanto, aos órgãos federativos “associarem-se” aos folkmecanismos desenvolvidos pelos agricultores para, em conjunto, estabelecerem estratégias de comunicação que visam à construção de políticas públicas, à qualidade de vida e ao bem-estar das populações rurais e, mais, à consolidação desses sujeitos como cidadãos atuantes na sociedade.

5 AS REALIDADES DO CAMPO

Após a imersão no pensamento teórico, chega-se à análise e ao tratamento dos dados recolhidos em campo através das técnicas metodológicas apresentadas no segundo capítulo. Antes, porém, é necessário descrever o contexto em que as respostas foram obtidas, pois as especificidades da vida campesina estão diretamente ligadas aos hábitos e comportamento de sua população.

Nesse sentido, as duas semanas de realização das entrevistas foram ricas em histórias de vida pessoais e de lutas sociais e de sonhos e aspirações, que revelam áreas de terra transformadas pela reforma agrária, mas ainda carentes de comunicação, educação e cidadania. As mesmas barreiras tecnológicas e geográficas (entre tantas outras) enfrentadas dia a dia pelas famílias ficaram visíveis na execução dos questionários: a falta de agendamento prévio em função da precariedade dos sinais de telefonia e de internet, e a dificuldade de locomoção, especialmente em dias de chuva, obstáculos que não prejudicaram o estudo.



Primeiro dia de entrevistas no assentamento Guajuviras, estrada de acesso. (Foto: A autora, 2014).



Acesso à casa de um dos entrevistados do assentamento Novo Horizonte II, em dia de temporal. (Foto: Milton Jardim, 2014).

Em contrapartida, a pesquisa foi bem recebida por todos os participantes, e não houve nenhuma negação. Contou-se com a prestatividade dos agricultores, que mesmo sem aviso prévio (quatro entrevistas foram agendadas anteriormente) atenderam a equipe⁵¹, além da hospitalidade com a qual ofereceram almoço e lanches (devido à distância, não tinha como voltar à cidade), proporcionando momentos de confraternização e de maior aproximação, onde era possível aprofundar o diálogo e conhecer um pouco mais o cotidiano das famílias.

Outra observação digna de nota é o período no qual as entrevistas foram realizadas: entre o primeiro e o segundo turno das eleições no Brasil (em outubro de 2014). Em alguns casos, ao chegar sem avisar, a equipe era recebida com certa desconfiança, principalmente ao utilizar o termo *pesquisa*. Uma agricultora, enquanto tentava telefonar para o esposo voltar para casa e responder as perguntas, questionou: “Mas não é pesquisa de político, não é? Porque se for não quero saber, a gente não se envolve” (XIRU, 2014). O assunto “eleição” ou candidatos relacionados à causa surgiram em todas as entrevistas, principalmente no escritório da Coptec (onde havia muitos materiais de cunho político partidário) e em algumas casas de agricultores que declaravam seu apoio a determinado partido ou pessoa. Esses acontecimentos não influenciaram o estudo, mas comprovaram a

⁵¹ Ao referir-se à equipe, trata-se da pesquisadora e do colaborador Milton Jardim, também jornalista do Incra (um dos servidores mais antigos da Superintendência Regional, por isso, com vasto conhecimento sobre o Instituto e sobre os assentamentos), que auxiliou na pesquisa como observador, fotógrafo e motorista.

ânsia dos agricultores em discutir (ou se eximir) o momento atual da sociedade, como seres participantes dela.

Também, o fato de utilizar um carro oficial do Incra para os deslocamentos, inevitavelmente, foi motivo de especulação (conforme já era previsto). No assentamento Guajuviras, a equipe foi abordada por um assentado que procurava informações sobre suas dívidas bancárias e liberação de novos créditos; já no Novo Horizonte, ao fotografar a paisagem na estrada, um homem de idade parou o carro ao lado e, de maneira séria e incisiva, interpelou o motivo da presença: “O que vocês estão fiscalizando?”, perguntou ele, sem se identificar. Nesses dois casos, nota-se que o Instituto é associado, imediatamente, à imagem de monitoramento e controle ou resolução de problemas e conflitos⁵². Isso se reflete, mais adiante, nas respostas sobre “que tipo de informação as famílias gostariam de receber”, quando a maioria dos entrevistados referiu-se a questões de ordem prática e/ou relacionada a alguma dificuldade individual. Assim, informação e comunicação são pensadas pelos agricultores e pelos extensionistas muito mais como solução pontual a uma demanda específica, do que um conjunto mais amplo de relacionamento, divulgação e educação permanente.

Além disso, a infraestrutura nos assentamentos também é um elemento a ser considerado no percurso de transmissão de informações e notícias, pois tanto a precariedade das estradas vicinais no Guajuviras, as casas ainda em construção no Novo Horizonte e a inoperância dos sinais de telefonia, rádio e televisão, nas duas localidades, interferem diretamente nos consumo dos meios de comunicação e nos costumes informativos.

A dificuldade de transporte restringe os agricultores à zona rural (eles deixam o assentamento, em média, uma vez por semana, mas, em muitos casos, só vão à cidade para “fazer compras, no final do mês”). “A gente vai na cidade sempre na correria, mais para ir a médico ou comprar remédio” (CARRO, 2014). O telefone é instrumento para recados rápidos, “quando tem linha” (normalmente, improvisado em lugares inusitados, como pode ser visto nas fotos a seguir); e os meios de comunicação convencionais têm suas limitações, como a necessidade de antena parabólica para o funcionamento da TV.

⁵² A mesma imagem negativa da autarquia aparece na fala de alguns agricultores: “A gente escuta muito que o Incra só aparece aqui para perseguir e tirar as pessoas. Mas não é; às vezes, vem até para dar uma ajuda, porque a gente precisa” (JASMIM, 2014).



No assentamento Guajuviras, o telefone celular só funciona no alto da porta, dentro de uma sacola plástica. Ou na cerca, do lado de fora da casa. (Foto: Milton Jardim, 2014).

Já a edificação das novas moradias, no Novo Horizonte, também cria a expectativa de melhoria de vida e acesso à informação: “Mais tarde, quando a casa ficar pronta, quero ter internet. Tem que ter por causa do colégio das meninas” (ESPERANÇA, 2014).

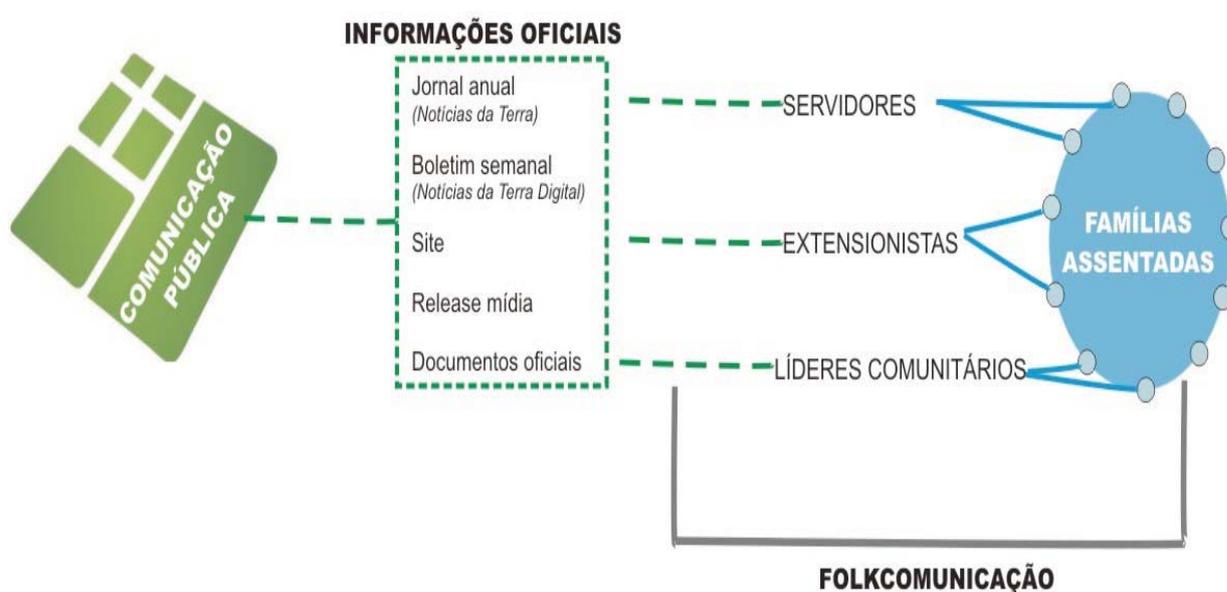


No Novo Horizonte, as obras para construção das casas por meio do Programa de Habitação Rural – Minha Casa Minha Vida ainda estavam no início. Ao fundo, a casa de madeira onde a família vive. (Foto: Milton Jardim, 2014).

Então, depois desse breve relato sobre o ambiente onde vivem os assentados e as idiossincrasias que acompanharam a realização do trabalho de campo, segue-se o exame qualitativo das respostas obtidas nas entrevistas. Preliminarmente, foram abordados os pontos convergentes das opiniões dos assentados e dos técnicos de campo, e nas seções seguintes foram aprofundados temas específicos a cada um deles, com o objetivo de compreender a trajetória da informação desde sua emissão, por parte do Incra, até a chegada no meio rural.

Conforme já explicado, a intenção foi visualizar de que maneira a comunicação pública chega até as comunidades rurais, interpretando a percepção delas sobre a informação oficial, emitida pela Superintendência Regional do Incra no RS. Com base nos estudos da Folkcomunicação, foram interpretadas as práticas que permitem essa relação comunicativa entre a instituição governamental e as famílias assentadas.

Assim, sugere-se uma espécie de "cruzamento" teórico-reflexivo entre a Comunicação Pública e a Folkcomunicação, no intuito de inspecionar empiricamente como uma pode contribuir à outra e como ambas podem convergir em um aparato simbólico de apropriação da cidadania e da democracia. O esquema abaixo, baseado no modelo sugerido por Beltrão (1980, p. 30 e 34), sintetiza a proposta, concentrando o foco de observação, principalmente, nos processos estabelecidos após a emissão da mensagem.



Fonte: A autora (2015).

Nesse esquema, os agentes informais agem como multiplicadores da comunicação pública, transmitindo a mensagem oficial não para alguém em particular, mas para quantos lhe desejam prestar atenção. “O comunicador envia mensagem ao receptor que reage, tornando-se comunicador para enviar a mensagem de retorno ao primeiro comunicador, tornado receptor, visando outra reação. E o processo se reinicia ou se interrompe, pondo termo ao fenômeno comunicativo” (BELTRÃO, 2004, p. 28).

Então, seguindo esse percurso, investiga-se de que maneira a informação oficial chega até os assentamentos Guajuviras e Novo Horizonte II, bem como se os veículos de comunicação do Incra/RS – jornal anual, boletim eletrônico semanal, *site*, *releases* de mídia e outros documentos oficiais (como memorandos e ofícios) – são recebidos e utilizados pelos assentados. Também se apura o papel dos mediadores – servidores de campo do Instituto, extensionistas e/ou líderes comunitários – na transmissão das mensagens.

Bordenave (1988) complementa que existem inúmeros fluxos comunicativos entre as populações rurais, pois elas são formadas por famílias, associações, cooperativas, grupos, enfim, organizações que representam a dinâmica e complexa vida no campo. O autor afirma que

é pelos canais formais e informais no seio das comunidades rurais que se processam fenômenos tão importantes para o desenvolvimento agrícola como a imitação e a emulação recíprocas, a difusão de inovações tecnológicas e sociais, a emergência das lideranças, os movimentos cooperativistas, a defesa coletiva da ecologia e, em geral, o grande movimento participativo do povo rural na vida da nação (BORDENAVE, 1988, p. 8-9).

Por isso, o trajeto analisado é marcado por interferências, nas quais o sentido da informação emitida pelo órgão oficial é recodificado e traduzido aos agricultores por pessoas e meios que se tornam “interagentes” – ou, como prefere Beltrão (1980), “*folk* agentes” – do processo comunicacional. Nesse caminho, a folkcomunicação se torna, então, uma via de expressão de mão dupla, tanto de transmissão, quanto de abastecimento à comunicação pública, alimentada pelas figuras do técnico de campo (servidor do Incra ou extensionista) e dos líderes comunitários, conforme o modelo da página anterior.

Assim, embora a comunicação coletiva seja, tecnicamente, unilateral, os receptores na verdade alimentam o diálogo, utilizando outros meios mecânicos para manifestar sua reação, que não se reclama seja necessariamente em palavras. Porque a resposta à mensagem, na comunicação coletiva, não é discussão, mas ação (BELTRÃO, 2004, p. 29).

Sousa (1995) reconhece que os receptores, ainda hoje, são influenciados pelos pressupostos de estudos norte-americanos, onde o “lugar de quem recebe”, em comunicação, esbarra em limitações. Segundo ele, o sistema emissão-recepção, muitas vezes, segue visto como uma relação direta, linear, unívoca de um ponto específico para outro genérico, macro e passivo, como “se existissem dois pólos que necessariamente se opõem, e não eixos de um processo mais amplo e complexo” (SOUSA, 1995, p. 14).

Contudo, as pesquisas em comunicação já apontam um novo modo de ver e compreender o lugar do “receptor-sujeito”, situando-o não como um canal ou um meio, mas como parte integrante *no* e *do* relacionamento comunicacional. Os meios de comunicação passaram a ser compreendidos como “expressão de uma instância pública que indaga, e também reconhece, os espaços de construção de valores, ainda que sejam grupais” (SOUSA, 1995, p. 35). A reinterpretção e a reelaboração das práticas sociais e dos conteúdos, retomam, assim, a importância do popular na releitura das informações produzidas por meios ou assessorias de comunicação.

A noção, tantas vezes utilizada, de mediação é fundamental, já que não retoma o lugar positivista do líder grupal ou de opinião, nem se circunscreve a identificar a existência da mediação: procura qualificá-la no receptor, no emissor, no processo grupal, social, etc. Essa estratégia, se de um lado não elimina o lugar e o espaço do emissor, portanto, não o nega nem o inocenta, faz o mesmo com relação ao receptor, que é buscado em seu contexto, mesmo na diferença do lugar social assimétrico que vem a ocupar perante o emissor (SOUSA, 1995, p. 36).

Tal posicionamento fica claro quando a principal forma de comunicação entre Incra e assentados (e vice-versa) é o “diálogo” e a “conversa”, apontada por unanimidade pelas famílias e pelos técnicos entrevistados. Nas 19 entrevistas, as palavras *reunião*, *diálogo* e *conversa* são citadas pelo menos uma vez cada, demonstrando a eficácia da folkcomunicação na transmissão de dados oficiais. “A disseminação de informações é de boca a boca; no interior é assim, diferente talvez,

do pessoal da cidade” (DÁLIA, 2014). Ou seja, o receptor se coloca em igualdade com o emissor, auxiliando-o na divulgação de ações, ideias e notícias, porém, se distancia do Estado ao ter consciência das limitações do habitat em que vive (na zona rural a comunicação pode ser diferente da urbana), onde a oralidade ainda é o canal mais eficiente de comunicação.

Por isso, todos os entrevistados enfatizam a “presença” do Incra em um escritório de São Gabriel⁵³ (foto abaixo) como a maneira mais fácil e rápida de acesso às informações. Na opinião de assentados e extensionistas, o posto descentralizado na região, único no Rio Grande do Sul, facilita o diálogo e aproxima a instituição do seu público. A disponibilidade de um servidor da autarquia na cidade faz com que as famílias tenham maior abertura, pois se sentem confortáveis ao buscar atendimento próximo (sem ter de ir à sede da Superintendência em Porto Alegre) e, muitas vezes, personalizado.



Sala do escritório do Incra em São Gabriel (segunda porta da esquerda para a direita), localizada na avenida Antônio Mercado, número 2187, junto à Secretaria Municipal de Agricultura. (Foto: Arquivo/Incra-RS).

Cabe acrescentar que, 95% dos entrevistados destacaram a “boa atuação” do funcionário do Incra que acompanha a região há pouco mais de dois anos. Eles

⁵³ O posto municipal do Incra foi criado no final de 2008, início de 2009, quando o Instituto assentou cerca de 600 famílias na região, elegendo os novos assentamentos como “prioridade de governo”. O escritório funcionava de segunda a sexta-feira, em uma casa alugada no centro da cidade, até maio de 2014. A partir dessa data, os atendimentos foram transferidos para uma sala cedida pela Secretaria Municipal de Agricultura, somente às quintas-feiras. Nos demais dias, o servidor exerce funções externas nos assentamentos. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/noticias/atendimento-prestado-pelo-incra-em-sao-gabriel-rs-e-modificado> > Acesso em nov. 2014.

justificam que o servidor se mostra mais sociável e sensível a escutá-los, comparando-o aos outros que trabalharam anteriormente. Com isso, as famílias passam a demandar o órgão governamental e também a participar, de forma mais atuante, nas discussões referentes à sua realidade. Percebe-se, ainda, o quanto o órgão estatal é “personificado em seus servidores”, de tal modo que um esforço de comunicação institucional tem de corresponder ao atendimento prestado pelos funcionários, pois o agricultor reconhece a relação a partir dos laços de confiança estabelecidos (ou não) com os agentes envolvidos.

Dália (2014) é assentada há 14 anos no assentamento Guajuviras (o primeiro criado pelo Incra em São Gabriel) e avalia que a comunicação com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária melhorou após a instalação de uma unidade física do órgão no município.

Há 10 anos era muito custoso ‘ver’ o Incra. Eu demorei a me legalizar no lote por causa disso. Ele [o Instituto] não vinha aqui; quando vinha, não tinha nada. Várias pessoas iam no Incra em Porto Alegre, levavam os documentos diretamente, mas eu mesma esperei uns dois anos para me legalizar [...]. Acho que agora o Incra está mais participante dentro do assentamento do que antes (DÁLIA, 2014).

A assentada do Guajuviras Rosa Branca (2014) concorda que o escritório em São Gabriel e o acompanhamento “de perto” de um servidor do Incra fazem com que as famílias se sintam mais informadas. Ela conta que “antes aconteciam as reuniões, mas era mais raro. Depois que veio o escritório, ficou mais fácil. Se precisar de alguma coisa, é mais fácil ir até lá ou pode ser por telefone também” (ROSA BRANCA, 2014).

O posto da autarquia agiliza, também, o serviço dos extensionistas, pois eles têm “acesso 24 horas ao escritório e a porta está sempre aberta” (EGJ, 2014). O técnico da Coptec EGJ (2014) explica que “a presença do Incra é bastante frequente” porque a região concentra um bom número de famílias assentadas (613) que ainda necessitam da implementação de diversas políticas públicas. Por isso, segundo ele, o acesso direto a servidores e chefes da autarquia contribui para o bom atendimento aos agricultores no campo.

O Incra faz parte cotidianamente da nossa vida. A nossa relação com o Instituto, geralmente, é através do escritório, a gente

‘pega’ informação com o servidor que fica aqui e vamos para o assentamento. Algumas vezes, também, fazemos reunião com ele aqui na Coptec e ele já informa toda a equipe. Às vezes, quando não conseguimos resolver no escritório, telefonamos direto para a superintendência. Os chefes se reúnem com a nossa equipe aqui, em São Gabriel, de duas a três vezes por ano (EGJ, 2014).

Além disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é visto por todos os entrevistados como ente ativo na conservação dos assentamentos, especialmente por estar relacionado à manutenção das famílias na terra, através da concessão de créditos e da execução de obras de infraestrutura, além de intermediar a relação com entidades públicas (prefeitura, secretarias, universidade, bancos, movimento social, etc.). Nesse sentido, a demanda por informação recorre, majoritariamente, sob estes aspectos: econômico-produtivo e/ou estrutural (liberação de recursos financeiros, construção de estradas, por exemplo). Logo, as famílias assentadas mantêm forte dependência do órgão governamental e, conseqüentemente, exigem atenção permanente do Incra.

Conforme Bordenave (2013), a participação é inerente à natureza social do homem. Baseado na psicologia social, o autor alega que a dinâmica participativa age impulsionada por forças externas, como a das instituições sociais. “O homem é um ser essencialmente *institucionalizado*, isto é, seu comportamento é fortemente influenciado pela família, a educação, a religião, a economia, a segurança, instituições sociais que têm seus próprios dogmas e normas” (BORDENAVE, 2013, p. 48).

Assim, a “presença” do escritório em São Gabriel reduz não somente a distância física, como também o afastamento comunicacional, uma vez que agricultores e extensionistas encontram, nesse local, um “atalho” para a busca de informações e de serviços. Novelli (2006) recomenda que quanto maior a aproximação direta com os públicos, mais democrática e participativa será a administração estatal (explanado na seção 3.3), pois oportuniza que o cidadão-cliente-usuário tenha o Estado ao alcance de suas reivindicações.

Por isso, é necessário estar preparado não apenas para oferecer informações, mas também para receber indagações, questionamentos e críticas, em um processo dialógico e horizontal previsto pela comunicação pública. Na visão da autora, “é preciso reposicionar a comunicação como parte integrante do processo de gestão pública capaz de envolver o cidadão de maneira mais participativa e

estabelecer um fluxo contínuo de relações comunicativas entre o Estado e a sociedade” (NOVELLI, 2009, p. 499).

Entretanto, as entrevistas apontaram que há atraso entre o anúncio e a realização das ações. Queixa comum ao serviço público brasileiro, a agilidade da divulgação não corresponde à morosidade da execução. A lacuna entre o tempo da administração e o tempo da comunidade é a maior reclamação entre assentados e extensionistas. Das 15 famílias entrevistadas, cinco (33,3%) verbalizaram seu descontentamento, como o agricultor do assentamento Guajuviras:

Em vista do assentamento novo, a gente está bem atrasado: água nós não temos, quando chegar o verão quero ver como vai ser! Aí a gente vê as notícias: ‘Incrá fez tantos poços’. Mas de que adiantou fazer, se não funciona porque não ligaram a água? A gente está sempre em dúvida porque tem mais coisa que não sai do que coisa que sai (ARROZ, 2014).

Os três técnicos da Coptec entrevistados concordaram que o intervalo entre o anúncio e a concretização do fato interfere diretamente na vida dos agricultores. Segundo eles, a divulgação sempre gera expectativa, e a cobrança recai nos profissionais que acompanham diariamente os assentamentos. Por isso, os profissionais acreditam que as informações são suficientes, entretanto, sua aplicabilidade ainda não atende, plenamente, as necessidades dos beneficiários da reforma agrária.

A demanda é muito grande. A informação, eu acho que chega; o problema é que entre o informar e o acontecer demora muito, tem uma cratera no meio. Por exemplo, a informação do novo crédito chegou há seis meses, mas até hoje não ‘começou’ a operar. Isso é um problema na relação do Incra, como entidade pública promotora de políticas públicas, com os agricultores.

Mas mesmo demorando, influencia na vida das famílias, porque hoje, se eu não tivesse a informação de que o crédito ia sair, não sei qual o caminho que a família poderia tomar (PARDAL, 2014).

Nesse ponto, esbarra-se no impasse constatado em grande parte do setor estatal brasileiro: a morosidade da administração, reclamada pela maioria dos entrevistados como a principal falha em comunicação. “O Incra custa a encerrar uma ação, começa e não termina. O Incra diz que vai chegar, nunca deixou de dizer, diz que até o fim do ano vem, mas não diz de que ano, porque aquele ano termina e

‘ele’ não fez nada” (DÁLIA, 2014). Nota-se, então, a assimetria da informação de uma política pública e sua execução. Mas, na lógica da comunicação pública, tão importante quanto saber o montante financeiro investido em uma obra, é a utilidade prática dela na vida dos atingidos.

Tem diálogo com o Incra para todo mundo. No que depender de ajuda, ‘ele’ ajuda. O que dificulta no Incra é a burocracia, porque depende de coisas de Brasília e aí é dificultoso. Quando dá um problema, cada um diz que não é o culpado e passa adiante. A gente sabe que esse problema não é só do Incra, uma engrenagem toca a outra e quando para numa, vai trancando as outras (PINHEIRO, 2014).

Embora as informações sejam fundamentais para a transparência de qualquer processo, muitas vezes elas chegam apenas como anúncios ou divulgação de governo, e não se concretizam em ações práticas para a melhoria de vida dos assentados. O excesso de autorreferência das instituições governamentais – criticada por Novelli (2009; 2006) – gera uma cultura burocrática de autopromoção, que, nem sempre, considera os efeitos na vida dos envolvidos. Ou seja, ao produzir uma matéria sobre a instalação de poços artesianos no assentamento Guajuviras, ou publicar um edital de lotes vagos no Novo Horizonte II, o Incra deve reconhecer que tais ações impactam na rotina das famílias assentadas, as quais esperam desde o cumprimento de prazos à efetivação de políticas públicas.

O que mais a ‘gente vê’ do Incra é a promessa dos recursos que têm para sair e nunca saem. A gente tem a terra, mas a forma de melhorar é com a liberação de recurso. Claro que depende do governo, mas é através do Incra. Aconteceu com as casas: a gente teve uma reunião na qual prometeram que em abril ou maio iria ‘encostar um caminhão’ e até o final do ano essas casas iam estar prontas. Com certeza, se o material tivesse chegado em abril ou maio, como eles falaram, nós já estaríamos com as casas prontas.

Fez quatro anos dia 20 de outubro [de 2014] que o poço está pronto e não veio a rede. De que adianta deixar um poço pronto lá na lomba, parado? Na hora de puxar a água pode nem prestar mais. Não adianta nada ter um poço, com ‘uma baita’ caixa, se estragando com o sol, e a água não chegar até nas casas, no verão a gente não tem água (TECNOLOGIA, 2014).

Por isso, é primordial que os agentes que “transportam” as informações oficiais dos gabinetes para a zona rural estejam munidos do maior número possível de dados, pois o cumprimento de prazos e promessas, ou a devida explicação sobre

o andamento das atividades, são fundamentais para a credibilidade da gestão pública. Mais que atender aos preceitos legais da transparência e da responsabilidade social de *accountability* (prestação de contas), priorizar uma comunicação ágil e exata é tratar com respeito os cidadãos que mantêm as instituições governamentais.

Portanto, ao proporcionar políticas públicas de desenvolvimento aos assentamentos, o debate acerca do Incra/RS está presente rotineiramente na vida dos agricultores e dos extensionistas, conforme se mostrou a realidade do campo, verificada nas entrevistas em profundidade.

Daqui em diante, discutem-se os mecanismos de apropriação da informação oficial pelas famílias e os elementos que compõem a relação comunicativa entre a autarquia e os assentados.

5.1 AS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Os trabalhadores rurais *com terra* compõem uma massa distinta no campo brasileiro. Voltados à agricultura familiar e camponesa, dedicam-se ao cultivo diversificado de produtos, para autossustento e comercialização. Diferentemente do agronegócio, cuja monocultura em grande escala é prioridade, na reforma agrária o objetivo é o melhor aproveitamento e a distribuição mais igualitária das terras e a fixação das famílias na zona rural. Os assentados, portanto, traduzem um modo de vida permeado por relações, de diversas naturezas, que criam e recriam espaços, identidades e histórias, individuais e coletivas.

O assentamento rural como um território conquistado na luta constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais que, ao se manifestarem, denotam a diversidade de um público que, no momento da luta, *se via e era visto* unificado em torno da identidade de *sem-terra*. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de *assentado* traz à tona expectativas individuais no tocante a *viver e produzir* na terra (DA ROS, 2002⁵⁴ apud ALVES; SILVEIRA; FERREIRA, 2007, p. 92).

⁵⁴ DA ROS, César Augusto. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. **Ruralidades**, Rio de Janeiro, n.4, p. 1 – 50, out.2002.

Freire (2011) complementa que a reforma agrária é uma iniciativa ampla não apenas de modernização e democratização da agricultura, mas também de modificação da sociedade. Segundo ele,

em última análise, a reforma agrária, como um processo global, não pode limitar-se à ação unilateral no domínio das técnicas de produção, de comercialização, etc., mas, pelo contrário, deve unir este esforço indispensável a outro igualmente imprescindível: o da transformação cultural, intencional, sistematizada, programada (FREIRE, 2011, p. 75-76).

Outro fator relevante a essa pesquisa é o valor da “instituição” família, enquanto possibilidade de garantia de mão-de-obra para a agricultura e conseqüente permanência no campo. A preservação da unidade familiar extrapola os graus de consanguinidade e formas “convencionais” para proporcionarem o desenvolvimento dos lotes. Martins (2003) esclarece que

o sujeito, portanto, da reforma agrária brasileira tem um núcleo basicamente familiar, e de família extensa. Abrange mais de uma geração e de modo algum pode ser pensado como família nuclear constituída pelo casal e pelos filhos menores, como curiosamente estimam até mesmo agentes de mediação profundamente envolvidos na luta pela reforma agrária. A família que está na cabeça de acampados e assentados é uma instituição ampla e complexa e nem mesmo se limita a parentesco de sangue. É uma rede de direitos e deveres referidos às obrigações dos vínculos de sangue e também dos vínculos sagrados da afinidade e do parentesco simbólico (MARTINS, 2003, p. 55).

O pensamento do autor se evidencia na necessidade das famílias entrevistadas recapitularem a sua vida pessoal e familiar. Antes de iniciar o questionário, nas 15 entrevistas realizadas, foram precisos 10 a 20 minutos de conversas para que o casal ou a pessoa se sentisse à vontade com a equipe da pesquisa. Foram histórias repletas de dor, dramas, sofrimento, disputa e amor, incluindo fugas, assassinatos e casamentos que, por si só, embasariam um livro de romance ou um estudo antropológico. Também foram relatadas queixas e reclamações sobre as dificuldades da vida campesina, desde a precariedade do atendimento médico e odontológico à falta de recursos financeiros e burocracia do Incra.

A recordação dos agricultores e a vontade de “contar suas memórias para

alguém de fora” indicam a força da oralidade e da narrativa na cultura camponesa. Nesse sentido, a comunicação não deixa de ser, também, um fenômeno da psicologia social, que reclama atenção aos sujeitos enquanto seres humanos. Da luta pela terra às heranças de pai para filhos, ou os laços fraternais construídos entre vizinhos, que se tornam “compadres e comadres”, a comunicação mantém viva as relações do *hinterland*.

Essas constatações implicam em formas peculiares de recebimento das mensagens, ou em falhas nos fluxos comunicativos, que nem sempre possibilitam transformar os dados oficiais em fontes de conhecimento dos direitos e deveres dessa parcela da população. Ao longo da análise, é possível visualizar que os fatores que influenciam na recepção ou não das informações do Incra pouco divergem entre um assentamento e outro, levando a crer que o tempo de criação dos projetos de reforma agrária – consequentemente, maior relação com a autarquia federal – não minimizam as adversidades, nem potencializam a interação.

Do mesmo modo, a localização geográfica interfere pouco na circulação das informações, pois ao passo que o Guajuviras está a cerca de 75 quilômetros do centro urbano de São Gabriel, o assentamento Novo Horizonte II situa-se muito próximo da pequena cidade de Santa Margarida do Sul. Tais condições são coadjuvantes para o acesso a sinais de telefonia, de internet e de áudio e som, bem como para o deslocamento das famílias e dos técnicos.

Mas, segundo verificado nas entrevistas, os hábitos não se mostram muito diferentes em ambas as comunidades, uma vez que estão na mesma região. De acordo com Beltrão (2004), uma região se define geograficamente como área territorial, e antropossociologicamente, enquanto seus moradores e sua estrutura social: abertura em maior ou menor grau às influências exteriores, vias de acesso de meios de comunicação disponíveis, organizações familiares e comunitárias, economia, costumes e tradições. Para o teórico da folkcomunicação, o melhor laboratório para a observação do fenômeno comunicacional é a região, sendo pré-requisito conhecê-la quando se deseja manter um diálogo com seus habitantes.

Uma região é o palco em que, por excelência, se definem os diferentes sistemas de comunicação cultural, isto é, do processo humano de intercâmbio de ideias, informações e sentimentos, mediante a utilização de linguagens verbais e não-verbais e de canais naturais e artificiais empregados para a obtenção daquela soma de conhecimentos e experiências necessárias à promoção da

convivência ordenada e do bem-estar coletivo (BELTRÃO, 2004, p. 57).

Por isso, antes da interpretação dos dados pesquisados, amplia-se mais um pouco a descrição de cada um dos assentamentos (somando-se aos aspectos já apresentados na introdução desta dissertação), a fim de completar o cenário estudado. Serão abordadas as conjunturas locais, próprias de cada comunidade, e, logo após, as impressões deduzidas da coleta de campo serão reunidas no exame unificado das contribuições das famílias assentadas no Guajuviras e no Novo Horizonte II. Uma versão resumida das principais respostas também pode ser acompanhada na tabela constante no Anexo C.

Em lotes, cujo tamanho médio é de 26,8 hectares, os agricultores do **assentamento Guajuviras** dedicam-se à bovinocultura de corte e ao cultivo de arroz (principais linhas produtivas, conseqüentemente, fontes de renda), além de itens para subsistência, como a produção de leite. De acordo com o Sistema Integrado de Gestão Rural (SIGRA, 2014)⁵⁵, todos possuem energia elétrica, e a maioria (35 famílias) vive em casas de alvenaria (construídas com créditos concedidos pelo governo federal). Não há rede pública de água, sendo que nove famílias possuem rede comunitária, 13 têm poço comum e 27 poço artesiano. Entre as atividades socioculturais, realizadas dentro do assentamento, destacam-se dois grupos de mulheres e a participação religiosa (mencionada por 14 famílias).

Pelo Sigra, do total de 51 famílias, 16 possuem algum tipo de auxílio governamental e 27 estão inscritas no programa assistencial "Bolsa Família", do governo federal, o que reforça ainda mais os laços de relacionamento com a administração pública.

A população economicamente ativa contém 86 pessoas, das quais 49 pertencem ao sexo masculino, demonstrando uma antiga característica da sociedade onde os homens são maioria na zona rural. Assim, a composição populacional do assentamento Guajuviras é constituída:

⁵⁵ O Sistema Integrado de Gestão Rural (SIGRA) foi desenvolvido em 2012 pela equipe de assessores técnico-pedagógicos que acompanham o Programa de Assistência Técnica do Inca, por meio de um termo de cooperação entre a regional do Instituto e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O sistema reúne dados coletados pelos extensionistas sobre todos os assentamentos do Estado. Para acessá-lo é necessária uma senha, liberada mediante aprovação do Inca, a qual foi concedida à autora em junho de 2014, após solicitação formal para uso nessa pesquisa.

FAIXA ETÁRIA	GÊNERO	Nº PESSOAS	TOTAL
I - 0 a 4 anos	Feminino Masculino	05 03	8
II – 5 a 14 anos	Feminino Masculino	07 16	23
III - 15 a 24 anos	Feminino Masculino	17 13	30
IV - 25 a 39 anos	Feminino Masculino	11 15	26
V - 40 a 54 anos	Feminino Masculino	16 14	30
VI - 55 a 60 anos	Feminino Masculino	06 07	13
VII - Acima de 60 anos	Feminino Masculino	02 06	8

Fonte: Sigrá (2014).

Ainda, a seguir, inclui-se o quadro sobre a formação das famílias, onde se observa que elas são compostas pelo casal e um filho, ou a mãe e dois filhos, o que se comprova no levantamento de campo. É muito comum, ainda, encontrar em lotes lindeiros pais e filhos adultos, contabilizando cada um sua própria unidade familiar, mas preservando o parentesco.

Nº DE INTEGRANTES	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS
1	7
2	15
3	13
4	7
5	2
mais de 5	4

Fonte: Sigrá (2014).

O grau de instrução também corresponde aos dados coletados, com a predominância de agricultores (62,5%) que não concluíram o ensino fundamental, de acordo com o quadro abaixo:

NIVEL DE ESCOLARIDADE	QUANTIDADE DE PESSOAS
Analfabeto	13
Não alfabetizado	14
Ensino Fundamental Incompleto	87
Ensino Fundamental Completo	8
Ensino Médio Incompleto	10
Ensino Médio Completo	6
Ensino Superior Incompleto	1

Fonte: Sigra (2014)

Uma descoberta interessante, ao prospectar as entrevistas, foi a organização dos agricultores em torno dos “dias de transporte”. Por conselho dos extensionistas que atendem o assentamento, as terças-feiras são as mais propícias para “encontrar todo mundo em casa” (EGJ, 2014), pois não há ônibus disponível para a cidade (o que foi constatado *in loco*: todas as famílias estavam em casa). Além disso, os assentados também não possuíam serviços postais, devido à dificuldade de acesso, mas há cerca de seis meses foi instalado um posto dos correios na rodovia, que, na opinião dos agricultores, deve facilitar o envio, principalmente, de documentos.

A comunidade é organizada em sistema de agrovila (foto a seguir), onde as moradias se concentram na área central do assentamento, normalmente na estrada principal, e as zonas de produção agropastoril ficam nos fundos dos lotes (em alguns casos, até separados: um pequeno pedaço para a casa e outro para agricultura). Esse arranjo proporciona maior comunicabilidade entre as famílias, pois, ao residirem próximas umas às outras, conversam permanentemente.



Vista central do assentamento: à esquerda, moradia dos agricultores, à direita escola da comunidade. (Foto: A autora, 2014).

Outra instituição atuante dentro do assentamento, especialmente em termos de mobilização e comunicação, é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Manoela da Cunha Teixeira, que possui cerca de 75 alunos, distribuídos do 1º ao 7º ano e 8ª série. Conta, ainda, com 11 professores, cinco funcionários, quatro monitores e três motoristas. Além de estar instalada exatamente no centro da agrovila, o estabelecimento de ensino é considerado “escola polo” (Escola Polo de Azevedo Sodré, região rural de São Gabriel, que concentra diversas pequenas localidades), proporcionando o entrosamento do assentamento com as comunidades do entorno. Entre abril e junho de 2014, sob a coordenação da professora Larissa Catarina Gräff de Mello⁵⁶, 16 estudantes dos 4º e 5º anos (com idades entre nove e 14 anos) participaram do projeto “Resgatando e construindo a história do Assentamento Guajuviras”, o qual estimulou adolescentes e famílias a refletirem sobre sua própria realidade. Conforme Mello (2014, p. 02), a sugestão nasceu da curiosidade dos próprios alunos em conhecerem sua história. Ela acrescenta que três alunos vivem em fazendas próximas e não sabiam que a escola estava “inserida em uma comunidade de muita luta e conquista”.

Assentadas há 18 anos, as famílias revelam que passaram por um “período

⁵⁶ O trabalho da professora Larissa C. G. de Mello faz parte do seu projeto de estágio em docência, do curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) – disciplina “Ensino e Pesquisa em Anos Iniciais”.

de esquecimento” tanto do Incra quanto do MST. Elas atribuem o isolamento institucional ao isolamento geográfico, uma vez que a rodovia BR 158 foi asfaltada somente 12 anos após a instalação do assentamento. Até setembro de 2008, havia em torno de 30 quilômetros de estrada sem pavimentação (até a entrada do assentamento). Atualmente, são cerca de oito quilômetros apenas de terra, mas que, em dias de chuva, inviabilizam o tráfego, especialmente do transporte escolar e de ônibus municipais.

No entanto, os assentados do Guajuviras vivem um momento de “renascimento”, pois, segundo eles, o Incra e demais instituições governamentais voltaram a assisti-los, especialmente depois da instalação do escritório do Incra em São Gabriel. Além disso, no início deste ano, a Coptec assumiu o contrato de assistência técnica do Incra, que até então era prestada pela Emater local, estreitando as relações com o MST (a Cooperativa de Técnicos é vinculada ao Movimento). Logo, as famílias ainda enfrentam um período de transição e adaptação aos novos técnicos.

Mas o espírito coletivo ressurgiu com a criação da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Guajuviras (AFAG), em julho de 2013. Inicialmente, a entidade foi organizada entre os produtores de leite, mas como “começou a dar certo” (BUTIÁ, 2014), as famílias foram aderindo à iniciativa e, hoje, a AFAG cumpre uma função mais que econômica-produtiva, representando a esperança de uma comunidade em ascender em níveis culturais, sociais e educativos, tornando-se o principal meio de acesso das famílias a recursos materiais e imateriais.

Acrescenta-se que o primeiro dia de entrevistas foi precedido pela entrega de uma máquina de processamento de mandioca, adquirida coletivamente através de financiamento da Associação. O fato, inédito, foi comemorado em cada família visitada como exemplo de êxito da auto-organização.

Outro acontecimento muito comentado entre os entrevistados foi a primeira festa de aniversário do assentamento, que ocorreu em setembro de 2014, ao completar “sua maioria” (18 anos de fundação). A ideia partiu dos professores da escola, sendo integralmente apoiada pela AFAG e pelos moradores, que doaram ingredientes e ajudaram na elaboração de um bolo de 18 metros. Assim, a Associação está recuperando o sentimento de pertença dessa comunidade, o que se reflete no empoderamento das famílias e na recuperação de relações que

estavam esquecidas e desmotivadas (ou abandonadas).

Tanta coisa que a gente reivindicou está acontecendo. A comunidade voltou a andar. Melhoraram as relações com o Incra e com o próprio Movimento [MST]. O motivo da melhora foi a partir da nossa organização: as autoridades passaram a nos enxergar com outros olhos. Com uma associação formada e documentada, as autoridades se sentem mais na obrigação de nos ajudar e de nos cobrar também. Têm direitos e deveres, estão no estatuto. Vendo que tem uma associação, a prefeitura não vai mandar um trator para trabalhar para um só, vai trabalhar para a comunidade e, aí, não tem como dizer que foi só para um (BUTIÁ, 2014).

A AFAG possui em torno de 70 associados (cada membro de uma família pode se associar separadamente), que contribuem com R\$ 4,00 por mês. Além dos incentivos à produção, a Associação está reconstruindo a sede comunitária do assentamento (ponto de encontro) e mantém reuniões periódicas com os assentados no intuito de preservar o sentimento de união e participação, que demorou tanto tempo para fluir. Também promove eventos festivos e de confraternização (bailes e bingos), pois a diversão sensibiliza os associados e integra a comunidade com a sociedade local.

A Associação consolida-se, então, como uma instância formadora de opinião que, ao mesmo tempo, age como um elemento agregador, enquanto oportunidade de união da comunidade, e como uma importante força disseminadora de informações. Paralelamente às iniciativas e decisões desenvolvidas em grupo, os associados amparam-se na AFAG para comunicar-se com entes governamentais, proporcionando uma intensa troca, contínua e horizontal, de informações. Conforme explicado pelos entrevistados, a família procura a Associação (para resolver um problema particular, por exemplo), a qual leva a demanda até o Incra e traz a resposta de volta, em um processo transmissional totalmente folkcomunicativo, pois é mediado, essencialmente, por conversas diretas e por “agentes *folk*”. Relação essa que pode ser assim sintetizada:



Fonte: A autora (2015).

Sob essa perspectiva, Bordenave (2013, p. 51) esclarece que “o diálogo verdadeiro só é possível entre iguais ou pessoas que desejam igualar-se”, por isso, a aceitação e confiabilidade das famílias na Associação recém criada (lembrando, que, até então, se sentiam isoladas socialmente). A entidade representa um canal vivo de diálogo, ressuscitando entre os associados (e até mesmo demais famílias) sentimentos de dignidade e de cidadania, pois, de acordo com o autor, processos recíprocos de retroalimentação informativa favorecem a participação atuante das comunidades rurais.

A participação é mais genuína e produtiva quando o grupo se conhece bem a si mesmo e se mantém bem informado sobre o que acontece dentro e fora de si. A qualidade da participação fundamenta-se na informação veraz e oportuna. Isso implica um contínuo processo de criação de conhecimento pelo grupo, tanto sobre si mesmo como sobre seu ambiente, processo que requer a abertura de canais informativos confiáveis e desobstruídos (BORDENAVE, 2013, p. 50).

E a assentada Dália (2014) representa o pensamento teórico:

A associação melhorou a comunicação entre os assentados. Não fazíamos reuniões entre nós porque o pessoal só se reunia quando vinha o Incra, ou a assistência técnica da Emater. Agora não, com a Associação, a diretoria se reúne uma vez por mês com os demais associados e mesmo com quem não é sócio. A gente se reúne quando tem que passar uma informação, ou o que está acontecendo dentro da Associação (gastos e lucros)... fazemos uma assembleia. Através da AFAG a gente tem tido mais diálogo entre todos (DÁLIA, 2014).

A Associação está restaurando, também, a figura do líder comunitário no

Guajuviras, que além de responder pela entidade, vem se tornando agente influente na resolução das causas coletivas do assentamento e intermediário entre Incra (demais instituições governamentais, como prefeitura, secretarias, etc.), assistência técnica e famílias. Nesse sentido, os entrevistados do assentamento são unânimes em apontar o “presidente da associação” (eleito pelos sócios) como o protagonista na manutenção da comunicação e do diálogo com o Incra. Afirmam ter confiança nas informações conduzidas por ele e destacam o trabalho de reintegração social que ele vem promovendo à frente da AFAG.

Ele [o presidente da AFAG] participa bastante de reuniões e fala para a gente, traz documentos. Ele vai mais na cidade do que nós, tem mais facilidade, é mais bem informado porque está no ‘meio das coisas’. Se não tivesse ele não tinha associação, se não fosse ele correr e fazer tudo não tinha associação. A associação é muito boa porque vai trazer muitos benefícios para dentro do assentamento (CARRO, 2014).

O presidente é vinculado com a comunidade desde o início do assentamento, em 1996, pois sua irmã foi uma das primeiras agricultoras a chegar ao local. Ele explica que o contato com os assentados é 90% de forma verbal e pessoal (telefones não funcionam) e que a melhor maneira de transmitir informações e discuti-las é através de reuniões (ocorrem mensalmente entre a diretoria e a cada dois meses com a comunidade, ou conforme a urgência dos temas a serem tratados). “Sempre procuro fazer reuniões no fim de semana ou no dia em que não tem ônibus para a cidade. Hoje dá mais de 30 pessoas por reunião, antes da associação fizemos reuniões com três pessoas mais a Emater. Depois que a gente formou a associação vem muito mais gente” (BUTIÁ, 2014).

Butiá (2014) estudou somente até a 5ª série do ensino fundamental e utiliza seu linguajar camponês (de forte sotaque e descendência italiana) e atitudes simples para retransmitir informações e contribuir para a compreensão da comunicação pública em seu meio. “Eu tento fazer o povo entender, tem de tentar ‘puxar’ outras palavras para que ‘entrem’ na cabeça e eles entendam. Quando eu passo a informação, eu dou a minha opinião, explico o que pode acontecer, mas estou aqui para fazer o que a comunidade quer” (BUTIÁ, 2014). Aos 53 anos, ele também desenvolve táticas que lhe auxiliam na aproximação tanto da comunidade quanto do Incra:

Eu me organizo de maneira que eu consiga passar melhor. Eu não tenho estudo e muitas vezes a cabeça não ajuda para guardar tudo. Para transmitir, eu procuro sempre levar pessoas comigo, coisas que eu não consigo captar bem, eu combino: ‘ó fulano, lembra que lá, tal dia, a gente tem de falar isso’. Ou, quando é muito importante, vou fazendo uma pauta escrita. Quando a gente tem uma assembleia, se eu não aponto, peço para a secretária anotar. Mas a maioria das demandas eu memorizo: com o Incra preciso tocar ‘neste e naquele’ assunto, na prefeitura é ‘isso e isso’, na Coptec tem mais ‘isso’ [...] E na assembleia vou transmitindo aquilo que ouvi do Incra, da prefeitura, do Movimento [MST], o que tem de concreto, o que está, assim, só conversado, o que surgiu e é mentira (BUTIÁ, 2014).

Carismático, extrovertido e acessível, o presidente da Associação representa o típico “líder *folk*” que Luiz Beltrão detectou na década de 1960, demonstrando a contemporaneidade da respectiva teoria brasileira de comunicação. O autor ensina que esse líder de opinião tem a capacidade de traduzir o mundo em palavras certas e argumentos que sensibilizam sua audiência. Por estarem em contato freqüente com fontes externas de informação, adquirem a liderança do grupo, na maioria das vezes, involuntariamente.

Conhecem o mundo, isto é, recebem e decodificam as mensagens dos meios, interpretam-nas de acordo com os padrões de conduta dos seus liderados, julgam-nas e, com grande habilidade, empregam outros meios para transmiti-las, adequadas ao interesse coletivo e em linguagens de domínio e compreensão geral, aos seus iguais (BELTRÃO, 2004, p. 64).

Contudo, o presidente da AFAG reconhece que a boa comunicação flui quando todos estão interessados, e estimula a manifestação dos assentados. Ele relembra que nas atividades de extensão rural, muitas vezes, a técnica pedia a opinião dos participantes e as pessoas “desviavam o olhar, disfarçavam e se retiravam da reunião” (BUTIÁ, 2014), ficando o debate, então, apenas entre três ou quatro mais interessados. No entanto, quando o evento encerrava, muitos teciam críticas às decisões tomadas. Por isso, Butiá (2014) incentiva que todos conversem entre si e emitam seus desejos ou contrariedades, porque ele acredita que expressar-se é essencial para a emancipação do sujeito do campo e para a auto-organização e boa convivência do grupo.

As pessoas participam porque eu provoço e cobro que falem na hora, para evitar ‘focaiada’ depois. Até quando vou avisar que

vai ter reunião, eu já digo o que nós vamos debater e peço que eles falem: ‘você não fique quieto, fale aquilo que gostarem e o que não gostarem, aquilo que querem que aconteça e o que não querem que aconteça’. Lá na reunião é o lugar de todo mundo falar, expor sua ideia, eu não vou dar ouvido para ninguém em conversas de corredor. Agora se tu me falar lá, sou todo ouvido para te ouvir. Cada um tem pontos bons e ruins para colocar, e na reunião é o lugar. As pessoas têm de ter o bom senso, cada um cede um pouco. Quando vejo que se encaminhou, eu coloco em aprovação. Toda decisão é pela maioria, se não vira bola de neve (BUTIÁ, 2014).

Todavia, a dinâmica folkcomunicativa do assentamento Guajuviras não fica restrita somente à Associação ou ao presidente dela, outros entes se aliam à divulgação de fatos (e boatos). Segundo entrevistados, um dos vizinhos mais idosos “ajuda” na transmissão de notícias e serve como portador de informação. Ele é chamado de “correio ou jornal do assentamento” ou “rádio patrulha”⁵⁷. Na opinião dos entrevistados, isso não atrapalha e até contribui para a rápida disseminação de informações, como no agendamento de reuniões de última hora, por exemplo, ou em temas relacionados ao Incra.

Nós temos uns dois ou três aqui dentro que caminham para cima e para baixo no assentamento porque são aposentados, não têm muito o que fazer, e ficam de casa em casa para saber das novidades. Eles saem na casa dos outros para tomar um chimarrão, vão conversar só para ficar sabendo das notícias e aí vão passando a informação para os outros (CARRO, 2014).

Mas, entrevistado pela pesquisadora, o homem apontado como “rádio patrulha”, considera-se tímido e diz que não fala muito durante as reuniões. Porém, confessa que tem curiosidade sobre o que acontece no assentamento:

Aqui, quase todo dia acontece a mesma coisa, não muda quase nada. Nos assuntos, quase sempre entra o Incra, não adianta. Se dois ou três se reúnem, ‘tem Incra no meio’. A gente fala de tudo, não vou dizer que é bem ou mal, mas falamos de tudo. Tem uns aí que falam mais sobre contas, sobre os títulos, do atendimento, que o supervisor não está atendendo direito, só está conversando. Eu só

⁵⁷ A constatação ocorreu durante a terceira entrevista no assentamento. Enquanto a família Carro respondia o questionário, um automóvel passou diversas vezes em frente à casa, tirando a concentração do casal que participava da pesquisa. Até que, em certo momento, eles revelaram: “lá vai o homem! Ele vai ali embaixo levar notícia e volta. Vai e volta o dia inteiro. Vai ali comentar e daqui a pouco todo mundo vai saber que vocês estão dentro do assentamento. Ele sai para descobrir; se aparecer um carro diferente aqui dentro ele não sossega enquanto não descobre que carro é esse” (CARRO, 2014).

escuto! E depois saio contando o que eu me lembro para quem não estava 'no bolinho' (RÁDIO PATRULHA, 2014)⁵⁸.

Assim, o presidente da AFAG e o “rádio patrulha” simbolizam o que Beltrão (2004) denomina de “agentes folk” (abordado na seção 4.1): figura simples, íntima da comunidade – normalmente, integrante dela – com facilidade de expressão e capacidade para fazer a interligação entre o *hinterland* e o “mundo exterior”. No caso do presidente da Associação, ele é um líder comunitário que assume o papel de comunicador e de formador de opinião; já o “rádio patrulha” é um ator informal, mas que movimenta os fluxos de comunicação interpessoal do assentamento.

[...] Os líderes agentes-comunicadores de folk, aparentemente, nem sempre são autoridades reconhecidas, mas possuem uma espécie de carisma, atraindo ouvintes, leitores, admiradores e seguidores, e, em geral, alcançando a posição de conselheiros ou orientadores da audiência, sem uma consciência integral do papel que desempenham (BELTRÃO, 2004, p. 80).

Enumera-se, então, em ordem de importância, de acordo com os dados coletados, as três principais vias de relação entre os assentados e o Incra: a AFAG, o líder comunitário e os profissionais de campo (extensionistas e servidor do escritório local do Instituto). Esse, portanto, é o retrato do assentamento Guajuviras, que estreou o processo de reforma agrária em uma região gaúcha formada tradicionalmente por latifúndios. Depreende-se que a atenção tardia por parte do Incra e do movimento social é uma cicatriz marcante na história destes assentados, instituindo uma relação ainda recente, cuja folkcomunicação e a comunicação pública podem ser importantes aliadas no restabelecimento da confiança entre a população e o Estado brasileiro.

Já, o **assentamento Novo Horizonte II** foi pioneiro no pequeno município de Santa Margarida do Sul, sendo instalado em uma ação emblemática do Incra, em dezembro de 2008, que culminou com a formação de outros quatro projetos de reforma agrária em São Gabriel. Nesse sentido, os agricultores passaram por um breve período de organização coletiva, mas que vem se desfazendo nos últimos anos, em função da divisão de grupos por linha de produção agrícola.

⁵⁸ Neste caso, preferiu-se omitir o codinome escolhido pelo entrevistado, a fim de preservá-lo e evitar constrangimentos, uma vez que se trata de uma comunidade pequena, onde todos se conhecem e seria possível a identificação do participante. Na lista de referências é citada apenas a codificação indicada pelo entrevistado.

Os lotes têm, em média, 18,7 hectares, e a principal fonte econômica das famílias é a produção de leite e de arroz orgânico. Os assentados também mantêm a produção de subsistência, comercializando o excedente (de hortigranjeiros) em feiras e mercados institucionais. Do total de 84 famílias registradas no Sigrá, 35 moram em casas de madeira, mas o assentamento está incluso no Programa Nacional de Habitação Rural - Minha Casa Minha Vida, também do governo federal, que prevê a construção de 64 novas moradias até o final de 2015. O abastecimento de água, através de rede pública, chega a 73 famílias; as demais têm acesso por vertentes, poços ou cacimbas. A energia elétrica está disponível para 73 famílias, mas 11 ainda estão sem eletrificação (SIGRA, 2014).

Diferentemente do Guajuviras, a maioria absoluta das famílias (79, de 86) vive distante a, no máximo, 10 quilômetros do centro da cidade⁵⁹, lembrando que, o município é formado majoritariamente pela zona rural, e alguns assentados chegam a morar a apenas três quilômetros da área urbana. Especulava-se que isso poderia ser considerado facilitador no recebimento das informações, em função da proximidade com a rodovia. Entretanto, as entrevistas mostram que a melhor infraestrutura de estradas e o acesso a sinais de telefonia e de rádio influenciam pouco nos níveis de informação das famílias, pois elas preservam hábitos de comunicação semelhantes aos do assentamento de São Gabriel.

O Novo Horizonte II (foto a seguir) não possui o sistema de agrovila como o existente no Guajuviras. Assim, as famílias moram e mantêm sua produção agropastoril nos lotes demarcados pelo Incra, sendo que algumas possuem áreas não contínuas (a parcela de terra é dividida entre o espaço para a moradia e para a agricultura). Além disso, a sede da antiga fazenda⁶⁰ está abandonada (como pode ser visto na foto em sequência) em virtude de não haver uma associação comunitária que se responsabilize pelo local, mas, ainda, é utilizada para reuniões gerais.

⁵⁹ O local do assentamento que está a 10 quilômetros do centro é a chamada "Área das 80", em referência a quatro lotes que se localizam em uma parte não contínua do assentamento, conforme pode ser conferido no mapa do Novo Horizonte II no início desta dissertação.

⁶⁰ Normalmente, as famílias recuperam as casas das antigas fazendas (que foram desapropriadas) para torná-las sede comunitária do assentamento.



Vista geral do assentamento Novo Horizonte II. (Foto: A autora, 2014).



Antiga casa da fazenda poderia ser revitalizada para servir de sede social e comunitária. (Foto: A autora, 2014).

A população do assentamento (segundo o quadro geral a seguir) pode ser considerada “adulta-jovem” (53,5%), isto é, em idade economicamente ativa (de 15 a 54 anos), o que é importante para o desenvolvimento da comunidade. Nessa faixa etária, o número de homens é levemente superior ao de mulheres: 68 e 60, respectivamente. Entretanto, o público feminino expressa sua representatividade através da consolidação de grupos, conforme abordado mais adiante.

FAIXA ETÁRIA	GÊNERO	Nº PESSOAS	TOTAL
I - 0 a 4 anos	Feminino	14	40
	Masculino	26	
II - 5 a 14 anos	Feminino	24	46
	Masculino	22	
III - 15 a 24 anos	Feminino	15	37
	Masculino	22	
IV - 25 a 39 anos	Feminino	20	50
	Masculino	30	
V - 40 a 54 anos	Feminino	25	41
	Masculino	16	
VI - 55 a 60 anos	Feminino	05	16
	Masculino	11	
VII – Acima de 60 anos	Feminino	05	09
	Masculino	04	

Fonte: Sigrá (2014).

De acordo com os registros do Sigrá (2014), visualizados nas tabelas abaixo, as famílias do Novo Horizonte II são maiores que as do Guajuviras, destacando-se que 16 delas (22,2% do total constante no Sistema) possuem cinco ou mais de cinco integrantes, ao passo que no assentamento de São Gabriel apenas 12,5% do total de famílias se enquadravam neste parâmetro⁶¹.

Nº DE INTEGRANTES	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS
1	17
2	14
3	17
4	8
5	8
Mais de 5	8

Fonte: Sigrá (2014).

⁶¹ As porcentagens foram extraídas considerando-se o número total de famílias inseridas no Sigrá. Porém, deve-se lembrar que, conforme dados oficiais do Incra (apresentados na introdução), o assentamento Novo Horizonte II possui 38 famílias a mais que o Guajuviras: enquanto o primeiro tem 86 unidades familiares, o segundo possui 48.

Do mesmo modo que o Guajuviras, e representado pela coleta dos dados de campo, o nível de escolaridade predominante é o ensino fundamental incompleto (60,2%). Observa-se, ainda, que 9,8% chegaram a ingressar no ensino médio, mas a maioria desses não concluiu a etapa; um agricultor possui nível superior completo (ele também participou da pesquisa).

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	QUANTIDADE DE PESSOAS
Analfabeto	13
Não alfabetizado	37
Ensino Fundamental Incompleto	135
Ensino Fundamental Completo	16
Ensino Médio Incompleto	14
Ensino Médio Completo	8
Ensino Superior Completo	1

Fonte: Sigra (2014).

Ainda, referente à participação sociocultural, 20 famílias estão envolvidas com os grupos de mulheres do assentamento, assim como 20 também disseram estar envolvidas com igrejas de diferentes religiões. Também, por se tratar de um projeto relativamente novo (a consolidação de um assentamento leva muitos anos), 45 famílias dependem de auxílio governamental e 50 delas estão cadastradas no programa federal "Bolsa Família" (SIGRA, 2014).

Mas, retomando a expressão feminina, o grupo de mulheres do assentamento exerce uma função comunicativa, pois através dele as informações circulam e são levadas ao seio das famílias. O técnico da Coptec, EGJ (2014), lembra que um dos primeiros grupos a serem constituídos na região foi o do assentamento Novo Horizonte II. Segundo ele, as mulheres mantinham uma organização informal para vender produtos na feira aos sábados. A partir dessa iniciativa, elas acessaram um projeto do Inkra de implementação de feiras da reforma agrária e formalizaram o coletivo, que hoje conta com a participação de 15 a 20 mulheres.

A Coptec promove duas reuniões mensais com o grupo, o que facilita a transmissão de notícias devido à periodicidade dos encontros e a aproximação que eles promovem com os técnicos. O extensionista Pardal (2014) complementa que as mulheres são bastante participativas e estão sempre abertas ao diálogo, incluindo a

família nos fluxos de informação.

As mulheres procuram mais [informações]. No Novo Horizonte, a maioria dos agentes é de mulheres, por causa da reunião mensal do grupo, onde temos mais contato. Quem participa mais das atividades coletivas são as mulheres; os homens participam mais das reuniões de crédito. Quem se preocupa mais com a questão produtiva são as mulheres, porque elas nos procuram mais (PARDAL, 2014).

Embora o grupo tenha situações conflituosas, algumas por divergências internas, outras porque refletem o atual momento do assentamento, ele ainda resiste como fonte de informação. As agricultoras Guerreira (2014) e Vitória (2014) confirmam que muitas “conversas sobre o Incra” acontecem no grupo ou entre o “chimarrão com as vizinhas”. Na opinião delas, as informações trocadas nos encontros mensais são mais proveitosas que nas assembleias gerais, pois, em grupos menores, há mais debate. “Na sede, quando nos reunimos todos, tem mais gente que atrapalha do que escuta. Nós, enquanto grupo de mulheres, que somos umas 10, a gente consegue se concentrar e prestar mais atenção. A formação mais especializada fortalece os grupos produtivos” (GUERREIRA, 2014).

Todavia, o assentamento não possui mais uma entidade representativa geral ou que agregue as famílias, ao contrário do Guajuviras. Em 2009, a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Novo Horizonte (ATANH) foi formada para a resolução de problemas estruturais iniciais, como o abastecimento de água. Porém, nas entrevistas foi possível perceber que o “pensamento conjunto” não existe e a entidade já não é mais referenciada pela comunidade. Na visão de um dos assentados, que chegou a coordenar a Associação (2014)⁶², a “crise começou em 2013, por divergências dentro do MST, o qual prioriza o ponto de vista econômico e não enxerga o social dos assentamentos”. Segundo ele, a imposição do Movimento por uma estrutura produtiva entrou em atrito com a preocupação política, reduzindo a luta ideológica a um viés meramente econômico e tornando os assentados extremamente dependentes de projetos e recursos governamentais.

⁶² Aqui também se optou por não utilizar o codinome escolhido pelo entrevistado, com o objetivo de resguardá-lo, pois suas opiniões estarão expostas em outros trechos da análise, refletindo a posição de assentado (identificada pelo código escolhido) e não de representante da Associação. Assim sendo, na lista de referências deste trabalho será citada apenas a codificação eleita pelo entrevistado.

No início, nos reuníamos com o Núcleo de Base do MST, conseguimos manter a trancos e barrancos por cinco anos [2009 a 2013]. Mas teve um retrocesso para um modelo de ‘assembleiã’, qualquer coisa convoca uma reunião. Esse negócio de convocação de assembleia perdeu a credibilidade, porque assembleia só se convoca em último recurso, para referendar alguma coisa ou decisão importante. Mas como acabaram as discussões do MST [Núcleo de Base], a Coptec virou o articulador e, aí para juntar bastante gente, tinha de dizer que ia ter projeto e recurso, e o pessoal nem vem mais (INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO, 2014).

O agricultor critica a dependência político-partidária do MST ao atual governo federal, pois o Movimento perdeu a função de “pressão social”. Na sua avaliação, “a crise organizativa do MST se reflete nas famílias” (INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO, 2014), que se dividem por linhas produtivas estabelecidas pelo Movimento e pelas cooperativas vinculadas a ele. Com isso, a comunidade se individualizou, e, hoje, cada um busca seu interesse próprio e não há mais uma demanda geral para o assentamento, enfraquecendo a reforma agrária.

A luta, a ação, foi trocada por um tal de Grupo de Negociação, formado pelos representantes das cooperativas, que vão lá e buscam recursos para suas cooperativas. Mais uma vez, o viés econômico e particularizado. Na minha opinião, deve-se tentar ‘desfocalizar’ os projetos específicos para cooperativas e que sejam destinados para as associações locais. [...] A destruição da organicidade foi por interesse, creio que sejam econômicos. Então, resgatar a figura do líder comunitário contribui para o desenvolvimento social do assentamento (INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO, 2014).

Sobre esse aspecto, Bordenave (2013, p. 41) esclarece que a noção de conflito está intimamente ligada a de participação, pois “em toda a sociedade existe uma oposição entre sistemas de *solidariedade* e sistemas de *interesses*” (grifos do autor). Enquanto os primeiros funcionam em nível comunitário, visando um ambiente de relativa igualdade e o fortalecimento de laços comuns (que o autor chama de “solidariedade orgânica”); os sistemas de interesse encontram-se em setores de atuação econômica e política, que renovam a desigualdade e onde os membros se apoiam mutuamente por fins utilitários (“solidariedade puramente mecânica”).

O drama de nossa sociedade é que com frequência o Estado se alia aos sistemas de interesses em detrimento dos sistemas de solidariedade, e prefere limitar drasticamente a participação destes no momento em que considera que sua mobilização coloca em perigo o sucesso dos sistemas de interesses (BORDENAVE, 2013, p. 42).

O autor acrescenta ainda, que “a participação não pode ser igualitária e democrática quando a estrutura de poder concentra as decisões numa elite minoritária” (BORDENAVE, 2013, p. 41), ou seja, delegando o planejamento e a construção de metas ao movimento social ou à extensão rural, as famílias assentadas, de certa forma, perdem sua autonomia e distanciam-se do espírito de comunidade. Elas passam a se manifestar de acordo com anseios que nem sempre os representam, mas, por estarem vinculadas a uma “força maior”, silenciam-se.

Ao propor o rompimento do modelo de “educação bancária”⁶³, Freire (1987) revela que muitas “lideranças revolucionárias” acercam-se das massas camponesas com projetos que possam corresponder à sua visão de mundo, mas não necessariamente à do povo.

Simplesmente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial, quase umbilicalmente ligados ao mundo da natureza e que se sentem mais partes que transformadores, para, à maneira da concepção ‘bancária’, entregar-lhes ‘conhecimento’ ou impor-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos (FREIRE, 1987, p. 48).

Isso se concretiza na falta de mobilização e na desmotivação das famílias, observadas durante as entrevistas. A sobreposição do interesse individual sobre o coletivo também está presente nos relatos, embora, para a maioria dos entrevistados, as reuniões ou assembleias são válidas enquanto meios de comunicação com o Incra. Tanto que a equipe de assistência técnica divide o atendimento por linha produtiva – as duas bases fortes são a produção de arroz agroecológico (cultivados sem uso de agrotóxicos) e de leite, ambas bem demarcadas entre os assentados – e os encontros são organizados separadamente, agrupando as famílias por interesse comuns.

As normativas do Incra, por exemplo, são repassadas pelos extensionistas durante as atividades coletivas, porém, cada grupo recebe as suas específicas, conforme justifica o técnico da Coptec:

⁶³ Na concepção bancária de educação, “em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. [...] A única margem que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 1987, p. 33).

Se saiu uma nova norma para o plantio de arroz, a gente reúne o pessoal que planta arroz e informa o grupo envolvido de acordo com a atividade de interesse. Têm algumas normativas que são específicas, tem que levar só o grupo de interesse, porque se levar outro só tumultua. É muito melhor potencializar o pessoal que é da atividade do que expandir.

Mas quando é abrangente, como normativa dos novos créditos, fazemos uma assembleia, trazemos todo mundo e explicamos o que mudou. Quando é interesse de todo mundo, a gente traz todo mundo, mas quando é só de partes, a gente reúne só os grupos (EGJ, 2014).

Mas para a assentada Guerreira (2014), essa metodologia de trabalho adotada pelos técnicos “gera um sossego social, porque traz comodidade. Os assentados não querem mais sair de casa, a não ser para elaborar um projeto e que seja do seu interesse particular. É dinheiro que vem, aí sim você consegue mobilizar, mas do contrário...”. Em outras palavras, as subdivisões por grupos de produção (proposta também do MST) desmobilizam o debate mais amplo enquanto comunidade, e focam apenas em interesses econômicos.

A gente conversa sobre o que pode vir, o que temos de fazer, o que está acontecendo, o que está parado. Mas são poucas famílias que fazem isso, são mais os que estão trabalhando em cima do lote no campo. Por exemplo, se acontece uma reunião com o Incra para discutir um assunto geral, que vai durar umas três horas, só fica quem está trabalhando dentro do assentamento. Agora, tem uma doação de caixa d'água que o Incra vai trazer, quem não participa da discussão conjunta são os primeiros a estarem lá [para receberem o benefício] (VITÓRIA, 2014).

Evidencia-se, então, que a preferência pelo viés produtivo-econômico afeta, inclusive, as ações comunicativas, uma vez que ao privilegiar apenas o grupo envolvido, os demais se sentem desinformados, sendo que eles também convivem naquela microssociedade. “O assentado tem que procurar a informação, mesmo sendo do grupo produtivo. Ela chega por interesse, e vem via técnico. Mas dentro dos técnicos, eles têm um grupo preferencial. E têm famílias que detêm a informação e, para não dividir água [no caso do plantio do arroz], não repassam” (ENCRUZILHADA, 2014).

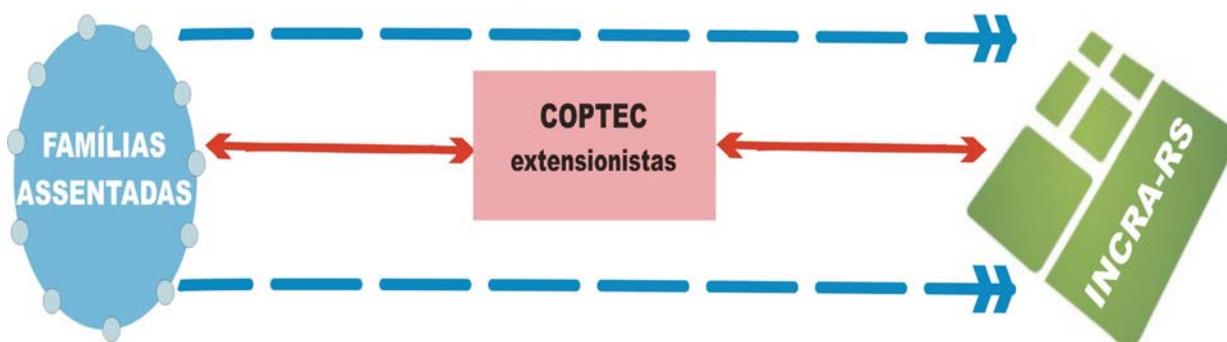
Mas, mesmo que normas, regras ou leis não se apliquem à maioria dos assentados, a comunicação pública prevê a transparência e o acesso de todos os cidadãos a todo tipo de informação, especialmente aquelas que dizem respeito ao

local onde vivem. Brandão (2009) esclarece que a comunicação pública é parte integrante da vida política da sociedade e, como tal, resulta do poder do cidadão quando organizado e constituído como sociedade civil. Além disso, “a participação das pessoas na sua comunidade é a melhor preparação para a sua participação como cidadãos na sociedade global” (BORDENAVE, 2013, p.58).

Nesse sentido, com base nas entrevistas, não se pode destacar a figura de um líder comunitário, um agente *folk* ou uma associação que facilite a transmissão de informações oficiais no assentamento Novo Horizonte II.

No sentido de liderança, se está bem fraco, tem um aqui outro ali, mas não fecha, não sei porquê. O nosso pessoal aqui é muito dividido, cada um puxa para um lado. ‘A Annoni’ é um assentamento enorme e todo mundo se organizou, mas aqui não tem jeito. Talvez um dia, pela necessidade de se juntar... Tem uns que até tentam, mas ficam quietos. Quando eu era adolescente, eu vivia numa comunidade que todos ‘tocavam’ juntos (PINHEIRO, 2014).

Por isso, de acordo com os entrevistados, os técnicos da Coptec são os interlocutores com o Incra (esquema abaixo). A procura direta por atendimento no escritório ocorre, mas com pouca frequência (apenas em casos de urgência ou extrema necessidade), tendo em vista que o deslocamento até São Gabriel implica custos e tempo. “Na verdade, nosso contato com o Incra não é muito, é maior com os técnicos que atendem o assentamento, e estão sempre fazendo reunião. A função deles é esta: ‘pegar’ as informações do Incra e trazer para nós, porque fica difícil o pessoal do Incra atender todos os assentamentos” (FONTE DE ÁGUA, 2014).



Fonte: A autora (2015).

Cabe acrescentar que os assentados possuem uma boa relação com o poder público municipal, pois a reforma agrária representa quase a metade da população rural da cidade. Pelo Censo Demográfico 2010, 1.800 habitantes viviam no campo (IBGE, 2014a); considerando-se, então, que os dois assentamentos possuem 120 famílias (com uma média de 4,5 pessoas cada, conforme o Sigr), tem-se em torno de 540 pessoas assentadas em Santa Margarida do Sul, logo, aproximadamente 50% do número de habitantes indicados no Censo. Por isso, muitos recursos são destinados à prefeitura em função da existência dos assentamentos (Novo Horizonte II e Santa Verônica). Segundo Pardal (2014), o Executivo está presente nas áreas reformadas em parcerias e convênios firmados com o Incra ou através de projetos que privilegiam a produção dos assentados.

Vale lembrar também que a complexidade do primeiro assentamento de Santa Margarida do Sul é proporcional a sua extensão territorial e à capacidade de famílias assentadas, pois quanto maiores as dimensões espaciais e o número de pessoas, mais difícil é a mobilização. Presume-se, então, que a rede dialógica entre o Incra e os assentados do Novo Horizonte é mantida, majoritariamente, pelos profissionais de assistência técnica, pois não há um líder comunitário reconhecido por todos, apenas pequenas referências dentro dos grupos produtivos. Apesar do Incra e da Coptec não promoverem uma comunicação direta a grupos sociais (visando o maior envolvimento de mulheres, jovens, idosos), esses pequenos coletivos ainda oferecem um pequeno espaço para a difusão de ideias e iniciativas, já que o debate é ampliado para família. Em contrapartida, a valorização excessiva dos grupos de produção tem levado à segregação e ao isolamento das famílias em discussões meramente políticas e financeiras, reduzindo o Incra também a uma fonte governamental de recursos.

Verifica-se, ainda, que o assentamento Novo Horizonte II encontra-se em uma fase de rearranjo de forças, demonstrando que o processo de consolidação de projetos da reforma agrária é lento (em virtude de uma série de motivos que mereceriam maior aprofundamento) e segue o ritmo da comunidade que os compõem. Os relatos dos agricultores do Guajuviras recordam que, há cerca de uma década, eles sofreram com dificuldades semelhantes àquelas enfrentadas hoje pelos assentados do Novo Horizonte II, e venceram através da auto-organização. Dessa maneira, os processos sociais dos assentamentos se assemelham e, a sua compreensão depende diretamente do grau de informação que os envolvidos têm,

pois através da livre expressão, da participação e do diálogo é possível melhorar a sociedade.

Assim, configuram-se os cenários onde estão inseridos os entrevistados desta pesquisa, particularizando as realidades encontradas no campo. Ao prospectar sobre pontos específicos de cada comunidade, revela-se a dinamicidade com a qual o Incra se depara cotidianamente e os desafios da comunicação para atender um público rural tão heterogêneo e diverso quanto à própria sociedade brasileira. São situações dicotômicas em sua organicidade social, mas que, por preservarem práticas comunicacionais muito semelhantes, voltam a ser analisadas em conjunto a partir daqui.

Logo, as deduções a seguir referem-se ao estrato correspondente às opiniões dos assentados dos projetos Guajuviras e Novo Horizonte II. Do universo de 15 famílias entrevistadas, participaram 24 pessoas, sendo 12 mulheres e 12 homens, pois em 60% dos casos o questionário foi respondido pelo casal. Dos 15 entrevistados, 11 são casados, três (dois homens e uma mulher) vivem sem família e uma viúva mora com os filhos. A maioria é formada por casais adultos, entre 25 e 60 anos (conforme quadro abaixo)⁶⁴, e possui, em média, 2,2 filhos por casal, exceto um homem e uma mulher que não possuem filhos. Em apenas dois casos os filhos adolescentes (uma menina de 16 anos e um menino de 17 anos) auxiliaram nas respostas.

FAIXA ETÁRIA	MULHER	HOMEM	CLASSIFICAÇÃO
15 a 24 anos	02	-	Jovens
25 a 39 anos	03	03	Adultos
40 a 54 anos	04	06	
55 a 60 anos	02	01	
Acima 60 anos	01	02	Idosos
Total	12	12	

Fonte: A autora (2015).

A primeira observação diz respeito às formas de expressão, notadamente impostas pela hierarquia de gênero. Ao entrevistar os casais, as perguntas sempre foram respondidas pelo homem. A mulher complementava a ideia ou auxiliava-o na elaboração do pensamento, entretanto, quem efetivamente “dava voz à opinião” da

⁶⁴ Classificação conforme a pirâmide etária utilizada pelo IBGE, sendo que entre os adultos foram reunidas três faixas de idade para melhor adaptação à realidade pesquisada.

família era o homem⁶⁵. A inexpressividade do público feminino não pode deixar de ser registrada, pois no circuito folkcomunicativo as mulheres são interpretantes essenciais de transmissão de informações, tendo em vista que, na maioria dos casos, elas são as responsáveis pela organização doméstica do lar, cuidado dos filhos e desenvolvimento de linhas de produção alternativas no lote.

Questionadas sobre seu silêncio, as agricultoras justificavam, timidamente, que eram os homens que “tratavam com o Incra”, ou seja, a relação institucional é basicamente masculina, mesmo que as mulheres tenham direitos iguais sobre a parcela de terra da reforma agrária⁶⁶. Os extensionistas confirmam que “a presença do companheiro, geralmente, coíbe a ação da companheira” (PARDAL, 2014), especialmente quando há uma grande diferença de idade entre os homens e as mulheres⁶⁷.

Nas reuniões, sempre vão homens, mas as mulheres questionam mais. Agora, na visita que a gente faz no lote, no primeiro semestre do ano, para fazer o questionário do Sigrá, ou a visita produtiva, elas têm mais insegurança em falar. Por exemplo, elas vão na atividade coletiva e falam, participam muito mais, sabem todos os dados, mas se tu fores conversar lá no lote, e o companheiro estiver em casa, quem fala é ele, quem vai mostrar os bichos é ele, quem explica é ele. Existe uma certa hierarquia que está impregnada, e isso fica bem claro. Eles tomam a decisão em conjunto, mas a ideia é do homem! (PARDAL, 2014).

Cláudio (2014), da Coptec, também destaca a boa participação feminina, principalmente em seus grupos específicos, onde as assentadas se expressam

⁶⁵ Um fato curioso é que, em função da pesquisadora estar acompanhada de um auxiliar, homem, as mulheres tendiam a “puxar conversa” sobre assuntos domésticos (fabricação de artesanato, receitas, educação dos filhos, lidas diárias, etc.), e desviavam a resposta à pergunta feita pela pesquisadora para que os homens “conversassem entre si”. Ao desligar o gravador, imediatamente, os homens convidavam o assistente (Milton) para conhecer o lote, então, ao permanecer na residência apenas a pesquisadora, a agricultora, sim, emitia opiniões.

⁶⁶ Em uma das entrevistas, a agricultora recebeu a pesquisadora, mas ficou visivelmente nervosa. Ela pediu para aguardar enquanto ligava para o marido, que estava na roça, e não respondeu o questionário até ele chegar. Em outro caso, ao entrevistar um casal jovem e pedir a participação dos dois, a mulher perguntou ao homem se “poderia buscar sua carteira de identidade” para assinar o Termo de Consentimento. Em ambas as situações, as mulheres participaram muito pouco da entrevista, mesmo estimuladas a conversar. Em outra visita, a assentada não deu atenção à equipe e pediu que esperasse o companheiro chegar. Mesmo convidada, ela não participou da conversa, embora estando junto; se dedicou ao almoço, demonstrando um certo incômodo em função do horário.

⁶⁷ Nas entrevistas, foi possível identificar que essa diferença era maior entre os casais jovens, onde os homens eram entre oito e 10 anos mais velhos que as companheiras (detalhes na tabela do Anexo C). Porém, no caso de maior diferença de idade – 18 anos, entre marido e mulher – a assentada foi a mais participativa, tendo domínio completo sobre todos os assuntos questionados.

mais. Porém, “se elas estão do lado do marido, eles têm a vez, tem a prioridade para falar. Mas se estiverem em uma reunião, só elas, elas vão falar” (CLÁUDIO, 2014). A extensionista acrescenta, ainda, que a equipe técnica tem dificuldade para vencer as desigualdades de gênero, pois as mulheres cuidam do lado social da família e os homens tratam do produtivo-econômico. “Na hora de dar os dados, tem que chamar os maridos, mas se eu perguntar a idade do filho eles chamam a criança para perguntar, se eu perguntar quanto de arroz colheram, aí eles sabem. Tem uma divisão ainda bem grande” (CLÁUDIO, 2014).

Deduz-se, então, que os grupos de mulheres são formadores de opinião, a partir do momento que favorecem a expressão e colaboram para a autonomia das agricultoras. Em contrapartida, o Incra não possui qualquer política de comunicação direcionada à questão de gênero, apesar de oferecer créditos específicos às mulheres⁶⁸. O mesmo ocorre com a juventude rural, cada vez mais seduzida por um mundo tecnológico, do qual, muitas vezes, fica isolado. Basta lembrar que, ao conversar com três adolescentes (filhos das famílias entrevistadas) sobre o uso da internet, eles alegam estar no *Facebook* para ter contato com os “amigos e parentes de fora”; no entanto, perguntados se usam o *e-mail*, eles respondem que somente para o cadastro na rede social, não como ferramenta de comunicação, e justificam que o acesso à *web* é muito lento e, por isso, “não usam tanto quanto gostariam”.

Embora a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM, 2012) referencie mulheres e jovens como “públicos estratégicos” – assunto abordado na seção 3.1 – o campo desta pesquisa mostra que há necessidade de ampliarem-se os canais diretos de comunicação com eles, uma vez que, ainda, ficam reféns de um sistema masculinizado e paternal de relações (a figura masculina ainda é vista como a “autoridade da casa”). O desafio, então, é incentivar a participação, seja individual ou através de suas organizações coletivas, para dar a eles a condição de protagonistas.

Peruzzo (2004) alerta que, a concepção instrumental dos meios de comunicação, acaba sendo verticalizada e unilateral, ou seja, impregnada de pré-

⁶⁸ Entre as políticas públicas para as mulheres, praticadas pelo governo federal, o Incra é responsável pela liberação do Fomento Mulher (crédito de até R\$ 3 mil por família para atividades mantidas exclusivamente pelas agricultoras), além do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, executado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (que regulariza a documentação civil das mulheres). Disponíveis, respectivamente em: < www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao > e < www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/dpnr-doc/sobre-o-programa > Acessados em 23 nov. 2014.

concepções sociais, ao dirigirem a informação oficial a grupos produtivos ou ao “chefe da família” (visto, normalmente, como o homem). Todavia, “a questão central é tornar o ser humano sujeito do processo de mudança social, que passa pela comunicação, mas também pelos demais mecanismos de organização e ação populares” (PERUZZO, 2004, p. 74).

Retoma-se então, a análise sobre os aspectos comportamentais das famílias, no que tange ao consumo dos meios de comunicação convencionais. Isso porque a percepção da comunicação pública entre os assentados implica na compreensão do uso rotineiro que fazem de veículos tradicionais, como a televisão, o rádio, o jornal impresso e, em raras oportunidades, a internet. Matos (2011) ressalta que a comunicação midiática é importante à comunicação pública, uma vez que a determinação do conteúdo da comunicação pública é orientada pelo ideal normativo das referências convencionais (interesse público, direito à informação, responsabilidade social). Logo, é preciso “refletir sobre as práticas comunicacionais dos atores envolvidos e os princípios que lhes servem de orientação” (MATOS, 2011, p. 46).

A autora sustenta que comunicação pública e midiática se complementam, pois configuram ambientes propícios à circulação da informação e ao debate público. “Porque a mídia pode promover julgamentos teoricamente mais informados e críticos, tende a auxiliar os cidadãos na elaboração e expressão de seus argumentos para um público ampliado” (MATOS, 2011, p. 46). Assim, os meios típicos de comunicação não podem ser excluídos da investigação por serem, também, canais de disseminação de notícias úteis aos agricultores.

Surpreendentemente, entre as famílias pesquisadas, a televisão é o principal meio de comunicação, sendo usada como fonte de informação (pelos noticiários) ou para entretenimento. Ao contrário do rádio, que é pouquíssimo escutado – e somente para entretenimento (programas musicais, esportivos e/ou religiosos) – a TV faz parte do cotidiano dos assentados por ser a forma mais fácil, rápida e atraente de receber notícias. Durante as entrevistas, o aparelho estava ligado (e assim permaneceu) em três casas, sempre no canal Record, porém o rádio só foi escutado uma única vez (em um carro enquanto o agricultor tratava os animais ali próximo).

Eu pouco ouço rádio, porque o meu rádio é fixo, então geralmente estou com a televisão ligada, porque tem em todas as peças da casa. Mas a mãe, que mora na casa ao lado, escuta rádio, quando ouve alguma informação me chama e me avisa. A televisão fica sempre ligada porque a gente ouve notícia, novela, tudo que é programação a gente escuta. Todo mundo tem parabólica. Meu filho montou uma 'antena para pegar' a RBS, porque alguma coisa que está acontecendo aqui, baseado na RBS, a gente não sabe.

Eu presto atenção em todo tipo de assunto, gosto de escutar o Jornal Nacional para saber o que está acontecendo no mundo, não gosto muito de ver as barbaridades, mas a gente tem de estar ciente de tudo (DÁLIA, 2014).

Um das justificativas para a baixa adesão ao meio radiofônico é a acessibilidade: no assentamento Guajuviras não há sinal de rádio, tornando-se quase impossível sintonizá-lo, e no Novo Horizonte II, apesar da proximidade com a cidade, o sinal, segundo os agricultores, é ruim e eles “desistem” de escutar. Já, a televisão é disponibilizada por antenas parabólicas, observadas na maioria das residências, que proporcionam o funcionamento de diversos canais, sendo os mais assistidos pelas famílias, em ordem de preferência: Rede Globo, Rede Record e Bandeirantes. Contudo, os entrevistados reclamam que não têm acesso a notícias locais e regionais; apenas seis deles, que possuem antena comum, conseguem sintonizar a emissora gaúcha RBS TV (afiliada da Rede Globo). Também reconhecem que as emissoras televisivas não divulgam informação sobre o Incra: “Para se informar é a TV mesmo, e só com parabólica. A antena da cidade é horrível, não ‘pega’ nem RBS. Mas só tem notícia ‘lá de cima’, nada muito propício para a gente... de informação mesmo para a gente não tem nada” (FONTE DE ÁGUA, 2014).

Mais uma vez, percebe-se a influência de gênero, tendo em vista que, essa questão, normalmente, foi respondida pela mulher, como se TV fosse “assunto” apenas feminino. Talvez pelo fato dos homens passarem mais tempo fora de casa ou na roça, eles associam televisão com lazer, mas confirmam que, esse é o meio preferido para se informarem sobre generalidades. Fonte de Água (2014) afirmou: “Nós nunca usamos o rádio, estamos trabalhando e, quando chegamos, já ligamos a televisão. Nem temos rádio”. E Vitória (2014) completa: “A gente trabalha o dia inteiro, quando ‘entra para dentro’ de casa vai olhar uma televisão, uma notícia e já vai dormir. E o rádio é de manhã cedo, escuto a Gaúcha [emissora de Porto Alegre] às 7 horas. Na TV são todos os jornais”.

Entre os entrevistados, seis escutam rádio, mas não todos os dias, nem o consideram um veículo fundamental.

Na TV, a gente vê tudo o que acontece no mundo, mas, assim, notícia para nós dos outros assentamentos não têm. Já o rádio, quem mais escuta sou eu, porque eu paro em casa e ele [o marido] fica para lá e para cá. Escuto a rádio São Gabriel. Às vezes, passa o dia ligado, às vezes não. Tem de tudo. Gosto porque é um 'entertimento' que eu tenho: cuidar do serviço e ouvir música. No interior é o que 'enterte', ouvir rádio (ESPERANÇA, 2014).

Com relação ao Incra, os assentados lamentam que as emissoras comerciais veiculem poucas ou negativas notícias sobre reforma agrária, e, por isso, eles não apreciam a mídia convencional como um canal de relacionamento com a autarquia federal.

Não uso outros meios para saber notícias do Incra. Quase não se fala do Incra, a rede de comunicação não aborda o Incra, pelo menos a Globo que eu mais assisto. Escuto mais a rádio Batovi [emissora de São Gabriel]. Tem um horário do sindicato dos trabalhadores, mas é na área do grande produtor, não é voltado para nós. Ninguém vem querer fazer uma matéria, ou dar notícia do assentamento, dizer que melhorou ou que piorou...parece que é eles lá e nós aqui.

Os assuntos são mais voltados à soja, à vinicultura, ao gado (por causa dos grandes criadores). No sábado de manhã, tem um programa de notícias sobre Santa Margarida, mas é muita pouca coisa; no assentamento nem falam (GUERREIRA, 2014).

Quanto ao jornal impresso, os entrevistados são unânimes em dizer que não têm o hábito da leitura, não assinam os jornais locais (porque não possuem serviços de entrega), nem compram (porque quando vão à cidade não têm tempo para isso)⁶⁹. “Eu leio pouco jornal da cidade, um pouco por falta de ‘pegar’ na cidade, e a pressa com que a gente vai lá, não dá tempo de procurar um jornal para ler. E nos últimos tempos é só política nos jornais, não se aproveita muito” (TECNOLOGIA, 2014). Para eles, o jornal não serve como fonte de informação, porque, além da dificuldade em adquiri-lo, é preciso interromper as atividades diárias e dedicar tempo à leitura⁷⁰.

⁶⁹ Duas assentadas do Guajuviras lembram que o padre que celebra as missas mensais, em 2013, costumava levar jornais antigos da cidade. Mas, atualmente, ele não tem mais levado.

⁷⁰ Na próxima seção, pode-se conferir a opinião dos extensionistas sobre o “formato” jornal, especialmente a avaliação de EGJ (2014).

Além disso, alguns declaram ter dificuldade com a escrita: “Eu não sou muito de ler jornal, sou mais de falar, mas se tem um jornal, a esposa lê para mim, eu vejo só as manchetes” (BUTIÁ, 2014). Essa situação também é ilustrada pela entrevista de um dos casais mais jovens:

[Agricultora -] Escrever ele escreve, só que ele não interpreta. Ele lê a primeira frase, na segunda já não sabe mais o que leu.

[Agricultor -] Não consigo gravar, entendeu? E de que jeito ‘tu vai ler’ jornal? Não tem como ir lá na cidade buscar, nem recebemos correspondências aqui (CARRO, 2014).

Um fato interessante é o jornal “O Produtor”, distribuído mensalmente pela Cooperativa de Eletrificação Centro Jacuí Ltda. (empresa que fornece energia elétrica ao assentamento) no assentamento Novo Horizonte II. Xiru (2014) conta que todos os meses, quando os técnicos da Cooperativa fazem a medição do consumo de energia, eles deixam o jornal com dicas sobre agropecuária ou temas relativos à vida no campo. O material é patrocinado pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul). “Jornalzinho aqui mesmo, só o da Celetro, porque eles entregam em mãos, não tem como ir lá na cidade buscar” (XIRU, 2014), embora também não tenha muita leitura por parte dos agricultores⁷¹.

Nesse sentido, a preferência pela televisão (som e imagem) e o total desinteresse pela mídia impressa podem estar relacionados, também, aos níveis de escolaridade das famílias – além, dos motivos expostos acima –, os quais não ultrapassam a alfabetização básica, conforme mencionado anteriormente na formação de cada assentamento. No quadro a seguir, visualiza-se que entre as famílias pesquisadas a predominância (58,3%) também é do ensino fundamental incompleto, não havendo nenhum caso de analfabetização. “Eu pouco sei ler, jornal é bom para quem sabe ler, porque tem de tudo. Mas eu sempre fui agricultor, tenho só a segunda série do primário, escrevo ‘só para o gasto’” (GATINHO, 2014).

⁷¹ Encruzilhada (2014) diz que “desse jornal [O Produtor] não se aproveita nada”, pois tem orientação política contrária à reforma agrária.

GRAU DE INSTRUÇÃO	MULHER	HOMEM
Analfabeto	-	-
Alfabetizado (somente séries iniciais)	-	02
Ensino fundamental incompleto	08	06
Ensino fundamental completo	01	01
Ensino médio incompleto	02	02
Ensino médio completo	01	-
Ensino superior incompleto	-	-
Ensino superior completo	-	01

Fonte: A autora (2015).

Do mesmo modo, a escolaridade e a faixa etária influenciam no uso da internet: das 15 famílias pesquisadas, a *web* é utilizada por seis delas, e o acesso é feito pelos filhos adolescentes ou pelas mulheres, ficando restrito à margem dos 16 aos 25 anos. Em ambos os casos, a internet é acessada, precariamente, via telefone celular (quando o sinal de telefonia está disponível) e serve, exclusivamente, para visitas a redes sociais (*Facebook*). “Esses ‘troços’ aí é com elas [referindo-se à esposa e à cunhada]. Tinha que fazer um abaixo-assinado e colocar uma antena para nós” (CARRO, 2014).

Além disso, uma agricultora afirma que busca notícias da cidade em jornais virtuais, e outra procura informações em *sites* de políticos e do MST. Entretanto, todos os usuários da internet, nos dois assentamentos, foram unânimes em dizer que nunca acessaram o portal institucional do Incra (www.incra.gov.br). A maioria argumentou que “nem sabia da existência” ou “nunca teve interesse em procurar”. “Acho que quem mais acessa esse *site* deve ser os técnicos, porque o agricultor mesmo não tem tempo e nem sabe. Ele acorda cedo, trabalha, só para à noite, na agricultura sempre tem o que fazer e não dá tempo para isso. Talvez falte divulgação!” (FONTE DE ÁGUA, 2014).

Encruzilhada (2014) é o único agricultor que possui computador e utiliza-o, também, para arquivar informações. Apesar do sinal extremamente deficitário⁷², ele acessa a internet quase todas as noites, principalmente o *Facebook*, pois vê a rede social como um caminho para se manifestar. Porém, nunca procurou o *site* do Incra: “Nunca entrei, talvez não tivesse uma propaganda ou uma divulgação que me

⁷² Encruzilhada (2014) conta que, uma vez, precisou levar o computador para o meio do curral a fim de obter sinal para a internet. Em Santa Margarida do Sul, a prefeitura oportuniza uma rede sem fio aberta e gratuita para todos os moradores, que tem alcance também em partes do assentamento.

atraísse. Teria de ter uma atração. Ou mesmo o *Facebook*, poderia servir para divulgar alguma notícia”.

Logo, o *site* do Incra não é um instrumento para a população rural, tendo em vista as dificuldades tanto tecnológicas quanto educativas. O portal também não se mostra atrativo aos agricultores. A maioria absoluta deles não está familiarizada com o ambiente virtual, seja por total desconhecimento da sua linguagem técnica, seja por falta de interesse ou por falta de estrutura. Tecnologia (2014) avalia que o “grande problema” no assentamento Guajuviras é a falta de tecnologia (por isso até a escolha do código, tamanha importância desse item na sua vida). Pais e filho acreditam que sinais melhores de telefonia e de rádio agilizariam o recebimento das informações, inclusive do Incra.

Aqui as informações ‘são sempre faladas’, por telefone ou aviso. Seria necessário um meio mais rápido e mais eficiente. E uma antena, para que os telefones funcionassem, porque estamos meio distantes da cidade. O telefone só pega pendurado na porta, então é só para ligar e receber ligação, não ‘mando’ mensagem porque só chega no outro dia (TECNOLOGIA, 2014).

Percebe-se, portanto, que os grandes meios convencionais de comunicação coletiva não funcionam para a obtenção de efeitos positivos junto aos grupos marginalizados, como os camponeses, pois as mensagens não são assimiladas por interação social. Logo, é essencial entender os veículos e formatos que, tradicionalmente, servem à condução de mensagens entendidas e aceitas em tais segmentos da sociedade (BELTRÃO, 2004).

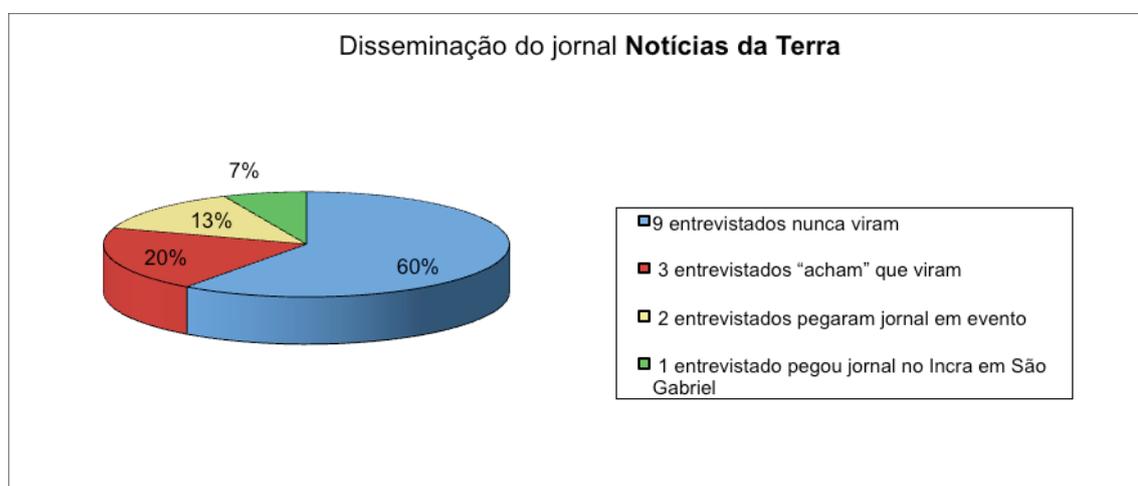
Então, após a descrição do uso da mídia convencional, explora-se a visão dos assentados sobre os produtos de comunicação fornecidos pela Superintendência do Incra no RS. Reitera-se que não foram examinados (em profundidade) conteúdos, discursos ou linguagens, mas sim o percurso da mensagem oficial até os assentados, em uma perspectiva sócio-antropológica da comunicação dialética entre instituição governamental e cidadãos da zona rural.

Ainda, considerando que as famílias não leem jornais locais, nem escutam rádio o tempo suficiente para emitir opiniões a respeito, as matérias produzidas pela Assessoria de Comunicação do Incra-RS (*releases*) e divulgadas em âmbitos regionais não são levadas em conta, uma vez que não têm abrangência na audiência estudada. Bem como o *site* nacional do Incra, que, conforme mencionado

acima, nunca foi acessado pelos entrevistados, logo, não pode ser apreciado no caminho investigado.

Inicialmente, registra-se que existe confusão entre peças de comunicação do Incra, do MST e da assistência técnica. Perguntados sobre materiais oficiais da autarquia, como cartazes, *folders*, cartilhas, jornais, revistas, enfim, todo tipo de impressos, os entrevistados demonstram incertezas se o que conhecem é do Instituto ou não; também não sabem precisar onde receberam. Um estudo mais focado nesse aspecto poderia, talvez, apurar os efeitos da identidade visual da instituição entre os assentados, todavia, acredita-se que a “marca do Incra” é importante para o autorreconhecimento e a inclusão dos agricultores no processo da reforma agrária. Haja vista o vínculo que eles mantêm com o órgão federal (todos os entrevistados afirmam que o Incra faz parte de seu cotidiano), a representação gráfica também pode ser uma maneira de identificação e de aproximação entre governo e cidadãos, tema o qual escapa do objeto dessa dissertação.

Mas, retornando, a presente pesquisa revela que o jornal Notícias da Terra não chega às famílias, apesar do esforço da Assessoria de Comunicação em distribuí-lo (explicitado na seção 2.2): 60% delas afirma “nunca ter visto” o impresso e confessa que o primeiro contato foi com o exemplar entregue durante o questionário. No gráfico abaixo é possível perceber, ainda, que 20% dos entrevistados não reconhecem o material, apenas “acha” que o viu em algum momento.



Fonte: A autora (2015).

Os três entrevistados que conhecem a edição atual, todos do assentamento Novo Horizonte II, dizem que “pegaram o jornal” no evento de assinaturas de contratos para financiamento habitacional e no escritório do Incra em São Gabriel. Uma das adolescentes que participou da entrevista com a mãe também comenta que “viu” o material na escola onde estuda, em Veranópolis (curso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, viabilizado pelo Incra em parceria com o Iterra), porém não o leu.

A gente não recebe nada! No começo, até recebíamos informativo do Incra porque o supervisor trazia [lembraram da edição de 2009, que falava da implantação dos assentamentos em São Gabriel]. O exemplar desse ano eu peguei no escritório do Incra. Quando o Incra estava no centro da cidade, o acesso era mais fácil, então eu ia seguido e pegava o jornal. Mas por que os técnicos [de extensão rural] não trazem? O certo seria eles trazerem, e um vizinho podia distribuir para o outro (VITÓRIA, 2014).

Mas, embora os três extensionistas da Coptec aleguem que entregam o Notícias da Terra aos agricultores, os 15 entrevistados são categóricos em afirmar que os profissionais da assistência técnica *nunca* lhes passaram o material. Três assentados, ainda, complementam que a Coptec entrega “mais material deles e do MST”. E, mesmo sem serem perguntados a respeito, os participantes da pesquisa sugerem (mais uma vez, por unanimidade) que a distribuição seja feita pelos técnicos que acompanham o assentamento⁷³.

[O jornal] é muito bom, porque deixa a gente ‘a par’ do que está sendo feito, conhece os outros assentamentos. O que deveria ser feito é pegar esse material, largar para os técnicos e pedir para eles distribuírem. A gente fica sabendo o que a reforma agrária faz, mas muita gente não. Então é importante ter o jornal para divulgar, por isso tem que cobrar dos técnicos que eles entreguem.

Eu acho que é pouca vontade dos técnicos porque eles vêm uma, duas, três ou até mais vezes por semana no assentamento, podiam trazer. Ou, não custa eles distribuírem numa reunião. Também deixa nas mesas lá na Coptec que a gente chega e pega (FONTE DE ÁGUA, 2014).

Em contrapartida, as famílias não pedem aos técnicos sobre materiais informativos do Incra. Elas cobram assuntos de seu cotidiano, mas não

⁷³ Três famílias entrevistadas questionaram por que os técnicos não levam o jornal, já que circulam semanalmente nos assentamentos.

especificamente sobre formas de comunicação. Encruzilhada (2014) reforça que as visitas técnicas seriam apenas uma oportunidade de distribuição, mas a entrega do jornal poderia, também, ser realizada pelos supervisores de campo da autarquia. “O Incra circula muito aqui no assentamento, então, eu creio que, onde haja circulação do Incra, a distribuição poderia ser direta. A assistência técnica seria o canal, mas não sei se está disposta a fazer isso!”. Os agricultores admitem que a entrega personalizada é inviável por motivos logísticos e operacionais, contudo, declaram que gostariam de ter acesso ao material.

Por isso que eu vi aquele ‘montão’ de jornal dentro do carro [da Coptec]! Se tivessem mais informativos seria bom, mas o Incra mesmo não vai entregar um por um, deveriam ser os técnicos. Ou, quando eles vêm na reunião, entregam, cada um pega um. Simples, não? Porque entregar de casa em casa fica difícil. Eu gosto de ler jornal, se eu vejo um jornal, pode ser velho, mas eu leio. Esse aqui [a edição de 2014] eu li todo naquele dia da reunião (PINHEIRO, 2014).

Ao olharem, pela primeira vez, o Notícias da Terra – e mesmo sem terem o hábito de ler jornal –, as famílias garantem que um produto elaborado diretamente a elas e com temáticas próximas a sua realidade contribui para a autoestima e valorização dos assentados da reforma agrária. Apesar da discordância dos extensionistas com o formato impresso (discutido na próxima seção), os agricultores entrevistados apoiam o veículo do Incra como um meio de divulgação das ações que ocorrem nos assentamentos.

Encruzilhada (2014) avisa que a comunicação, para surtir efeito, deve ser atraente e convidar o público a conversar. Depois de um exame rápido da capa da última edição do jornal, recebida durante a entrevista, o assentado aconselhou:

Tem de rever a forma de passar a informação. A palavra inicial, a chamada, tem de falar direto com o assentado. A primeira palavra é a que ‘engata’! Os veículos podem ser esses mesmos que já existem, mas adaptando a abordagem.

[Na manchete da capa], por exemplo: ‘avanços na infraestrutura’, se conseguisse fazer um título ligando diretamente à vida daquele morador, você está falando da obra, mas se você inverter para a vida daquele morador ali, já na chamada, ele vai dizer ‘opa, tá falando de mim aqui’. Você não deixa de focar a infraestrutura, mas a chamada, talvez um subtítulo, tem de chamar para o agricultor, tem que dizer ‘vem cá que eu quero falar contigo!’. Se a patrula estivesse lá no fundo, e a casa mais em primeiro plano, e entrevistando alguém ali...o camarada diz ‘ó, olha o fulano aí’ (ENCRUZILHADA, 2014).

Butiá (2014) também sublinha que o conteúdo focado nos anseios e nas carências informativas dos agricultores é um atrativo que deve ser aprimorado nas edições.

Sem comunicação nós ficamos isolados, é importante para o desenvolvimento do assentamento. O jornal é importantíssimo para a comunidade, e os assuntos a serem tratados é tudo o que envolve o desenvolvimento do assentamento. Se tiver como colocar na matéria uma explicação de como podemos ter acesso ao que está noticiado, a gente pode procurar. Por exemplo, se 'tu quiser' iniciar uma piscicultura, no jornal tem os caminhos; se quer melhorar a genética das vacas de leite, tem uma informação sobre o caminho mais fácil.

O jornal da cidade só tem notícia ruim, sou desiludido com isso, não tem nada para nós. Acho muito mais valioso um jornal destes [Notícias da Terra], porque todos os meus interesses estão aqui. Não preciso 'pegar um lá' da cidade só para saber quem matou, quem roubou... (BUTIÁ, 2014).

Para o assentado, o jornal produzido pelo Incra-RS pode, ainda, ser um instrumento de debate entre as famílias, proporcionando a troca de experiência e o diálogo entre elas. Da mesma forma que outros cinco entrevistados mencionam, ao tomarem conhecimento de outras iniciativas, as famílias são estimuladas a seguirem os exemplos positivos da reforma agrária, além de poder guardar o impresso para uma futura consulta.

'Pega' um jornal desse aqui e leva na assembleia para uma pessoa que lê corretamente, bem lido, isso ajuda muito a clarear a ideia das pessoas, quem está na dúvida sai da dúvida, esclarece bastante. Lendo uma notícia que tem aqui, força a pessoa a te perguntar [contestar] e confrontar se é verdade ou mentira. Ou recordar uma conquista da associação, que saiu no jornal e todos vão lembrar (BUTIÁ, 2014).

Tecnologia (2014) vislumbra o Notícias da Terra, também, como uma oportunidade de negócio, uma vez que o veículo circula fora dos assentamentos. Ele destaca que

é um incentivo, onde aparece 'o pessoal' trabalhando, tem muita coisa boa. Às vezes, eu posso estar sem saber o que fazer e posso achar uma solução ali, vindo de outro que passou a mesma dificuldade. Ajuda a divulgar a nossa produção, através da matéria é possível achar um comprador. É muito importante ter o jornal, porque

a gente não tem como procurar um comprador, tem que ser na região, e isso pode divulgar (TECNOLOGIA, 2014).

Porém, o informativo anual do Incra-RS não é debatido entre as famílias, nem pela equipe de assistência técnica. EGJ (2014) confessa que “a gente não está usando muito, mas está começando a divulgar mais [o jornal]. Levamos quando vamos no assentamento, ou as famílias pegam quando vêm aqui. Mas não fazemos debate com elas, só distribuimos”. Sob a ótica de uma comunicação horizontal e não a extensão de um projeto vertical, Paulo Freire (2011) argumenta que “todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos” (FREIRE, 2011, p. 86), logo, o jornal escrito simboliza um desses signos.

Por isso, sua função não deve ser minimizada pela falta de hábito de leitura, nem pelos níveis de escolaridade da sua audiência. Pelo contrário, o veículo deve ser mais uma via para a construção da cidadania, do diálogo entre o Estado e a população e entre a sociedade. “Tem de trabalhar com o social dentro dos assentamentos para poder mudar a cabeça das pessoas, para que elas possam ler esse jornal [Notícias da Terra]. Não adianta eu levar o jornal para 50 casas, elas dão uma olhada e deixam de lado” (VITÓRIA, 2014).

Além da versão impressa e anual, a Assessoria de Comunicação do Incra-RS produz, também, o boletim semanal Notícias da Terra Digital, enviado por *e-mail* a uma lista de endereços eletrônicos. Tendo em vista que os assentados não utilizam *e-mails* e os técnicos não imprimem o material para levar a campo, o informativo também não atinge os assentamentos Guajuviras e Novo Horizonte II. Apenas a família Carro (2014) “acha que viu um parecido, no mural do escritório do Incra”. As demais 14 visitadas nunca viram o informativo. “Este também é novo para mim”, confirma Esperança (2014), ao se deparar com uma cópia em papel. Mesmo Encruzilhada (2014), o único dos entrevistados que usa correio eletrônico, olha atentamente o material e diz: “Nunca vi, mas me parece muito interessante. Para mim, que acesso a internet, acho mais interessante que o impresso [Notícias da Terra]. Eu recebo muito *e-mail* desse tipo, até de um programa de rádio”.

Entre os extensionistas entrevistados, um afirma que nunca recebeu o Notícias da Terra Digital em sua conta de *e-mail*, e dois dizem que recebem, mas

que não o imprimem para “trabalhar” com as famílias. Contudo, os três comentam que, quando o supervisor do Incra lhes entrega uma cópia em papel, eles leem. Curiosamente, no mural da sede da Coptec, em São Gabriel, havia uma versão impressa de um boletim publicado no início de 2014, cuja matéria sobre “os novos créditos” do Incra estava assinalada com caneta. Questionados sobre a origem do material, EGJ (2014) respondeu que fora deixado pelo servidor do Incra, na época da sua publicação. “Outro dia, o Gavião estava trazendo direto porque minha mãe aparecia nas notícias. Quando vem para o escritório, nós colocamos no mural” (EGJ, 2014). Assim, o material periódico fica restrito ao uso dos técnicos, sem chegar a um dos seus destinos:

Recebo, mas nunca levei para trabalhar. Toda vez que chega eu ‘dou uma olhada’. Todo material que a gente recebe é útil, porque isto aqui são dados interessantes, a gente vive num mundo muito fechado, às vezes, e os assentamentos de São Gabriel são exceção, onde está tudo começando, pode parecer que está demorando, mas têm assentamentos com 15 anos que nem começaram. Então, quando vê o boletim a gente pensa que não estamos muito atrasados ou alguém daquilo que é para ter, a gente consegue ter uma visão e comparar (CLÁUDIO, 2014).

Já o funcionário do Incra disponibiliza, todas as semanas, uma cópia do boletim digital em papel (fornecida pela Assessoria de Comunicação), no mural do escritório na cidade. Gavião (2014) também costuma levar versões impressas aos assentamentos mencionados em matérias ou às famílias que aparecem em alguma divulgação. Segundo ele, é uma forma de valorizar o agricultor, que tanto preza pelo seu trabalho e pela sua vida no campo.

O atendimento atencioso e, às vezes, personalizado por parte do servidor do Incra é um ponto muito destacado entre os assentados entrevistados. Em torno de 80% deles credita a melhoria de relacionamento e de comunicação com o Incra após a chegada de Gavião na região. O supervisor é um dos funcionários mais antigos da Superintendência Regional (38 anos de tempo de serviço) e acompanhou a implantação dos projetos de reforma agrária em São Gabriel (desde o Guajuviras, há mais de uma década) e em Santa Margarida do Sul.

As famílias ressaltam que o carisma e a prestatividade do técnico as deixam confortáveis⁷⁴ para buscar informação, questionar dúvidas ou entender processos em andamento. Para os entrevistados, Gavião “fala a língua deles”, pois consegue transmitir conteúdos, de modo direto, simples e respeitando os limites de cada um, além de “ter paciência” para escutar todas as demandas e “saber cobrar quando é preciso”. Os assentados reconhecem no supervisor seu principal agente de informação do Incra, uma vez que foram firmados laços de reciprocidade e de confiança que valorizam o diálogo.

Antes era terrível, não tinha informação. Com o [Gavião], o relacionamento mudou, porque ele te diz e te escuta, te abre caminhos, orienta o que tu pode fazer ou não, ele sabe explicar as coisas, sabe dizer. Ele dita as normas, jamais deixou de cumpri-las, explica como são as normas do Incra e que não podemos fugir, mas aí a gente mostra o nosso ponto de vista e tentamos negociar. Há possibilidade de um diálogo, nós conversamos semanalmente, sobre vários assuntos. Ou eu vou lá no escritório, ou a gente telefona de noite [...] Ele também me chama para me explicar as coisas para eu trazer para a comunidade e para ele não precisar vir, porque ele está sempre na correria (BUTIÁ, 2014).

Especialmente entre os agricultores do assentamento Guajuviras, Gavião é apontado como a “fonte mais confiável” e mais próxima, o que faz dele, uma verdadeira liderança folkcomunicacional, à qual a audiência recorre para dialogar com o “exterior” e com as instituições governamentais. “Ele é um pai para todo mundo, depois que entrou aqui o assentamento começou a andar” (CARRO, 2014). Embora não pertença às comunidades, Gavião circula nelas e entre elas, intermediando informações do Incra e de outros órgãos governamentais e favorecendo a implementação de múltiplos estágios nos fluxos comunicativos. Na teoria de Beltrão (2004), os líderes de opinião atuam como tradutores junto aos grupos marginalizados e somam-se às figuras que se destacam entre eles (neste caso, ao líder comunitário), na transmissão e interpretação das mensagens.

Essa conquista de liderança está intimamente ligada à credibilidade que merece no seu ambiente e à habilidade do agente

⁷⁴ A disponibilidade de Gavião para o Incra e para os assentados pode ser percebida durante a entrevista (realizada em sua casa, às 20 horas, após “encerrar o expediente” daquele dia), interrompida cinco vezes para atender chamadas no telefone celular institucional: duas de agricultores, uma da equipe de assistência técnica e outra de secretários da prefeitura para agendar reuniões sobre os assentamentos.

comunicador de codificar a mensagem ao nível de entendimento dos seus receptores. Em função da estrutura social discriminatória mantida em nações como a nossa, a massa camponesa [...] se comunica por meio de um vocabulário escasso e organizado dentro de grupos de significados funcionais. Quando se pretende transmitir uma mensagem a essas porções de indivíduos – e, especialmente, quando a mensagem insere um novo sistema de valores e conceitos, como no caso de campanhas mudancistas – é preciso ‘traduzir-lhes’ a ideia, adequando-a aos seus esquemas habituais de valoração (BELTRÃO, 2004, p. 38-39).

Assim, a ligação do *hinterland* onde vivem os assentados com a sociedade e com instituições governamentais ocorre, basicamente, por intermédio de agentes reconhecidos pelas comunidades. Além do contato direto com os técnicos de campo (a ser abordado na próxima seção) ou com seus líderes comunitários, as famílias também relatam o apoio de religiosos, professores, funcionários da prefeitura, cooperativas e organizações não-governamentais, que atuam dentro dos assentamentos e acabam se tornando fontes de informação, inclusive sobre o Incra. Porém, o extensionista EGJ (2014) alerta que, muitas vezes, essas conexões “extra-oficiais” geram ruídos de comunicação, uma vez que a comunidade fica suscetível a diversos pontos de vista.

O assentamento, do ponto de vista político, é um território em disputa: o vereador, o prefeito, o secretário municipal, o pastor, o padre, o radialista... todos influenciam na informação que vai para o assentamento. Quando ‘tu está’ acampado tem o bem comum que é o acesso a terra, por mais que eu não goste de ti vou relevar porque estamos lutando juntos pela terra, quando chega no assentamento cada um vai seguir o seu objetivo particular. Quando o bem comum se abre para o particular ‘tu cede’ espaço para que outros agentes de comunicação passem a influenciar (EGJ, 2014).

Mas, apesar da maioria absoluta não ter conhecimento do jornal impresso Notícias da Terra e do informativo semanal Notícias da Terra Digital (principais produtos elaborados pela Assessoria de Comunicação do Incra – RS), nem das notícias e normas publicadas no *site* institucional ou mesmo na mídia local, os entrevistados declaram que se sentem atendidos pelo volume de informações que recebem sobre o Incra, transmitidas verbalmente. Das 15 famílias visitadas, 9 afirmam que, se têm alguma dúvida ou necessitam orientação, procuram a autarquia federal – através dos extensionistas (no Novo Horizonte II), do presidente da associação (no Guajuviras) ou diretamente com o supervisor (em ambos os

assentamentos) –, e 6 preferem aguardar uma eventual reunião ou orientação coletiva.

Nesse sentido, deve-se também interpretar o silêncio daqueles que “esperam” como um hiato entre a comunicação pública e seus públicos, pois ao vislumbrar a audiência cidadã, há de se completar todos os espaços informativos, tantos quanto forem necessários, a fim de atender o maior número possível de espectadores. Não é porque os agricultores não demandam diretamente a informação, que eles não precisam dela, ou se sentem totalmente informados. Nota-se que, dos 6 assentados que não buscam contato com o Incra (seja de maneira direta ou indiretamente), 4 têm 50 anos ou mais e não completaram o ensino fundamental (ver tabela no Anexo C). Ou seja, o avanço da idade, associado à baixa escolaridade, leva a uma maior dependência governamental, não somente de recursos financeiros, mas também sociais como a comunicação e a educação.

Seja por timidez, como no caso de Gatinho (2014), que diz: “A gente não gosta de incomodar os outros”, ou por conformismo com a própria realidade, como afirma Jasmim (2014): “A gente se acostumou num sistema que não é de ficar exigindo tanta coisa ou de ir atrás”; muitas famílias recolhem suas expectativas ou as compartilham apenas com os vizinhos ou com os técnicos, evidenciando a relevância da folkcomunicação para a expressão dos camponeses. Conforme Freire (1987), a existência humana não pode ser muda nem silenciosa, o homem reclama a palavra, o trabalho e a ação-reflexão, que devem ser constantemente estimuladas, especialmente pelas instituições governamentais. “Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles, novo *pronunciar*” (FREIRE, 1987, p. 44 – grifos do autor).

Bordenave (2013) sublinha que a participação social e política é duramente afetada pela divisão existente na sociedade brasileira entre o setor oficial e o setor civil. Segundo ele, a comunicação entre os dois setores é precária e, não raramente, conflitante.

Tradicionalmente supõe-se que o setor oficial é o iniciador e promotor do desenvolvimento, sendo o setor civil apenas seu beneficiário... ou vítima. Esta dicotomia tem tido como saldo a existência de um verdadeiro abismo entre os dois setores. De um lado estão os tecnocratas e burocratas que planejam, decidem e executam. Do outro lado, uma enorme massa de pessoas somente

dedicadas a seus próprios interesses e negócios (BORDENAVE, 2013, p. 53).

Sob esse aspecto, a pesquisa junto às famílias apresenta outro elemento marcante: a maioria dos entrevistados associa informação com sua necessidade de primeira ordem, isto é, com alguma dificuldade pontual ou problema estrutural, não almejando a comunicação como um canal de diálogo e autoemancipação. Eles “pronunciam-se” (tomando emprestado o termo de Paulo Freire) mediante suas demandas básicas. Ao serem perguntados sobre “que tipo de informação do Incra desejariam ou ainda faz falta”, todos, sem exceção, hesitaram em responder (um dos agricultores mais jovens não entendeu a questão e pediu para repeti-la três vezes), mas anunciam informações sobre estradas, regularização de lotes, editais e projetos com suas principais demandas.

Aqui, evidencia-se o quanto o tempo de criação do assentamento interfere nas relações mantidas com o Incra: enquanto o Guajuviras está em um estágio de afirmação social, através da sua associação, o Novo Horizonte II volta-se exclusivamente para o desenvolvimento produtivo. Assim, as famílias destinam sua atenção conforme o momento vivido em cada localidade. Em São Gabriel, os assentados mais antigos já especulam sobre a titulação dos lotes ou o assentamento dos filhos adultos em parcelas próximas; já em Santa Margarida do Sul ainda há dúvidas sobre a demarcação dos lotes e das reservas ecológicas, sobre a liberação de créditos ou a construção das casas.

Um ponto convergente entre moradores dos dois assentamentos é a falta de divulgação de editais – principalmente os que anunciam lotes vagos disponíveis para o assentamento de novas famílias – e transparência nos requisitos exigidos e na publicação dos resultados. Dália (2014) lembra que o filho se inscreveu no edital de 2012 e só ficou sabendo que havia sido contemplado com um lote no Guajuviras porque o presidente da AFAG soube e a avisou. A assentada comenta, ainda, que ela própria tomou conhecimento do edital por meio da secretária, que na época trabalhava no escritório do Incra em São Gabriel.

Quando saiu o edital, encontrei ela [secretária] na rua e ela avisou. Me deram um papel com as normas e eu passei para as outras mães. Eu que fui lá na cidade, busquei o papel no Incra e trouxe para as vizinhas, para saberem exatamente o dia e os documentos que precisavam para se inscrever. Estava exposto lá no

escritório do Incra, mas aqui não. Não veio fixado nem o edital, quanto mais o resultado. Ninguém ligou para mim para avisar que meu filho ganhou. Se chegasse uma ‘cartinha’ eu ia ficar mais tranquila, porque já era um documento oficial. Talvez eu pudesse ter ido atrás, mas estávamos esperando que o Incra viesse diretamente dizer que meu filho tinha sido contemplado. Ou poderiam ter vindo anunciar numa reunião. Mas não teve nenhum comunicado oficial (DÁLIA, 2014).

Do mesmo modo, assentados do Novo Horizonte II reclamam que não são avisados sobre a disponibilidade de lotes vagos, e que só descobrem quando há novos moradores na comunidade. A família Vitória (2014) aconselha uma apresentação prévia do edital e, depois, dos selecionados, pois os dados ficam restritos à equipe técnica e ao Incra. Segundo os entrevistados, esse tipo de documento oficial fica fixado somente nos murais do escritório do Incra na cidade, e os extensionistas também não levam para os assentamentos.

A gente fica sabendo só quando é bom para alguém. Foi divulgado só para quem convinha porque tem um “jogo interno dentro” do assentamento. Tem muita gente querendo se candidatar a lote, mas nem ficam sabendo. Saiu o edital, vieram morar pessoas que a gente nem imaginava. Ficamos sabendo depois que elas já estavam aqui, porque víamos pessoas estranhas circulando, e a gente se preocupa, porque tem criança pequena... Os vizinhos que disseram que eram os novos assentados.

Acho justo se colocassem o edital na sede, na escola, na prefeitura, porque todas as pessoas têm o direito de saber, não deveria ser só para quem convém.... A gente também tem o direito de saber quem vem morar no assentamento, porque isso é para o resto da vida, não é só por meia hora (FONTE DE ÁGUA, 2014).

A segmentação desse tipo de informação por parte do Estado é extremamente temerária, tendo em vista que a “coisa pública” pertence ao povo. A transparência em qualquer processo (especialmente os seletivos) se dá, também, pela sua ampla divulgação em diferentes canais de interlocução. Noticiar o lançamento do edital na emissora de rádio local ou disponibilizá-lo no *site* oficial não são mecanismos suficientes para a população rural. Por isso, ações normativas merecem um serviço de comunicação mais direto, baseado em relações públicas, que permitam ao público a compreensão exata do processo.

A participação democrática começa quando os grupos da população interessam-se em um tema específico recebem informação específica, conhecem os canais de reivindicações e são

alertados para as formas de consulta a que têm acesso. Um governo democrático, aberto à participação, é aquele que informa corretamente, ouve cuidadosamente e consulta ativamente a população (BORDENAVE, 2013, p. 68).

Além disso, ao examinarem a comunicação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, as famílias também explanam o desejo de formação ampliada e continuada, para além da assistência técnica que vem sendo prestada pela Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos. Quatro delas manifestam a necessidade de capacitações mais especializadas, que fomentem o debate produtivo, econômico e social entre as comunidades, bem como promovam a troca de experiências entre as diferentes regiões do estado. Três entrevistados citaram a Oficina de Boas Práticas de Comercialização Direta de Alimentos em Feiras (realizada pela superintendência regional em julho de 2014)⁷⁵ como “a melhor atividade do Incra” que já vivenciaram, pois receberam orientações diferenciadas de maneira direta, presencial e próxima da realidade por eles vivida.

Se, por um lado, as demandas informativas se restringem, inicialmente, à resolução de problemas estruturais, após aprofundarem sua reflexão, as famílias miram um horizonte mais promissor, exigindo da comunicação do Incra estratégias mais duradouras e, a longo prazo, de formação cidadã ampliada, e não somente divulgação de fatos, notas ou instruções operacionais. Ao criticarem a divisão produtiva “imposta” pelo Movimento Sem Terra e pela Coptec (que é vinculada ao Movimento, como explicado mais adiante), algumas famílias demonstram preocupação com o seu futuro no meio rural e transferem esse anseio ao Instituto. Em termos de comunicação, elas esperam mais debates profissionalizados, que não se restrinjam apenas à liberação de recursos ou elaboração de projetos produtivos.

Acredito que tem de ter mais pessoas capacitadas para poder organizar o assentado. Trabalhar junto, perguntar para o agricultor o que ele quer plantar e adequar a um projeto. Falta profissionalização

⁷⁵ Em torno de 70 assentados participaram da Oficina realizada em Viamão. A atividade fez parte do projeto “Feiras de Abastecimento Popular da Reforma Agrária”, implementado pelo Incra gaúcho e que distribui equipamentos para grupos de assentados que realizam feiras nas cidades. A programação da Oficina incluiu palestras com pesquisadores e demonstrações práticas sobre higiene, agroecologia, cálculos financeiros, planejamento produtivo, entre outras. Mais informações em: < <http://www.incra.gov.br/orientacoes-tecnicas-e-troca-de-experiencias-estimulam-feirantes-assentados-do-rio-grande-do-sul> > e em < <http://www.incra.gov.br/aviso-de-pauta-incra-rs-realiza-oficina-de-capacitacao-para-feirantes> > Ambos acessados em: 28 nov. 2014.

na capacitação [...]. Não podemos ficar só no “projecinho básico”. Os jornalistas podem incentivar a produção mais profissionalizada. Ou promover encontros, reuniões mais periódicas em caráter profissionalizante (VITÓRIA, 2014).

Guerreira (2014) compara a época de acampamento (onde ficou por cinco anos antes de ser assentada) ao assentamento: antes, o MST debatia o “lado social” com os agricultores; agora fica apenas no produtivo-econômico. Segundo ela, após a implantação do assentamento, “ninguém” mais promoveu esclarecimentos sobre saúde, organização e bem-estar. Na opinião da agricultora, a assistência técnica, terceirizada pelo Incra, deveria suprir essa carência.

Nós precisamos de formação! Já foi pedido, mas os técnicos não conseguem suprir as demandas. Já fui conselheira de assistência técnica: o planejamento é muito bom, mas é só diante do Incra, eles se reservam mais na elaboração dos projetos e não acontecem outras atividades da área social. A técnica dessa área entrou agora na equipe, se ela não tem ideia de como fazer, que se construa com as famílias! Ou busque o que as famílias precisam perguntando “o que eu poderia fazer?” Assim como está, as famílias ficam mais limitadas dentro do seu lote, com seus afazeres e a informação é através da televisão ou do rádio (GUERREIRA, 2014).

Conforme os assentados, a extensão rural não fomenta o debate. Pode até alimentá-lo com informações pontuais, mas não se abre para uma discussão mais qualificada:

Quando tem reunião, a equipe técnica tenta passar bem as informações. Mas poderia ter mais frequência, porque eles vêm aqui, falam, e fica. Não vêm e falam de novo sobre o que continua. Tem que falar constantemente!

Eu escutei lá uma coisa, mas eu tenho de ouvir no mínimo duas vezes para a minha cabeça saber transmitir, para eu ter certeza que entendi. Às vezes, é tanta coisa que eu preciso de um tempo para processar a informação. Depois, na conversa com as outras pessoas, eu ligo isso com aquilo. [...] Isto é importante: ouvir mais de uma vez, falar mais vezes, protagonizar, acentuar, no sentido de informação, de divulgar os assentamentos, tem de repetir o que acontece (GUERREIRA, 2014).

Então, retoma-se Paulo Freire (2011), novamente, para enfatizar a educação como um processo de constante libertação do homem, negando o termo “extensão” e seus derivados e aperfeiçoando o diálogo entre os sujeitos a partir da comunicação. O autor reitera que o trabalho de comunicação entre técnicos e

camponeses deve ser inspirado no humanismo, que reconhece a *doxa*⁷⁶ e que rejeita toda forma de manipulação. E a mesma lição pode ser convertida para a relação Estado – povo por meio das instituições governamentais:

[...] Não somente a capacitação técnica, mas qualquer outra dimensão educativa popular, no processo de reforma agrária ou não, tem que estar associada a este esforço através do qual os homens simples se decifram a si mesmos como homens, como pessoas proibidas de ser (FREIRE, 2011, p. 130).

Na sua “Pedagogia do Oprimido”, Freire (1987) resgata o valor da palavra e do diálogo que não se esgota na “relação eu-tu”, mas se concretiza no encontro dos homens. Para ele, “dizer a palavra” é uma forma de pronunciar o mundo e o caminho para os homens ganharem significação enquanto homens.

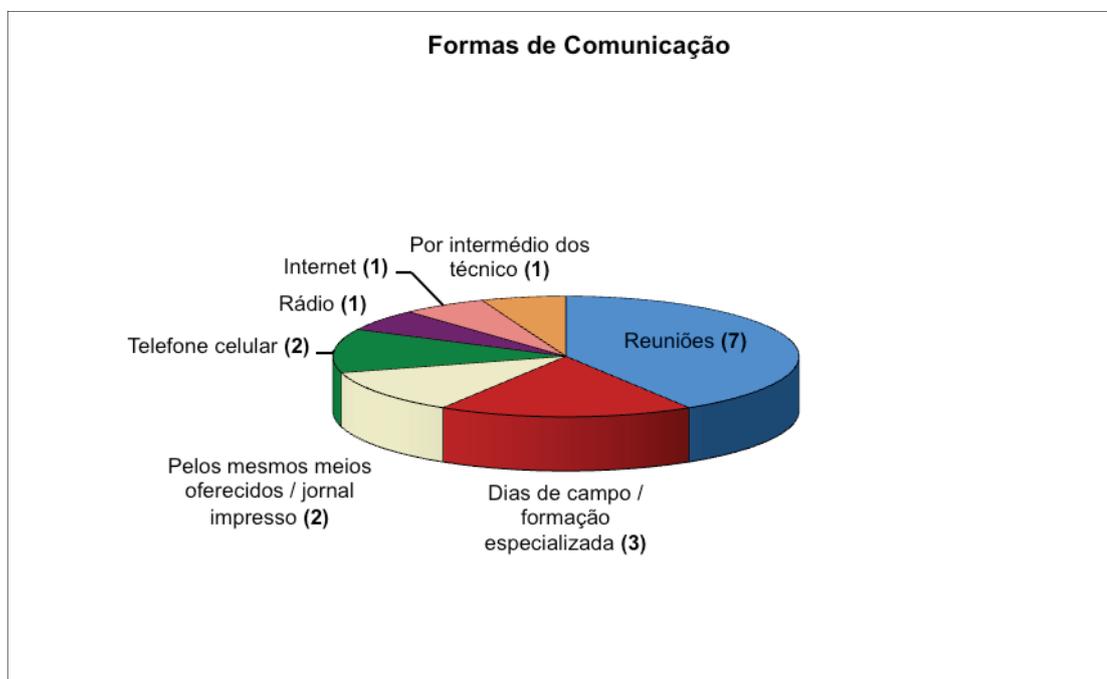
Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 45).

Assim, mais uma vez, o levantamento empírico se encontra com a teoria – a comunicação pública se efetiva pela folkcomunicação – quando a principal reivindicação das famílias entrevistadas é a presença mais constante do Incra. Para 46,6% dos participantes da pesquisa, **reuniões** são os meios mais eficazes e eficientes de transmitir informações oficiais. Do total de 15 agricultores entrevistados, 7 julgam os veículos impressos (jornal anual, informativo semanal, cartazes, *folders*, etc.) importantes, bem como a divulgação na mídia local de matérias positivas sobre a reforma agrária, mas defendem que o contato pessoal e mais próximo dos servidores do Incra é a melhor forma de comunicação. Apenas 2 famílias manifestaram opinião contrária, pois se sentem “cansadas” de tantas reuniões, já que acumulam esse tipo de atividade dos tempos de acampados.

A seguir, ainda, constam outras ações, mencionadas pelos entrevistados (o quadro resumido está no Anexo C), que facilitam a chegada da informação do Incra aos assentamentos: 3 deles indicaram “dias de campo”/ formação especializada; 2 pelos mesmos meios já ofertados (jornal impresso); 2 através do telefone celular; um

⁷⁶ *Doxa* é uma palavra de origem grega, que significa “crença comum” ou “opinião popular”.

por notícias no rádio; um pela internet; e um por intermédio dos extensionistas (alguns entrevistados deram mais de uma sugestão).



Fonte: A autora (2015).

Verifica-se, portanto, que o **contato interpessoal** é o meio mais eficiente e eficaz de informação entre os assentados. Eles avaliam que a “conversa direta” é a melhor forma de comunicação com o Incra porque agiliza a resolução de dúvidas. “Era para o Incra conviver mais com os assentados. Mais convivência pessoal, que comparecesse mais, informar melhor em reuniões. Não adianta só mandar um papel e mandar outro ler. A pessoa do Incra tem que vir pessoalmente” (CARRO, 2014). Além disso, o comparecimento da autarquia federal, “personificada” em seus servidores, diminui o desencontro de informações, ou mesmo, a supressão delas, especialmente por parte da equipe técnica terceirizada, elevando, assim, os níveis de confiança no órgão governamental.

Seria bom ter canais mais diretos com o Incra porque não ficaria só na vontade [e na intenção] dos técnicos, porque as coisas seriam bem esclarecidas. A gente fica sabendo só o que os técnicos trazem, e muitas vezes eles não trazem tudo o que o Incra fala. Por exemplo o jornal, eles não entregam. Então seria bom que viesse alguém do Incra e passasse as informações diretamente, não ia ficar nada ‘debaixo dos panos’, ‘clareava’ e organizava mais o assentamento. Também teria mais confiança, porque muitos não

participam porque não se sentem à vontade nem têm confiança nos técnicos (FONTE DE ÁGUA, 2014).

Nesse sentido, na seção 3.3, Novelli (2006) confirma que a presença do Estado se fortalece quanto mais próximo ele estiver do povo, proporcionando o engajamento ativo dos cidadãos nas definições e implantações de políticas públicas e favorecendo o retorno aos questionamentos provocados pela audiência. A autora sugere que

[...] na maior parte dos casos, será necessária a utilização de um *mix* de instrumentos, pois as abordagens isoladas tendem a ser menos eficientes do que as estratégias de abordagens múltiplas. Como o foco do processo de comunicação é a promoção do relacionamento, os instrumentos a serem adotados devem seguir essa perspectiva inclusiva, englobando tanto suas potencialidades de divulgação e disseminação das informações, que garantem transparência às ações públicas, como suas potencialidades de participação efetiva por meio de reuniões e encontros, presenciais ou virtuais, que viabilizem a troca de informações e a expressão de opiniões (NOVELLI, 2006, p. 88).

Por isso, três famílias recomendam que os encontros presenciais com representantes do Incra podem ser complementados por dias de campo (atividade coletiva que reúne os agricultores para demonstrações práticas de técnicas) e eventos de formação mais especializada. Contudo, elas reconhecem que é preciso adequar as estratégias comunicativas de acordo com a realidade e linguagem que eles estão acostumados.

A pessoa que se identifica com o povo, geralmente, pode trabalhar com papel, mas tem que ter uma mão na terra, para ela se identificar assim, simples, com o povo. As pessoas que têm um entendimento com o campo, de como fazer, vão explicar melhor para as famílias, porque não é uma palavra tão difícil para ela explicar porque ela já está dentro do campo (VITÓRIA, 2014).

Ao citar Fausto Neto⁷⁷, Beltrão (1980) argumenta que a incomunicação, muitas vezes, resulta do equívoco dos agentes-comunicadores do sistema dominante em acreditar que, através de métodos de excitação, adestramento ou dos meios tradicionais de informação de massa, poderão fazer com que as mensagens

⁷⁷ FAUSTO NETO, Antônio. Incomunicação Rural: Dependência e Fatalismo. In: **Comunicação/Incomunicação no Brasil**, Edição Loyola / UCBC, São Paulo, 1976 (*apud* Beltrão, 1980, p. 42).

possam ser compreendidas e efetivamente adotadas. Porém, os emissores desconsideram o ser humano (“humanismo” referendado também por Paulo Freire) e a consciência social do receptor.

Mesmo que os grupos rurais reajam de maneira condicionada a estímulos, a partir de mecanismos (do plano persuasivo aos métodos institucionalizados de ação comunitária), persiste o quadro da incomunicação, pois existem informações que, por mais trabalhadas que sejam, suas transmissões são incompatíveis com as características fundamentais dos grupos rurais, que compreendem a realidade de acordo com o seu modo de existência (FAUSTO NETO *apud* BELTRÃO, 1980, p. 42).

Sob essa mesma linha de pensamento, Freire (1987) frisa que o educador, o político ou o comunicador não deve impor sua visão de mundo, mas dialogar com os grupos oprimidos – ou marginalizados, como trata Beltrão (2004; 2001; 1980) – sobre a concepção de vida e de mundo deles. “A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer ‘bancária” (FREIRE, 1987, p. 49) ou não ser entendida, pois a linguagem utilizada não se sintoniza com a situação concreta daqueles a quem se dirigem.

É que a linguagem do educador ou do político (e cada vez nos convencemos mais de que este há de tornar-se também educador no sentido mais amplo da expressão) tanto quanto a linguagem do povo, não existe sem um pensar e ambos, linguagem e pensar, sem uma realidade a que se encontrem referidos. Desta forma, para que haja comunicação eficiente entre eles, é preciso que educador e político sejam capazes de conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo, dialeticamente, se constituem (FREIRE, 1987, p.49).

Por isso, formatos, conteúdos e linguagem devem ser adequados à realidade das comunidades a que se destinam as mensagens oficiais. “A comunicação implica a compreensão pelos sujeitos intercomunicantes do conteúdo sobre o qual ou a propósito do qual se estabelece a relação comunicativa” (FREIRE, 2011, p. 93). A apropriação das informações depende da clareza com que elas são transmitidas e do repertório de quem as recebe. Assim, se o Incra pretende ser entendido pelo público assentado, deve “horizontalizar” essa linha de transmissão, reconhecendo as peculiaridades da cultura e da vida camponesa. Lembrando-se, que, ao reverenciar as formas populares e alternativas de comunicação (como os ex-votos, os

maracatus, as poesias e a literatura de cordel), Beltrão (1980) recupera a potencialidade dos sujeitos nas suas inter-relações sociais.

Percebe-se, então, que o trajeto da comunicação pública até seus destinos prioritários, muitas vezes, sofre interferências que são minimizadas ou potencializadas pelos canais que transportam as mensagens.

É importante ter informação mais direta. Muitas vezes a informação sai lá [do Incra] de um jeito e chega aqui de outro porque veio pelo outro. Ou até por escrito mesmo, se não tem internet, manda uma carta ou um comunicado, mas que chegue aqui certo (TECNOLOGIA, 2014).

Ou seja, ainda há carência informativa nas populações pesquisadas, e que pode ser suprida por uma maior aproximação do Incra não somente com peças comunicativas, mas também com uma atenção mais pensada de acordo com cada realidade. Obviamente, as dificuldades operacionais do Instituto não podem ser negadas, afinal, são 12,5 mil famílias assentadas e espalhadas pelo Rio Grande do Sul, mas há de se construir estratégias que considerem comunicação mais como diálogo do que divulgação e prestação de contas.

Por fim, as entrevistas com as famílias assentadas demonstram que a oralidade e a disseminação verbal das informações oficiais são as principais formas de transmitir a mensagem do Incra aos agricultores, destacando, assim, a relevância do diálogo e do relacionamento horizontal com a audiência, segundo propõe as diretrizes teóricas da comunicação pública.

Da mesma maneira, se faz relevante a folkcomunicação e seus agentes para a ressignificação das mensagens oficiais, de acordo com o ritmo de entendimento dos agricultores. Se os produtos elaborados pela Assessoria de Comunicação do Incra-RS não chegam a todos os assentamentos, nota-se que as notícias se reproduzem no *boca a boca*, nas rodas de chimarrão, nas assembleias da associação ou nas reuniões e visitas dos extensionistas. Logo, os processos de mediação são fundamentais para a consolidação de uma comunicação pública, ainda incipiente no caso analisado.

5.2 O TÉCNICO DE CAMPO

Figura presente no processo de emissão e recepção das mensagens, o técnico de campo, seja servidor do Incra ou extensionista terceirizado, é um agente atuante na transmissão (e recodificação) das informações oficiais. Muitas vezes, é ele quem conduz (e traduz) a comunicação pública para os agricultores, proporcionando a releitura de enunciados que interferem na vida camponesa.

Hoje, o Incra/RS mantém contrato com três prestadoras de assistência técnica: Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (Coptec) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Juntas, elas possuem um quadro de 153 profissionais de diferentes especialidades. Eles estão distribuídos em 20 polos de atuação, divididos pelas regiões do estado, chamados *Núcleos Operacionais*, conforme o seguinte quadro⁷⁸:

Nº	NÚCLEO OPERACIONAL	EMPRESA	Nº TÉCNICOS
1	Núcleo Operacional Julio de Castilhos	EMATER	7
2	Núcleo Operacional Tupanciretã	COPTec	8
3	Núcleo Operacional Jóia	EMATER	8
4	Núcleo Operacional Sarandi	EMATER	4
5	Núcleo Operacional Palmeira das Missões	EMATER	4
6	Núcleo Operacional Vacaria	CETAP	5
7	Núcleo Operacional Nova Santa Rita	COPTec	4
8	Núcleo Operacional Eldorado do Sul	COPTec	7
9	Núcleo Operacional Santana do Livramento	COPTec	12
10	Núcleo Operacional Fronteira Oeste	EMATER	6
11	Núcleo Operacional Candiota	COPTec	12
12	Núcleo Operacional Hulha Negra	EMATER	13
13	Núcleo Operacional Canguçu	EMATER	9
14	Núcleo Operacional Pinheiro Machado	COPTec	6
15	Núcleo Operacional Piratini	EMATER	8

⁷⁸ Dados extraídos do Relatório de Gestão – Exercício 2013 da Superintendência Regional do Incra-RS, publicado em <https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=7264372&seAbrirDocNoBrowser=1> > Acesso em 30 dez. 2014.

16	Núcleo Operacional Herval	EMATER	7
17	Núcleo Operacional São Luiz Gonzaga	COPTec	6
18	Núcleo Operacional São Miguel das Missões	COPTec	10
19	Núcleo Operacional São Gabriel	COPTec	11
20	Núcleo Operacional Viamão	COPTec	6
TOTAL		-	153

Quadro quantitativo de profissionais de assistência técnica contratados pelo Incra/RS. (Fonte: A autora, 2015).

Nesta pesquisa, foram selecionados quatro técnicos ligados aos dois assentamentos em estudo: um servidor do Incra (que responde pelo escritório do Instituto na cidade desde junho de 2012 – outros quatro funcionários da autarquia trabalharam no posto entre 2009 e 2012) e três extensionistas rurais da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda.(Coptec), responsável pelo Núcleo Operacional São Gabriel.

A Cooperativa foi contratada pelo Incra por meio de chamada pública, realizada em dezembro de 2013, para prestar assistência técnica e extensão rural aos assentamentos da região⁷⁹. A entidade acompanha os agricultores desde 2009, com exceção do Guajuviras (fundado em 1996), que até o início de 2014 era assistido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

O Relatório de Gestão da Superintendência do Incra/RS - Exercício 2013 (TCU, 2014) expõe que os serviços de assistência técnica variam de acordo com os níveis de desenvolvimento e consolidação produtiva de cada assentamento, representando demandas e anseios bem diferentes para cada projeto.

Desta forma, os projetos de assentamento mais novos apresentam uma demanda maior pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, com foco para maior quantidade de ações individuais e de organização produtiva das famílias, focadas para viabilizar o acesso das famílias à infraestrutura social básica, elaboração de projetos de acesso aos créditos iniciais com o devido acompanhamento e apoio para a inserção e estruturação produtiva das famílias. Para os assentamentos mais velhos e já estruturados, as demandas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural estão voltadas para o desenvolvimento maior de ações coletivas, e menor de ações individuais. Os projetos de assentamento com idade

⁷⁹ Informações disponíveis em: < <http://www.incra.gov.br/iniciam-novos-contratos-para-assistencia-tecnica-no-rio-grande-do-sul> > Acesso em 28 out. 2014.

intermediária possuem boa parte dos problemas estruturais resolvidos e vivem a fase de planejamento e organização produtiva, inserção aos mercados e consolidação de alguns sistemas produtivos (TCU, 2014, p. 48).

Contudo, o levantamento de campo mostra que tanto no assentamento Novo Horizonte II (mais recente) quanto no Guajuviras (mais antigo), o papel principal do técnico é a elaboração de projetos para acesso a créditos e recursos de infraestrutura. Percebe-se que a assessoria social e educativa, coletiva e/ou individual às famílias fica em segundo plano, sendo priorizadas (e, conseqüentemente fomentadas) as informações de caráter econômico-produtivo. O extensionista EGJ (2014) atribui o excesso de trabalho “burocrático” ao elevado número de famílias atendidas pelo Núcleo Operacional de São Gabriel, o que, muitas vezes, compromete o atendimento mais direto aos agricultores.

O planejamento que fizemos com as famílias lá no início do ano, de fazer oficinas de horta, pomar... quando chegou na metade do ano, íamos começar a executar, entrou o Pronaf [liberação de crédito]. Então, tivemos que priorizar, se não as famílias não acessavam o recurso, priorizamos os projetos e deixamos o planejamento aquém do que gostaríamos de fazer. Temos expectativa de que, com a liberação do Pronaf, vamos conseguir dar outro salto de qualidade, partindo para a área mais técnica, que é, além de fazer o projeto, a orientação técnica, oficina de capacitação... Esse é o grande desafio para o próximo ano (EGJ, 2014).

EGJ (2014) argumenta, ainda, que o outro desafio da equipe é a informação especializada, principalmente sobre processos de regularização e divisas de lotes. Ele divide a população assentada de São Gabriel em três perfis, os quais correspondem a necessidades distintas de informação. O primeiro, composto pela grande maioria das famílias, é oriundo da agricultura, são camponeses ou filhos de assentados que já conhecem o processo da reforma agrária. “Esse pessoal é o que chegou aqui e, mesmo com todas as dificuldades, olhou para frente e foi embora” (EGJ, 2014), isto é, conseguem se desenvolver apesar dos problemas.

Já outra porcentagem das famílias, conforme o extensionista, é de origem urbana, que exige um acompanhamento técnico mais intenso para apresentação da agricultura. E, por fim, existe uma minoria, estimada em torno de 1,5% das famílias, que depende de assistência psicossocial. São casos de alcoolismo ou uso de drogas

que “nem os técnicos nem o Incra vão resolver, pois é questão de saúde pública” (EGJ, 2014).

Nesse sentido, as informações exigidas pelas famílias acompanham os ciclos de evolução do assentamento, mas, normalmente, estão associadas à situação particular de cada uma delas. De acordo com os extensionistas da Coptec, a informação a respeito do Incra e de ações governamentais relacionadas à reforma agrária influencia no planejamento e na tomada de decisão das famílias, principalmente em suas tarefas produtivas. Cláudio (2014) confirma que a interação com os assentados “depende de cada assentamento e de cada momento que o assentamento está vivendo”, necessitando, assim, de esclarecimentos contínuos por parte da instituição governamental.

Contudo, Pardal (2014) adverte que

a informação proporcional aos níveis de desenvolvimento não é regra, porque nem todo mundo consegue assimilar. Com a maior parte das pessoas é assim, mas nem todas que recebem informações conseguem se desenvolver. Mas a informação contribui para isso: ela nunca vem sozinha, vem em um conjunto que abre o leque de discussão e amplia a visão. Tu acabas proporcionando uma possibilidade maior de a família se desenvolver produtiva e socialmente. Mas nem todas que têm informação conseguem usar dela para melhorar (PARDAL, 2014).

Os três extensionistas entrevistados indicam que a maioria dos agricultores carece de dados sobre a estruturação das áreas reformadas, porém, a informação é muito mais demandada (pelo público) do que ofertada (pelos técnicos). Em outras palavras, os técnicos procuram respostas quando são questionados ou cobrados pelos agricultores, o que caracteriza o “empoderamento” das comunidades rurais. Eles recebem a demanda dos assentados por conversas, quando estão em campo, ou durante as atividades coletivas – após as reuniões, sempre é aberto um espaço para atendimentos personalizados. A localização do escritório da Coptec, em São Gabriel, também é estratégica – próxima à estação rodoviária – para facilitar o acesso às famílias que vêm para a cidade resolver seus problemas.

Falta muita informação, hoje, da parte de infraestrutura básica dos assentamentos e, conseqüentemente social. Têm coisas acontecendo, em âmbito do Incra, que, às vezes, cria um problema de ordem organizativa dos assentamentos, de questionamentos, de uma coisa que já está acontecendo. Por exemplo, a equipe que

venceu a licitação do programa 'Água para Todos' está trabalhando no assentamento Conquista do Caiboaté, mas nem todas as famílias sabiam, nem nós. Ficamos sabendo disso quando os funcionários já estavam lá há um mês. Tem algumas coisas que acabam não chegando. São coisas que são importantes, que o pessoal [assentado] questiona. Aquilo que nos é mais demandado circula melhor a informação, se não fica na suposição (PARDAL, 2014).

O supervisor de projetos do Incra, Gavião (2014), concorda que os assuntos de maior interesse dos assentados em toda a região – não somente do Guajuviras e do Novo Horizonte II – são infraestrutura e crédito, pois estão diretamente relacionados ao bem-estar e à qualidade de vida delas na zona rural. O servidor comenta que, antes de se reunir com os agricultores, procura organizar o máximo de dados, a fim de contribuir para o discernimento deles.

Eles [assentados] necessitam de informações de qualquer área, têm necessidade de ter a informação para mantê-los ativos, não frustrados. Então, quando tu vais fazer uma reunião, tu podes dizer 'não' para algumas coisas, mas precisa levar informações positivas para que eles saiam de lá motivados (GAVIÃO, 2014).

A ampliação das conexões via satélite e a expansão da internet facilitaram, sem dúvida, o acesso a informações. Porém, a rotina do agricultor está projetada nas lidas diárias na lavoura, no tratamento da criação animal e na organização familiar, fazendo com que, muitas vezes, ele receba as notícias pelos meios tradicionais de comunicação (como a televisão, conforme descrito na seção anterior) ou através de contatos interpessoais. Forma-se, então, outra rede dialógica, a qual é alimentada na folkcomunicação das reuniões do assentamento, da roda de chimarrão com os vizinhos, dos dias de campo com os técnicos e dos grupos comunitários.

Assim, o dado oficial se cristaliza como um elemento transformador - ou questionador - das realidades do campo. A noção dos agricultores como sujeitos ativos e participativos deve estar no horizonte de toda e qualquer via de comunicação. "Daí que se imponha, a todos os que atuam no processo da reforma agrária, que levem em conta os aspectos fundamentais que caracterizavam a existência camponesa na realidade do latifúndio" (FREIRE, 2011, p. 80). Nesse sentido, não se pode minimizar os contextos sociais e culturais que vivem os

assentados, nem seu potencial crítico, enxergando-os como meros receptores. Eles também demandam e informam, numa corrente dupla de relacionamento.

O autor reitera que as técnicas agrícolas não são estranhas aos camponeses, pois esse é o trabalho diário deles e, portanto, marcas de sua experiência e cultura. “Não se trata apenas de ensinar-lhes, há também que aprender deles” (FREIRE, 2011, p. 64). Tal posicionamento ilustra-se no depoimento da família Jasmim (assentada no Novo Horizonte II):

A gente gostaria de saber as notícias boas e ruins, mas que ‘surgisse mais ideia’ para a gente plantar. Na verdade, a gente sabe lidar, eu me criei na roça. Mas de lá onde eu morava para aqui [Santa Margarida do Sul], mudou a época do plantio. Lá a gente era acostumado com uma época, aqui é outra. No primeiro ano que vim para cá, só ‘tomava na cabeça’, porque eu plantava milho ‘no cedo’; lá em Palmeira [das Missões, cidade natal] eu plantava em agosto, porque o clima era diferente. Fiz isso aqui: plantava cedo, vinha o milho ‘coisa mais linda’, mas na hora de precisar de chuva, faltava. Depois, que eu comecei a desconfiar e perguntar, um morador da cidade me disse que eu tinha de plantar o milho ‘no tarde.

Foi até engraçado: eu era recém chegado, um dia eu e outro assentado de Palmeira fomos num barzinho, ali na cidade, e comentamos isso. E o morador perguntou do que a gente ia sobreviver aqui. Respondemos que ‘de planta’; e ele disse: ‘de planta vocês não vão ‘tirar’ para sobreviver, porque aqui, a cada 10 anos dá um ou dois bom, e nos outros é seca’ (JASMIM, 2014).

Por isso, a extensão rural tantas vezes se torna equivocada ao determinar conhecimentos técnicos que não se ajustam à necessidade de determinada unidade familiar. Freire (2011) foi um dos maiores críticos do termo "extensão", afastando a terminologia do sinônimo de "comunicação". Para ele, o extensionismo impõe verticalmente o ensino técnico aos camponeses, desconsiderando a *práxis* do homem do campo e tornando-se uma "teoria antidialógica", incompatível com a educação libertadora. "Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um estar diante, ou a um estar sobre, ou a um estar para os camponeses, pois deve ser um estar com eles, como sujeitos da mudança também" (FREIRE, 2011, p. 72).

O autor reconhece que a reforma agrária não é uma questão simplesmente técnica, pois envolve, sobretudo, decisões políticas que impulsionam proposições técnicas. Cabe então, segundo ele, defender ou negar a presença dos camponeses como "reais corresponsáveis" pelo desenvolvimento rural. "Não são as técnicas, mas

sim a conjugação de homens e instrumentos o que transforma a sociedade" (FREIRE, 2011, p. 73). Por isso, considerar a leitura feita pelos agricultores é primordial a toda e qualquer assessoria de comunicação de órgãos e entidades governamentais. Colocar o emissor e o receptor da mensagem na mesma posição é o primeiro passo para o entendimento dessa complexa relação.

Isso demanda um esforço não de *extensão*, mas de *conscientização* que, bem realizado, permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo. Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens: o de serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam (FREIRE, 2011, p. 43).

Gavião (2014) destaca que o técnico de campo tem de passar credibilidade em seus contatos com os assentados, assumindo o compromisso do que promete ou fala. Para ele, é fundamental colocar-se no lugar do outro e entender suas angústias e dúvidas, especialmente enquanto representante de uma instituição governamental. Complementa, ainda, que a atenção aos agricultores é essencial, mesmo quando os resultados não satisfaçam as expectativas das famílias.

O Incra ainda é visto de forma negativa, mas num percentual bem menor do que era antigamente, porque as ações estão acontecendo, mesmo que de forma morosa, e as famílias já sentem mais segurança. Eu sou muito sensível, a gente assume as deficiências do Incra e quando termina uma conversa, por exemplo, os agricultores saem até agradecidos. Tu 'sente' eles mais animados (GAVIÃO, 2014).

Gavião (2014) também corrobora com as respostas dos assentados ao declarar que "a presença da instituição sempre é forte" e que os agricultores "gostam muito de ter a pessoa do Incra transmitindo informações, porque sentem mais confiança". Da mesma forma, a extensionista da Coptec acrescenta: "Têm coisas que as famílias acreditam mais se for o Incra a dizer, não acreditam muito em mim. Quando sai da boca do Incra facilita muito o trabalho, porque tu podes te dedicar ao serviço técnico e não precisa ficar respondendo sobre assuntos que não sabemos" (CLÁUDIO, 2014).

Ou seja, o diálogo Estado-povo se torna mais eficaz quando o órgão governamental proporciona espaços diretos de conversas com o público atendido,

geralmente mediado pelo técnico que atua diretamente no campo. “Eu deixo eles liberados para questionar, às vezes, dou razão, digo que o Incra errou ...mas mostro que ‘não adianta chorar pelo leite derramado’, digo ‘vamos pensar para frente’, então eu consigo motivá-los” (GAVIÃO, 2014). A atitude prática, mais uma vez, retorna ao pensamento de Bordenave (2013, p. 59), quando ele justifica que “as comunidades populares, longe de serem organismos estanques, encontram seu sentido no relacionamento com *instituições econômicas, sociais, políticas e culturais que compõem a sociedade*” (grifos do autor).

EGJ (2014) argumenta que tanto os técnicos quanto os assentados sentem necessidade de maior aproximação do Incra e oportunidades de diálogos presenciais permanentes. Em sua opinião, as melhores reuniões ocorrem quando há a presença de um representante da autarquia, pois se agilizam respostas e soluções (não tem de encaminhar para a sede, em Porto Alegre). Ele cita o exemplo do assentamento Guajuviras, onde existem questões que os extensionistas não podem responder, já que são específicas para o Incra: “Lá, quando tem um problema maior, vai o Incra, vai a equipe técnica, e vão as famílias, todo mundo junto. Aí fica bem claro as tarefas de cada um” (EGJ, 2014).

Nesse ponto, Gavião (2014) avalia que as reuniões presenciais do Instituto com os assentados também exercem uma função psicológica de cuidado e de respeito a eles como cidadãos, pois

estão dentro de um assentamento que é do Incra. Então a ‘mãe Incra’ como chamam, mesmo que, às vezes, não transmita nada, o fato de fazer uma reunião os movimenta. Até cria uma dependência, mas entre nunca mais fazer reunião e, de vez em quando, ter uma, é muito importante. Eles voltam para casa melhor. Pode não ter muita informação, mas eles estiveram conversando com o Incra (GAVIÃO, 2014).

Por isso, a assistência técnica aos assentados, muitas vezes, ultrapassa a disseminação de tecnologias para ocupar um *status* de instância mediadora, entre o Incra e os assentamentos. Assim como Freire (2011, p. 124) determina que “capacitação técnica não é adestramento animal”, observa-se que a comunicação se efetiva na *práxis*, isto é, na ação e na reflexão, nunca na imposição ou na mera distribuição aleatória de informações. Do mesmo modo que a assistência técnica, a comunicação “jamais pode estar dissociada das condições existenciais dos

camponeses, de sua visão cultural, de suas crenças. Deve partir do nível em que eles se encontram", e não daquele onde estão os gestores públicos (muitas vezes políticos). O autor argumenta que

a comunicação eficiente exige que os sujeitos interlocutores incidam sua 'ad-miração' sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos linguísticos pertencentes ao universo comum de ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação (FREIRE, 2011, p. 93).

É, então, nesses intercâmbios que a folkcomunicação se consolida, apresentando-se em métodos criativos, muitas vezes rústicos, que facilitam o diálogo com os agricultores. Não se trata de menosprezar a capacidade intelectual dos atores, mas, pelo contrário, enaltecer as trocas e sabedorias populares que tanto enriquecem o meio rural. Por isso, a transmissão de notícias, informações e assistência técnica ocorre, majoritariamente, por meio de reuniões – ou assembleias, como muitos assentados denominam –, pois, segundo todos os extensionistas entrevistados, as atividades coletivas proporcionam interação mais rápida com um maior número de participantes.

Assim, o diálogo é mediado por metodologias folkcomunicacionais que atraem a atenção do público e o estimula a participar dos debates. Por isso, os extensionistas devem, periodicamente, adequar a abordagem e a linguagem no trabalho com os agricultores. Cláudio (2013) revela que, em suas autoavaliações, a equipe percebia que muitas famílias deixavam de participar das reuniões porque os assuntos não estavam relacionados ao desejo delas, principalmente quando se tratavam de decisões econômico-produtivas. “A reunião não era tão participativa nem democrática, porque atendíamos só o que meia dúzia ‘queria’, não a vontade da maioria” (CLÁUDIO, 2014).

Então, desde 2013, o Núcleo Operacional de Assistência Técnica de São Gabriel adotou uma sistemática lúdica para incentivar os assentados a darem sua opinião, sem constrangimentos (foto a seguir). Na reunião de planejamento com as famílias, cada uma deve dizer em qual linha produtiva gostaria de investir ou especializar-se. No entanto, muitas tinham vergonha ou iam pela decisão da maioria. Os técnicos passaram a utilizar garrafas de plástico (garrafa *pet*, de refrigerante) e sementes (como milho, por exemplo) para que os participantes “votassem” de acordo com a sua vontade.



Metodologias artesanais simbolizam a folkcomunicação nas reuniões de assistência técnica. (Foto: Coptec / Núcleo Operacional São Gabriel, 2014).

Cláudio (2014) explica que existem três segmentos agrícolas básicos entre os assentados de São Gabriel: produção de arroz orgânico, de leite e para o autossustento, que são representados por três garrafas diferentes. Os técnicos distribuem três ou quatro sementes aos participantes e perguntam qual a prioridade para cada um deles. A família, então, ao invés de votar falando ou levantando o braço (como era de costume), deposita os grãos conforme seu grau de preferência e, ao final, a garrafa que conter mais sementes indicará a matriz escolhida. Conforme o técnico, essa é uma maneira de elencar as prioridades do assentamento, garantindo a expressão de todos.

Conseguimos englobar mais gente, porque as famílias vão lá e se divertem. Também facilita a participação de todos, porque se não fica um fala, outro fala... todo mundo ao mesmo tempo. Ou, tem muitos que dizem 'ah, pode ser o leite', por ficarem com vergonha porque a maioria quer isso. Se tu tens a sementinha, não precisa falar, tu vais lá e coloca onde quiser, por ordem de prioridade. Se quiser o leite, coloca duas sementes na garrafa, mas também quer arroz, coloca uma na garrafa do arroz (CLÁUDIO, 2014).

Vale destacar que o projeto básico da Chamada Pública 01/2013 do Incra⁸⁰, para contratação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental às famílias

⁸⁰ Disponível em: < http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/assistencia-tecnica/rio-grande-do-sul-sr-11/chamadas-publicas/projeto_basico_chamada_publica_01_2013_sr_11.pdf.pdf > Acesso em: 22 out. 2014.

assentadas no Rio Grande do Sul, em seu quarto objetivo, enfatiza a criação de “metodologias participativas” a fim de estimular a troca de conhecimento e a interação.

4. Promover, através do uso de *metodologias participativas*, a compreensão do propósito de um grupo, introduzindo técnicas de planejamento, execução e monitoramento da evolução das propostas de desenvolvimento individual, coletivo e comunitário (produtivas e de crédito); incentivar a melhoria nas comunicações e atividades, tornando-os eficazes nas ações conjuntas pela prática do compartilhamento de conhecimentos e experiências, gerando aprendizado mútuo, valendo-se da manutenção de registros e anotações (PROJETO BÁSICO, 2013, p.11 – grifo do autor).

Nesse sentido, a iniciativa empírica encontra o pensamento teórico de Beltrão (2001), ao enaltecer meios populares e alternativos de expressão. Em termos gerais, a folkcomunicação diz respeito à comunicação em nível popular, referindo-se não aos meios formais de comunicação, mas àqueles reinventados e compreendidos pelo povo, como, por exemplo, a metodologia da garrafa *pet*. São “veículos” rudimentares pelos quais as camadas populares decodificam a cultura de massa e as informações externas ao *hinterland*. Melo (2004, p.11) lembra que “a Folkcomunicação caracteriza-se pela utilização de *mecanismos artesanais de difusão simbólica para expressar, em linguagem popular, mensagens previamente veiculadas pela indústria cultural*” (grifos do autor), ou, neste caso, mensagens administrativas-governamentais, produzidas pelo órgão competente, ou ainda, de cunho técnico.

A prática traduz, assim, a “função social do signo” (BELTRÃO, 2004), onde os agricultores se apropriam das mensagens a partir de linguagens e formas mais simples, relacionadas à sua rotina. Esse raciocínio soma-se ao caráter emancipador e pedagógico da comunicação e da própria extensão rural, sugeridos por Freire (2011, p.126): “Sua tarefa [comunicadores e extensionistas] é de desafiar os camponeses, cada vez mais, no sentido de que penetrem na significação do conteúdo temático diante do qual se acham”.

Outra alternativa muito utilizada pelas equipes de assistência técnica é a promoção de “dias de campo”, onde articulam o intercâmbio de assentados com outros agricultores ou outros profissionais para trocarem experiências e conhecerem iniciativas diferenciadas. Os eventos estimulam a participação das famílias e a

aproximação com seus pares, em uma proposta enriquecedora de conscientização social e cultural sobre o lugar que ocupam na sociedade. Conforme Cláudio (2014), a ideia consiste em apresentar realidades semelhantes, especialmente em linhas produtivas.

Levamos as famílias em uma propriedade que está dando certo, que está lidando com a mesma atividade, leite, por exemplo. Assim conseguimos mostrar alguém que tem uma área parecida, com uma realidade parecida e está produzindo bem. Quando as pessoas veem, voltam para o lote com outro ânimo, pensando: 'Se lá deu certo, aqui também pode dar'. Nós fizemos um quando saiu o Pronaf, levamos o pessoal para saber como comprar uma vaca. Muitos não sabiam o que observar na hora de comprar uma vaca e aprenderam lá, adquirindo depois animais de melhor qualidade (CLÁUDIO, 2014).

Além disso, Cláudio (2014) e Pardal (2014) acreditam que materiais impressos e visuais são essenciais para complementar a “conversa”, pois servem de ilustração para as explicações orais e, muitas vezes, como fonte de consulta futura. Principalmente em oficinas de capacitação, eles lançam mão de alternativas artesanais, como a impressão doméstica de receitas, manuais ou apresentações em *slides* e imagens. “Se chegar lá e simplesmente falar, não ter nada nas mãos, o pessoal fica meio disperso. Mas se chegar com um vídeo ou uma apresentação colorida, tu consegues chamar mais a atenção. Ter uma cartilha ou um papel faz muita diferença” (CLÁUDIO, 2014). Pardal (2014) complementa que

nas atividades coletivas, e em alguma visita individual a gente sempre reforça o que foi dito no coletivo. Mas, quando tem um material, que eu acho interessante ou que possa ser do interesse das famílias, eu procuro imprimir cópias para entregar a elas e discutir na reunião. Acho importante ter impresso para eles ficarem depois, porque na hora que tu discutes, às vezes, têm alguns com dificuldade de entender, então deixa umas cópias para eles, quem se interessa leva para casa e interpreta melhor (PARDAL, 2014).

A folkcomunicação está presente, ainda, nos métodos utilizados pelos técnicos para mobilizar os agricultores para reuniões. Apesar de o telefone e o *e-mail*⁸¹ serem instrumentos fundamentais para a comunicação dos técnicos, eles

⁸¹ “O telefone a gente liga para o Incra, pede informação de alguma dúvida que surgiu ou atende algum assentado, depois da reunião. O correio eletrônico serve para formalizar demandas, para ficar com o registro do contato, por exemplo, editais para as famílias, cursos de formação, elaboração de projetos” (EGJ, 2014).

recorrem a uma verdadeira cadeia de agentes exteriores para agendar eventos, atividades ou repassar informações. Registra-se que a entrevista com Cláudio (2014) foi interrompida uma vez, pelo telefonema de um assentado, ao qual informou a ação que iria acontecer no dia seguinte; e o telefone celular de Gavião (2014) tocou cinco vezes (e já passavam das 21 horas), todas relacionadas a assuntos do Incra (agricultores ou outros entes públicos).

De acordo com os técnicos, a rede de intermediários que promove a disseminação das notícias – legitimada por Beltrão (1980; 1986; 2001; 2004) na figura dos “agentes *folk*” e dos líderes de opinião – se constrói ao longo do trabalho de campo e da convivência com as famílias. Cláudio (2014) explica que as lideranças surgem nas atividades coletivas, entre as pessoas que mais participam ou que mais procuram informações.

Todo assentamento tem uma referência, geralmente, é aquela pessoa que vai em todas as reuniões, que se dedica tanto em repassar as informações quanto ajudar quando a gente tem alguma coisa para fazer no assentamento. Então a gente liga para essa pessoa e consegue articular a maioria das pessoas no assentamento. Mas para ser referência tem que ter boa circulação por todo o assentamento. Se ele ‘se der’ com um grupo só, para nós não serve porque acaba sempre no mesmo grupo (CLÁUDIO, 2014).

Porém, as divergências internas dificultam os fluxos comunicativos, como vem ocorrendo no assentamento Novo Horizonte II. Cláudio (2014) relata que a divisão em dois grupos de produção polarizou o debate com as famílias, e a mobilização de toda a comunidade tem se tornado mais difícil. Revela-se, então, uma fragilidade do sistema folkcomunicativo, inerente a toda sociedade humana: as relações ficam suscetíveis a disputas de poder e de hierarquias. Por isso, a comunicação pública tem de ser abrangente e transparente, circulando livremente nas teias que se formam entre o órgão emissor e o público receptor.

Depreende-se, portanto, que nem a localização geográfica, nem a idade dos assentamentos são tão preponderantes quanto a organização social das famílias. Quanto mais organizadas em grupo, mais flui a comunicação entre si, e conseqüentemente, com o Incra. Isso aponta para a essência da folkcomunicação, que valoriza a emancipação dos grupos marginalizados através suas formas específicas de contato com o *hinterland*. Aproxima-se, então, da comunicação

participativa, proposta por Bordenave (2013; 2001), e da educação para a transformação social e o autodesenvolvimento, idealizada por Freire (1987).

Além disso, a circulação de dados oficiais depende dos laços de confiança e de intimidade estabelecidos entre as famílias e os profissionais de assistência técnica. O intercâmbio será tão mais intenso quanto mais autêntico for o diálogo travado entre os pares. Pardal (2014) declara que as informações são transmitidas, basicamente, através de conversas, as quais, muitas vezes, ultrapassam a extensão rural.

Chegam casos que não são demandas produtivas, são questões muito pessoais, que o agricultor quer conversar ou desabafar. No dia a dia, a gente chega, senta, toma mate, vai caminhar pelo lote, vai olhar os bichos (porque o pessoal gosta muito de mostrar), e 'aí' vai conversando e percebendo os anseios, que vão fluindo da conversa. Depende muito da abertura que o técnico tem para conversar outros assuntos fora do âmbito técnico produtivo (PARDAL, 2014).

Mas, retomando as práticas dos extensionistas, eles costumam, também, utilizar o contato de famílias que possuam sinal de telefonia móvel para que elas avisem os vizinhos sobre a realização de oficinas, capacitações ou assembleias, bem como enviam torpedos para confirmar datas, horários e agendas. EGJ (2014) diz que algumas vezes usa a rede social (*Facebook*) para recados rápidos através do “núcleo jovem dos assentamentos”. Segundo ele, no assentamento Guajuviras, o contato telefônico é mais complicado porque somente três aparelhos funcionam. “Geralmente mando mensagem durante o dia, quando eles chegam em casa de noite, leem e me ligam” (EGJ, 2014). Já no Novo Horizonte II, a abordagem é pessoal, pois dois técnicos da Coptec moram lá. “Em última necessidade, a gente vai pessoalmente porque é perto da cidade. Vai lá, avisa um e ele já dissemina a notícia boca a boca” (EGJ, 2014).

A escola polo do assentamento Guajuviras também é um facilitador para os extensionistas, e serve de ponto de comunicação não apenas para as ações de assistência técnica. Conforme EGJ (2014),

os assentados têm contato com a sociedade de fora pela escola, porque vem gente de todo o município, não é só para assentados, têm alunos das comunidades próximas. Outro dia eu usei a escola como fonte de recado: avisei as crianças para avisarem os pais que

tinham que vir na cidade fazer o cadastramento do [programa federal] Bolsa Família. É uma via que funciona, avisa para além do assentamento, mobiliza todo o entorno (EGJ, 2014).

Assim, os relatos até aqui são demonstrações genuínas da relevância da folkcomunicação para a transmissão da comunicação pública aos assentados da reforma agrária. De certa maneira, ela até se mistura à extensão rural, mesclando orientação técnica com repasse de informações governamentais. Então, após a explanação do valor da informação, da conexão Incra-extensionistas terceirizados e das estratégias de comunicação adotadas pela equipe da Coptec de São Gabriel, chega-se ao uso que os extensionistas fazem dos produtos midiáticos (descritos anteriormente) produzidos pela Assessoria de Comunicação da Superintendência Regional ou pelo Instituto em nível nacional.

A surpresa é a unanimidade dos técnicos entrevistados em recusarem o *site* institucional (www.incra.gov.br), mesmo como instrumento de busca ou pesquisa. Enquanto EGJ (2014) prefere uma página personalizada do programa de assistência técnica⁸² - por disponibilizar dados regionalizados e atualizados de forma mais acessível e completa -, Cláudio (2014) nunca abre o portal do Incra “por falta de costume” e Pardal reclama que, depois da reformulação (feita em 2014) e introdução do sistema da Sala da Cidadania, a navegação no *site* oficial do Incra ficou muito difícil. “Tem muita coisa que, eu que estou acostumado a entrar, não acho. Antes era muito mais claro e objetivo, agora está muito complicado” (PARDAL, 2014). Ele utiliza o portal apenas para informações técnicas, como lançamento de edital ou sobre a organicidade do Instituto, e raramente lê as notícias.

Referente ao jornal impresso Notícias da Terra, embora todas as famílias tenham afirmado veementemente que nunca o receberam “pelas mãos” dos extensionistas, os três entrevistados alegam que, anualmente, distribuem o produto para os assentados, inclusive, disponibilizando-o durante atividades coletivas ou no escritório. Porém, nenhum exemplar foi visto na sede da Coptec em São Gabriel durante as duas visitas feitas para esta pesquisa. E Pardal (2014) reconhece: “Nem eu li ele! A gente dá uma folheada, mas... Talvez falte um pouco de a gente mesmo dar importância ao material”.

⁸² *Site* criado pelos assessores técnico-pedagógicos que acompanham o programa de assistência técnica através de um Termo de Cooperação entre o Incra e a Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: < <http://ates-rs.webnode.com/> > Acesso em: 24 out. 2014.

EGJ (2014) avalia que “o jornal é a via para debater com as famílias o que elas estão fazendo, mostrando para a sociedade. É uma forma de sair para além do assentamento”, ou seja, é um meio de divulgação da reforma agrária para a sociedade urbana, mas inadequado para a população rural. Conforme o extensionista, o jornal escrito “funciona muito pouco”, porque de 3% a 5% das famílias (da região estudada) têm dificuldade de leitura, especialmente na faixa etária acima dos 35-40 anos. Ele também justifica que “o tempo para leitura do agricultor é muito pequeno, dificilmente ele *pára*⁸³ para ler. Teria que buscar uma forma que fosse mais comunicativa, onde a pessoa possa estar trabalhando e ouvindo as notícias, sem precisar parar” (EGJ, 2014). Ainda, questionado sobre o volume de informações disponível pelo Incra aos assentados, o técnico declara:

É suficiente, mas tem que achar uma forma dela chegar mais efetiva lá na ponta. Não é a equipe técnica que vai fazer essa função de divulgar! Talvez o Incra devesse criar formas nos assentamentos. Sou amante da rádio comunitária, porque para o Incra, para os técnicos e para as famílias é uma forma de comunicação extraordinária, porque chega em todo lugar. Por exemplo, têm pessoas que não participam das reuniões, e a equipe tem o dever de ir na casa dela duas vezes por ano [previsto no contrato com o Incra], uma por semestre, então a comunicação fica dificultada, como a pessoa não participa de reuniões, ela fica sem informação (EGJ, 2014).

Destaca-se, na fala do entrevistado, que ele delega a “função de divulgar” exclusivamente ao Incra, eximindo a extensão rural de diálogo ampliado e educativo, ou de fomentador de novos caminhos para estreitar a comunicação entre os assentados e a administração federal. A sugestão de rádios comunitárias na zona rural, há tempos é debatida por universidades, órgãos públicos, organizações não-governamentais e sociedade civil, e caberia uma discussão específica sobre o tema; mas o que vale sublinhar é o fato do jornal impresso não ser tão bem aceito (ou não utilizado) entre os extensionistas, o que interrompe o percurso até seu destino final. Cláudio (2014) até ressalva que o estímulo visual estimula bastante as famílias, a partir dos exemplos publicados no Notícias da Terra, mas também não o utiliza nos trabalhos com os agricultores.

⁸³ Utilizou-se a antiga grafia do verbo “parar” para facilitar a leitura e o entendimento da frase estruturada pelo entrevistado.

O mesmo insucesso ocorre com o boletim semanal Notícias da Terra Digital, enviado pela Assessoria de Comunicação do Incra-RS por correio eletrônico aos extensionistas. Ao serem exibidas cópias impressas, os técnicos entrevistados confirmam que não têm o hábito de ler ou de repassar às famílias atendidas, e, normalmente, leem quando o supervisor do Incra os entrega uma versão em papel. Todavia, eles salientam que o fato de ser mais resumido e possuir ações mais técnicas, o informativo eletrônico pode contribuir para a discussão com os assentados. Um levantamento de 2012 sobre a incidência de conteúdos abordados no boletim indicou que, das 268 notícias publicadas, em primeiro lugar estavam as relativas à assistência técnica, com 43 inserções, das quais 30 eram sobre a realização de “dias de campo” (atividade que o técnico reúne agricultores para passar orientações em grupo).

Em segundo lugar, estiveram as pautas internas-administrativas (36 ocorrências), seguidas por assuntos de ordenamento fundiário (27), quilombolas (26), produção agrícola e animal (22), educação (21), meio ambiente (16), infraestrutura, estradas e moradia (14), programa de documentação civil (14), seleção/regularização de famílias (10), promoção de eventos (10), entre outros.

De acordo com Pardal (2014), o boletim semanal se torna mais atraente, por ser mais atualizado que o jornal anual, bem como por manter uma periodicidade. “Não que o impresso não seja importante, mas como a gente manuseia o *e-mail* diariamente, é muito mais fácil abrir no computador, dá uma lida, seleciona o que pode ser usado nas atividades, do que o jornal que vem uma vez por ano. Porque vem uma vez, depois tu esqueces” (PARDAL, 2014). Ele lembra que matérias sobre grupos de mulheres despertaram a sua atenção para o Notícias da Terra Digital.

Já mostrei para as famílias, depende muito da forma como tu mostras, porque tem que despertar o interesse delas, tem que mostrar que é possível fazer, o que está acontecendo em outras regiões. Eu geralmente levo o boletim, mostro a foto e leio a reportagem, e a gente comenta: Por que não se organizar? Por que não se estruturar também aqui no nosso assentamento? Por que não ter uma padaria? A gente discute. Mensalmente eu tenho reunião com o grupo de mulheres do Novo Horizonte, então eu procuro levar algum material que tenha relação com o que estamos discutindo (PARDAL, 2014).

Deve-se recordar que, muitas vezes, os extensionistas são fontes jornalísticas da Assessoria de Comunicação do Incra, tornando-se parceiros na construção das

notícias. Muitos abastecem a Assessoria com relatos, sugestões de pauta e fotos e, também, proporcionam o contato com as famílias (fornecendo telefones, agendando entrevistas etc.). Obviamente, não se pode desconsiderar o fato que o extensionista também “se utiliza” dos canais oficiais para publicizar seu trabalho, seja como forma de autopromoção ou, mesmo, de prestar contas dos recursos investidos pelo Incra no programa de assistência técnica. Mas essa visibilidade pode ser observada como incentivo às iniciativas realizadas ou exemplo para outros técnicos e famílias.

Pardal (2014) concorda que o boletim é uma forma importante de divulgar as ações de cada região, pois incentiva a organização e inovação dos agricultores e dos demais Núcleos Operacionais de Assistência Técnica. Porém, argumenta que

o informativo por *e-mail* funciona para os técnicos, cabe a cada um fazer sua divulgação ou levar esse material para ampliar e enriquecer uma discussão com os assentados, ou até para se pautar, mas para a família, mesmo o boletim acaba não chegando, porque nem todas têm acesso ao *e-mail* (PARDAL, 2014).

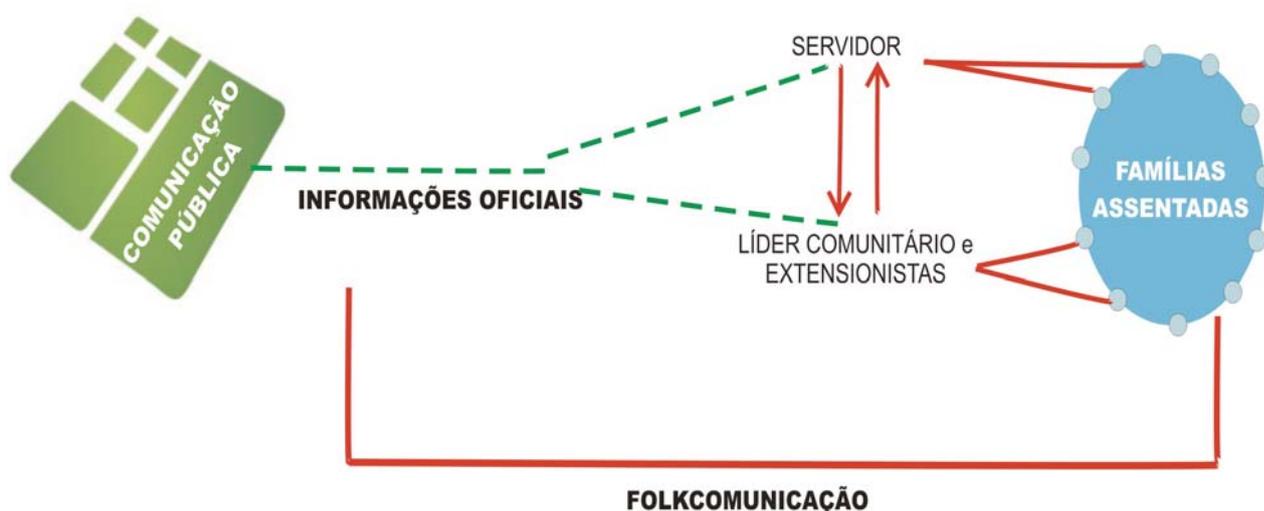
Nota-se, então, que os técnicos de campo têm papel fundamental no relacionamento com os agricultores, pois são capazes de interceptar fluxos comunicacionais (exemplo disso é a não distribuição dos jornais impressos) ou intensificá-los em busca de um diálogo qualificado. Observa-se que a sua influência ou contato direto que têm nos assentamentos surtem mais efeitos que os próprios veículos de comunicação elaborados pelo Incra. Um não cumpre a função do outro, mas ambos se completam na construção de uma comunicação pública mais transparente e efetiva.

Infere-se, desse modo, que a oralidade e a comunicação interpessoal – assim como diagnosticado entre as famílias entrevistadas – ainda são os meios mais eficientes e eficazes de interação entre agentes governamentais e o público rural, reforçando a teoria da folkcomunicação nos tempos atuais. Nesse sentido, o caminho entre a comunicação pública e o cidadão rural é permeado de oralidade, de trocas e intercâmbios, de canais e agentes, que (re)produzem mensagens baseados em suas vivências. Afinal, “o processo de comunicação humana não pode estar isento dos condicionamentos socioculturais” (FREIRE, 2011, p. 97), nem se pode prescindir de um prévio conhecimento das aspirações, dos níveis de percepção e da visão de mundo que os camponeses têm.

Ao compartilhar experiências, extensionistas e agricultores promovem o desenvolvimento da sabedoria popular e a preservação de hábitos locais e da cultura camponesa. Ao trocarem relatos, por meio de reuniões ou visitas particulares, trocam ideias e estimulam o debate em favor do avanço das comunidades rurais. Assim, a extensão rural, aprimorada por práticas folkcomunicacionais pode ser mais uma aliada na promoção da comunicação pública.

Conclui-se, portanto, que o rural contemporâneo ainda demanda formas tradicionais de relacionamento com o Estado. A força da narrativa oral e do contato interpessoal, evidenciada nas respostas de todos os entrevistados, revela o caráter transformador da comunicação enquanto instância de expressão e de participação social. Ao mesmo tempo, atualiza a teoria brasileira da Folkcomunicação na manutenção das comunidades distantes dos centros urbanos. Beltrão (2001, p. 221) orienta a apreciar as manifestações das populações no sentido de “entendê-las como a linguagem do povo, a expressão de seu pensar e do seu sentir, tantas e tantas vezes discordantes e mesmo oposta ao pensar e ao sentir das classes oficiais e dirigentes”.

Dessa maneira, o esquema pensado no início deste capítulo ajusta-se para as realidades do campo, reconfigurando-se em um novo desenho:



Fonte: A autora (2015).

A (in)comunicação entre Estado e povo pode estar atrelada à história política do Brasil, onde as classes governantes afastaram-se dos anseios populares. Por isso, as “reformas nem sempre são compreendidas pelos seus pretendidos beneficiários, constituídos de gerações que há muito se acham apartadas e divorciadas dos seus promotores” (BELTRÃO, 2004, p. 61).

Assim como Bordenave (2013), o autor enfatiza que a participação se dá pela comunicação: “A participação reclama comunicação: se não ponho em comum as ideias, sentimentos e informações de que disponho e não recebo de volta a reação do outro, jamais estaborecerei um elo entre mim e minha audiência” (BELTRÃO, 2004, p. 62).

Ainda, ao enumerar as “três eras” da comunicação pública no país, Rolando (2011) avalia a ampliação evolutiva das funções da comunicação, destacando o poder de “codecisão” dos públicos. Ele, no entanto, reconhece que existem fatores conflitantes entre as ações político-administrativas do Estado e o comportamento da sociedade contemporânea.

[...] As normas, a vontade política, a cultura específica das administrações, as necessidades dos usuários, as pesquisas à disposição, a legitimidade do agir comunicativo, a sensibilidade ao uso de perfis de retorno da própria comunicação. São, todos eles, aspectos que – analisados isoladamente em cada contexto – nos permitem considerar o agir comunicativo como um terreno válido de verificação do grau geral de *inovação* e de *serviço* daquele segmento administrativo ou empresarial (ROLANDO, 2011, p. 24 – grifos do autor).

Ou seja, a comunicação pública é essencial não para a instrumentação do poder, mas principalmente para a legitimação dos públicos como cidadãos atuantes, onde a informação serve, para além da prestação de contas e normatização social, à consolidação de interesses coletivos e ao atendimento das expectativas do povo. Por isso, à medida que avança o diálogo Estado-povo deve-se, também, ampliar os canais de comunicação entre os emissores oficiais e os espectadores. O campo estudado evidencia que o contato direto e a atenção cuidadosa das instituições estatais são importantes vias de comunicação, ainda pouco exploradas nas áreas de reforma agrária em questão, que não separam a informação em dois polos antagônicos. Pelo contrário, proporcionam um fluxo comunicativo horizontal e participativo, em que o escalonamento dos dados é feito pelo próprio usuário, conforme a sua realidade.

Tal constatação leva a crer que, ao propor um espaço mais aberto de debate, não “engessado” por mídias tradicionais (como um jornal impresso ou boletins informativos produzidos sob o olhar institucional do emissor), e dando centralidade aos usuários das informações oficiais, elevam-se os níveis de credibilidade da própria administração, uma vez que as manchetes não se tornam fatos jornalísticos isolados de divulgação, mas elementos de discussão apropriados pelos seus principais interessados. Salienta-se que o estudo detalhado sobre o grau de confiança dos assentados no Incra ou em suas ações de comunicação não estava entre os objetivos deste trabalho, todavia, as respostas especulam acerca do tema.

Por fim, averigua-se que os materiais informativos elaborados pela Assessoria de Comunicação do Incra-RS são importantes veículos de informação e de divulgação, todavia, carecem de maior visibilidade, periodicidade e distribuição. Na perspectiva dialógica da comunicação, investigada nesta pesquisa, jornais impressos e notícias on-line tornam-se complementares às redes informais de informação estabelecidas entre os grupos estudados. Por isso, ao assumir a comunicação social como política estatal, ou, ao adotar a comunicação pública como norteadora, deve-se estar ciente do protagonismo igualitário de todos os agentes envolvidos no percurso entre os gabinetes oficiais e a vida cotidiana dos cidadãos.

6 CONSIDERAÇÕES (NEM TÃO) FINAIS

O entendimento da comunicação como fenômeno e direito social é fundamental para a preservação das sociedades democráticas. Proporcionar além de dados úteis, estatísticas e informações, diálogo e abertura para a participação, viabiliza o envolvimento dos cidadãos na manutenção da própria *Res publica* e provoca um “agir administrativo” mais consciente do Estado. Bordenave (2013) argumenta que a democracia é um “estado de participação”, pois acolhe o modo de relacionamento entre os cidadãos. Através da participação, a população aprende a transformar o Estado em uma instituição próxima e dependente dela, não um sistema autônomo, superior e distinto.

Ainda, a participação – facilitada pela comunicação dialógica e transparente – pode levar à apropriação do desenvolvimento pelo povo, pois toda vez que a população participa do planejamento e da execução de uma atividade, ou se torna parte atuante dos processos, ela se sente “proprietária” e corresponsável pelo sucesso ou fracasso das ações. Assim, estimular a participação por meio da expressão e da comunicação é uma maneira do Estado dividir sua responsabilidade com o povo, propondo uma gestão coletiva de interesses e decisões.

O “tornar comum” permite perceber os indivíduos na realização permanente da sociedade. Foi, então, no intuito de compreender este processo perpétuo de movimentos “mais ou menos rápidos” da microssociedade rural, que a “nova comunicação” de Winkin (1998) se mostrou na oralidade tradicional das comunidades camponesas. “A leitura comunicacional do mundo social” (WINKIN, 1998) – “mundo” particularizado aqui pelos entrevistados dos assentamentos Guajuviras e Novo Horizonte II – revelou que a comunicação pública se fundamenta pelas práticas folkcomunicativas, ao ser recodificada conforme a realidade de cada público receptor.

Em tempos de informação em rede, a teia possui cada vez mais pontos não lineares de transmissão, fortalecendo a “visão orquestral integrativa” da comunicação, sugerida por Winkin (1998). Nesse sentido, as assessorias de comunicação de órgãos e entidades estatais devem assumir o posto de relacionamento entre Estado e nação, intensificando serviços jornalísticos, de atendimento à imprensa, de promoção institucional e, principalmente, de relações com seus mais diversos públicos. Por isso, o processo comunicativo entre governo e

sociedade tende a buscar a integração de ações não apenas informativas e promocionais, mas que também estimulem o exercício da cidadania e a capacidade dos cidadãos de influírem na política e nas atividades governamentais, a partir da compreensão a respeito das funções estatais.

Segundo declaração dos gestores de comunicação de instituições federativas ao Mapa da Comunicação Brasileira (MELLO; CAETANO, 2011), um dos seus desafios é “tornar pública a coisa pública”, ou seja, levar ao conhecimento da população seus direitos e deveres enquanto cidadãos e seres institucionalizados. Para isso, afirmam, utilizam-se da divulgação de matérias na imprensa e na mídia (notícias veiculadas) como a principal forma de relacionamento com a sociedade. Entretanto, o campo aqui pesquisado contraria esse posicionamento, pois os agricultores confirmam que a comunicação dialógica com o Estado ocorre, majoritariamente, através do contato direto e horizontal entre eles e representantes da administração, requisitando a mediação humana no cerne dos fluxos comunicativos.

Considerando-se, também, que a imprensa, local e/ou regional, não atinge o meio rural investigado (seja por dificuldade de acesso ou por falta de hábito, entre outros motivos), a formação de opinião e a tomada de decisões das famílias entrevistadas não encontram lugar na agenda midiática, mas na conversa entre vizinhos, na troca de ideias com o extensionista rural e no atendimento personalizado dos funcionários do Incra. Tão pouco, os assentados recebem a informação do Incra por canais oficiais (jornal ou informativo), demonstrando que a “presença física” tem muito mais autoridade que peças comuns de comunicação, e sugerindo uma demanda de atenção e de valorização que se confronta com a invisibilidade geográfica e, tantas vezes, social – como no caso do assentamento Guajuviras.

Bordenave (2001) revela que a personalidade e a identidade estão condicionadas à comunicação, uma vez que é através da interação com os demais seres humanos e suas instituições que as pessoas firmam seus espaços e suas atitudes. Por isso, a comunicação, aqui, demonstrou ser essencial sem sua “função expressiva”, a qual garante aos indivíduos a convivência em sociedade. Especialmente no meio rural, a narrativa, a oralidade ou o próprio silêncio partilhado são formas de exteriorizar o isolamento geográfico, social e até econômico dessas

comunidades. A expressão das emoções, ideias, temores e expectativas comuns promove a visibilidade dos agricultores.

Assim, a indicação de reuniões presenciais como “a melhor maneira de compreender a informação do Incra” aponta para a necessidade de investimentos em relações públicas, ou seja, na promoção de eventos (especialmente voltados à capacitação técnica e profissional dos agricultores) que aproximem as famílias do atendimento especializado da instituição governamental e lhes proporcione a abertura de novos horizontes e perspectivas. Por exemplo, de nada adianta vultosos recursos em um portal eletrônico para os assentados se eles não possuem infraestrutura básica para acessar esse tipo de comunicação, como foi percebido no campo aqui estudado.

Além disso, encontros de divulgação de fatos do Incra ou de capacitações são espaços sociais para a expressão das famílias e podem incentivá-las a participar das decisões estatais bem como demandar suas necessidades ou aspirações diretamente ao Estado. Nesse sentido, eventos – ou, como disseram os agricultores, “reuniões” – transformam-se, também, em meios de comunicação, capazes de “tornarem comum” as mensagens oficiais entre os públicos atendidos. Eles não substituem os mecanismos convencionais adotados por qualquer assessoria de comunicação, todavia, podem complementar as relações dialógicas estabelecidas.

Por isso, essa pesquisa não se propôs a estudar os produtos comunicativos elaborados pelo Incra-RS e sim a apurar se eles chegavam – ou não – até os assentamentos e qual o trajeto que percorriam entre a fonte oficial e a família assentada. Ao descobrir, no campo, que as mídias produzidas pela Assessoria de Comunicação da Regional não eram conhecidas pelos grupos entrevistados, a investigação se firmou nos fluxos então estabelecidos entre os assentados e o Incra. Logo, a folkcomunicação emergiu em sua essência científica – “estudos dos procedimentos comunicacionais” (HOHLFELDT, 2002) instituídos entre grupos marginalizados, que permitem a decodificação das informações recebidas segundo métodos e linguagem próprias – para responder aos questionamentos intencionados neste trabalho. “Na roda de chimarrão sempre tem uma coisa ou outra para comunicar ou se comentar sobre o Incra” (DÁLIA, 2014).

Deste modo, o campo responde as quatro questões de pesquisa (apresentadas nas considerações iniciais):

1) As famílias assentadas em projetos de reforma agrária recebem a informação da instituição federal? Embora não pelas formas convencionais (produtos de comunicação do Incra, jornais locais, notícias de rádio ou televisão ou internet), assentados e técnicos que atuam nos assentamentos visitados afirmaram que “se sentem informados” sobre o Incra. A maioria deles revela que o volume de informação é suficiente, mas poderia melhorar, pois “informação nunca é demais”. Ainda, eles admitiram que o não cumprimento das ações anunciadas (especialmente com relação a prazos divulgados) dificulta a confiabilidade nas mensagens oficiais. Os entrevistados explicitaram que quanto maior a aproximação com a fonte (“quem” traz a informação), maior a credibilidade na informação – atitudes visualizadas no reconhecimento ao líder comunitário do assentamento Guajuviras e no técnico do Incra na região, bem como na desmobilização sentida no Novo Horizonte II.

Destaca-se, também, a proatividade do público pesquisado no que diz respeito à busca pelas informações oficiais (tabela completa no Anexo C): entre as 15 famílias entrevistadas, 7 declararam que “buscam a informação mais do que recebem” (uma delas frisou que “cobra bastante”) e outras 2 acrescentaram que “buscam a informação *sempre* com os técnicos da Coptec”. Verificou-se, portanto, que os agricultores não se mantêm passivos ou alienados à carência de comunicação do Incra-RS, adotando posturas cidadãos de cobrança pela prestação de serviços e de informações dos órgãos administrativos competentes.

Todavia, isso reflete a precariedade (ou inexistência) das estratégias de comunicação do Incra-RS, pois a autarquia assume uma posição reativa às demandas, ou seja, age quando provocada. Em contrapartida aos 60% dos entrevistados que procuram o Incra, há os que aguardam as informações, especialmente, trazida pelos extensionistas. Seja por timidez, comodismo ou até receio em buscar a fonte oficial (aqui ficou visível a influência dos níveis de escolaridade), o silêncio dessas famílias não pode ser ignorado, afinal, elas também estão inseridas na realidade atendida pelo Incra. Vale acrescentar que a informação estatal é um direito básico dos cidadãos (seção 3.2), o qual deve ser universalizado, independente das condições de emissão e recepção.

Além disso, a delegação do contato direto a agentes exteriores à administração (equipes de assistência técnica), acaba fomentando a proliferação dos chamados “ruídos de comunicação”, que interferem na percepção final das mensagens, conforme lembrou um dos extensionistas entrevistados:

Líder comunitário está em falta, porque muitos vêm para proveito próprio. Tivemos um grande problema com os conselheiros de assistência técnica: queríamos transformá-los em referências no assentamento para serem o articulador ou o agente comunicador lá dentro. Então, nós tínhamos o conselheiro regional de Ates, que recebe um 'monte' de informação; o dirigente do movimento [MST], que também recebe um 'monte' de informação, mas esses dois agentes não se conversam; e os técnicos que são assentados e têm outro tipo de informação. A informação chega aos assentados por três ou quatro 'cabeças' diferentes! Imagina esses três entes dentro do assentamento, minando informação até com metodologias diferentes? O 'coitado' do trabalhador, que não consegue absorver tanta informação, fica louco, não sabe em quem acreditar.

É um grande problema: trabalhar em prol do bem comum. Estamos tentando construir: esquecer as diferenças, de eu não gostar de ti e tu não gostar de mim, e trabalhar em prol do bem comum. Essa é a grande questão em pauta! (EGJ, 2014).

Nesse sentido, presume-se ser muito mais caro ao Incra-RS estar ausente de suas relações, do que manter canais permanentes de diálogo e comunicação – como visitas a campo, realização de reuniões ou eventos de capacitação (dias de campo). A terceirização das relações do Estado, como a prestação de assistência técnica aos assentados da reforma agrária, é uma excelente proposta de desenvolvimento econômico-social para os agricultores, contudo, não pode substituir a presença do Incra.

2) Que uso e aplicabilidade os assentados fazem das informações que recebem do Incra? Apesar de darem caráter utilitarista e funcionalista às mensagens emitidas pelo Incra-RS, nota-se que as famílias anseiam por um serviço de informação que contemple suas necessidades básicas (econômicas) e sua condição social. Exemplo foi o pedido por mais eventos de capacitação (como a oficina de boas práticas de comercialização, citada pelos entrevistados) voltados a uma formação ampliada para além do “lugar-comum” ocupado pela extensão rural tecnicista. Esse sentimento demonstra que, embora façam uma leitura pontual e pragmática das informações recebidas, os entrevistados reconhecem o potencial da comunicação para a viabilização de suas rotinas e, também, de sua consciência crítica.

Famílias e técnicos entrevistados alegaram, de forma unânime, que “o Incra faz parte de suas vidas”, logo, toda e qualquer notícia vinculada ao órgão torna-se pertinente à rotina dos assentamentos. Prova disso está no relato de muitas famílias

que compararam os tempos de acampamento a sua atual (e estável) situação de assentadas da reforma agrária: “No acampamento a gente nunca teve contato direto com o Incra, quando éramos acampados o ‘Incra era um bicho’ e nós éramos um povo acuado. Hoje se tem diálogo, é diferente. Melhorou” (FONTE DE ÁGUA, 2014). Elas contam que a orientação no acampamento vinha, exclusivamente, pelo movimento social, e que hoje possuem maior acesso ao Estado. Inspetiona-se, então, a comunicação como elemento emancipador aos agricultores, ao contribuir para a autonomia deles enquanto sujeitos, viabilizando a transmissão – mesmo que em múltiplos estágios, como previu Beltrão em 1965 – de informações.

3) De que maneira a mensagem oficial chega até a zona rural? Seguindo a perspectiva folkcomunicacional de Luiz Beltrão, o diálogo com os públicos do Incra depende de redes externas de transmissão. O percurso emissão-recepção exibiu-se permeado de mediações que codificam e recodificam os dados oficiais até seu destino final. São os servidores que atuam diretamente no campo, os extensionistas que prestam assistência técnica e, por isso, ficam mais próximos às famílias, os líderes comunitários que possuem maior facilidade de deslocamento para a capital (onde se situa a superintendência regional da autarquia) e outros diferentes agentes que "carregam" as mensagens até as comunidades rurais⁸⁴.

Melo (2004) esclarece que Luiz Beltrão procurou dar tratamento analítico consentâneo à natureza comunicacional, ultrapassando a descrição de seus fluxos interativos para sugerir apropriações capazes de compreendê-los e de preservar suas identidades culturais e sociais. Cada camada distinta da sociedade possui maneiras próprias de informar-se e expressar-se e preservam linguagem, agentes e veículos próprios que precisam ser respeitados, pois a comunicação é o instrumento básico para a interação social em qualquer nacionalidade.

Assim, a oralidade e a comunicação interpessoal revelaram-se os mecanismos mais apropriados de relacionamento entre o Incra e os assentados. A folkcomunicação evidenciou-se relevante porque a informação oficial chega ao *hinterland* da reforma agrária através da conversa direta e do linguajar simples, reconhecendo o potencial transformador dos sujeitos na interação entre o Estado e a sociedade. Sob esse viés, o pensamento *beltraniano* encontra-se ao de Paulo Freire

⁸⁴ O caminho foi descrito nos dois esquemas apresentados no capítulo anterior: o primeiro, na página 124 idealiza a proposta inicial desta pesquisa; já o segundo, localizado na página 201, mostra o trajeto construído a partir das revelações do campo.

em uma analogia de que o comunicador (órgão governamental) e o espectador (assentados) devem situar-se em uma linha horizontal de relacionamento, considerando-se todos os agentes que dela participam. "Educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, são ambos sujeitos cognoscentes diante de objetos cognoscíveis, que os mediatizam" (FREIRE, 2011, p. 107).

Além disso, no assentamento onde a associação comunitária recuperou sua atuação, as famílias sentem-se "mais informadas" que aquelas que vivem no assentamento desmobilizado coletivamente. Sendo assim, a comunicação pública também deve incentivar as bases comunitárias como forma mais organizada de pressão por demandas. É preciso, também, proporcionar a capacitação da população rural na auto-expressão e no uso dos meios de comunicação modernos, fortalecendo sua capacidade de exercer pressão reivindicatória.

Portanto, uma vez que não existe (ainda) uma linha direta de transmissão da informação entre o Incra e os assentados, os intermediários – ou agentes *folk* – são extremamente importantes para a condução das mensagens de forma mais adequada e/ou adaptada a cada comunidade. Os interlocutores não devem substituir a “presença” da instituição, mas podem complementar a comunicação oficial, facilitando o entendimento dos públicos. Deve-se, então, estimular a formação de lideranças e a capacitação dos técnicos de campo do Incra para que ambos se tornem porta-vozes entre o Estado e *hinterland* dos assentamentos.

4) Com base nos conceitos de Comunicação Pública (abordados no capítulo 3), ocorre comunicação entre órgão federal e famílias assentadas rurais? Em teoria, a comunicação pública centraliza o foco no cidadão, contudo, na prática, ela se efetiva através da mediação de agentes simples do povo, representantes diretos das instituições ou entre os pares de comunidades semelhantes. Entre as famílias assentadas, peças impressas ou audiovisuais mantêm o seu valor enquanto registro histórico e jornalístico, mas não como canal direto de diálogo. Longe dos centros urbanos, sem acesso à tecnologia ou a meios tradicionais de comunicação, entre as comunidades estudadas, o discurso oficial não se concretiza na publicidade institucional ou nas manchetes jornalísticas, mas sim na transformação real do dia a dia vivido.

Explorar a comunicação pública como um processo mais amplo do que informar – baseando-se em Zémor (1995), Duarte (2009), Brandão (2003) e Novelli

(2009), entre outros autores – implicou na compreensão do conceito primário de comunicar, isto é, “tornar comum”. Desse modo, se a comunicação pública deve privilegiar o interesse público com foco nos cidadãos, é imperioso valorizar as formas simples de seus interlocutores. Se as organizações estatais devem retornar seus serviços à população, também devem estar aptas a entenderem seus códigos, caminhos e atalhos discursivos. Assim, a comunicação pública lançada pelo Incra tem de, inicialmente, reconhecer o papel reivindicatório (e, às vezes, silencioso) das práticas folkcomunicativas dos agricultores.

Como apresentado nas respostas colhidas em campo, o discurso oficial não se efetiva na comunicação clássica jornalística e/ou institucional, mas na conduta prática que influencia a vida dos cidadãos. Por isso, a comunicação entre órgão federal e assentados tem de ser estruturada na realidade social em questão, pois de nada adianta anunciar a construção de um poço artesiano, se as famílias continuarem buscando água em baldes. O fardo diário torna-se muito mais pesado quando é encoberto por índices ou estatísticas oficiais que se distanciam da realidade. Evidentemente, o zelo pela imagem institucional faz parte da rotina de qualquer assessoria de comunicação. Todavia, a imagem é tanto mais positiva quanto mais verdadeira for a realidade por ela anunciada e a experienciada pelos seus públicos.

Traquina (2005) concebe o público como ator engajado na vida democrática, onde o jornalismo tem uma missão mais ampla que informar, mas a de contribuir para a melhoria da sociedade. Por isso, é necessário que as instituições governamentais aprendam a “ver” a comunicação no cotidiano dos cidadãos, assim como ensina Winkin (1998).

Nesse sentido, a comunicação pública incorpora, também, a dimensão da Educomunicação e da comunicação “para a libertação do homem”, diagnosticadas por Paulo Freire e visualizadas nesta pesquisa através da folkcomunicação. A teoria de Luiz Beltrão – associada à “teoria interpretativa da cultura” de Geertz (1989), base da metodologia escolhida – possibilitou contemplar a audiência em seu contexto, onde se constatou que a comunicação exerce um papel funcionalista de “informar” e, ainda, de formar opiniões e de promover o acesso à emancipação política e social da população camponesa.

Do mesmo modo que Freire (2011, p. 119) afirma que “não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que se darão estas técnicas”, não é

possível analisar a comunicação pública isoladamente em seus processos de emissão. Nem tão pouco debruçar-se somente sobre a audiência, independente de onde quer que ela esteja. É preciso aprofundar-se na “vida real” que ultrapassa os gabinetes refrigerados das instituições governamentais e reconhecer, através dos comportamentos, valores, práticas e vivências, a expectativa dos cidadãos.

Sendo assim, buscaram-se respostas a partir de uma pesquisa qualitativa e descritiva, aplicada ao estudo da história das relações, das representações, das crenças e percepções e das opiniões, pois, como enfatiza Angrosino (2009, p. 123), “os estudos de estrutura social, valores culturais e identidades de grupo precisam ser dimensionadas em uma arena maior”. E é essa arena maior que esta pesquisa se dispôs a investigar, partindo da experiência profissional da autora (como comunicadora e como funcionária federal) para as peculiaridades da vida rural (os espectadores).

A Etnografia permitiu “ver as coisas do ponto de vista do ator” (GEERTZ, 1989, p. 24), ou seja, analisar a comunicação do Incra pelas lentes do seu principal público. “Os serviços oficiais de divulgação resumem-se à elaboração e difusão de mensagens; não lhes interessa saber a quem alcançam e que efeito produzem” (BELTRÃO, 2004, p. 63). Empenhou-se, então, na compreensão do momento vivido por cada comunidade – que amanhã pode ser completamente diferente – e descobriu-se que mais que produtos midiáticos de divulgação, os assentados esperam a abertura de canais de expressão e de participação cívica.

O retrato trazido nesta dissertação representa um determinado instante, de uma determinada comunidade. Trata-se de um recorte transitório, que muda dia após dia, mas que pode servir para o planejamento de estratégias de comunicação a longo prazo por parte do Incra. Entre sugestões fornecidas pelos entrevistados ou percebidas nos depoimentos, a seguir, resumem-se as principais:

- Aumentar os investimentos na realização de eventos públicos, oficinas de capacitação, assembleias e reuniões com os assentados, a fim de abrir novos canais de comunicação para complementar os já estabelecidos. Esses encontros também são oportunidades de fortalecer a imagem institucional do Incra, uma vez que divulgam as ações da autarquia. O Incra, em seus diversos setores, pode, também, criar uma rotina de visitas nos assentamentos, mapeando previamente as necessidades de cada projeto e promovendo uma reunião com o(s) servidor(es) responsável(is). Contudo, é fundamental preparar-se para o *feedback* da

população, retornando os questionamentos e reclamações com responsabilidade e comprometimento.

- Levando-se em conta que os meios impressos nem sempre são distribuídos ou compreendidos, que não há o hábito de ouvir rádio e que a televisão é meio preferido e mais utilizado pelos entrevistados, as mídias audiovisuais, como documentários ou vídeos educativos, são excelentes alternativas de diálogo com a população assentada. Para tanto, o Instituto pode buscar parcerias institucionais e/ou interministeriais que viabilizem a produção de materiais desse gênero.

Também, aproveitando-se a riqueza cultural da folkcomunicação encontrada no campo, pode-se pensar em estratégias que envolvam a comunidade na elaboração dos produtos, possibilitando aos assentados novos e atraentes meios de expressão, além de reconhecer seu protagonismo enquanto sujeito atuante na sociedade. As tecnologias de informação, hoje, facilitaram consideravelmente a produção doméstica de materiais audiovisuais, podendo ser incorporadas ao cotidiano do “fazer comunicação”. Cabe destacar o trabalho da professora Larissa Catarina Gräff de Mello (mencionado na seção 5.1), na Escola Maria Manoela Teixeira, que estimulou (e ensinou) os estudantes a filmarem as entrevistas com os moradores do assentamento Guajuviras, reunindo todas as gravações em um vídeo artesanal sobre a história da localidade.

- Conforme diagnosticado, as práticas folkcomunicativas predominam entre as comunidades rurais estudadas, sendo importante fomentar o envolvimento de agentes *folk* entre os grupos. A Assessoria de Comunicação pode promover a preparação de líderes comunitários ou de jovens, entre outros atores, para transmitirem notícias e informações, formando porta-vozes do *hinterland* dos assentamentos com as instituições governamentais. Também pode realizar um projeto de mobilização de estudantes de escolas rurais, juntamente com os respectivos setores pedagógicos, para a criação de uma “agência de notícias”, não formalizada, que facilitasse a transferência de mensagens. Constituiria-se, assim, uma rede de folkcomunicadores nos assentamentos, que poderiam, inclusive, colaborar com a distribuição dos materiais do Incra, o jornal, por exemplo.

Sob essa mesma ótica, pode-se explorar as potencialidades particulares dos técnicos de campo, especialmente os servidores do Incra-RS (como os chamados “supervisores de campo”, da Divisão de Desenvolvimento), por meio do aperfeiçoamento de suas habilidades de comunicação e de relacionamento com os

públicos. Eles podem receber orientações sobre as melhores maneiras de passarem informações e receberem demandas das comunidades através de *media training* (treinamento para atendimento à imprensa), promovido internamente pela Assessoria de Comunicação, sem elevado custo para a autarquia. Além de qualificar o relacionamento direto com as famílias assentadas, estimula-se a formação de porta-vozes da instituição federal, descentralizando e agilizando os processos de comunicação pública.

- Reforçar iniciativas coletivas no intuito de fomentar a auto-organização das famílias e a livre expressão de opiniões. A Associação dos Agricultores Familiares do Guajuviras corrobora com essa proposição, mostrando que a disponibilidade de um espaço interno para discussão contribui para o fortalecimento da comunidade enquanto grupo social, pois a demanda por parte da comunidade pressiona o órgão administrativo a prestar atenção. As associações, assim, servem como interlocutoras com Estado.

- Sob os preceitos da Folkcomunicação e no atendimento à transparência e universalidade das informações, outra possibilidade é o uso de meios alternativos para a divulgação de comunicados oficiais, como a fixação de cartazes nos murais das sedes das associações, das escolas rurais e até de postes dentro dos assentamentos (que pode ser feita pelos supervisores de campo e extensionistas). Também é possível introduzir materiais (como o jornal, por exemplo) em lugares de grande circulação dos assentados na cidade, como supermercado, farmácia, armazéns, correios, prefeitura e secretarias municipais.

Nesse ponto, um aspecto que merece preocupação – e mais atenção – é a ampla e massiva divulgação de editais lançados pelo Incra-RS. Segundo apurado nas entrevistas, a comunicação sobre esse tipo de documento ainda é falha, pois muitas famílias não sabem dos processos, ou, nem os próprios selecionados, às vezes, são oficialmente comunicados sobre o resultado (vide o caso contado pela assentada Dália, na seção 5.1, que ela soube por terceiro que o filho havia sido selecionado para um lote vago). É primordial que a autarquia adote uma postura de transparência total na publicação de editais, utilizando-se de todos os canais disponíveis (cartazes, anúncios na imprensa local, chamadas no *site* institucional e até mesmo reuniões nos assentamentos) para levar ao conhecimento dos principais públicos. Bem como, deve informar de maneira oficial aos entes envolvidos, seja por meio de carta, de ofício, de *e-mail*, mensagem no telefone móvel ou ligação

telefônica. Os agentes *folk* podem contribuir para a transmissão das notícias, porém, repete-se, não substituem ou eximem as formas oficiais de contato, especialmente quando se trata de normativas e regras que interferirão no funcionamento da comunidade.

- Com relação ao jornal Notícias da Terra, a distribuição às famílias precisa ser revista. Além de reiterar (e monitorar) o compromisso dos extensionistas na parceria para essa atividade, deve-se mobilizar os supervisores de campo e demais servidores que visitam os assentamentos com mais frequência para que eles auxiliem na entrega direta dos exemplares às famílias, afinal, esse tipo de serviço ocorre uma vez por ano. O mesmo pode ser feito quando houver outro tipo de produto, como revistas, *folders* ou normativas. Uma estratégia importante é disponibilizar sempre o jornal em eventos promovidos pelo Incra, conforme revelaram os três entrevistados que conheceram a publicação quando a receberam durante um ato de assinatura de contratos.

- Ainda, referente ao jornal impresso, agricultores entrevistados sugeriram reportagens e matérias mais especializadas sobre inovações no contexto rural, que abordem o desenvolvimento e a modernidade da agricultura e da pecuária. Eles solicitaram, também, que os artigos tragam o contato para fontes de pesquisa e atualização, como por exemplo, apresentar uma técnica nova para processamento de mandioca, e no final da matéria, colocar um quadro sobre como acessar mais informações, local onde buscar ou mesmo como comprar determinado equipamento. Entretanto, os assentados afirmaram que se sentem valorizados ao reconhecerem seus pares no Notícias da Terra, sendo importante para a autoestima das comunidades matérias que relatem casos e histórias particulares.

- Intensificar o apoio a grupos de mulheres e de jovens, ampliando a disponibilidade de projetos sócio-educativos específicos a esses públicos e convidando-os a participarem mais ativamente da relação Incra-assentamentos através de mecanismos atraentes de comunicação. Apesar da tecnologia ainda ser incipiente na zona rural, a pesquisa mostrou que as mulheres e os jovens são os que mais se interessam por telefone celular e redes sociais. Por isso, a exploração de tais vias contribui para a melhoria dos fluxos interativos entre os assentados e o órgão estatal. Uma opção, por exemplo, é o desenvolvimento de metodologias lúdicas (criação de *softwares* voltados à realidade rural, *games* interativos, etc.) que atraiam a atenção de crianças e adolescentes. Encruzilhada (2014) e os

extensionistas observaram que quase todos os jovens do assentamento possuem perfis no *Facebook*, logo, o Incra poderia apostar mais nesse canal para divulgar suas ações. Esse, também, pode ser um caminho de diálogo mais direto com as agricultoras, uma vez que, conforme relatado nas entrevistas, as mulheres têm mais intimidade com dispositivos digitais e redes sociais.

Assim, há de se reformar não apenas a terra (ou a sua propriedade), mas também os processos de comunicação no ambiente estatal, com vistas a promover a democratização e o acesso (ágil e facilitado) às informações oficiais, e à transparência e consolidação de políticas públicas voltadas à cidadania.

Por fim, em se tratando de uma pesquisa qualitativa, essas não podem ser conclusões fechadas, mas reflexões postas à discussão, pois, como argumenta Freire (1987, p. 42), o homem é um ser inconcluso, e consciente dessa condição se desenvolve em permanentes movimentos de busca pelo “ser mais”. Logo, as realidades apontadas durante as entrevistas, hoje podem ser outras, pois o campo se faz e refaz todos os dias, assim como a sociedade e o ser humano.

Acredita-se que a vivência em campo (nas duas semanas de entrevistas e traduzidas em mais de 18 horas de gravação de relatos, transcritos em 75 páginas) tenha possibilitado transformar “o exótico em familiar” – nas novidades trazidas pelos entrevistados – e “o familiar em exótico” – no distanciamento apropriado da autora para observar suas próprias rotinas profissionais. Que o “*anthropological blues*” (DA MATTA, 1978), materializado nas rodas de chimarrão com os agricultores, auxilie na aproximação entre o oficial e o rural, o gabinete e o campo, o Estado e seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, João Henrique Medeiros de et al. **Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a accountability e a relação Estado-sociedade.** Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/660.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

ALVES, Flamarion D.; SILVEIRA, Vicente C. P.; FERREIRA, Enéas R. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-Território: revista de geografia agrária.** v. 2, n. 4. ago. 2007, p. 82-97. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11828/10575>>. Acesso em 13 jul. 2014.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante.** Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Administração de Relações Públicas no Governo.** São Paulo: Edições Loyola, 1982.

_____. **Para entender Relações Públicas.** 2ª ed. São Paulo: Gráfica Biblos Limitada, 1965.

BALDISSERA, Rudimar; SARTOR, Basílio Alberto; SCHNEIDER, Carlise. A construção do interesse público no debate sobre o controle do tabaco: entre a saúde e a economia. Artigo apresentado ao GT Comunicação e Sociedade Civil. **Anais do V Congresso da Compolítica.** Curitiba, mai. 2013. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT05-Comunicacao-e-sociedade-civil-BasilioAlbertoSartor1.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: Teoria e metodologia.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2004.

_____. **Folkcomunicação: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. **Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados.** São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton de Oliveira. **Subsídios para uma teoria de comunicação de massa.** São Paulo: Summus, 1986.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto.** Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1998.

BEZZON, Lara Andréa Crivelaro. **Análise Político-Sociológica do Reencontro da Sociedade Civil Brasileira com a Cidadania e a Democracia Segundo a Perspectiva**

da Comunicação Pública. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa. **Comunicação Pública**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004. (Coleção Comunicação, Cultura e Cidadania). p. 17-28.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 8ª ed. rev. e ampl. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C. Varriale et al. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998. Vol. 1.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

_____. El desarrollo de un comunicador para el desarrollo. **Revista Argentina de Comunicación**. ano V, n.6, 2011, p. 231-239. Disponível em: <http://www.fadeccos.org.ar/rac-N0006_5-2011.php>. Acesso em: 03 mar. 2014.

_____. **Além dos meios e mensagens**. Introdução à Comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Comunicação rural: discurso e prática. In: BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida M. K.(org.). **Comunicação rural: discurso e prática**. 1ª ed. Viçosa: Imprensa Universitária / UFV, 1993. p. 11- 21.

_____. **O que é comunicação rural**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense: 1988.

BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida M. K.(org.). **Comunicação rural: discurso e prática**. 1ª ed. Viçosa: Imprensa Universitária / UFV, 1993.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Novos valores para a comunicação pública. In: MELLO, Rachel; CAETANO, Rodrigo. **Mapa da Comunicação Brasileira**. Edição 2011. Brasília, DF: FSB Comunicações, 2011. Disponível em: <<http://www.institutofsbpesquisa.com.br/wp-content/uploads/2011/11/MAPA-2011.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

_____. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 01-33.

_____. Comunicação pública: conceito incomum. In: BRANDÃO, Elizabeth Pazito; MATOS, Heloiza; MARTINS, Luiz (org.). **Algumas abordagens em comunicação pública**. Brasília: Casa das Musas, 2003. p. 05-08.

BUARQUE, Cristovam. Prefácio. In: DUARTE, Jorge. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 20-22

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial: políticas e estratégias**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAMARGOS, Maurício Lara. O comunicador público: entre o mar e o rochedo. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). **Comunicação Pública**. Campinas, SP: Alínea, 2004. Coleção Comunicação, Cultura e Cidadania.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A interação social as possibilidades de coesão e de identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_15.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

CHELOTTI, Marcelo C. Agroecologia em assentamentos rurais: estratégia de reprodução camponesa na Campanha Gaúcha (RS). **Agrária**. Revista do Laboratório de Geografia Agrária / Departamento de Geografia . Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). n. 7, São Paulo, 2007, p. 94-118. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/131/131>>. Acesso em 01 jul. 2014.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos Gonçalves. (org.). **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Política Agrária no Brasil**. Brasília: Escola de Governo, 2008. Disponível em: < <http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/111-politica-agraria-brasil> > Acesso em: 06 mar. 2014.

COSTA, Juliana de Almeida. **O Grupo de Mulheres do Assentamento Conceição: Trabalho, Geração de Renda, Autonomia e Emancipação Feminina**. 2011. 64f. Monografia. (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo). Departamento de Extensão Rural e Educação Agrícola, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, jul. 2011. Disponível em: < http://moodleagraria.proj.ufsm.br/moodle/pluginfile.php/443/mod_folder/content/0/O%20GRUPO%20DE%20MULHERES%20DO%20PE%20CONCEI%C3%87%C3%83O%20O%20TRABALHO,%20A%20GERA%C3%87%C3%83O%20DE%20RENDA%20E%20A%20AUTONOMIA%20MONOGRAFIA.pdf?forcedownload=1. > Acesso em 30 out. 2014.

DA MATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: Edson de Oliveira Nunes (Org.). **A aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar,1978. p. 23-35.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed.rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DEMO, Pedro. **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 59-71.

_____. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio; NOVELLI, Ana Lucia Romero. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 62-83.

_____. **Glossário de Comunicação e Cidadania**. Brasília: Unilegis, 2008a. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/RelacoesPublicas/publicacoes/Gloss%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

EID, Marco Antônio de Carvalho. **Entre o poder e a mídia** - Assessoria de imprensa no governo. 1ª ed. São Paulo, M. Books, 2003.

FARIA, Armando Medeiros de. Imprensa e interesse público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 174-179.

FICHTER, Joseph H. Definições para uso didático. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 153-155.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosiska Darcy de Oliveira. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir (org.). **40 olhares sobre os 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008(a).

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008(b).

GILLMOR, Dan. **Nós, os Media**. Trad. Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

HASWANI, Mariângela Furlan. Comunicação pública 360 graus e a garantia de direitos. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ª ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011, p. 81- 97.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOHLFELDT, Antonio. Comunicação pública: os diferentes sentidos do interesse público. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ª ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011, p. 229 – 241.

_____. Folkcomunicação: positivo oportunismo de quase meio século. In: SCHMIDT, Cristina (org.). **Folkcomunicação na arena global: avanços teóricos e metodológicos**. São Paulo: Ductor, 2006, p. 62 – 72.

_____. Novas tendências nas pesquisas da folkcomunicação: pesquisas acadêmicas se aproximam dos estudos culturais. **PCLA Revista Científica Digital**. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisas sobre Folkcomunicação, no âmbito da XXV Intercom, Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista14/artigos%2014-1.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

KOÇOUSKI, Marina. **A comunicação pública face ao dever estatal de informar – Pra não dizer que não falei das flores: estudo de caso do Incra-SP**. São Paulo: outubro de 2012. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-17052013-133211/pt-br.php>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ª ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011.

LA PASTINA, Antonio C. Etnografia de audiência: uma estratégia de envolvimento. In: JACKS, Nilda; PIEDRAS, Elisa R.; VILELA, Rosário S. (org). **O que sabemos sobre audiências?** Estudos latino-americanos. 1ª ed. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006, p. 27 – 43.

LARA, Maurício. **As Sete Portas da Comunicação Pública - Como enfrentar os desafios de uma assessoria**. 1ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Gutenberg, 2007.

LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em Comunicação**. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. Estratégias metodológicas da pesquisa de recepção. **Intercom – Revista Brasileira de Comunicação**. São Paulo, v. XVI, n.2, p. 78-86, jul./dez. 1993. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/823>>. Acesso em 28 mar. 2014.

MACIVER, Robert M.; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 117- 131.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Em busca do interesse público: duas tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ª ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011, p. 259 – 275.

MAGALHÃES, Hélio Augusto de. Comunicação e desenvolvimento no meio rural. **Esfera Comunicação Revista On-line**. n.3, v.1, jan-jun. 2009. Disponível em:

<http://www.fsma.edu.br/esfera/Artigos/Esfera_3_artigo_1.pdf>. Acesso em 05 mar. 2014.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MATOS, Heloíza Helena Gomes de. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ª ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011, p. 39-59.

_____. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 47-58.

_____. Comunicação política e comunicação pública. **Organicom**. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo, v. 3, n. 4, p. 59-73, 1º semestre 2006.

MATTEI, Lauro. Reforma agrária e programas de assentamentos rurais. O dilema atual da questão agrária brasileira. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (coord.). **Assentamentos em Debate**. Brasília: NEAD, 2005. p.168 - 183. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-debate/download_orig_file?pageflip_id=421224_3>. Acesso em 02 fev. 2014.

MELO, José Marques de. Introdução à Folkcomunicação: gênese, paradigmas e tendências. In: BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: Teoria e metodologia**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2004. p. 11-24.

_____. O espaço da comunicação rural nas escolas de comunicação social. In: BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida M. K.(org.). **Comunicação rural: discurso e prática**. 1ª ed. Viçosa: Imprensa Universitária / UFV, 1993. p. 73 - 78.

MELLO, Rachel; CAETANO, Rodrigo. **Mapa da Comunicação Brasileira**. Edição 2011. Brasília, DF: FSB Comunicações, 2011. Disponível em: <http://www.institutofsb_pesquisa.com.br/wp-content/uploads/2011/11/MAPA-2011.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2014.

MELLO, Larissa Catarina Gräff de. **Resgatando e construindo a história do Assentamento Guajuviras**. Relato de estágio de docência da disciplina Ensino e Pesquisa em Anos Iniciais (semestre 2014/1), do curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, 2014.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 34-46.

NASSAR, Paulo. Prefácio. In: LARA, Maurício. **As Sete Portas da Comunicação Pública - Como enfrentar os desafios de uma assessoria**. 1ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Gutenberg, 2007. p. 09-10.

NAVARRO, Zander et al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: EdUFRGS/CPDA, 1999, p. 19-68.

NOVELLI, Ana Lucia Coelho Romero. Relações públicas governamentais. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 485-509.

_____. O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança. **Organicom** – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, São Paulo, n. 4, p. 75-89, 1º semestre 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Comunicação e terceiro setor. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 154-173.

_____. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 125 – 145.

_____. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública**. Campinas, SP: Alínea, 2004. p. 49-79.

_____. Comunidades em tempo de redes. In: PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; COGO, Denise; KAPLÚN, Gabriel. **Comunicação e movimentos populares: quais redes? Comunicación e movimientos populares: ¿cuáles redes?** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002. p. 275- 298.

QUESADA, Gustavo. A pesquisa sobre comunicação rural. In: MELO, José Marques de (coord.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. Intercom, Brasília – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. São Paulo: Cortez. 1983, p. 83-91.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. As distorções da Comunicação Política. Entrevistadores: Luiz Alberto de Farias; Mariângela Haswani; Paulo Celestino da Costa Filho. **Organicom**. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. São Paulo, v. 3, n. 4, p. 165-175, 1º semestre 2006.

_____. **Tratado de Comunicação Organizacional e Política**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

REIS, Cristiane de Souza. **Os bastidores da mídia e os movimentos sociais: o caso do MST**. Coimbra: [s/n], outubro de 2011. Tese de doutorado. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/17514/3/Doutoramento%20Cristiane%20Reis.pdf>>.

Acesso em: 07 jan. 2014.

ROLANDO, Stefano. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ª ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011, p. 23-37.

SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos da reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (coord.). **Assentamentos em Debate**. Brasília: NEAD, 2005. p. 57 – 74. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-debate/download_orig_file?pageflip_id=4212243>. Acesso em: 02 fev. 2014.

SCHAUN, Raimundo. **Comunicação, poder e democracia**. São Paulo: Instituto de Pesquisas de Comunicação Jornalística e Editorial (IPCJE), 1986.

SCHMIDT, Cristina. Folkcomunicação: conceitos pertinentes ao campo de estudo. In: _____. **Folkcomunicação na arena global: avanços teóricos e metodológicos**. São Paulo: Ductor, 2006, p. 89 - 100.

SCHNEIDER, Ivo A. Comunicação no âmbito da sociologia rural. In: MELO, José Marques de (coord.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. Intercom, Brasília – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. São Paulo: Cortez. 1983, p. 157 – 164.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas e micropolítica**. Coleção Novas buscas em comunicação: v. 64. São Paulo: Summus, 2001.

SOUSA, Mauro Wilton de. (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. ECA/USP. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STUDART, Adriana. Cidadania ativa e liberdade de informação. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 116-133.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Série Comunicação. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2005.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 98 – 109.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36 – 46.

WEBER, Maria Helena. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania**. 1ª ed. São Caetano do Sul (SP): Difusão, 2011, p. 101 – 119.

WIECZYNSKI, Marineide. **Considerações teóricas sobre o surgimento do Welfare State e suas implicações nas políticas sociais: uma versão preliminar**.

Disponível em: <<http://www.portalsocial.ufsc.br/publicacao/consideracoes.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: Da teoria ao trabalho de campo. Organização e apresentação: Etienne Samain; tradução: Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

WIRTH, Louis. Delineamento e problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 82-95.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je ? Paris, 1995. Tradução resumida do livro: Prof. Dra. Elizabeth Brandão. Disponível em <<http://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

ENTREVISTAS

ARROZ. **Depoimento de família assentada no projeto Guajuviras**. [08 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 38'14".

BUTIÁ. **Depoimento de família assentada no projeto Guajuviras**. [08 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 1°25'46".

CARRO. **Depoimento de família assentada no projeto Guajuviras**. [08 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 1°11'08".

CLÁUDIO. **Depoimento de extensionista da Coptec – formação: ensino médio profissionalizante**. [13 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 42'06".

DÁLIA. **Depoimento de família assentada no projeto Guajuviras**. [07 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 1°25'56".

EGJ. **Depoimento de extensionista da Coptec – formação: ensino superior completo**. [13 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 55'38".

ENCRUZILHADA. **Depoimento de família assentada no projeto Novo Horizonte II**. [16 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. Santa Margarida do Sul, 2014. Duração gravação de áudio: 2°07'59".

ESPERANÇA. Depoimento de família assentada no projeto Novo Horizonte II. [16 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. Santa Margarida do Sul, 2014. Duração gravação de áudio: 47'23".

FONTE DE ÁGUA. Depoimento de família assentada no projeto Novo Horizonte II. [09 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. Santa Margarida do Sul, 2014. Duração gravação de áudio: 1°10'10".

GATINHO. Depoimento de família assentada no projeto Novo Horizonte II. [09 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. Santa Margarida do Sul, 2014. Duração gravação de áudio: 24'37".

GAVIÃO. Depoimento do supervisor de projetos, servidor do Incra-RS que atua na região de São Gabriel. [14 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 52'56".

GUERREIRA. Depoimento de família assentada no projeto Novo Horizonte II. [10 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. Santa Margarida do Sul, 2014. Duração gravação de áudio: 53'08".

JASMIM. Depoimento de família assentada no projeto Novo Horizonte II. [09 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. Santa Margarida do Sul, 2014. Duração gravação de áudio: 54'34".

PARDAL. Depoimento de extensionista da Coptec – formação: ensino médio profissionalizante. [13 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 50'36".

PINHEIRO. Depoimento de família assentada no projeto Novo Horizonte II. [09 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. Santa Margarida do Sul, 2014. Duração gravação de áudio: 50'45".

ROSA BRANCA. Depoimento de família assentada no projeto Guajuviras. [07 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 1°04'13".

TECNOLOGIA. Depoimento de família assentada no projeto Guajuviras. [08 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. São Gabriel, 2014. Duração gravação de áudio: 40'55".

VITÓRIA. Depoimento de família assentada no projeto Novo Horizonte II. [09 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. Santa Margarida do Sul, 2014. Duração gravação de áudio: 1°11'09".

XIRU. Depoimento de família assentada no projeto Novo Horizonte II. [15 out. 2014]. Entrevistadora: Keila Mara dos Reis. Santa Margarida do Sul, 2014. Duração gravação de áudio: 37'34".

LEGISLAÇÕES E SITES

ATES. **Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental**. Termo de Cooperação Incra-RS e UFSM. Disponível em: < <http://ates-rs.webnode.com/> > Acesso em: 24 out. 2014.

BRASIL. Instrução Normativa nº 5, de 06 de junho de 2011(a). Dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União – Eletrônico**. Brasília (DF) 07 jun. 2011. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/sistemas/site/PaginasInternas/NormasInternas/AtoDetalhado.aspx?idAto=268416&ID_SITE=> Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 10 nov. 2014.

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO. **Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/carta_servicos_incra_sem_logo.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. **Título VII: Da Ordem Econômica e Financeira – Capítulo III**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

DECRETO nº 87.457, de 16 de agosto de 1982. **Institui o Programa Nacional de Política Fundiária, dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87457-16-agosto-1982-437405-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 26 out. 2014.

DECRETO nº 91.214, de 30 de abril de 1985. **Cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, dispõe sobre sua estrutura, e dá outras providências**. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91214-30-abril-1985-441369-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 26 out. 2014.

DECRETO nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. **Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 26 out. 2014.

DECRETO nº 4.723, de 06 de junho de 2003. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4723.htm#art6> Acesso em 26 out. 2014.

ESTATUTO DA TERRA. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 26 out. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Cidades**. Perfil de Santa Margarida do Sul (RS). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431697&search=rio-grande-do-sul|santa-margarida-do-sul>>. Acesso em 20 out. 2014(a).

_____. **Cidades**. Perfil de São Gabriel (RS). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431830&search=rio-grande-do-sul|sao-gabriel>>. Acesso em 20 out. 2014(b).

II PNRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Edição Especial para o Fórum Social Mundial 2005. Brasil, 2005. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/pnra/II_PNRA.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.

INCRA. **Histórico do Incra**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/historico-do-incra>>. Acesso em: 04 mar. 2014a. [Na reformulação do *site* do Incra, ocorrida ao longo de 2014, o *link* foi redirecionado para <http://www.incra.gov.br/historia_incra>, porém, atualmente a página não pode ser encontrada].

INCRA. **Incra nos Estados**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incra-nos-estados>>. Acesso em 02 dez. 2014b.

INCRA. **Diretrizes estratégicas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional_abertura>. Acesso em: 02 dez. 2014c.

INCRA. **Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acesso em 02 dez. 2014d.

INCRA. **Painel dos Assentamentos**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em 02 dez. 2014e.

INCRA. **Titulação de assentamentos**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/titulacao-de-assentamentos>>. Acesso em 02 dez. 2014.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº. 15, de 30 de março de 2004. Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento da reforma agrária. **Diário Oficial da União – Eletrônico**. Brasília (DF) 07 mai. 2004. Seção 1, p.92. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/in_15_30032004.pdf>. Acesso em 13 dez. 2014.

LEI nº 8.112/1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.** Seção IV – Art. 96-1: Do Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no País. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em 12 jul. 2014.

LEI nº 8.629/1993. **Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm>. Acesso em 26 out. 2014.

LEI DE ATER - nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em 06 nov. 2014.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.** Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/competencias>. Acesso em: 02 set. 2014.

OFICINAS DE BOAS PRÁTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DE ALIMENTOS EM FEIRAS. **Orientações técnicas e trocas de experiência estimulam feirantes assentados do RS.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/orientacoes-tecnicas-e-troca-de-experiencias-estimulam-feirantes-assentados-do-rio-grande-do-sul>> Acesso em 28 nov. 2014.

OFICINAS DE BOAS PRÁTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DE ALIMENTOS EM FEIRAS. **Incra-RS realiza oficina de capacitação para feirantes.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/aviso-de-pauta-incra-rs-realiza-oficina-de-capacitacao-para-feirantes>> Acesso em 28 nov. 2014

PREFEITURA DE SANTA MARGARIDA DO SUL. **A Cidade.** Disponível em: <<http://www.santamargaridadosul.com/new/?lk=cidade>>. Acesso em 29 jun. 2014.

PROJETO BÁSICO. **Chamada Pública 01/2013, visando a contratação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental – ATES - para as famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, outubro de 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/assistencia-tecnica/rio-grande-do-sul-sr-11/chamadas-publicas/projeto_basico_chamada_publica_01_2013_sr_11.pdf> Acesso em 22 out. 2014.

PUCRS. **Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.** Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/famecosppg/ppgcom/ppgcomApresentacao>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

SIGRA. **Sistema Integrado de Gestão Rural**. Base de Dados 2014 – Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.sigra.net.br/2014/RS>. Acesso em jun./jul 2014.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/econtrole/ObterDocumentoSisdoc?codArqCatalogado=7264372&seAbrirDocNoBrowser=1>>. Acesso em 30 dez. 2014.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

ANEXO B – Parecer da Comissão Científica Famecos/PUCRS

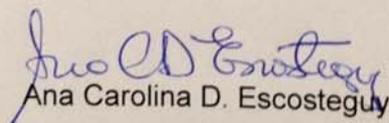


Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Porto Alegre, 26 de novembro de 2014

PARECER

Considerando que o projeto de Mestrado “Do oficial ao rural: Dos gabinetes da comunicação pública para o campo da folkcomunicação”, proposto pela aluna, Keila Mara dos Reis, sob orientação da profa. Dr. Beatriz Dornelles, necessita coleta de informação junto a informantes, mediante o uso da entrevista, técnica usual e corrente na pesquisa da área, a Comissão Científica desta Unidade não identifica nenhum impedimento na sua realização. Ressalta-se que o referido projeto não tem caráter experimental, isto é, não se trata de “pesquisa em seres humanos” o que implicaria uma intervenção e sua transformação em “cobaias de experimentos científicos”. No caso, trata-se de “pesquisa com seres humanos”, considerando-os participantes ou sujeitos de interlocução, conforme Nogueira e Silva expressam em “Ética em pesquisa, Plataforma Brasil e a produção de conhecimento em ciências humanas e sociais”, publicado em SER Social (Brasília, v. 14, n. 30, p. 190-209, jan./jun. 2012). Além disso, registra-se que será adotado um Termo de Consentimento que atende aos requisitos de produção científica comprometida com o rigor teórico e os princípios éticos que norteiam a atuação profissional de caráter investigativo da área, conforme consta no anexo do projeto apresentado para avaliação.


Ana Carolina D. Escosteguy

Presidente da
Comissão Científica da FAMECOS

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3569 – Fax: (51) 3320-3619
E-mail: famecos@pucrs.br

ANEXO C – Quadro resumido das respostas concedidas pelos agricultores

FAMÍLIA	IDADE (Anos) Mulher- Homem	INSTRUÇÃO	BUSCA INFORMAÇÃO	JORNAL E BOLETIM INCRA	MELHOR FORMA DE RECEBER INFORMAÇÃO	CELULAR	INTERNET	RÁDIO	TV	SITE INCRA	LÊ JORNAL
G= Guajuviras NH = Novo Horizonte											
Dália (G)	45	Magistério incompleto	Sim	-	Reunião	Sim (só no quarto) Difícil linha	-	De vez em quando ouve emissora local	Parabol . 1º Globo	-	-
Rosa Branca (G) (Filha participou entrevista)	39	4ª série	Sim	-	Dia de campo – ensinar na prática Reuniões	Só na cerca	Só no celular da filha	-	Parabol . 1º Globo	-	-
Carro (G)	25 e 35	Ela – 6ª série Ele- 5ª série	Sim	Só viram bol no escritório	-	De vez em quando	No tablet e no celular	-	Parabol . Record	-	-
Tecnologia (G) (Filho participou entrevista)	41 e 45	Ela- Médio Completo Ele - Fundamental incompleto Filho – médio incompleto	-	-	Internet	Pendurad o na porta	Só no celular do filho	-	RBS	-	-
Butiá (G)	50 e 53	Ela – 5ª série Ele - 5ª série	Sim	Acha que viu o jornal – bol nunca	Telefone para comunicados urgentes, orientações pelo jornal	Sim	Só no celular do filho	Sim	Pouco	-	-

Arroz (G)	70	4ª série	-	Acha que viu	Reunião Rádio, se funcionasse	Sim	-	De vez em quando	RBS	-	-
Fonte De Água (NH)	24 e 42	Ela - 6ª série (vai voltar a estudar) Ele – 2º do 2º	Sim	-	Reunião	Sim (usa whatsapp)	sim	-	Paraból . Globo SBT	-	-
Gatinho (NH)	50	2ª série	-	-	-	Sim	-	Um pouco todo dia	Só RBS	-	-
Jasmim (NH)	56 e 60	Ambos até 4ª série	Com técnicos	-	Visitas mais frequentes do Incra e através da Coptec	Sim	-	Pouco	Sim	-	-
Pinheiro (NH)	18 e 27	Ela – 5ª Ele – 2º médio	Com técnicos	Recebeu jornal na assinatura das casas – lembrou da matéria das casas	-	Sim	-	-	Paraból . + RBS = só pra jornal	-	-
Vitória (NH)	47 e 46	Ela - 4ª série Ele - 8ª série	Sim (cobra bastante)	Bol não Jornal pegou no Incra	Formação especializada, cursos	Sim	Muito lenta, tem no celular mas não usa	Só de manhã (emissor a de POA)	Só telejorn al	-	-
Guerreira (NH)	62	Fundamental completo	-	Recebeu na assinatura das casas	Palestras, mais formação	Sim	-	De vez em quando, emissora local	Globo	-	-
Esperança (NH)	25 e 32	Ela- 2º/2º grau Ele - 7ª	-	-	-	Sim	-	Só música (hábito)	Paraból . 32 canais	-	-

Xiru (NH)	58 e 64	Ela – 6ª série Ele - 3ª série, foi alfabetizado com 14 anos	-	Por intermédio dos técnicos Reuniões	Sim	-	Só música (uma vez por semana)	Globo e RBS (sem paraból.)	-	-
Encruzilhada (NH)	51	Superior completo	Sim	Palavra – fala Os meios podem ser os mesmos, adaptar a abordagem	Sim	Tem computad or – usa para se informar	Para diversão: música e futebol	“Sem opção”, só tem Globo e RBS.	- (falta divulga- lo)	-

Fonte: A autora (2015).